

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA RURAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

BRASIGUAIOS:

Trajetórias migratórias e luta pela terra

Alberto Bracagioli Neto

PORTO ALEGRE
AGOSTO DE 1991

Catálogo na Publicação:
Biblioteca Setorial de Ciências Sociais
e Humanidades, UFRGS
Bibliotecária :
Lizete Gomes CRB 10/ 950

B 796b Bracagioli Neto, Alberto
Brasiguaios : trajetórias migrató-
rias e luta pela terra / Alberto Braca-
gioli Neto.
-- Porto Alegre : A.B. Neto, 1991.
310 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rural, 1991.

1. Migração : Brasil. 2. Brasil : Mi-
gração. 2. Migração : Brasil/Paraguai. 3.
Migração : Paraguai/ Brasil. 4. Reforma
Agrária : Brasil. 5. Migração (Brasi-
guaios). 6. Lutas sociais : Brasil. I.
Titulo.

CDD
19^a 325.81

*"Perdão se quando quero
contar minha vida é terra
é terra o que conto.
Esta é a terra
Cresce em teu sangue
e cresces.
Se se apaga em teu sangue
te apagas." (NERUDA 1978:19)*

AGRADECIMENTOS

No momento de redigirmos uma Tese de Mestrado assumimos as normas do método científico, as quais requerem objetividade e clareza, sem denotar análise subjetiva. Neste sentido, as informações objetivas trazem consigo a impessoalidade do "discurso científico", que se expressa normalmente através da primeira pessoa do plural, indicando, neste caso, mais de um. O "mais de um" se encontra referenciado nestes agradecimentos e ao longo das notas de rodapé, procurando demonstrar que todo trabalho é coletivo.

E neste trabalho de redação e reflexão individual, fruto do trabalho coletivo, que agradeço o auxílio de pessoas e instituições que me proporcionaram apoio econômico e espiritual para concretizar este trabalho.

No Paraguai, Tomás Pallau Viladesau e Maria Victoria Heikel, demonstraram que, apesar de viverem em um país cercado pela "cultura do medo", ainda possuem a utopia de verem modificadas as estruturas econômicas e políticas que afligem o povo paraguaio. Também em Assunção, sou grato às informações e ao material bibliográfico cedidos por Domingos Rivarola e Eduardo Galeano, do Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos.

No Mato Grosso do Sul, foi importante a convivência com Geraldo e Cássia Cortez, que me permitiram o acesso a pessoas e informações "chaves" para a compreensão das lutas desenvolvidas pelos parceiros de Novo Horizonte, agradecimentos estes extensivos à Comissão Pastoral da Terra do Mato Grosso do Sul e ao Centro de Apoio aos Movimentos Populares.

No ambiente acadêmico, o Prof. José Vicente Tavares dos Santos, meu orientador, me instigou a problematizar e questionar aquilo que parecia "aparentemente" estar como dado e, nesta "aventura sociológica", tive que mergulhar mais fundo do que aprioristicamente imaginava. Também, entre as agruras que cabem a um orientador, José Vicente soube tomar o leme quando o naufrágio parecia estar à vista. Os funcionários e professores do PPSR - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural demonstraram a necessária presteza e solicitude para a concretização deste trabalho.

Cabe agradecer o apoio afetivo demonstrado durante a redação deste trabalho por parte da Vera Mari Damian, que soube demonstrar, apesar da separação, que o amor não se soma nem se divide. O Ariel, meu filho, apesar de ainda não compreender o que é uma "Tese", procurou entender os momentos de ausência e, com carinho, preencheu meus momentos de presença.

A CAPES, ao CNPq e ao Programa de Dotações para Pesquisa FORD/ANPOCS, que me forneceram os recursos

econômicos para a realização desta pesquisa, sem os quais este trabalho não seria possível.

Aos parceiros de Novo Horizonte, sou profundamente grato pela presteza, amizade e sinceridade dos momentos que estive presente.

S U M A R I O

	Página
1. INTRODUÇÃO.....	13
2. TRABALHO DE CAMPO.....	22
3. NOVO HORIZONTE - "A terra prometida".....	28
3.1. A formação do programa.....	28
3.1.1. A travessia do Guiráy.....	34
3.1.2. A colonização particular - O caso da SOMECO... ..	53
3.2. A instalação dos parceleiros.....	59
3.3. A infra-estrutura-básica.....	69
3.4. Administração do projeto.....	76
3.5. O espaço institucional de organização.....	82
3.5.1. A cooperação agrícola - entre o formal e o real.	83
3.5.2. A experiência associativa de Novo Horizonte....	92
3.6. O processo de produção agrícola.....	104
3.6.1. O crédito rural - PROCERA.....	106
3.6.2. A organização do trabalho e do ciclo agrícola..	112
3.6.3. A escolha dos cultivos.....	127

4. MUNDO NOVO - O retorno.....	137
4.1. A saída do Paraguai.....	139
4.2. O acampamento de Mundo Novo.....	160
4.3. O papel do novo.....	173
4.4. O fim do acampamento e o Novo Horizonte.....	180
4.5. A Reforma Agrária da "Nova República".....	183
5. PARA ALEM DA FRONTEIRA.....	196
5.1. Aproximação conceitual do significado de fronteira.....	197
5.2. A Marcha para o Oeste.....	207
5.3. Oeste do Paraná - A convergência de diferentes posições.....	217
5.3.1. As etapas migratórias.....	222
5.3.2. A ilusão do povo do Norte.....	227
5.3.3. A esperança do povo do Sul.....	237
5.3.4. O "avanço capitalista" e as diferentes faces da modernização.....	245
5.4. A Marcha para o Leste. A ocupação do Paraguai....	255
5.4.1. A colonização pública e privada.....	262
5.4.2. A dimensão geopolítica.....	273
5.4.3. Os Ybiyará e os Ysupó estão chegando.....	277
5.4.3.1. Os primeiros passos.....	280
5.4.3.2. "Cativos" na terra liberta.....	285

6. CONCLUSAO.....	291
ANEXOS	303
7. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	307

LISTA DE ABREVIATURAS.

- ABRA- Associação Brasileira de Reforma Agrária
- BTN- Bônus do Tesouro Nacional
- CANGO- Colônia Agrícola General Osório
- CNEB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na
Agricultura.
- CPT- Comissão Pastoral da Terra
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBR- Instituto de Bienestar Rural
- INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma
Agrária.
- MIRAD- Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário
- MST- Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem
Terra
- ORTN- Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
- OTN- Obrigações do Tesouro Nacional
- PNRA- Plano Nacional de Reforma Agrária
- PROCERA- Programa Especial de Crédito para Reforma
Agrária
- SOMECC- Sociedade de Melhoramento e Colonização
- STR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- UDR- União Democrática Ruralista

RESUMO

No presente trabalho estudamos a migração e trajetória social dos brasiguaios do Assentamento de Novo Horizonte. Este grupo de migrantes brasileiros recebe esta denominação em decorrência do processo migratório desenvolvido, que envolveu um país vizinho- o Paraguai. Este grupo após permanecer acampado, durante seis meses, na cidade de Mundo Novo-MS, foi efetivamente assentado pelo MIRAD/INCRA no interior do município de Ivinhema-MS, junto ao Projeto Novo Horizonte.

Na reconstrução histórica e explicação sociológica desta migração, procuramos seguir a análise a partir do presente; a qual remete a problematização histórico-estrutural dos fluxos migratórios desenvolvidos no Brasil durante as últimas décadas, bem como a consequente ocupação brasileira do Paraguai.

ABSTRACT

This dissertation concerns the migratory process and the social trajectory of the "Brasiguaios" from the "Assentamento" of Novo Horizonte. The migratory trajectory of this group involved a neighbour country- the Paraguay. That's the reason why this group of brazilian migrants was designated as being the "brasiguaios". After remaining mobilized in an "acampamento" in the "município" of Mundo Novo, the group was definitily settled in Ivinhema-Ms, "Projeto Novo Horizonte", by the MIRAD/INCRA.

In the historical reconstruction and sociological explanation of this migration, we attempted to take up the present as a starting point. This field of reference remetes, however, to the historical and structural studies of migrations developed in Brazil in the last decades as well as to the occupation of Paraguay by brazilian rural migrants.

1. INTRODUÇÃO

Em 1985, grande parte dos brasileiros estava atenta aos acontecimentos que vinham se desenvolvendo no cenário político, apesar do espírito cético de muitos que olhavam com descrença a "transição política" que estava se desenvolvendo. Aqueles, preocupados com a concretização da Reforma Agrária, num primeiro momento, sentiram um certo alento com as primeiras manifestações que se fizeram ser sentidas.

Esta esperança do "novo", simbolicamente representada pela "Nova República", provocou o retorno de muitos trabalhadores rurais que viviam no Paraguai. Estes migrantes receberam a denominação de brasiguaios, pelo fato de terem emigrado do Brasil para o Paraguai e depois, retornado ao Brasil. Apesar do retorno expressivo destes migrantes em 1985, tem-se o registro do retorno destes trabalhadores rurais já em 1979, quando houve uma mobilização de brasiguaios (1) residentes na fronteira entre Mato Grosso do Sul e Paraguai. Neste conflito, foi encaminhada ao INCRA solicitação de terras para o assentamento destas famílias.

(1) Este grupo que retornou, em 1979, do Paraguai, recebeu a denominação de brasiguaios, e o grupo que retornou posteriormente foi denominado de brasiguaio, excluindo-se a letra "l".

Em 1981, foram localizadas terras da União, situadas no atual município de Guarantã do Norte-MT. Do total de 500 famílias inscritas, apenas 300 foram transferidas para área. Devido ao alto número de óbitos por malária, o INCRA suspendeu a vinda dos agricultores restantes, permanecendo estes até 1983 em Mundo Novo-MS, quando o INCRA julgou que o problema estava sob "controle" (2).

Houve, também, famílias de brasiguaios que retornaram "espontaneamente", principalmente durante a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. O número total de famílias retornadas, durante este período, permanece desconhecido, apesar do registro da existência das mesmas em diversas localidades do Paraná e Mato Grosso do Sul.

O retorno mais expressivo de brasiguaios ocorreu, no entanto, após o anúncio do I - PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária (maio de 1985). Uma comissão de brasiguaios manteve contato com líderes do Movimento Sem-Terra do Mato Grosso do Sul, bem como com políticos deste estado e integrantes da Comissão Pastoral da Terra, sendo organizado, a partir destas negociações, o retorno para o município de Mundo Novo-MS. Na manhã de 14 de junho de 1985, em um terreno ao lado da Prefeitura deste município, estavam instaladas cerca de duzentas barracas de lona preta, abrigando famílias que haviam chegado durante a madrugada. E

(2) MOTTA, Sérgio H. Allemand. Estudo do perfil epidemiológico em Guarantã do Norte/Mato Grosso. (Tese de mestrado). Salvador-BA, Universidade Federal da Bahia. Julho de 1990. p.12-13.

continuou chegando gente por mais um mês. No final de junho de 1985, já estavam acampadas 950 famílias de brasiguaios. Após um período, e diversos incidentes, onde a polícia do Mato Grosso do Sul e do Paraguai procurou impedir novos retornos, outros acampamentos surgiram, tais como, o acampamento se Sete Quedas-MS (atual município de Paranhos) e outro no município de Eldorado. No dia 15 de junho de 1986, o acampamento de Eldorado já contava com 150 famílias.

Em 9 de dezembro de 1985, após seis meses de acampamento, o INCRA iniciou a transferência de 700 famílias de brasiguaios acampadas em Mundo Novo, de um total de 986 cadastradas pelo órgão. O Assentamento tem uma área de 17.650 hectares, no interior do município de Ivinhema - MS, atualmente chamada de Gleba Novo Horizonte. Esta área onde hoje se localiza o Assentamento já foi marcada por conflitos referentes à luta pela terra. No dia 14 de maio de 1984, o Secretário de Segurança do Mato Grosso do Sul, comandou 600 policiais no despejo de mil famílias, que se encontravam acampadas na área. Esta área, denominada de Gleba Santa Idalina, era propriedade da SOMECO - Sociedade de Melhoramento e Colonização. As mil famílias despejadas neste incidente ficaram, por quase um ano, acampadas no município de Dourados-MS, onde, após, foram transferidas para uma área provisória no município de Nioaque, batizada de Gleba Venceremos.

O Assentamento de Novo Horizonte, no município de Ivinhema, referência empírica de nossa pesquisa, já possui

atualmente 1200 famílias, pois diversos lotes foram divididos com "agregados", que retornaram posteriormente do Paraguai ou de outras regiões. Possui, o Assentamento, uma infra-estrutura básica, com uma área para desenvolvimento urbano de 90 hectares e uma Associação de produção.

Neste estudo está presente a noção de identidade, compreendida como um processo, "que surge como atualização do processo de identificação e envolve a noção de grupo, particularmente a de grupo social" (3). A denominação de brasiguaios envolve, na essência, uma identidade contrastiva, que implica a afirmação do nós (brasileiros que vivem ou viveram no Paraguai) diante dos outros (brasileiros que vivem no Brasil). Esta diferenciação possui não apenas a dimensão de residência (viver no Brasil ou no Paraguai), ela surge e se constrói. Não é, porém, um processo linear e homogêneo, pois a identidade não se afirma isoladamente, mas envolve uma série de identificações e diferenciações entre grupos sociais, podendo ocorrer uma pluralidade de identidades entre os denominados brasiguaios.

Neste caso, sob a mesma denominação de brasiguaios, ocorre uma série de identificações e oposições diferenciadas: ao mesmo tempo em que um grupo de brasiguaios retorna ao Brasil procurando readquirir os direitos da cidadania brasileira, outro grupo de brasiguaios permanece

(3) OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo, Pioneira, 1976.

no Paraguai assumindo e reivindicando os direitos da nacionalidade paraguaia.

No presente estudo, tomamos como definição operacional apenas os brasiguaios retornados que se assumem (e conseqüentemente se diferenciam) como brasileiros que foram usurpados dos seus direitos de cidadania e neste sentido pressionaram o Estado e seus representantes, com o intuito de solucionar a crise fundiária por eles vivenciada.

A identidade assumida toma a forma de uma reivindicação social, onde o existir enquanto brasiguai toma sentido na "luta pela terra". O período em que transcorre estes acontecimentos, está relacionado com o transcurso do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, que foi apresentado como "proposta" frente ao IV Congresso de Trabalhadores na Agricultura, em maio de 1985 e após doze versões aprovado em outubro de 1985, cujo objetivo "consistia, mais uma vez, na expansão da modernização do setor agropecuário e na formação de uma camada de agricultores médios no campo" (4).

Na reconstrução histórica e na explicação sociológica da migração e da trajetória social dos brasiguaios do Programa de Assentamento de Novo Horizonte, pretendemos partir da análise do momento presente, com o objetivo de

(4) TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Depois da Constituinte à colonização agrícola uma solução para a crise agrária brasileira?. Revista Brasileira da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). Ano 18, nº 2, ago./nov., 1988. p.41. A análise destes acontecimentos será desenvolvida com maior detalhamento em 4.5-A Reforma da "Nova República".

retraçar os elementos históricos que o constituem, a fim de reencontrar, no final do estudo, este presente elucidado e compreendido.

Desta forma, este estudo tece um "vai e vem" entre estrutura e ação, com o empenho de analisar os objetos em sua concretude; ou seja, elucidando como este contexto empírico insere-se em um concreto histórico e estrutural.

A migração e a trajetória social dos brasiguaios não são aqui desenvolvidas na sucessão temporal ou cronológica; assim, os fatos históricos passados serão somente considerados quando tiverem um envolvimento com os fatos presentes. Neste viés epistemológico não há um desenvolvimento dos fatos passados em si, mas um envolvimento sociológico que nos permite encontrar, no caso particular, o caso geral (5).

Relativo à migração deste grupo social, foi possível perceber heterogeneidade das suas posições sociais de origem e, conseqüentemente, das posições sociais intermediárias. Esta diversidade de trajetórias sociais e de destinos migratórios, tornou-se mais homogênea somente quando se consolidou o acampamento de Mundo Novo.

Tais questões empíricas dificultaram o enquadramento analítico deste processo, pois tanto as leis migratórias quanto a análise histórico-estrutural das migrações não são

(5) BACHELARD, Gaston. O Novo Espírito Científico (Le Nouvel Esprit Scientifique). Trad. Antonio J. P. Ribeiro. Lisboa, Edições 70, s/d. p.45.

suficientemente esclarecedoras deste problema sociológico (6). Isto porque este problema envolve migrações sucessivas com posições intermediárias rurais e urbanas, tratando-se de uma migração interna e ao mesmo tempo "externa", já que envolve um país vizinho: o Paraguai. Neste sentido, procuramos desenvolver a problemática da migração, como parte de uma estratégia de reprodução camponesa, a qual pode ser denominada de migração por alternância ou substituição (7).

Nesta sucessão de acontecimentos também entra em cena, no grupo em estudo, a questão da Reforma Agrária e o acampamento de Mundo Novo, localizado junto a um centro urbano de um Estado (Mato Grosso do Sul), o qual é considerado como uma fronteira "fechada". Por esses encontros e desencontros move-se a problemática em questão. A complexidade do objeto em estudo é mediatizada pela simplicidade e espontaneidade dos depoimentos destes

-
- (6) "Ora, se a relação estabelecida entre as migrações e o desenvolvimento industrial não é falsa, ela é claramente insuficiente para explicar os fluxos migratórios. A análise de trajetórias individuais e familiares revela a existência, nessa região do Nordeste, de migrantes que se tornaram operários ou empregados urbanos no Sudeste, mas também a presença de indivíduos que conquistaram ou reproduziram a condição camponesa graças a uma passagem temporária pelo mercado de trabalho industrial". GARCIA Jr., Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado**-estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF : Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989. p.13.
- (7) ARIZPE, Lourdes. La migración por relevos, familia campesina y lá reproducción social del campesinado. IN : **Economia campesina y empleo**. Santiago, PREALC, 1981. p.121-143.; TOURAINÉ, Alain. **Palavra e sangue**-política e sociedade na América Latina. Campinas, Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1989.p.63.

brasiguaios, que, movidos pela procura da terra, rompem a fronteira política e conceitual.

Na construção do problema sociológico da migração, recorremos a noção de trajetória social, procurando compreender o caminho percorrido pelos indivíduos no espaço social. Devido o caráter do processo migratório desenvolvido por estes brasiguaios, procuramos desenvolver o que denominamos de trajetória migratória, que relaciona duas dimensões presentes nesta migração: por um lado a transição dos indivíduos no espaço social e, por outro, o deslocamento espacial. Através deste "fio condutor" procuramos determinar, de que forma o capital herdado, corresponde a um feixe de trajetórias prováveis objetivamente oferecido a um agente determinado (8).

Em síntese, o objeto de estudo consiste na reconstrução sociológica das trajetórias de um grupo de camponeses migrantes os quais, através da luta pela terra, construíram a identidade social de brasiguaios.

Ao longo deste trabalho procuramos problematizar uma série de questões que se têm cristalizado como "lugar comum" nos enfoques sociológicos de áreas de ocupação recente. Na linha que seguem as trajetórias dos parceleiros de Novo Horizonte, acompanhamos o alvorecer de questões que não se findam neste trabalho, e sim, simplesmente iniciam. Com o

(8) BOURDIEU, Pierre. *La Distinction - Critique social de jugement*. Paris: Les Edition de Minut, 1979. p.119.; BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbolicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974. Cap.1, p.3-25.

intuito de traçar estes elementos emergentes, situamos inicialmente o Projeto de Assentamento de Novo Horizonte (3-NOVO HORIZONTE - "A terra prometida"), onde através deste "locus" acompanhamos as práticas econômicas e sociais destes parceleiros, que através do trabalho agrícola e das formas de organização procuram obter a reprodução social. Em Mundo Novo (4-MUNDO NOVO-O retorno) localiza-se o momento em que a motivação de retorno destes brasiguaios criou a possibilidade de uma ação reivindicatória, expressa através da organização, da solidariedade e da esperança pelo "novo". A construção deste processo, na realidade, localiza-se para além da fronteira (5-PARA ALEM DA FRONTEIRA) onde o avanço gradativo da "Marcha para o Oeste" e da "Marcha para o Leste" cria as condições do movimento migratório e da exclusão social.

2. TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo desta pesquisa foi realizado junto ao Projeto de Assentamento Novo Horizonte, localizado no município de Ivinhema - MS. A escolha deste Assentamento, como área de estudo, se justifica à medida em que se constitui o primeiro assentamento de brasiguaios realizado. Os assentados, neste Projeto, tiveram um processo significativo na luta pela terra, pois permaneceram aproximadamente seis meses acampados no município de Mundo Novo. Deve-se salientar, também, que o retorno organizado e reivindicativo deste grupo foi pioneiro entre os demais, além de representar quantitativamente o grupo mais expressivo.

O trabalho de campo junto ao Assentamento de Novo Horizonte ocorreu em dois momentos. Inicialmente, foi feito um reconhecimento prévio da área, onde, através da observação participante, tornaram-se possíveis os primeiros contatos e a interação social junto aos parceleiros, sendo escritos os primeiros registros em forma de notas de campo. Na fase seguinte, optou-se pela permanência no Assentamento, durante um período de aproximadamente 40 dias. Uma das dificuldades enfrentadas na realização das entrevistas foi a

locomoção, já que o Assentamento possui uma área de 16.580 hectares e um total de 24 km entre suas extremidades. A opção de não recorrer ao transporte, potencialmente disponível, pelo MIRAD, EMPAER e/ou CPT, devido aos possíveis constrangimentos nos depoimentos pessoais dos parceleiros, tornou necessário um transporte "alternativo": uma bicicleta emprestada por uma auxiliar de enfermagem. Este "meio de transporte", aparentemente neutro de valores simbólicos, criou outro tipo de "estranhamento" entre os parceleiros, que consideraram a bicicleta um tanto pequena e feminina, já que era cor-de-rosa. Um dos parceleiros, bastante desconfiado, me declarou que ao me ver conversando, no centro urbano, com técnicos do MIRAD/INCRA, pensou que se tratava de um "detetive", incumbido de observar os parceleiros que realmente trabalhavam seus lotes. Porém, ao chegar em sua residência um tanto sujo e de bicicleta, a primeira impressão se desfez.

A seleção dos entrevistados no Assentamento teve como critério a localização na área e o tamanho dos lotes. Os lotes da Gleba Novo Horizonte foram divididos em lotes rurais e pararrurais: os primeiros, em número de 576, possuem uma área média de 25 hectares e os pararrurais, em número de 184, uma área média de 7,2 hectares. A destinação dos lotes, segundo os critérios do MIRAD/INCRA, foi baseada no número de membros da família; a localização dos lotes no Assentamento foi dada pelo critério de região de procedência no Paraguai. Com base nestes critérios de localização e

tamanho dos lotes, procuramos verificar a maior heterogeneidade de experiências possíveis.

As entrevistas foram efetuadas através de um duplo procedimento. Após um curto período de convivência com os parceleiros, realizava-se, inicialmente, um Levantamento sócio-econômico com dados referentes à composição etária e sexual dos membros da família (e da família dos agregados, caso existente); perfil migracional e ocupacional; dados respectivos à produção animal e vegetal; regime fundiário; sistema agrário e meios de trabalho, dados estes elucidativos da vida e trabalho dos parceleiros. Posteriormente, foram efetuadas as entrevistas, obedecendo um roteiro previamente elaborado, procurando observar cronologicamente a trajetória migratória através das posições sociais de origem, intermediárias, de retorno (acampamento) e atual (assentamento). Estas entrevistas (9), foram gravadas e contaram, em alguns casos, com a participação de mais de um membro do grupo familiar. O desenvolvimento das mesmas procurou seguir o critério de livre narrativa e atenção flutuante (10). A análise das entrevistas foi efetuada com o "retardamento da categorização", transcrita integralmente, tendo sido construído um código qualitativo de análise, seguido pelo

(9) Foram efetuadas 22 entrevistas, gravadas em fitas magnéticas, as quais tiveram um tempo médio de gravação de 40 minutos. O fichamento destas gravações resultaram em um total de aproximadamente 400 fichas.

(10) THIOLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo, Polis, 1982. p.92.

fichamento e pela classificação. Um dos elementos utilizados para a análise foi o "diário" de um parceleiro, que contém de forma detalhada o registro periódico do processo migratório e vivencial desenvolvido.

A coleta de informações secundárias foram obtidas inicialmente no Paraguai. Neste sentido, foram efetuados contatos com o PAC - *Programa de Ayuda Cristiana em Hernandarias* (Departamento de Alto Paraná). O PAC se autodefine como uma instituição humanitária, de inspiração cristã, criada por iniciativa da Igreja Católica e Evangélica do Rio da Prata. Neste contato, tive oportunidade de obter uma visão geral da situação agrária da região. Foi realizada, também, uma viagem à Assunção, através dos contatos mantidos com a BASE - *Investigaciones Sociales, Educación, Comunicaciones*, que é uma instituição não-governamental e realiza pesquisas em diferentes áreas de atuação. Através deste organismo foi possível obter dados mais precisos do processo de colonização do Departamento de Alto Paraná. Também em Assunção, junto ao *Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos* e no *Comité de Iglesias* obtivemos diferentes percepções do processo de ocupação do Eixo Leste do Paraguai. Os dados e materiais bibliográficos obtidos neste país, deram um esboço geral do processo de ocupação, porém poucos dados salientavam de forma mais detalhada a penetração brasileira e sua significação social, cultural, econômica e política, dificultando, assim, a reconstrução histórica da trajetória migratória desenvolvida pelos

parceleiros de Novo Horizonte. Uma outra ordem de limitações, se refere aos dados estatísticos oficiais que não registram com fidelidade os processos sociais e econômicos, além de registrar o número de migrantes estrangeiros bem abaixo dos realmente existentes (11).

No Mato Grosso do Sul, foi realizada uma consulta no cadastro do MIRAD/INCRA, junto à Delegacia Regional de Dourados, onde foram coletados os dados de naturalidade, procedência e composição etária dos parceleiros. Na cidade de Ivinhema, foi efetuada uma entrevista não-diretiva com o Diretor-Presidente da SOMECO - Sociedade de Melhoramento e Colonização, companhia esta responsável pela colonização de Ivinhema e ex-proprietária da área do atual Assentamento de Novo Horizonte. Durante a permanência no Assentamento de Novo Horizonte, tive a oportunidade de realizar entrevistas informais com os técnicos da EMPAER e MIRAD/INCRA, bem como com os agentes pastorais da CPT - Comissão Pastoral da Terra.

Este conjunto de informações, contribuíram em desiguais proporções ao conhecimento do objeto em estudo. Para evitar as combinações ecléticas e a falta de reflexão metódica, optamos por construir o eixo analítico de desenvolvimento da pesquisa, com as entrevistas dos parceleiros de Novo

(11) MENEZES considera, por exemplo, que o IBR - Instituto de Bienestar Rural "é o órgão com a pior estatística - consciente ou não - já vista por qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo". MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner - Brasil - Paraguai 1955-1980*. Campinas, Papirus, 1987. p.142.

Horizonte, que estão presentes no corpo do trabalho e formam o conjunto de "vozes" que permitiram a construção sociológica deste trabalho.

3. NOVO HORIZONTE - "A terra prometida"

Refrão: "Porteira, abre porteira
porteira se abre pro povo passar

O meu povo morrendo de fome
noutra pátria vivendo explorado
sem direito e sem posse do chão
na pior situação de um povo abandonado

O senhor quando fez o mundo
deu a todos uma doação
crescei e multiplicai disse Deus
para os homens
vivei como irmão

E os homens gananciosos
exploram o trabalhador
ficaram com toda terra
e foram expulsando o povo do senhor

Agora volto com meu povo
nossa terra reconquistar
e de longe avisto a porteira
e grito se abre pro povo passar

E a porteira que está fechada
impedindo meu povo passar
se abriu pelo poder de Deus e
meu povo venceu e se pôs a cantar".
(Música dos brasiguaios ao entrar em
Novo Horizonte. Letra e música de Italo
Cândido e Marcos.)

3.1. A formação do programa

Estar em Novo Horizonte representou aos brasiguaios um longo trânsito de um lugar ao outro, e também uma transição

de um tempo ao outro (12). Foram distantes e diversas as etapas de uma migração, que agora em um "novo horizonte" esperam eles ficar e se reproduzir como camponeses, apesar de que no "novo" existe o envolvimento do velho, que permeia relações sociais e práticas de dominação.

O Projeto de Assentamento de Novo Horizonte foi formado através da desapropriação dos Imóveis Horizonte e Escondido, totalizando 16. 580 ha, e está localizado no interior do município de Ivinhema, ao sul do Mato Grosso do Sul.

Ivinhema é um município situado à margem direita do rio Ivinhema, entre os rios Piravevê, ao norte, e Guiráy ao sul. O município nasceu de duas colonizadoras: a Imobiliária Sul de Mato Grosso, que desenvolveu o distrito de Anandina, e a Sociedade de Melhoramento e Colonização (SOMEÇO), de propriedade da família Massi, que detém a maior parte das terras do município. A importância da SOMEÇO e a forma de ocupação do espaço torna-se clara no seguinte trecho:

Ivinhema existe graças à visão do arrojoso pioneirismo, à confiança e à fé de um paulista, Reynaldo Massi, que sempre acreditou na pujança deste Estado, adquirindo terras, grandes áreas de matas, com a finalidade de construir e implantar uma

(12) MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão** - o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político no campo. Petrópolis, Vozes, 1986. p.45.

cidade, projetada dentro da mais avançada técnica de urbanização. (13)

A observação atenta das formas particulares de discurso que se constroem a partir de áreas recentes de colonização, demonstra a reincidência de uma construção ideológica que procura legitimar o estado "civilizatório" e urbano como: positivo, pioneiro, arrojado. O pioneiro de hoje é construído com base na "saga bandeirante" de ontem, existindo na realidade "novos rótulos de velhas garrafas".

Neste contexto de dominação do espaço exercida pela SOMECO, formou-se o Projeto de Assentamento de Novo Horizonte, através da desapropriação de parte da área pertencente a esta colonizadora. O processo de desapropriação desta área não ocorreu de forma simples e rápida. Diversos acontecimentos se sucederam até a efetiva ocupação por parte dos parceleiros atualmente estabelecidos, envolvendo interesses contraditórios e antagônicos por parte do Estado, do Poder Judiciário e da administração municipal do município de Ivinhema.

A área do atual assentamento de Novo Horizonte, já havia sofrido uma ocupação por cerca de 1500 famílias (ver subcapítulo 3.1.1-A travessia do Guiráy), em 29 de abril de 1984. Porém a pressão da SOMECO junto ao Poder Judiciário e a ação policial comandada pelo Secretário de Segurança, Aleixo Paraguassú, fizeram com que ao final de 15 dias de

(13) Sociedade de Melhoramento e Colonização. Histórico do município. mimeo. Ivinhema. s/d.

ocupação o Juiz Tenir Miranda emitisse a reintegração da posse e a ordem de despejo. As famílias despejadas neste incidente acamparam em uma área pertencente à igreja, na Vila São Pedro em Dourados/MS, onde ali permaneceram mais de 4 meses, período em que duraram as negociações com o Governo. Por fim, os colonos acampados foram para o assentamento "provisório" em uma área de terra (2500 ha) no município de Nioaque/MS, com aproximadamente 4 hectares de terras pouco férteis para cada família.

E necessário ressaltar que parte das famílias que participaram da ocupação da Gleba Santa Idalina (atual Novo Horizonte) eram de brasiguaios oriundos da região limítrofe com o Brasil, que, desistindo do assentamento "provisório" no município de Nioaque, retornaram a acampar em Mundo Novo em junho de 1985, resultando no assentamento de Novo Horizonte, como salienta o depoimento deste parceleiro:

Fiquei 3 ano e poco dentro do Paraguai só. Então foi onde é que a gente se procurô que existiu essa... invasão aqui nessa fazenda né? O qual a gente táva no meio, meio por fora dos assunto da organização que a gente tinha aqui, infelizmente não tivemo oportunidade de ficá aqui nesse local(...) a gente ficô 15 dias aqui dentro dessa área, fomo despejados fora daqui, mas não fomo direto embora de volta, fomo prá Vila São Pedro em Dourados, a qual fiquemo lá mais 5 meis acampado. o qual saiu aquela área de terra lá em Padroeira do Brasil, em Nioaque.. que foram prá lá, mais quando foi pedido o cadastramento lá, que era de 4 hectares de terra muito fraca, eu desisti, não encarei.

Este depoimento evidencia que a trajetória social de alguns brasiguaios do Projeto de Novo Horizonte foi marcada

pela experiência coletiva de luta pela terra. O fato deste parceleiro afirmar que na época ainda estava "meio por fora dos assunto de organização", indica que no novo acampamento as experiências de organização e negociação interiorizadas anteriormente possibilitaram uma nova estratégia de luta pela terra.

Outro fato contraditório na desapropriação da área, foi relativo à dimensão do imóvel. No Projeto encaminhado pelo INCRA/MS ao Governo Federal, para execução do Assentamento de Novo Horizonte, consta:

O Decreto nº 91.792, de 17 de outubro de 1985 declarou de interesse social, para fins de desapropriação os imóveis rurais denominados de Horizonte e Escondido, situados no município de Ivinhema/MS, com área total de 18.468 ha, registrada em favor do INCRA no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ivinhema/MS sob nº 3822, livro único, às fls. 166, em 2 de dezembro de 1985. (14) (Grifos nossos).

Porém, no relatório posterior da Delegacia Regional do MIRAD/MS (Projeto Fundiário Dourados), consta a área atual do imóvel de 16.580 ha, tendo sido excluídos do decreto 1887 ha. A informação prestada pelo Executor do Projeto Fundiário Dourados, Samuel de Campos Vidal, é de que houve um erro planimétrico da área que resultou na superestimação da dimensão dos imóveis (Horizonte e Escondido).

(14) INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA. Projeto de assentamento Novo Horizonte. Campo Grande, março de 1986.

Dados desconexos em relação à dimensão dos imóveis já haviam sido registrados na ocupação da área por posseiros em 29/04/1984. Durante este episódio constatou-se que o cadastro do INCRA relatava uma dimensão, enquanto a dimensão das áreas escrituradas no registro de imóveis de Dourados/MS e Andradina/SP, que datam de 1951, é outra.

A problemática da questão dos direitos legais de propriedade da terra, principalmente a titulada no início da formação da fronteira é bastante comum (15). No caso do Mato Grosso do Sul, em diferentes períodos, ocorreram desacordos entre o Governo Federal e o Governo Estadual, como por exemplo em Iguatemi onde o Governo Federal desapropriou esta área de intensa migração para evitar um conflito em potencial (16).

A situação de autoridade dual nas regiões de fronteira onde a propriedade da terra pode mudar não somente por contrato comercial, mas também por decisões judiciais, leva inevitavelmente à confusão legal a nível local (17).

A propriedade legal da terra pode, desta forma, assumir particularidades e especificidades a nível local e, por vezes, um antagonismo de interesses em diferentes momentos

(15) Ver: FOWERAKER, Joe. **A Luta pela Terra** - a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais (The Struggle for Land). Trad. Maria Julia Goldwasser. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p.147-156.

(16) MOLINA, Maria I. Guerra. **Migração rural-rural**. Análise sociológica da migração dos parceleiros do projeto Iguatemi. Tese de doutoramento apresentada à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo. Piracicaba, 1970. p.38.

(17) FOWERAKER, Joe. Op.cit. p.147.

pode produzir resultados também diferenciados, como é o caso do presente estudo.

3.1.1. A Travessia do Guiráy

Rio Guiráy se você falasse agora
bem depressa e sem demora
entoando uma canção
toda em verso para o povo dessa terra
que tantos homens sem-terra
olhem em sua direção
(Versos do brasiguaió Carlos José Rodrigues)

Guiráy (pássaro em guarani) é um dos rios que delimita Ivinhema e a Gleba Santa Idalina, de propriedade da SOMECO. Foi através de suas águas correntosas que cerca de 1000 famílias de trabalhadores rurais "sem terra" atravessaram suas margens para ocupar 18.000 ha de terras férteis e desocupadas. Estes "sem-terra" jamais poderiam imaginar que esta travessia abriria o caminho não deles próprios, mas de outros "sem-terra" que, num segundo momento, consolidariam o Projeto de Assentamento de Novo Horizonte.

A travessia do Rio Guiráy foi uma luta social que marcou a ruptura com a fragilidade da ação coletiva dos "sem-terra", da fragmentação das ações que não conseguiam imprimir uma organização e uma estratégia de luta, eles passam, a partir deste momento, a utilizar-se de uma base de organização e uma política de alianças que produziram a repercussão deste incidente a nível estadual e nacional. Na realidade, poderíamos relativizar o alcance desta ação

coletiva, porém a nível estadual foi significativa, pois representou no plano político a polarização e o antagonismo de interesses entre Governo Federal, Governo Estadual, Poder Judiciário, Companhia Colonizadora e administração municipal de Ivinhema.

Para situarmos este conflito em seu contexto procuramos desenvolver a ocorrência de conflitos fundiários e outros eventos a nível nacional, que direta ou indiretamente influenciaram a emergência e a estratégia de luta posta em prática por estes trabalhadores "sem terra".

Em 1979, o 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) afirmava como luta prioritária dos trabalhadores rurais a Reforma Agrária. Apesar de existir uma certa tensão entre a CONTAG, a FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) no Mato Grosso do Sul e a "autonomia" do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Mato Grosso do Sul, a CONTAG ainda era a principal instância de mediação dos trabalhadores rurais e :

As contradições e tensões entre as ações concretas dos movimentos e a representação sindical a nível nacional acabam abrindo possibilidade que a direção da CONTAG tem sabido aproveitar e que contribuem para o avanço coletivo dos trabalhadores rurais. O III Congresso, em 1979, e o IV Congresso, em 1985, se constituíram em momentos expressivos a respeito, pela representatividade e pelas teses avançadas. (18)

(18) GRZYBOWSKY, Cândido. Caminhos e descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. Petrópolis, Vozes, 1987. p.84.

No ano de 1979, também, o Rio Grande do Sul torna-se palco de diversos conflitos fundiários. Em Ronda Alta, interior do Estado, posseiros expulsos da Reserva Indígena de Nonoai organizam-se e ocupam duas fazendas do Estado (Macali e Brilhante), que estavam arrendadas. Os agricultores acabam ganhando o direito de cultivar a área e conquistam outras duas áreas, já que as Fazendas Macali e Brilhante não eram suficientes para o número de famílias acampadas.

A capacidade de resistência dos Colonos de Nonoai, aliada à sua organização interna, está sendo a principal arma na estratégia de luta adotada que os está levando à vitória. Apesar das diversidades, das tentativas de desarticulá-los, mantêm-se firmes em seus propósitos, unidos no essencial e organizados para a representação. Serviram de estímulo e "modelo" para os quase 600 colonos acampados à beira da estrada - os sem-terra de Ronda Alta - em frente a uma das granjas conquistadas (a Macali), bem como constituem-se em referencial obrigatório para a organização e luta dos sem-terra do Estado e mesmo fora do RS. (19)

Em 1980, no estado de Santa Catarina, município de Campo Erê, 300 posseiros que ocuparam gradativamente a Fazenda Burro Branco, organizam-se e conseguem que a área seja desapropriada. Também em Andradina/SP, 400 famílias ocupam a Fazenda Primavera, forma-se o acampamento e, no

(19) GEHLEN, Ivaldo. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o estado - O caso da Fazenda Sarandi*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado. 1983. p.198.

processo reivindicatório, é feita a desapropriação da área (20).

No início dos anos 80, no Paraná, os expropriados da Hidroelétrica de Itaipu, com o conhecimento das experiências de outras barragens e o esgotamento das formas "tradicionais" de reivindicação, organizam o Movimento de Justiça e Terra e o cerco do escritório da Itaipu procurando resistir à expropriação. Com a experiência deste Movimento, foi criado o MASTRO-Movimento dos Agricultores Sem Terra no Oeste do Paraná, "que aglutinou tanto colonos da área de Itaipu, agricultores da região e inclusive inúmeras famílias de brasileiros, atualmente residindo no Paraguai" (21).

A articulação destes conflitos e a criação de movimentos reivindicatórios culminou com a criação, a nível nacional, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que se autodefine como:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é uma forma dos trabalhadores sem terra das comunidades, dos municípios, Estados e do Brasil, se articularem para lutar por seus direitos. (22)

No bojo destas articulações, em Medianeira/PR, em junho de 1982, realiza-se um encontro de trabalhadores rurais sem

(20) MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro, FASE, 1989. p.148.

(21) GERMANI, Guiomar. **Os expropriados de Itaipu - o conflito: Itaipu x colonos**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre, 1982. p.98.

(22) MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Construindo o caminho**. São Paulo, 1986. p.41.

terra envolvidos em conflitos nos cinco estados do sul: Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Neste encontro, ficou decidida a formação de uma Comissão Provisória dos estados do sul. Posteriormente, em Goiânia, no mês de setembro do mesmo ano, realiza-se um encontro a nível nacional envolvendo 16 estados, onde formaram-se Comissões Regionais para as principais regiões do Brasil.

Em 1983, ocorre uma expansão mais significativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a realização de um 1º Encontro Regional mais amplo, que acontece em Cascavel/PR, onde são definidos a direção política das lutas, os métodos de organização e a estrutura básica do movimento, optando-se por ampliar as formas de pressão concreta através de ocupações e acampamentos, discutindo-se pela primeira vez como deveria continuar a luta depois de conquistada a terra.

No Mato Grosso do Sul, houve uma série de conflitos fundiários neste período, que apesar das especificidades de algumas lutas sociais ocorridas, experiências diversas permitiram que, em um dado momento, ocorresse a intersecção de diferentes trajetórias. Já em 1979, um conflito entre arrendatários e proprietários de fazendas em Naviraí/MS terminou em processo judicial, dando ganho de causa aos arrendatários. O advogado dos arrendatários, Joaquim dos Neves Norte, reivindicou, no processo judicial, a

permanência na área por mais três anos, segundo o Estatuto da Terra.

Apesar do ganho de causa na justiça, o proprietário de uma das fazendas em conflito mandou arrancar as cercas e soltou seu gado nas lavouras dos arrendatários. O advogado dos arrendatários Joaquim dos Neves insiste e pede a indenização dos agricultores e a desapropriação da área para fins de Reforma Agrária. O INCRA intervém e sugere a transferência dos arrendatários para projetos de colonização no Norte. Em 12 de junho de 1982, o advogado dos arrendatários, Joaquim dos Neves Norte, é assassinado em frente ao seu escritório.

Em maio de 1981, no município de Itaquiraí/MS, cerca de 700 trabalhadores rurais "sem terra" ocupam a Fazenda Baunilha. A ocorrência desta ocupação está relacionada com o Programa desenvolvido pelo Governo do Estado, que lança o Projeto Guatambu, o qual se propunha a dar assistência técnica, econômica e social ao pequeno produtor, além de solucionar os conflitos de terra.

No desenvolvimento deste incidente, após a formação de uma Comissão, os ocupantes são retirados da área pela Polícia Militar e alojados "provisoriamente" em um acampamento a 2 quilômetros de Itaquiraí/MS. O acampamento "provisório" durou um ano e um mês com o saldo de cinco pessoas mortas por falta de atendimento. Das 438 famílias, apenas 64 resistiram, sendo posteriormente transferidas pelo

INCRA para uma área no município de Cassilândia/MS. Após permanecerem na área por um ano em condições precárias, devido à qualidade dos solos - com acidez elevada - e sem recursos de fazerem a correção, são transferidas para Colider no Mato Grosso, no Projeto Braço Sul, junto à BR Cuiabá-Santarém.

Neste processo de luta pela terra, o INCRA enquanto mediador, acenava sempre com a colonização como alternativa para a crise fundiária. E o que TAVARES DOS SANTOS (23) denomina de "ciclo de colonização contra a Reforma Agrária" que perdurou entre 1970 a 1984.

la colonisation s'est imposée pour écarter du champs des possibles l'exécution d'une réforme agraire, laquelle pourtant demeure très présente dans la question agraire au Brésil. (24)

Porém, a partir de 1982, começa a se esboçar no estado do Mato Grosso do Sul a união do Movimento dos Sem-Terra. A partir de uma reunião em Taquarussú/MS, arrendatários de Naviraí, despejados de Itaquiraí, acampados de Taquarussú além de outros "sem-terra" do Mato Grosso do Sul e representantes da CPT, passam a estudar a situação da crise fundiária no Estado, bem como o Estatuto da Terra e discutem a atuação dos sindicatos. Os resultados deste encontro

(23) TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Matuchos, Le Reve de la Terre*, etude sur le processus de colonisation agricole et les luttes des paysans méridionaux au Brésil 1930-1984. Paris, Université de Paris X-Nanterre, 1987, Tome I. Tese de doctorat d'état em Sociologia. p.113.

(24) TAVARES DOS SANTOS. Op.cit. p.113.

indicaram a necessidade de uma ação conjunta, mas autônoma, já que os sindicatos não conseguiam objetivar os interesses específicos dos sem-terra. A partir daí as reivindicações dos "sem-terra" são divulgadas em nome do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Mato Grosso do Sul, formando-se Comissões municipais e uma Comissão Estadual, sendo que, no final de 1982, o Movimento já abrangia 20 municípios.

O movimento estende-se para o Oeste de São Paulo e Mato Grosso do Sul, seguindo a esteira do próprio processo de migração dos colonos e, através da Igreja, incorpora grupos de sem-terra em luta em outros Estados. (...) A volta dos colonos migrados para o Paraguai nos anos 70, os "brasiguaios", em maior número no estado do Mato Grosso do Sul, é outra frente do movimento. (25)

No encontro regional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na cidade de Cascavel/PR em 1983, criaram-se linhas gerais de atuação que passaram a fazer parte da estratégia de luta deflagrada pelos "sem-terra" na ocupação da Gleba Santa Idalina. É importante salientar que os resultados dos Encontros, Congressos e a formação de Comissões regionais e municipais possibilitaram uma estrutura de organização mais efetiva. Os atos e representações dos "sem-terra", porém, não podem ser compreendidos como uma consequência direta destes eventos. A

(25) GRZYBOWSKI, Cândido. 1987. p.24.

apreensão subjetiva destas circunstâncias ocorre, muitas vezes, mediatizada por uma realidade local ou regional (26)

Por parte da mediação política, o apoio importante e de certo modo decisivo que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra emprestou a este grupo, não se deve somente ao seu grau de articulação interna. No Mato Grosso do Sul, existe, na realidade, uma crise de mediação política dos "sem-terra", já que o movimento sindical não tem representatividade dentro deste segmento social e os sindicatos que sofreram renovação da chamada "oposição sindical" não são expressivos, além do fato de existir uma clara tensão entre a forma de atuação do Movimento Sem-Terra e a estrutura sindical do Estado. Certamente o apoio que a Igreja empresta a este movimento, particularmente a Comissão Pastoral da Terra - CPT, faz com que as articulações tornem-se mais amplas espacialmente, como no caso da Gleba Santa Idalina, e as manifestações apresentem uma conotação político-religiosa.

(26) "A pressão da necessidade econômica pode suscitar um descontentamento e uma revolta que não supõem necessariamente o escopo claro e racional da finalidade da revolta (como é visto pela distância que separa a quase sistematização afetiva e uma verdadeira totalização) e que podem se traduzir pela passividade resignada quanto por explosões elementares e desprovidas de finalidade explícita. BOURDIEU, Pierre. *O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais* (Travail et Travailleur en Algérie). São Paulo, Perspectiva, 1979. p.134.

Na ocupação da Gleba Santa Idalina (27), atual assentamento de Novo Horizonte, os municípios de procedência das mais de mil famílias envolvidas neste conflito são da microrregião Campos de Vacaria e Mata de Dourados, localizada no extremo sul do estado do Mato Grosso do Sul. O movimento abrangia os municípios de Mundo Novo, Eldorado, Iguatemi, Itaquirai, Navirai, Caarapó, Fátima do Sul, Dourados, Deodópolis, Ivinhema (Distrito de Anandadina), Angélica, Nova Andradina, Bataiporã e Taquarussú, além de cerca de 60 famílias de brasiguaios. O deslocamento necessário para ir a Gleba Santa Idalina chegava a 210 km, como no caso dos "sem-terra" procedentes de Mundo Novo.

O percurso para chegar à área e às diferentes possibilidades de falhas na estratégia de ocupação foram pacientemente estudadas. Em Navirai, um grupo de "sem-terra" construiu uma passarela com 50 metros de comprimento, feita de tábuas e cabos de aço, para a travessia do Rio Guiráy, local este considerado o mais apropriado de ocupar a Gleba Santa Idalina.

Devido ao número de participantes deste conflito, as informações sobre a ocupação acabaram sendo difundidas. O INCRA procurou impedir o movimento e a FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura, seguindo a orientação de seu presidente, condenou a ocupação. Apesar destas

(27) Os dados empíricos da ocupação, bem como a sua cronologia foram elaborados a partir de: CORTEZ, Cácia et alii. **A Travessia do Rio dos Pássaros** - ocupação da Gleba Santa Idalina em Ivinhema. s.l. 1985.

manifestações, a área a ser ocupada foi mantida em sigilo, existindo apenas suposições. Mesmo assim, o policiamento intenso nos municípios de procedência dos "sem-terra" e outras vias de acesso fez com que fossem interditados os caminhões provenientes de Bataiporã, Taquarussú, Nova Andradina e Amandina, sendo que o caminhão de Naviraí acabou parando por defeito mecânico.

Os restantes dos "sem-terra" chegaram à área, junto às margens do Rio Guiráy, área limitrofê da Gleba Santa Idalina, e passaram a pensar em como realizar a travessia, já que a passarela havia ficado no caminhão proveniente de Naviraí. Mesmo com a correnteza, um jovem atravessa a nado levando um cabo de aço para a outra extremidade do rio.

Desta forma, na manhã do dia 30 de abril de 1984, com a travessia realizada, consolida-se a ocupação da Santa Idalina. Nesta mesma manhã, o policiamento já era intenso, sob o comando do Secretário de Segurança do Estado. Por parte dos ocupantes, após um início de negociação com o Secretário de Segurança, é organizada uma Comissão de onze pessoas (uma de cada município), que vai a Campo Grande negociar com o Governador Wilsom Barbosa Martins. Durante o conflito, a polícia agiu em consonância com os interesses da SOMECO, sendo que esta ofereceu apoio, estadia e deslocamento para os policiais. Por parte do Poder Judiciário, o pedido de manutenção de posse recebeu liminar favorável no mesmo dia, pelo Juiz Tenir de Miranda. O prefeito de Ivinhema, logo de início, mostrou-se favorável à

ocupação, porém, temendo represálias, dias após, retrocedeu. Na correlação de forças dispostas no conflito, os religiosos conjuntamente a CPT - Comissão Pastoral da Terra e o bispo de Dourados, Dom Teodardo Leitz, manifestam seu apoio.

A mediação política por parte da CPT e dos membros da Igreja se propôs a estimular as iniciativas destes "sem-terra", mas sem influenciar na organização própria destes camponeses e não assumindo a responsabilidade dos atos praticados. O Bispo de Dourados, em carta aberta (19/05/1984), afirma o seguinte:

A acusação de que a Pastoral da Terra (CPT) teria planejado, organizado e até financiado a invasão, também não corresponde à verdade. No caso, deve-se distinguir entre "Movimento Sem-Terra" e a "Pastoral da Terra" e ainda as comunidades Eclesiais de Base, todas entidades diferentes e distintas umas das outras. (...) Quem planejou e organizou a ocupação da área da SOMECO foi o "Movimento dos Sem-Terra", e os próprios ocupantes, vendendo os seus pobres pertences, custearam o transporte.

A deliberada exclusão da Igreja enquanto instância organizativa dos "sem-terra" e a classificação das instituições com características definidas, cumprem, na realidade, um papel mais "oficioso" do que real, já que, na prática, existe uma colaboração recíproca entre membros das instituições, o que facilita a organização dos "sem-terra".

A Igreja, neste conflito, assumiu um papel importante, enquanto mediação política dos ocupantes. As diversas cartas abertas do bispo de Dourados e a sua presença constante nos

incidentes que se desenvolveram, permitiram uma repercussão mais ampla nos meios de comunicação, instituindo um " espaço político libertador sacralizado pela sua presença" (28). A solicitação da presença do bispo, por parte dos "sem-terra", sua intervenção e a celebração de uma missa em ação de graças no local cumpre uma dupla função:

de um lado, porque as vítimas e perseguidos não tinham e não têm outra alternativa. A justiça e a polícia locais têm estado sob controle dos grandes proprietários, não sendo raro que o juiz, o delegado, o comandante do destacamento e todos outros funcionários públicos tenham sido nomeados pelo governador por indicação de políticos apoiados e eleitos pela interferência dos grandes fazendeiros locais. (...) De outro lado, porque a Igreja, a partir dos anos sessenta, tem sido a Igreja de opção preferencial pelos pobres e da pastoral social." (29)

Estas considerações de MARTINS são oportunas neste caso empírico, pois apesar de existir um certo desencontro entre os interesses expressos pelo Prefeito de Ivinhema, Governo Estadual e a Colonizadora, o desenvolvimento dos fatos faz com que a polarização ocorra entre a Igreja sacralizando o espaço político e a SOMECO procurando controlar o Poder Judiciário, o Governo Estadual e a administração municipal.

O Deputado Federal Sérgio Cruz, indignado com a situação em que se encontram os ocupantes e a forma de ação da polícia subordinada a SOMECO, salienta:

(25) MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite - emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo, Hucitec, 1989. p.64.

(29) MARTINS, José de Souza. 1989. Op. cit. p.87.

A PM, desgraçadamente, no município obedece à SOMECO, que lhe paga o soldo, dá-lhe o rancho, equipa-lhe com viaturas (inclusive aviões), e faz de seus oficiais magarefes exercendo ação contra os trabalhadores humildes, por cuja segurança o Estado também é responsável. (30)

Durante a negociação com a Comissão dos onze ocupantes da Gleba Santa Idalina, o Governador Wilsom Barbosa Martins alegou não ser possível desapropriar a área, porém prometeu negociar com os diretores da SOMECO; disse, também, que iria a Brasília falar com o Ministro de Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, para desapropriar áreas devolutas no Estado. Após esta reunião, o Governador reuniu-se com os diretores da SOMECO, acompanhado pelo Presidente da FETAGRI, Pedro Ramalho, mas os resultados da reunião não foram divulgados.

No mesmo período em que a Comissão reunia-se em Campo Grande com o governador, um grupo de técnicos do TERRASUL (órgão fundiário sob responsabilidade do Governo Estadual) e do INCRA procuraram fazer o cadastramento dos ocupantes, mas eles não concordaram, pois acharam que a demarcação da área deveria ser prioritária. Como represália a esta atitude dos ocupantes, a polícia impede a entrada, na área, do caminhão de mantimentos e proíbe a visita de qualquer pessoa. O "clima" na Gleba Santa Idalina torna-se tenso e, apesar das represálias da polícia, o Deputado Federal Sérgio Cruz e o

(30) CRUZ, Sérgio. **Conflito de Ivinhema** - violência contra os trabalhadores sem terra. Documentos transcritos dos Anais da Câmara. Brasília, 1984. p.25.

bispo de Dourados, Dom Teodardo, entram na área e conversam com os ocupantes. Relatando o episódio da Gleba Santa Idalina, o Deputado Federal Sérgio Cruz afirma:

Este local onde estamos - eu e os trabalhadores sem terra - é um autêntico e abominável campo de concentração. (...) Possesores são ameaçados por policiais que, ostensivamente, passeiam pelo acampamento; policiais interrogam trabalhadores, como se estes fossem bandidos; e não tem faltado ameaça de morte aos que reclamam o direito de cidadão. (31)

As observações do Deputado Sérgio Cruz remetem à análise do que ele denomina de campo de concentração. A atuação da polícia e dos outros órgãos repressivos do Estado utilizam-se de uma série de técnicas para produzir o controle disciplinador nas situações de conflito. Estes controles social e espacial efetuados na Gleba Santa Idalina se repetem em outros conflitos, onde a polícia delimita a área em que os ocupantes podem circular e impede que visitantes entrem na área (controle do espaço), o que permite um disciplinamento. (32)

A tensão presente na área se intensifica a partir do dia 11 de maio. O juiz Tenir de Miranda dá a ordem de despejo e, por consequência, aumenta o policiamento no local. Os recursos de apelação do advogado dos "sem-terra", Artur Marwel, no Tribunal de Justiça, são adiados para uma

(31) CRUZ, Sérgio. Op.cit. p.14.

(32) Ver: FOULCAULT, Michel. **Vigiar e punir** - história da violência nas prisões. (Surveilleur et Punir), Trad. Ligia M. Pondé Vassallo, 5ª ed. Petrópolis, Vozes, 1987. p.136-163.

nova audiência. A apelação feita pelo advogado Artur Marwell apontava uma série de irregularidades no processo judicial, já que os documentos apresentados pela colonizadora apresentavam uma dimensão e no cadastro do INCRA constava outra dimensão. Os registros de imóvel da colonizadora eram de 1951 e provenientes de Dourados/MS e Andradina/SP. Desde então, as terras haviam permanecido ociosas e sem nenhum plano de colonização, o que contradiz a própria função da empresa.

...com os órgãos federais e estaduais enredados em emaranhados legais, os grupos econômicos e capitais podem desfrutar de muito maior liberdade para especular sobre a terra (...) as pressões exercidas sobre o sistema legal, tanto por capitais privados como por setores do Estado, fazem dele um instrumento parcial do controle político, ao invés do instrumento imparcial da justiça.
(33)

As tentativas de negociação com o governador Wilson Barbosa Martins foram infrutíferas. As promessas que havia feito aos ocupantes não passaram de evasivas, com a finalidade de adiar e esvaziar o movimento e, sob aconselhamento do Ministro Danilo Venturini, foi liberada a ordem de despejo. Mesmo com a ordem de despejo já encaminhada ao oficial de justiça, um comitê de apoio aos "sem-terra" intercede pedindo o adiamento do despejo, ficando, desta forma, acertado que o despejo ocorreria no manhã do dia 14 de maio.

A operação de despejo, que deveria ocorrer na primeira hora da manhã, se estende por mais algumas horas, devido à insistência dos ocupantes pela presença do bispo de Dourados. E assim, no final da manhã, com a chegada do bispo e sob intensa chuva, com os acampados rezando junto a uma cruz que havia sido montada no acampamento, a polícia, de forma truculenta, efetua o despejo.

Os despejados da Santa Idalina, através da intervenção da Igreja, formam um novo acampamento na Vila São Pedro em Dourados, enquanto uma comissão dos "sem-terra" acampa na Praça Ernesto Geizel junto à Assembléia Legislativa de Campo Grande. A cidade de lona da Vila São Pedro, em Dourados, permaneceu por mais de quatro meses, e as famílias sofreram uma série de privações devido à carência de alimentos e atendimento médico. Neste período os acampados permaneceram fazendo manifestações reivindicatórias, sendo que, interromperam a rodovia que liga São Paulo-Campo Grande duas vezes.

As dificuldades destes "sem-terra" não ocorreram apenas na Vila São Pedro, pois os acampados na Praça em Campo Grande sofreram intervenção da polícia, sendo retiradas todas as lonas plásticas e objetos pessoais que possuíam. Após permanecerem sem recursos durante dois dias, foram removidos para o pátio da Catedral de São José, atrás da Assembléia Legislativa.

As negociações com o Governo desenvolveram-se lentamente, onde a comissão de negociação passa a vistoriar diversas áreas em companhia do Instituto de Terra e Colonização do Mato Grosso do Sul. Na falta de um local adequado para o assentamento do total de famílias acampadas na Vila São Pedro, os "sem-terra" aceitam uma Gleba de terra no município de Nioaque/MS, sob condição de ser um assentamento provisório. Assim, no dia 3 de setembro de 1984, os acampados da Vila São Pedro são transferidos para esta área de terra denominada de Assentamento Provisório Padroeira do Brasil. O local deste assentamento apresenta fertilidade baixa e um lote médio por família de 4 hectares, tendo sido efetivamente assentadas 471 famílias das 800 que ocuparam a Gleba Santa Idalina. Das famílias provenientes do Paraguai, que se dispersaram neste longo caminho até o assentamento da Padroeira do Brasil, a maioria retornou ao Paraguai.

A trajetória social que levou estes "sem-terra" de diferentes municípios do Mato Grosso do Sul e do Paraguai a ocupar a Gleba Santa Idalina, representou, ao nível da apreensão subjetiva, a possibilidade de coletivamente reivindicar o "seu direito". Até mesmo os que retornaram ao local de procedência por não verem possibilidades no Assentamento da Padroeira do Brasil ou por existirem vantagens diferenciais no local de origem, ficaram marcados pela experiência da Gleba Santa Idalina.

Um parceleiro, que participou da Gleba Santa Idalina e hoje se encontra assentado em Novo Horizonte, descreve da seguinte forma a ida para o Assentamento da Padroeira:

... aí teve um cara que perguntou, mas é só um alqueire, é sim só 1.5 alqueire de terra, ele ainda falou que tive a sorte de pegá 1 alqueire e meio de terra num campo bem bom, uma terra boa ainda tá mais ou meno; e aquele que pegá dentro de um banhado, um troço que não vale nada fica mais ruim ainda (...) negócio vorta prá trás, naquela labuta louca também é a mesma coisa, ficô quase na mesma, então vô pro Paraguai e já tô lá mesmo, já to cum 7, 8 ano que moro lá, já tô acostumado (...) vou voltá prá trás, eu não quero nem sabê eu vou embora, se vocês quiserem ficá aí... fiquem !

Após o retorno ao Paraguai, o mesmo parceleiro relata o seguinte:

... mas lá todo mundo era vizinho, e tinha cara lá que eu fiquei sabendo pelo rádio, e na otra semana já estorou o acampamento no Mundo Novo, eu já tinha pegado no rádio, o primeiro que pegou fui eu, ali eu fui no mercado comprei uma lona 7 X 8 e fizemo um barraco e colocamo 11 homem dentro daquele barraco, tudo vizinho, tudo do Paraguai...

A estratégia de sobrevivência posta em prática por este parceleiro procurou conciliar a manutenção de sua posse no Paraguai, preservada pelo trabalho dos demais membros da família, enquanto ele permanecia em uma migração temporária para conseguir através de uma ação coletiva a propriedade da terra. Porém, deve-se considerar o fato que o local de procedência destes "sem-terra", que retornaram ao Brasil para participar da ocupação da Gleba Santa Idalina, são procedentes da área limítrofe com o Brasil o que facilita o

"ir e vir". Além da proximidade geográfica das áreas de migrantes brasileiros no Paraguai, os brasiguaios nas áreas de fronteira costumam sintonizar emissoras de rádio e televisão brasileiras, o que propicia uma vinculação mais direta com os acontecimentos do Brasil.

3.1.2. A colonização particular - O caso da SOMECO

A SOMECO - Sociedade de Melhoramentos e Colonização foi um dos agentes polares no conflito da Gleba Santa Idalina. A atuação desta empresa no conflito, não se deve somente ao fato de ser a proprietária da área onde houve a ocupação, mas ao papel que esta desempenha no contexto local.

A área de Ivinhema havia sido ocupada no século passado pela Companhia Mate Laranjeira que, a partir de 1892, obteve uma vasta área de terra no Estado, sob regime de arrendamento, para o cultivo do mate, o que afastou colonizadores brasileiros que pudessem representar uma ameaça ao seu monopólio. Em 1944, Vargas anulou os direitos da Companhia rompendo com o controle privado e estrangeiro de uma enorme área de terra próxima à fronteira política, com a intenção de propiciar o desenvolvimento da região através da colonização, no interesse da segurança nacional (34).

(34) Ver FOWERAKER, JOE. Op.cit. p.135.

Após o fim do contrato com a Companhia Mate Laranjeira, a área da atual cidade de Ivinhema permaneceu nas mãos de especuladores de terra, até efetivamente ser adquirida pela SOMECO, que, no início da década de 60, derrubou parte da mata para implantar o núcleo urbano. A escassez da mão-de-obra na região fez com que a SOMECO utilizasse a contratação de migrantes nordestinos que chegavam a São Paulo. (35)

Com o projeto do urbanista brasileiro, Francisco Prestes Maia, foi demarcada uma área de 968 ha para a implantação da cidade planejada para uma população de 60.000 habitantes, dividida em quatro zonas-centro-comercial, residencial, operária e industrial e distribuída em oito bairros. Com o desenvolvimento da colonização, em novembro de 1963, é criado o município de Ivinhema.

A área colonizada pela SOMECO é de 77.558.07 ha, distribuídos num total de 3.031 lotes, com uma área média por lote de 15 ha. Atualmente, alguns lotes foram aglutinados, por seus proprietários, através da compra de áreas contíguas. A população predominante da área rural do município é procedente do estado de São Paulo, sendo estes, antigos arrendatários de café daquele estado que se incorporaram à região pela expansão da lavoura cafeeira e pela oportunidade de adquirir lotes de terra a preços relativamente inferiores aos de São Paulo. A predominância de ex-arrendatários de café, além de outros fatores, propiciou que o café fosse a cultura predominante no

(35) CORTEZ, Cácia et alii. Op. cit. p.59.

município, onde já existem mais de 6 milhões de pés de café em produção.

Observando-se a constituição do município numa perspectiva histórica, pode-se perceber o papel desempenhado pela SOMECO na construção da Ivinhema de hoje. Porém a construção da infra-estrutura urbana e rural representa apenas uma parte do que é realmente constitutivo. Ivinhema, "terra há muito desejada", ou ainda "terra prometida", existe, segundo a história local, "graças ao arrojo, ao pioneirismo, à confiança e à fé de um paulista, Reynaldo Massi". Estas referências ao proprietário fundador da SOMECO representam a manifestação de um mito de incontestável eficácia psicológica.

No dinamismo do fazendeiro-pioneiro, a massa popular encontra a lembrança da legenda do bandeirismo: a penetração pelo sertão adentro, o engrandecimento de São Paulo e do Brasil. Nos heróis de outrora, como no grande homem do momento, admira-se a mesma temeridade, a mesma sede de aventura, a mesma paixão de riqueza. (36)

Este mecanismo psicológico não deve ser visto como um processo de determinação de condutas coletivas, mas sim, como expressão de uma construção ideológica que procura criar legitimidade e uma determinada representação, referente ao passado, mas que conserva, no presente, um valor explicativo, à medida que justifica certas formas de

(33) MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.** (Pionniers et Planteurs de São Paulo). Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo, Hucitec, 1984. p.122.

organização social e produz, sobre a população local, uma função de animação criadora (37). Em termos empíricos, esta construção forneceu, no conflito da Gleba Santa Idalina, o ambiente propício para que a população local, com suas exceções, tomasse partido da Colonizadora e formasse, no contexto geral, uma situação fecunda para a legitimação do direito de propriedade da SOMECO e na conseqüente ação de despejo.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (38) considera que os símbolos que cada coletividade possui, têm a função de determinar valores com um significado específico. A imagem do bandeirante, por exemplo, possuía, originalmente, o significado de um substantivo que esgotava em si, o seu sentido, porém passou mais tarde, a ser empregado como adjetivo, identificando o bandeirante por meio de características que lhe são peculiares.

O adjetivo Bandeirante se originou do substantivo, que lhe foi anterior. Sinônimo de paulista, liga esta designação ao substantivo, isto é, ao fato histórico das bandeiras. Nessa ligação se vislumbra toda uma evocação de um passado que se associa a determinados indivíduos, um significado histórico; se paulista tem uma base geográfica, bandeirante tem uma tradição; e quem diz tradição não diz somente outros tempos, mas também crenças, pensamentos, sentimentos, aspirações que perpassam as gerações como legados permanentes,

(37) GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas.** (Mythes et mythologies politiques). Trad. Maria L. Machado. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. p.13.

(38) QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário.** In: 46º CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS. Amsterdã (Holanda), mimeo., 4 a 6 de julho de 1988.

estabelecendo entre elas como que uma comunhão espiritual, o adjetivo Bandeirante se encontra, pois, pleno de um sentido simbólico. (39)

Se acompanharmos a trajetória pessoal do presidente-fundador da SOMECO, Reynaldo Massi, tradicional cafeicultor paulista, evidenciaremos a mesma descrição dada por MONBEIG (40) aos pioneiros e fazendeiros de São Paulo e possui, também, o significado simbólico de que a coletividade se expressa através de seu imaginário, isto é, do conjunto de imagens e de representações míticas através do qual se auto-conhece e se auto-classifica:

O paulista da velha estirpe acompanhava orgulhosamente a marcha para o oeste. Comprazia-se em contar como seu avô abandonara a fazenda do vale da Paraíba pela região de Campinas; em seguida seu pai abriria uma plantação na zona de Ribeirão Preto; e ele, por sua vez, continuaria a desbravar a floresta na Alta Paulista ou no norte do Paraná. (...) Para ele, tratava-se também de prosseguir uma tradição, a dos pais que vieram arriscar a sorte, e era dentro desse espírito que ele continuava. (41)

Este movimento de conquista de terras "novas" não pode ser compreendido apenas pelo aventureirismo e pela tradição dos "paulistas da velha estirpe" ou por um instinto migratório atávico. Na verdade, houve uma necessidade na "marcha para o oeste":

... da parte do capitalismo autoritário de orientar o rumo do seu desenvolvimento de maneira a evitar ao mesmo tempo de

(39) QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Op.cit. p.4.

(40) MONBEIG, Pierre. Op.cit. p.121-163.

(41) MONBEIG, Pierre. Op.cit. p.123.

identificar-se com as velhas estruturas que desejava transformar e cair no rodado do da mudança incontrolada que poderia resultar se as velhas estruturas, ao invés de serem transformadas, fossem destruídas. (42)

Nesse sentido, a "marcha para oeste" e a estratégica política de colonização em terras "novas" cumpriu objetivos, ou seja, de direcionar os movimentos migratórios para áreas de ocupação recente, evitando alterações na estrutura fundiária e possibilitando o aumento da produção via incorporação de terras.

A SOMECO, neste contexto, agiu em consonância com os interesses do Estado, prova é que, em 1965, a Colonizadora recebeu menção honrosa do Congresso Nacional por ser a colonizadora mais próspera do país. A legitimidade desta empresa só pode ser contestada mais tarde, através da construção da luta social dos brasiguaios acampados em Mundo Novo.

(42) VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato** - um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2ªed. São Paulo, DIFEL, 1979. p.149.

3.2. A instalação dos parceleiros.

O Projeto de assentamento Novo Horizonte encontra-se, hoje, parcialmente formado. Entre habitações rústicas e outras melhores estruturadas, observa-se o verde das lavouras de algodão, tomando boa parte da paisagem que contrasta, em diversos pontos, com os troncos de árvores enegrecidos pelas queimadas. Na parte central do assentamento encontra-se o núcleo urbano, chamado de "condomínio" pelos parceleiros. E neste local, que os parceleiros compram o que não produzem e vendem a intermediários parte da produção, além de realizarem algumas atividades de lazer. Há também a sede do MIRAD, Posto de saúde e policial, centro comunitário, igrejas de diferentes credos e uma pequena telefônica. A população que compõe esta área urbana é procedente de municípios vizinhos e até mesmo de regiões do Paraguai.

Por trás deste cenário típico, que recobre boa parte dos pequenos municípios do interior do Mato Grosso do Sul, existe uma população heterogênea que fala, expressa e constrói de forma peculiar a interiorização de sua trajetória migratória. São desarraigados que deixaram seus locais de origem e partiram à "procura de melhora":

percorrendo, por vezes, vários municípios, diferentes estados e um outro país.

O "Novo Horizonte" passou a ser humanizado pelo trabalho destes parceleiros, a partir do dia 10 de dezembro de 1985, quando chegaram os caminhões provenientes do acampamento de Mundo Novo. A transferência dos brasiguaios para a área do assentamento de Novo Horizonte foi elaborada obedecendo a constituição dos grupos no acampamento, que, por sua vez, mantinha relação com o local de procedência do Paraguai. Na área definitiva foram compostos seis grupos, em duas etapas, com a seguinte destinação:

Grupo de procedência	Local no assentamento
<u>Primeira etapa.</u>	
-Puente Kjihá	Água do Iviraí, Fazenda Escondido
-Santa Rosa e Canendyiu	Água da Bica.
-Alvorada, Corpus Cristi, Guadalupe	Água da ocupação.
-Guavirá e Santa Clara.	Porteira do escondido
-Carapá, Figueira, Maracaju	Água do Adelino.
<u>Segunda etapa.</u>	Água da ocupação.

A formação de duas etapas na destinação das áreas, obedeceu, além do critério do local de procedência no Paraguai, um critério de seleção social. Os parceleiros

destinados ao que se denominou "segunda etapa", aproximadamente 200 famílias, foram "escolhidos" no acampamento de Mundo Novo segundo a conduta, comportamento, e período de incorporação ao acampamento. A dificuldade de implementação da Reforma Agrária da "Nova República" e a quantidade de brasiguaios retornados do Paraguai, motivou a criação de critérios de escolha por parte do MIRAD/INCRA. Esta seleção social visava "frear" a incorporação de novas famílias no acampamento e produzir uma divisão entre os acampados que, de certa forma, incorporaram as determinações do MIRAD/INCRA e passaram a proibir a entrada de novas famílias no acampamento após a consolidação. Desta forma, os acampados que transgrediram as ordens e leis do acampamento e/ou incorporaram-se ao acampamento de Mundo Novo na fase em que a instalação já havia se efetivado, foram destinados à segunda etapa, o que resultou na construção de um estigma (1). Esta seleção social funcionou em consonância com a disciplina que existiu no acampamento, assunto este que será tratado na parte referente ao acampamento. O que interessa neste ponto é que a existência de uma "segunda etapa", criou uma tensão entre os parceleiros no processo de divisão dos lotes. Na verdade, esta problemática envolveu uma série de personagens e fatos interligados. Primeiro, quando houve a transferência dos parceleiros do acampamento de Mundo Novo para o Assentamento de Novo Horizonte, a área de terra para

(1) Ver: GOFFMAN, Erving. *Estigma-Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada*. (Stigma-Notes on the Management of Spoiled Identity). Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro, Guanabara, 1988.

instalação era de 18.468 ha, o que contemplava todos os acampados transferidos com uma área média de cerca de 23 hectares, porém, com a exclusão de 1.887 hectares da área no decreto de desapropriação, restaram apenas 16.580 hectares (ver 3.1-A formação do programa), o que implicou na diminuição dos lotes individuais. Da fase de instalação provisória na área até a demarcação dos lotes e subdivisão transcorreu cerca de um ano, período este que os brasiguaios ficaram acampados na área definitiva. Durante este período com a situação das parcelas rurais ainda indefinida, já que os parceleiros não sabiam a dimensão do lote que iriam receber e se realmente todos receberiam uma área, fez com que a liderança da primeira etapa quisesse tirar da divisão das parcelas a segunda etapa, como descreve um parceleiro:

nóis assinemo uma coisa lá que era pro livro de presença, e depois falaram que era prá tirá a segunda etapa fora do acampamento (...) eu táva aqui na área na esperança de pegá um pedaço de terra prá trabalhá, eu achava que eles era também irmão e precisava de um pedaço de terra, daí fui e avisei o líder (da segunda etapa) que queriam tirá eles da área.

Esta situação de disputa entre os parceleiros pela propriedade do "seu" lote de terra, fez com que o INCRA fizesse a demarcação das parcelas, que ocorreu somente em fevereiro de 1987, dividindo os lotes em duas categorias, rurais e pararrurais, o que possibilitou o assentamento de 758 famílias. Os lotes rurais possuem uma dimensão média de 25 hectares, existindo atualmente 576 com uma área total de 14.789,8765 hectares, por sua vez os lotes pararrurais têm

uma área média de 7 hectares, com uma área total de 1.330,0331 hectares, composto por 184 parcelas que localizam-se próximas ao núcleo urbano. O critério de seleção dos parceleiros destinados aos lotes rurais e pararrurais foi o número de membros da família. Apesar de ser um critério justificável na destinação das parcelas, os destinatários das parcelas não consideram a área suficiente para a sua manutenção:

Não deu prá botá todo mundo nos lotes de 25 ha, daí ficô 180 e pocas chácaras na base de 6 a 7 ha, daí a maioria dos chacreiros se revoltaram (...) Essas chacrinhas desse tipo, ruim do jeito que é que nós peguemo, não tem condição da pessoa sobrevivê em cima dela, ela não produz.

As informações obtidas com os técnicos da EMPAER - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural, confirmam as reclamações dos parceleiros, alegando que a maior parte dos lotes pararrurais apresentam acidez elevada, o que impossibilita rendimentos compensadores. Além deste fator concernente à natureza química do solo, existe outro problema relativo à dimensão do lote que impede a criação de pequenos animais, por exemplo, as galinhas costumeiramente criadas "a solta" não respeitam os limites das pequenas parcelas, o que resulta em transtorno e contrariedade entre vizinhos. Esta distribuição dos parceleiros em diferentes áreas do Projeto de assentamento Novo Horizonte, permitiu o início das atividades agrícolas e a construção de habitações provisórias, mesmo sem a divisão dos lotes.

Outro fato que causou certa tensão entre os brasiguaios, foi o recurso tomado pela SOMECO, junto ao Tribunal Federal de Recursos, que concedeu reintegração de posse à colonizadora, o que eliminaria a emissão de posse registrada em Ivinhema. O recurso tomado pela colonizadora baseava-se nas benfeitorias existentes na área com 500 ha de milho e 7.500 ha de capim colonião. Segundo depoimentos dos parceleiros, a colonizadora (SOMECO), após a ocupação da Gleba Santa Idalina (Travessia do Guiráy), procurou realizar benfeitorias na área para evitar uma futura desapropriação. Desta forma, foram feitas aplicações aéreas de herbicidas sobre a mata nativa, seguidas pela queimada e posterior plantio de pastagem (capim colonião) e milho. A aplicação de herbicidas, ficou comprovada posteriormente pelo efeito de fitotoxidez residual apresentada nas primeiras culturas desenvolvidas pelos parceleiros.

Ao lado do desenvolvimento factual da instalação dos parceleiros do Projeto de Assentamento de Novo Horizonte, existe uma série de representações, relativas ao significado de "estar" em Novo Horizonte. Este tipo de informação nos interessa na medida em que este significado possa traduzir (ou não) o "final" de uma trajetória migratória, ou seja, o estabelecimento definitivo destes parceleiros.

Através dos depoimentos pessoais dos brasiguaios, pode-se observar a emergência de uma série de oposições que procuram expressar uma atitude negativa em relação ao

passado e positiva em relação ao presente, que assume o significado de "céu" e "liberdade":

Não existe uma coisa mais bom do mundo, desde que nós saímos de lá do Paraguai... que parece que foi a mesma coisa de sair do inferno e entrá no céu... e principalmente agora que nós temo nosso pedaço de chão.. graças a Deus nós vive na maior liberdade do mundo. Nós tá aqui no Brasil, já nós tá liberto.

Através da distinção entre os dois últimos momentos de suas trajetórias migratórias (Paraguai e Brasil) é possível criar um quadro de oposições entre estes dois momentos da migração:

PARAGUAI	BRASIL(retorno).
Inferno	Céu
Cativeiro	Liberdade
Dependência	Autonomia
Sem terra	Com terra
Marginalidade	Integração
Negativo	Positivo

É interessante observar que estas categorias não têm um caráter estático, elas são construídas na trajetória migratória. Esta conotação de construção é necessária para entender este grupo social que utilizou como estratégia de reprodução social - a migração - e, desta forma, as variáveis tempo e espaço são extremamente significativas. Nesta linha de interpretação, poderíamos observar uma trajetória migratória vista em um plano onde se cruzam as variáveis tempo e espaço; conforme a posição ocupada pelo

migrante neste campo dos possíveis, produz-se uma resultante. A nível da subjetividade destes parceleiros, esta resultante é construída com um conjunto de significados que procuram definir e classificar a realidade exterior e concreta. Esta conduta não ocorre aleatoriamente e sim no movimento dialético de "interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade" (2).

Desta forma, as categorias discursivas dos parceleiros devem ser interpretadas em uma dimensão relativa, observando as variáveis tempo e espaço. Estes elementos assumem importância, na medida em que os depoimentos pessoais e a "conversa" com os brasiguaios, alegam a existência do "mito da terra prometida". Segundo eles, quando partiram do Brasil "os crentes", principalmente, falavam que o Paraguai era a terra prometida, local onde a terra tudo dá e nem era preciso pagar posse. Estes elementos, que serão desenvolvidos no decorrer do trabalho, são aqui expostos para caracterizar a importância do tempo e do espaço, ou seja, enquanto o Paraguai foi considerado a "terra prometida", possuía uma significação positiva, e o Brasil negativa; após a ruptura do mito da "terra prometida" as polaridades se inverteram.

As distinções entre momentos da trajetória migratória referem-se, também, à diferença entre o acampamento e o

(2) Ver: BOURDIEU, Pierre, **Pierre Bourdieu: sociologia**. org. (da coletânea) Renato Ortiz; Trad. Paula Monteiro e Alicia Auzmendi). (Grandes cientistas sociais; 39). São Paulo, Atica, 1983. p.47

assentamento, sendo o último caracterizado como a ampliação dos espaços, como afirma um parceleiro:

Aqui já se espalhô mais um pouco o povo, já tinha largueza. Um andava aqui, prá lá. Otro fazia uma coisa, fazia outra. E aí já começô, mesmo antes de nós não chegá os lote. Nós já começô a trabaiá. Cada um fazendo um pedaço de terra, teve a liberdade de quem quisesse plantá, procurá uma área.

A "largueza", no sentido do exposto acima, assume sentido quando observada em contraste com o acampamento, que era composto de uma grande quantidade de pessoas acampadas em uma exígua área física de terra. Esta situação de "mal-estar" possui um significado maior para os trabalhadores rurais, devido a natureza e ao tipo de atividade agrícola que envolve a necessidade de espaço físico para o desenvolvimento da produção agrícola (3). Nesse sentido, também representa a "liberdade" de possuir a sua plantação, é a possibilidade de produzir alimentos para o sustento da família e algum rendimento, e é através deste trabalho que podem se tornar "livres" do estigma que a população local de Ivinhema lhes conferiu:

A informação deles (população de Ivinhema) é que nós brasiguaió era tudo, era pessoas que tinha saído do Brasil... por que o Brasil não tinha aceito nós no país. E hoje tamo mostrando, primeiro ano produzimo bastante,

(3) Os depoimentos pessoais dos atuais parceleiros de Novo Horizonte permitiram verificar a existência de duas dimensões, percebidas por eles, do significado do acampamento. Estas dimensões aparentemente antagônicas viam o acampamento como cerceamento de suas atividades produtivas, mas também, como espaço de gestação de conquista da terra e de retorno ao Brasil (ver 4.3- O acampamento).

segundo produzimo mais. E esse ano já passô prá terceira safra, tendo fé em Deus eu acho que vai sê exemplo de produção em Ivinhema.

E interessante observar que a produção agrícola, neste caso, não representa apenas o resultado econômico do trabalho, ela tem valor também como negação a um estigma, ou seja, é:

um signo que tende - real ou ilusoriamente - a quebrar uma imagem, de outra forma coerente, mas nesse caso numa direção positiva desejada pelo ator, buscando não só estabelecer uma nova pretensão, mas lançar sérias dúvidas sobre a validade da identidade virtual. Referir-me-ei aqui aos desidentificadores. (4)

Se observarmos a atuação dos órgãos públicos responsáveis pela instalação dos parceleiros e das demais fases concernentes à consolidação dos assentamentos, constataremos uma inércia burocrática, que limitou e impediu, principalmente na fase inicial, o pleno desenvolvimento econômico e social das famílias assentadas. Se colocarmos este processo em uma periodização, na primeira fase de implantação de um assentamento ocorre a desapropriação e regularização fundiária, que envolve, entre outras atribuições, o levantamento planimétrico da área e a divisão dos lotes. A desapropriação da área foi envolvida por uma série de trâmites legais e políticos que resultaram em erro no levantamento planimétrico, como já foi salientado anteriormente e, em consequência, ocorreu devolução para o antigo proprietário de 1.887 hectares e a diminuição das

(4) GOFFMAN, Erving. Op.cit. p.54.

parcelas rurais. Após a remoção dos parceleiros do acampamento para a área definitiva, a divisão dos lotes demorou cerca de um ano, e só se consolidou com um acordo entre o INCRA e os parceleiros, onde os últimos prestaram serviços não-remunerados para a demarcação e divisão dos lotes.

3.3. A infra-estrutura básica

O assentamento de 758 famílias em uma área anteriormente desocupada, necessita de uma série de recursos de infra-estrutura. Mediante tais recursos, torna-se possível transportar, armazenar e comercializar a produção além de possibilitar o transporte pessoal e propiciar assistência técnica, médica e odontológica aos parceleiros. Através da locação destes recursos pode-se estimar como e de que forma o Estado e suas instituições veiculam o desenvolvimento rural e a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária.

O Assentamento de Novo Horizonte se encontra dividido em um núcleo urbano e 761 Parcelas Rurais. A previsão para o núcleo urbano era de ser dividido em 1.254 lotes urbanos em uma área total de 82,7 hectares, porém esta dimensão poderá ser alterada em função da cessão de uma área para a Escola Agrícola. Este loteamento urbano encontra-se, na atualidade,

parcialmente ocupado; os lotes, que têm dimensão individual de 13 por 35 metros, são cedidos por intermédio do MIRAD aos interessados, que se comprometem em efetuar a construção de um estabelecimento comercial no prazo de 90 dias. A maioria dos estabelecimentos hoje existentes são pequenos armazéns, conhecidos popularmente como "bolichos". Parte da área urbana é ocupada pela sede do MIRAD que inclui alojamento, centro administrativo e refeitório. Existem também o Posto de saúde, o Posto policial, o centro comunitário, uma área prevista como cemitério, uma pequena telefônica e os estabelecimentos comerciais que compram parte da produção dos parceiros. Neste espaço urbano são realizadas algumas atividades de lazer como o "bailão", e é onde se efetua a compra de produtos não produzidos na propriedade (óleo, sal e açúcar). O deslocamento dentro do assentamento é efetuado por 73 km de estradas de penetração, sendo que, em alguns locais, a estrada se encontra em situação precária. Para ir à sede do município (Ivinhema), que tem uma distância de 34 km, existe uma linha regular diária de transporte coletivo; existem também linhas de transporte para Glória de Dourados e Mundo Novo. O que é problemático é o transporte emergencial (no caso de partos, acidentes etc.), que é efetuado pelo MIRAD, que possui apenas uma viatura, e, eventualmente, outra que se desloca de Dourados para apoio e/ou transporte do médico que vem de Nova Andradina/MS (distante 120 km) para prestar assistência médica na área, duas vezes por semana. Os casos médicos mais freqüentes no assentamento são os de diarreia infantil, agravados pelo

calor e pela falta da água tratada; durante o desmatamento houve cerca de 400 casos de Leishmaniose, além de alguns casos de malária ocorridos devido à disseminação oriunda de indivíduos portadores da doença. É preciso ressaltar que a ocorrência da malária neste assentamento indica a existência de uma trajetória migratória, que incluiu estados do norte do Brasil, onde ocorrem casos endêmicos da doença, principalmente em áreas de ocupação recente, no norte do Brasil. Um dado interessante no aspecto de saúde do assentamento é o expressivo número de partos registrados no posto de saúde, embora este número represente apenas uma parte dos nascimentos, já que ocorrem partos domiciliares sem ajuda médica, e casos em que a parturiente procura assistência médica diretamente no município de Ivinhema, sem recorrer ao posto de saúde local. Esses fatos podem ser indicativos da correlação entre o acesso à terra e o aumento da taxa de natalidade. SHANIN (5) observa que uma das características do campesinato é a relação entre a estrutura familiar e o trabalho na exploração camponesa que se ajusta às linhas de sexo e de idade, tornando o matrimônio e os filhos condição necessária do campesinato. Apesar de não terem sido coletados dados mais precisos que confirmem esta hipótese, a observação empírica junto aos assentados nos leva a crer que existe uma correlação entre estes fatores.

(5) SHANIN, Theodor. *Naturaleza y lógica de la economía campesina*. (The Nature and Logic of the Peasant Economy). Trad. Horácio González Trejo. Barcelona, Editorial Anagrama, 1973. p.19.

As moradias do assentamento de Novo Horizonte são, em sua maioria, de "pau a pique". O MIRAD distribuiu 60 telhas de cimento amianto, pregos, parafusos, arruelas e dobradiças a cada família assentada para a cobertura de suas residências. A madeira utilizada para a construção dos "barracos" é proveniente do próprio assentamento, normalmente do lote do parceleiro. Durante a época do acampamento, havia sido feito um acordo informal entre os acampados de que, quando se consolidasse o assentamento definitivo, a madeira existente nos lotes individuais iria ser dividida, com o objetivo de que todos os assentados pudessem construir suas casas. Este acordo foi respeitado entre alguns grupos, porém algumas famílias venderam a madeira existente em seu lote para angariar recursos para o processo produtivo, o que resultou em prejuízo para outras famílias que receberam seus lotes sem árvores e, conseqüentemente, sem condições de construir suas moradias. A eletrificação do assentamento já conta com um pequeno tronco implantado, que fornece energia elétrica para a serraria da associação e para o centro comunitário, a existência deste tronco permitirá que, dentro de pouco tempo, ocorra uma distribuição mais ampla. O fornecimento de água é um dos problemas encontrados atualmente, pois o potencial hídrico existente não é suficiente para atender a todas as parcelas, o que torna necessário a perfuração de poços domésticos, os quais, devido às características do solo na área, têm profundidade média de 40 a 60 metros e facilmente desmoronam. Devido a este problema, foram

distribuídos quatro tubos de concreto por família assentada. O MIRAD prontificou-se a construir, em pontos estratégicos, poços semi-artesianos, bem como a construção de represas e açudes para atender à demanda existente.

A situação de ensino vem, gradativamente, sendo resolvida, mas, durante a fase inicial do assentamento, as condições de trabalho eram péssimas. As aulas eram ministradas em grandes barracos de "pau a pique", e, em dias de chuva, as aulas eram suspensas devido à infiltração de água, já que a cobertura dos barracos era de lona plástica, os professores contam que houve até mesmo caso de ser encontrada cobra peçonhenta dentro da aula. Atualmente, estão em fase de final de construção as 11 Unidades Escolares, que se encontram distribuídas segundo os grupos territoriais. Os assentados se queixam de não existir ensino de quinta a oitava série e que, por vezes, faltam material escolar e merenda.

Um dos problemas enfrentados pelos parceleiros é a falta de assistência técnica. A rede oficial de extensão rural - EMPAER - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural - possui poucos técnicos lotados no município e, em consequência, a visita dos técnicos ao lote dos parceleiros ocorre quase que exclusivamente para o preenchimento e fiscalização do PROCERA - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária, ou seja, os técnicos acabam sendo "funcionários do crédito" e não exercem as suas atribuições de assistir, orientar e educar os agricultores nos problemas

relativos à produção agropecuária. Na verdade, existe orientação técnica para alguns agricultores e para alguns produtos em particular, para aqueles que realizam comercialização via cooperativa ou para aqueles que fazem parte de uma área experimental de alguma agroindústria (como no caso do fumo)(6).

Uma das faltas relativas à infra-estrutura da área é a inexistência de armazéns e secadores para o beneficiamento e armazenamento da produção, fatores indispensáveis diante da produção crescente de diferentes produtos agrícolas. Esta falta favorece, na atualidade, os comerciantes que negociam diretamente com o produtor desorganizado e sem recursos de optar pela armazenagem e/ou beneficiamento, que poderia favorecer a qualidade do produto e a margem de lucro do produtor.

No caso do Assentamento Novo Horizonte, a atuação dos órgãos públicos teve um caráter "paternalista" (7), e o esboço de formas associativas informais foi imposto pelo poder público com o apoio de mediadores políticos que

(6) A parte relativa ao serviço de assistência técnica e extensão rural, bem como o crédito rural e a organização do trabalho e do ciclo agrícola serão analisados com maior profundidade no subcapítulo 3.6. O processo de produção agrícola.

(7) Denominamos caráter "paternalista" em sua acepção vulgar, o que indica uma política social orientada ao bem-estar dos cidadãos, mas que exclui a sua direta participação, ou seja, é uma política autoritária e benévola, uma atividade assistencial que se utiliza de métodos meramente administrativos. Ver: BOBBIO, Norberto et alii. **Dicionário de política**. Trad. João Ferreira, Carmem C. Varriale e outros. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986. p.908.

"esqueceram" de avaliar os fundamentos etnoculturais da população-alvo e a necessidade da livre e espontânea vontade dos interessados em seguir os objetivos associativos. (Ver 3.5.1-A experiência associativa de Novo Horizonte). Em uma análise comparativa, poderíamos considerar que o Assentamento de Novo Horizonte, apesar dos problemas enfrentados relativos à infra-estrutura física e social, ainda tem uma série de recursos que não são encontráveis em outros assentamentos para os quais o poder público teve pouco interesse. Este fato deve-se, provavelmente, à repercussão que os "brasiguaios" tiveram a nível nacional e internacional, colocando o Assentamento em posição de destaque no contexto do Estado, como é visto na seguinte passagem do depoimento de um parceleiro:

Nós (os brasiguaios) estamos ficando famosos no Brasil inteiro, e que o pessoal do INCRA irá sempre colaborar conosco, enquanto a situação da área nós poderíamos ficar tranqüilo, por que já estava com contrato com uma firma, e que o Governador estava do nosso lado o Dr. Wilsom Barbosa Martins.
(Parênteses do autor)

Esta posição diferenciada possibilitou a existência de uma identidade contrastiva, onde o "ser" brasiguaião tem uma conotação não apenas de trabalhador "sem-terra" mas de "sem-pátria", como procura demonstrar Carlos Wagner (8). Porém, este caráter distintivo que procura denominar os brasiguaios como homens sem pátria, ou seja, marginalizados do processo

(8) WAGNER, Carlos. **Brasiguaios: homens sem pátria.** Petrópolis, Vozes, 1990.

produtivo e da nação, não é diferente dos demais trabalhadores "sem-terra", que foram excluídos do processo de modernização pelo qual passou a agricultura do país e que resultou na impossibilidade de reprodução social de um setor de pequenos agricultores familiares.

3.4. Administração do projeto

O início do assentamento de Novo Horizonte foi de responsabilidade do INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e, posteriormente, as atribuições foram passadas para o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, criado em 30 de abril de 1985. O órgão gestor do assentamento é o Projeto Fundiário Dourados sob responsabilidade da Delegacia Regional do MIRAD/MS. A administração da área é exercida por quatro servidores, sendo um responsável, um administrador e dois motoristas, com uma viatura e, eventualmente, uma viatura que se desloca do Projeto Fundiário Dourados para apoio. Estes servidores são responsáveis pelo transporte da assistência médica para área, visto que o médico vem duas vezes por semana de Nova Andradiana, distante 120 km do Projeto Novo Horizonte; os servidores também assumem a responsabilidade de transportes emergenciais (partos, acidentes etc.). Esta estrutura de pessoal e veículos não possibilita que seja feito um controle da área relativo à fiscalização, controle da

produção, etc. Apesar da exígua estrutura administrativa e de veículos, o centro administrativo do MIRAD, localizado no núcleo urbano, chama a atenção pela sua infra-estrutura que contrasta com os estabelecimentos comerciais e com os "barracos" dos parceleiros, onde muitos carecem de disponibilidade de água.

A forma de atuação do pessoal administrativo do MIRAD se limita a possibilitar o acesso à terra e à criação de uma infra-estrutura básica para a produção e assistência à saúde e à educação. Esta forma de gerência executada pelo MIRAD no assentamento, reforça as formas de dominação por clientela, já que, ao fornecer a infra-estrutura física e a assistência comunitária de forma centralizada e hierarquizada, limita as possibilidades de organização e participação dos assentados na gestão de seus próprios interesses.

Estas formas de dominação, que denominamos de política de clientela, originaram-se no início do século, pelo coronelismo, que propiciava a manutenção do poder local e o controle político das clientelas (9). Este processo histórico faz com que o Estado

Desenvolva, sem parar, as agências do poder estatal, em todos os setores da vida nacional. Organiza corporativamente as relações dos trabalhadores entre si com o poder estatal. Transforma grande parte da

(9) Ver: NUNES LEAL, Victor. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Alfa-Omega, 2.ed. 1975; TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Dominação e modos de organização rural no Brasil*. IN: 1º Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais. Universidade de Coimbra, Coimbra, mimeo. ,2 a 5 de julho de 1990.

questão social em problema de administração. Dilui o povo em população, massa, multidão, com a assistência dos meios de comunicação de massas e da indústria cultural. Reduz o cidadão à cidadania administrada, tutelada, tolerada. (10)

A existência desta tutela ideológica e a dominação por clientela limitam por extensão a possibilidade de emancipação política do município, haja visto, que a quantidade de parceleiros votantes do Projeto Novo Horizonte pode dominar a fração local do Estado e obter a eleição dos prefeitos e das câmaras municipais, implantando a administração social dos recursos públicos. Nas eleições para a Câmara Municipal e para a Prefeitura de Ivinhema, no final de 1987, houve onze candidatos parceleiros a vereador provenientes do Projeto Novo Horizonte: deste total, houve apenas um eleito com 274 votos, onde este único candidato eleito teve o apoio da administração do MIRAD por propor uma política que procurava conciliar os interesses dos parceleiros e a gerência do MIRAD, posição esta contrária à maioria dos demais candidatos que faziam oposição declarada à gestão do MIRAD. Um dos impactos resultantes da reforma agrária ao nível local é a possibilidade de mudança na correlação de forças a nível político, fato este que modifica os programas de governo municipais e o discurso dos próprios candidatos. No caso de Ivinhema o discurso político dos candidatos procurou, nas eleições posteriores à implantação do assentamento, ganhar a simpatia dos

(10) IANNI, Octávio. A formação do Estado populista na América Latina. 2ªed. São Paulo, Atica, 1989. p.151.

parceiros, fato este contrastante com os antigos candidatos que procuravam expressar os interesses da Colonizadora SOMECO que mantinha o controle da política local.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, foi efetuado um estudo para avaliar o impacto da produção dos oito assentamentos localizados na área de influência da Fundação Universidade de Cruz Alta, que abrange os municípios de Cruz Alta, Ibirubá, Fortaleza dos Valos e Salto de Jacuí (11). Os principais resultados do estudo indicaram que:

- os assentamentos representam 3,51% da população residente dos municípios;

- os assentamentos atingem índices superiores aos do municípios em termos de culturas empresariais (trigo e soja) e significativamente superiores em outras culturas (milho, feijão, arroz);

- os assentamentos têm elevado índice tecnológico e atingem uma produtividade superior à média do município (12).

Estes dados registram apenas as mudanças ocorridas ao nível das atividades econômicas, mas certamente influem

(11) Fundação Universidade de Cruz Alta. Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. Núcleo de Pesquisa "Professor Wilson Lorenzoni". Assentamentos-resposta econômica da pequena propriedade na região de Cruz Alta; pesquisadores Jurandir Zemberlam e Santo Reni S, Florão. Passo Fundo, Berthier, 1989.

(12) Fundação Universidade De Cruz Alta. Op. cit. p.10.

decisivamente sobre as práticas discursivas dos políticos locais. Estes dados pesquisados em relação ao Rio Grande do Sul, não podem ser utilizados em comparação com os assentamentos do Mato Grosso do Sul. Porém, se considerarmos o impacto resultante a nível econômico da constituição do assentamento de Novo Horizonte em Ivinhema, algumas constatações podem ser feitas. No projeto preliminar de assentamento elaborado pelo INCRA objetivando a desapropriação da área (13) é indicado, por exemplo, que a população do município é constituída por 32.000 habitantes, sendo que 63% deste total, estão concentrados na área rural. Estes dados nos levam a concluir que, com a constituição do assentamento de Novo Horizonte, onde foram cadastradas 758 famílias, mas que na realidade se encontram atualmente 1.200 famílias, existem aproximadamente 6.000 pessoas (considerando cinco o número médio de filhos por família), ou seja, o assentamento representa aproximadamente 15% da população residente no município, além de contribuir com uma parte expressiva da produção agropecuária do município. Percebendo a situação de relevância que o assentamento e os parceleiros possuem a nível municipal, um parceleiro considera:

Ainda existia pessoas que, na época, fazia parte do próprio município de Ivinhema, não acreditava que nós era trabalhador rural. Fala que nós era invasor de fazenda, invasor de propriedade alheia. (...) Por que a informação deles é que nós brasiguaios era

(13) INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Projeto de assentamento de Novo Horizonte. Campo Grande, março de 1986.

tudo, era pessoas que tinha saído do Brasil. Por que o Brasil não tinha aceito nós no país(...). E hoje támo mostrando, primeiro ano produzimo bastante, segundo produzimo mais. E esse ano já passo prá terceira safra, tenho fé em Deus, eu acho que vai se exemplo de produção no município de Ivinhema...

Os resultados econômicos do assentamento demonstram, por um lado, a possibilidade de reconhecimento dos assentados junto a população local (14) e, por outro, a possibilidade de emancipação política dos trabalhadores rurais, "cujas consciências têm sido secularmente escravizadas pela dependência pessoal e pelo clientelismo político" (15).

(14) O fato da produção agrícola representar seu valor como negação de um estigma, desenvolvemos no subcapítulo 3.2- A instalação dos parceleiros.

(15) MARTINS, José de Souza. **A Reforma Agrária e os limites da democracia na "Nova República"**. São Paulo, Hucitec, 1986. p.18. No caso dos brasiguaios, objeto de nosso estudo, o processo organizativo e a sua emancipação política tiveram um caráter limitado, o que pode ser explicado pela própria trajetória de seus membros que, inseridos em território paraguaio, interiorizaram parte da "cultura do medo" perpassada pela ditadura de Stroessner; assunto este que desenvolveremos no capítulo 5.

3.5. O espaço institucional de organização

Só na comunidade (com outros) é que cada indivíduo tem os meios de desenvolver em todas as direções as suas aptidões; só na comunidade, portanto, se torna possível a liberdade pessoal (...) Na comunidade real, os indivíduos conseguem, na e pela associação, simultaneamente a sua liberdade... (1)

No processo de constituição dos assentamentos do PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária, uma das questões emergentes foi a da problemática relativa à organização dos parceleiros e às formas de apropriação social da terra e às formas do processo produtivo. Estas formas de organização tomaram diferentes orientações, que não se referem apenas ao nível técnico e jurídico, pois são mediadas por diferentes concepções ideológicas e políticas. Os agentes deste processo organizativo são diversos como também o são as experiências; por vezes, a iniciativa de organizar os assentados parte de agentes da Pastoral, de órgãos governamentais, de entidades civis de apoio aos movimentos populares ou, numa ação conjunta, de diferentes instituições.

Vamos procurar desenvolver a análise desta heterogeneidade de experiências e concepções, em dois momentos. No primeiro momento (3.5.1. A cooperação agrícola - entre o formal e o real), procuramos observar as análises

(1) MARX, Karl & ENGELS, Friederich. A Ideologia Alemã. Lisboa, Editorial Avante, 1981.

concernentes ao processo organizativo, assim como o discurso de seus promotores. No segundo momento, analisaremos a experiência associativa do Projeto de assentamento Novo Horizonte (3.5.2. A experiência associativa de Novo Horizonte).

3.5.1. A cooperação agrícola-entre o formal e o real

Existem diversas formas e denominações para caracterizar as relações de ajuda mútua e de cooperação agrícola. Conforme a região e a finalidade a qual se destina recebem um nome diferente: roças comunitárias, cooperativas, trabalho "engrupado", associação, mutirão, grupos comunitários ou grupos agrícolas de exploração comum. Estas denominações podem ser ramificadas, pois, por exemplo, as associações podem ser divididas, segundo a finalidade, em associação de produção, comercialização, serviço ou mista. Estas formas de organização da produção são encontradas em países distintos e em diferentes modos de produção, tais como o Kolkhoz soviético, o Kibutz israelita e os Ejidos mexicanos, exemplos de maior repercussão. No caso mais específico do Brasil, algumas formas de organização da produção têm um caráter tradicional e regional e assumem, por vezes, um caráter festivo, tal como o mutirão no Nordeste ou o "puxirão". De uma maneira geral, há um misto de tradição e de inovação, cujo conteúdo é transformado pelo

próprio desenvolvimento do capitalismo, que destrói e cria, no seu movimento contraditório, outras formas de organização, as quais, atualmente, adquirem uma dimensão propriamente política. Neste contexto, as formas comunitárias de produção, de trabalho e de vida foram identificadas como desenvolvidas e criadas por setores da Igreja progressista,

... nasceram nos anos cinqüenta, introduzidas pelo Partido Comunista, na época em que norteava sua ação no campo pelas linhas definidas pelo famoso Manifesto de Agosto de 1950 e nas deliberações do seu Congresso de 1954 (...) trabalhadores que participaram da Revolta de Trombas e Formoso, em Goiás (1950-1964), são absolutamente claros em indicar que foram os militantes do Partido Comunista dos problemas que consagraram o mutirão, na forma de trabalho sistemático, juntamente com outras formas de organização coletiva, como meio político de garantir a subsistência dos camponeses. (2)

Neste sentido, as formas de cooperação agrícola podem assumir não apenas o intento de solucionar os problemas enfrentados ao nível econômico pela pequena produção (tal como os desequilíbrios existentes entre força de trabalho e meios de produção), mas a forma de uma luta política. Porém a cooperação agrícola não produz uma relação direta entre organização a nível econômico e a nível político, ou seja, não basta os agricultores se organizarem a nível da produção para assumirem uma mesma posição política.

(2) MARTINS, José de Souza. Prefácio. In: ESTERCI, Neide et alii. Cooperativismo e coletivização no campo - Questões sobre a prática da "Igreja Popular" no Brasil. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984. 159p.

Esta problemática da cooperação agrícola e suas diferentes dimensões perpassam uma série de análises que correspondem, de forma geral, a diferentes formas de abordagem do campesinato; não pretendemos desenvolver as diferenças teóricas entre estas abordagens, mas apenas salientar o quanto elas contribuem (ou não) para entender os resultados e os fracassos das diferentes experiências existentes no Brasil de cooperação agrícola e de trabalho coletivo no campo.

Uma das análises referentes ao processo de organização na agricultura toma por base a sociologia da organização (3) e classifica os produtores em quatro estratos sociais, a saber: o artesão, o assalariado, o semi-assalariado e o lumpen. Nesta divisão, MORAIS considera que o artesão da agricultura é o camponês parcelheiro e é através da estrutura do processo produtivo em que este se encontra envolvido que surge a resistência à organização; quando esta ocorre é em torno de um indivíduo e quase nunca em uma organização estruturada. Segundo este autor, os vícios poderão ser superados quando for assimilada a estrutura do processo produtivo socialmente dividido, o que pode ocorrer de três maneiras:

a) Participando na grande empresa, seja agrícola, industrial ou de serviços;

(3) MORAIS, Clodomir Santos de. Elementos sobre a teoria da organização no campo. In: Caderno de formação nº11. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, 1986.

b) Compartilhando da direção ou das ações de grandes organizações de assalariados rurais ou urbanos; ou

c) Submetendo-se a cursos especiais como o "Laboratório Experimental" para a formação de quadros de organizações de estruturas complexas. (4)

Este modelo da teoria da organização procura definir as categorias sociais pelas categorias coletivas que lhe correspondem, ou seja, supõe uma correspondência entre situações sociais e condutas políticas ou modos de consumo. Não pretendemos no escopo deste trabalho discutir a matriz teórica que subjaz este modelo, apenas a consideramos pela sua penetração nos "movimentos populares" o que contribui na constituição de um determinado tipo de prática. No caso brasileiro, é necessário introduzir novas variáveis que se atenham a uma referência mais direta às experiências históricas e sócio-culturais que tornam mais complexa esta suposta correlação direta (forma de inserção no processo produtivo --> comportamento ideológico).

Uma primeira análise da situação latino-americana já nos ensinou a desconfiança, assinalando-nos a segmentação dos atores de classe ou a importância maior da posição dos indivíduos no processo de desenvolvimento do que no sistema de produção. (5)

É necessário ressaltar que a forma de desenvolvimento capitalista ocorrida no Brasil provocou, entre outros

(4) MORAIS, Clodomir de. p.18. Op.cit.

(5) TOURAINE, Alain. **Palavra e sangue** - política e sociedade na América Latina; Trad. Iraci D. Poletti. São Paulo: Trajetória Cultural; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989. p.57.

fatores, uma intensa migração do campo em direção às cidades e/ou áreas de novas terras agrícolas e, nesta trajetória migratória, as populações se viram inseridas em diferentes processos produtivos; assim, lembra TOURAINE:

... no norte como no sul, os indivíduos se situam muito mais pela sua trajetória que pelo seu status; pela sua origem e pelo seu vir a ser que pelo fato de pertencerem a uma classe social ou a um grupo profissional. (6)

Parece difícil perceber a divisão de orientação entre os diferentes grupos que interagem no incentivo à organização dos trabalhadores rurais. Porém, é certo que, a partir dos anos 60, uma parte expressiva da Igreja Católica, com base no Concílio do Vaticano II (1965), na II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano em Medellín (1968) e na reunião de Puebla em 1979, passou a apoiar a Reforma Agrária. No Brasil, uma reunião em Goiânia, em 1975, decidiu pelo engajamento nas lutas pela Reforma Agrária, criando-se, para tanto, a CPT - Comissão Pastoral da Terra. A partir desta orientação, produziu-se uma série de iniciativas advindas de agentes da pastoral(7). Assim como os grupos cristãos não têm uma orientação única, as experiências também são diferentes; conforme a região, a forma de atuação e as demandas dos trabalhadores rurais, um tipo de ação pastoral toma formas. As experiências produzidas por estes agentes da pastoral ressaltam a

(6) TOURAINE, Alain. Op.cit. p.53.

(7) Ver Cadernos do CEDI-10. **Roças comunitárias e outras experiências de coletivização no campo**. Rio de Janeiro, Editora Tempo e Presença, 1982; e ESTERCI, Neide et alii. Op. cit.

existência de uma incompatibilidade entre as formas de trabalho coletivo e a lógica camponesa de apreender o mecanismo deste processo, que envolve noções diferentes de trabalho, produção e redistribuição do produto do trabalho comunitário(8). Existem relatos que registram a incorporação da lógica capitalista por parte de elementos dos grupos de trabalho comunitário, como no caso de um membro de um grupo que, após desentendimento no trabalho, recorreu à Justiça trabalhista exigindo do padre, iniciador da experiência, e da instituição proprietária da terra, o pagamento dos benefícios sociais correspondentes ao tempo de trabalho conjunto, ou seja, o trabalho comunitário foi compreendido como um trabalho assalariado qualquer (9). De uma maneira geral, as experiências de trabalho conjunto ao nível da produção indicaram a necessidade de existir um espaço de trabalho familiar como atividade simultânea à roça coletiva, este espaço de trabalho familiar permitindo representar uma esfera de autonomia, à qual eles não estão dispostos a renunciar (10). Poderíamos avaliar, com base nas experiências, que existe, por vezes, um desencontro de interesses entre o trabalho pastoral de incentivo à organização do trabalhador rural no nível da produção e as

(8) Ver ESTERCI, Neide. **Roças comunitárias: projetos de transformação e formas de luta.** In: **Cooperativismo e coletivização no campo.** Op.cit. Sobre as características da economia camponesa, ver: SHANIN, Theodor. **Naturaleza y lógica de la economía campesina.** Barcelona, Editorial Anagrama, 1973.

(9) Ver Cadernos do CEDI-10. p.12. Op.cit.

(10) Ver Cadernos do CEDI-10. p.63. Op.cit.

formas de trabalho conjunto "tradicionais". Com base em relatos de agentes pastorais e nos depoimentos de trabalhadores rurais, procuramos sistematizar uma comparação entre duas formas de trabalho coletivo (11), utilizamos como base de comparação as diferenças entre o mutirão e as roças comunitárias.

Mutirão.

Roças comunitárias

- | | |
|---|--|
| - Organização tradicional | - Organização nova. |
| - Promove a união e a solidariedade | - Promove a organização e o planejamento. |
| - Trabalho sazonal | - Trabalho constante. |
| - Liberdade individual | - Compromisso e obrigação o grupo. |
| - Solução apenas imediata dos problemas | - Objetiva a "libertação" (sentido político e social com ênfase no coletivo) |

Estas distinções não têm caráter somente formal. Elas representam duas formas diferentes de ordem cultural, social e econômica. Lais Mourão de Sá (12), por exemplo, atenta para o fato que as formas de cooperação no trabalho se distinguem da ajuda mútua ou da solidariedade. Para o

(11) Tomamos como base destas comparações os resultados do Encontro sobre Coletivização promovido pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), ocorrido nos dias 13 e 14 de junho de 1981 em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. Onde participaram seis trabalhadores rurais, oito agentes e dois assessores do CEDI. O resultado deste Encontro e parte dos depoimentos foram publicados em Cadernos do CEDI-10. Op.cit.

(12) MOURAO DE SA, Lais. Prática missionária e resistência cultural. p.27-30. In: ESTERCI, Neide et alii. Cooperativismo e coletivização no campo. Op.cit.

camponês esta distinção é feita pelo contexto do trabalho e do não-trabalho, sendo que a cooperação no trabalho tem suas atividades no âmbito da unidade doméstica, sendo, neste caso, importante que as relações de parentesco, de compadrio e de vizinhança, seguem a lógica do trabalho familiar, pela troca recíproca de trabalho. As relações definidas pelo não trabalho, como no caso do mutirão, são independentes dos laços de parentesco, mas representam a união das atividades pelo pertencimento à comunidade. A análise destas características e a forma com que elas ocorrem são necessárias para avaliar a introdução de uma organização de produção, pois o sentido da "libertação" do ponto de vista dos agentes pastorais pode significar, para os camponeses, a perda de autonomia e liberdade individual; assim, não é suficiente explicar os fracassos pelo egoísmo, individualismo e falta de consciência dos camponeses, é necessário analisar o significado que possui determinada forma de organização no seu contexto específico. Na análise do discurso dos agentes envolvidos em ações comunitárias é observada a recorrência de expressões como caminhada, conscientizar, porém:

Quando se pensa em conscientizar, está se pensando em imputar aos indivíduos formas de pensamento e relacionamento semelhantes às idealizadas como necessárias para a prática transformadora. A análise da eficácia da ação comunitária é centrada na avaliação dessas formas de pensamento e relacionamento idealizadas, incluindo-se nestes casos de

ação comunitária, as relativas à atividade produtiva. (13)

Apesar de existir uma recorrência de determinados discursos por agentes das pastorais, não é possível afirmar que existe uma intenção e uma generalidade desta prática nos objetivos do trabalho pastoral.

O objetivo que pretendemos desenvolver neste subcapítulo, não foi o de comparar estas formas de organização ao nível do seu funcionamento e racionalidade, mas procuramos apenas analisar os diferentes significados que estas experiências assumem para os agentes pastorais e os trabalhadores rurais envolvidos. É necessário considerar que a roça coletiva possui, no trabalho coletivo, regras bem definidas, a saber: A terra é bem comum, sendo assim, os proprietários não recebem renda pela terra; os participantes podem ser proprietários e não-proprietários; a produção é dividida segundo o trabalho do sócio; se o sócio se afasta do trabalho antes do final, recebe a quantia proporcional aos dias trabalhados; em caso de dissolução do grupo, o proprietário indeniza os benefícios executados (curral, cerca etc.).

(13) DABUL, Lígia. Missão de conscientização: agentes e camponeses em experiências comunitárias. p.127 In: Cooperativismo e coletivização no campo. Op.cit.

3.5.2. A experiência associativa de Novo Horizonte

Consideramos necessário, para analisar a experiência associativista do Projeto de Novo Horizonte, demarcar algumas questões a respeito da cooperação agrícola, objetivo este desenvolvido no subcapítulo anterior. Porém, as análises desenvolvidas anteriormente cumprem um papel heurístico, pois não estão separadas da trajetória da Associação de Novo Horizonte. Considerando estas observações, procuramos, neste momento, analisar a experiência de cooperação agrícola através da Associação de Novo Horizonte, sem desconsiderar fatos mais amplos, tais como, os Encontros Nacionais dos Assentados, que encaminharam e estimularam a cooperação agrícola como estratégia de resistência e organização dos assentados.

Durante o I Encontro Nacional dos Assentados, realizado em Cascavel, em junho de 1985, uma das questões salientadas foi a necessidade de organização dos assentamentos. Uma das resoluções do Encontro foi o incentivo à fundação de associações; para resolver os problemas de comercialização e produção e o engajamento dentro da hierarquia de organização. Esta estrutura hierárquica consistia da participação da associação em um Encontro Estadual onde seria escolhida uma Comissão Estadual dos Assentados, e parte dos membros desta Comissão Estadual comporiam a

Comissão Estadual do Movimento Sem Terra. Esta estrutura estaria ligada a uma Comissão Nacional de representantes de todos os assentamentos e três dos membros desta Comissão fariam parte da Executiva Nacional do Movimento dos Sem Terra. A organização desta estrutura foi concebida pelo fato de que os recursos liberados pelo Governo Federal permaneciam dificultados pelos trâmites burocráticos, já que passavam do Governo Federal, para os Governos Estaduais e estes repassavam para as EMATER's ou INCRA que distribuía, finalmente, a cada família assentada. Entretanto, no percurso destes recursos as instituições que os intermediavam alegavam custos operacionais que alteravam o montante efetivamente liberado. A existência de uma estrutura centralizada através da Executiva Nacional do Movimento dos Sem-Terra, permitiria um maior "poder de barganha" nas reivindicações com o Governo Federal. No II Encontro Nacional dos Assentados, realizado em Cascavel (PR), de 7 a 10 de abril de 1986, buscou-se a avaliação e a unificação da luta dos assentados, e a cooperação agrícola passou a fazer parte de encaminhamentos concretos da Comissão Nacional dos Assentados, integrante da Executiva Nacional do Movimento dos Sem-Terra. Nesta estrutura organizativa, fica claro que o incentivo à cooperação agrícola nos assentamentos tem a intenção não apenas de viabilizar os assentamentos no plano econômico (através da otimização da força de trabalho e dos meio de produção), é também uma forma de representação dos assentados junto ao Estado e suas instituições e com as próprias famílias

assentadas (14). E preciso ressaltar que, para este processo se consolidar, é necessária a aceitação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como interlocutor legítimo dos interesses dos assentados.

O Associação do Projeto de Assentamento de Novo Horizonte foi fundada em 27 de fevereiro de 1986, sendo o Diretor Presidente, José Farias Leal, e o Diretor Vice-Presidente, Walter Benitez. No seu início, a Associação obteve 640 associados, porém este número expressivo não foi decorrente do espírito de união e participação dos parceleiros, como se pode observar no depoimento de um dirigente:

... a associação seria no caso, uma das maneiras de organização que até certo ponto nós fomos pressionados, que ela fosse feita por parte do Estado. E, na ocasião, o Estado tinha até alguma coisa a oferecer a esse povo que estava a fim e não tinha como, por que eles diziam que o... Estados não se faz repasse de verba nem de nada a pessoas... físicas... tem que se pessoas jurídicas.

Neste depoimento de um antigo Presidente da Associação, a coerção exercida pelo Estado é relativizada na asserção "até certo ponto", o que coloca a questão de criação da associação na forma de uma negociação entre partes, e não como uma exigência por parte do Estado. Na

(14) Os resultados e as avaliações dos Encontros Nacionais dos Assentados, podem ser acompanhados pelo Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, e no Cadernos de Formação, Nº10 - **A Luta Continua** - Como se organizam os assentados. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, junho de 1986.

realidade, os fatores responsáveis pela fundação da associação não se resumem à afirmativa de que foi um processo imposto pelo Estado, pois este cenário foi composto por diversos atores. De um lado, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, procurando evitar os trâmites burocráticos de repasse de recursos (crédito alimentação, fomento agrícola etc), criou a Associação Nacional de Cooperação Agrícola-ANCA, que tinha por intenção agilizar os recursos necessários aos assentamentos e incentivar a aplicação do custeio e investimento sob forma coletiva e comunitária; desta forma, procurou-se negociar junto ao Estado a aplicação dos financiamentos por este meio. De outro lado, o TERRASUL, órgão fundiário vinculado ao Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, procurou estimular o associativismo por meio de uma política clientelista, ou seja, foi exigido que os financiamentos fossem somente repassados a pessoas jurídicas procurando criar uma rede de fidelidades pessoais em troca da legitimação e apoio (15). Através desta rede de relações algumas lideranças do assentamento se viram "comprometidas" a criar a associação, sem antes avaliar a receptividade e conscientização dos

(15) A Secretaria de Assuntos Fundiários do Estado do Mato Grosso do Sul teve uma atuação que pode ser caracterizada como clientelista, ou seja, "os quais oferecem, em troca de legitimação e apoio, toda a sorte de ajuda pública que têm a seu alcance (cargos e empregos públicos, financiamentos, autorizações, etc.)(...) e tem por resultado não uma forma de consenso institucionalizado, mas uma rede de fidelidades pessoais". MASTRAPOLO, Alfio. Clientelismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986. p.177-179.

parceiros, o que denota na seguinte passagem do depoimento de um antigo Presidente da Associação:

... não se teve, na ocasião, uma... é um espaço legal prá fazer primeiro um trabalho de base, prá que a gente conseguisse, a maioria ser sócio dessa associação, né. Então, sabe, o povo do sítio sempre foi explorado né, e sentiam que de repente nem muito mais alguns deles achavam que de repente essa associação... ao mesmo tempo, já seria um outro meio de vida de alguém que tava inventando no meio deles, né. Então isso foi um fracasso.

Na passagem "a maioria ser sócio da associação", o ex-presidente da Associação remete ao fato de que a maioria dos 640 "associados" que participaram da fundação não tiveram nenhuma participação efetiva, apenas constaram com seus nomes para que esta fosse criada. Apesar das falhas existentes na estruturação desta experiência, já na sua fase inicial, o processo de consolidação da Associação foi incentivado, não apenas pelo Estado mas também pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, que foi mediadora de investimentos de outras Entidades. Na aplicação dos recursos recebidos e mal administrados pela Associação, o resultado "foi um fracasso". Os recursos recebidos pela Associação foram os seguintes:

Data	Instituição Promotora	Recursos destinados	Valor (Cz\$)
3/4/86	Soc. Caritária São José(Miserior)	Para a serraria	150.000
1/10/86	Convênio Terrasul	Aquisição maquinários e peças serraria	117.276
23/10/86	Mitra.D.Dourados	Maq.p/beneficiamento de arroz.	65.274
26/1/87	Convênio Terrasul	Trator CBT-1976 Carreta agrícola Caminhão Chevrolet	190.000 25.000 220.000
26/02/87	Mitra D.Dourados	Compra de pneus	8.096
17/8/87	EMPAER	Montagem guincho serraria e equipamento fornos p/ carvão, tri-lhadeira, const.galpão, balança.	610.000
		TOTAL	1.385.646,00

Fonte: Pesquisa de campo.

O montante total recebido pela Associação teve como prioridade a construção da serraria, já que a área ocupada possuía uma grande quantidade de árvores, necessárias para a construção de casas e instalações. Também foi criado um mercado vinculado à Associação com o objetivo de diminuir os custos na compra de mantimentos, porém com o Decreto nº 2283 de 28/02/1986, que lançou o Plano Cruzado e, por consequência, congelou todos os preços, provocou a inviabilidade do mercado que comprava nos estabelecimentos de Ivinhema e/ou Campo Grande, acrescentando uma margem de custos de transporte e uma pequena lucratividade, fazendo com que os preços vigentes durante o Plano Cruzado fossem

maiores ou iguais aos demais estabelecimentos. A inviabilização do mercado como forma associativa não foi decorrente apenas do Plano Cruzado; houve conjuntamente problemas administrativos pela falta de contabilidade dos recursos existentes, a compreensão de que o mercado era da Associação e, por conseqüência, dos "companheiros" permitindo assim a compra de produtos "no fiado", que acabavam não sendo pagos. Junto a este problema houve denúncias de apropriação ilícita de dinheiro. Este processo culminou com a saída do Diretor Presidente da Associação, José Farias Leal, que teve esgotamento nervoso devido aos problemas da Associação, afastando-se das atividades para tratamento de saúde. Desta forma, no dia 4 de julho de 1987, foi escolhida uma nova Diretoria, a disputa constou de duas chapas, apresentando um resultado de 127 votos para chapa vencedora, 102 votos para chapa da oposição e 24 votos nulos. O Presidente da chapa vencedora nesta eleição, Walter Benitez da Silva, foi o Vice-presidente da gestão anterior e, apesar de manter interesses contraditórios na defesa dos interesses da Associação conseguiu legitimidade na eleição, alcançando, porém, pequena margem de diferença. Esta constituição da Associação fez com que os problemas enfrentados se tornassem maiores produzindo um descrédito generalizado nos objetivos e funções da mesma. O descrédito da Associação foi manifestado pelos parceleiros de diferentes formas, como demonstram as seguintes depoimentos dos parceleiros:

Olha, a idéia da Associação foram pessoas que nem agricultor são... tem pessoas que tem vínculos religiosos... tem outras pessoas... que nem entende também quase nem do trabalho rural... são pessoas, que alguns são até professores, sabe... outras pessoas que até dizia que era sindicalistas na época, mais não sindical, sindical rural... então colocaram aquelas idéia de socialismo no pessoal, né (...). Este povo não se dedica a trabalhá comunitário, porque nunca tiveram costume, porque a maioria do povo é de origem nordestina.

... lá (no acampamento) era mais unido, mais lá também nós acreditava numa boa liderança. Depois foi que chegô aqui não foram mais aquela boa liderança. Quando apareceu um jeito de ganhá dinheiro, que era prá melhorá a vida de todo mundo, eles cresceram os olho.

... a associação estorou de saída, foi bem organizada, começô bem, começo com reforço, que os hôme ajudaram nós. Mais os dirigentes agarraram botaram ele tudo no mato, né.

Na passagem destes três depoimentos, encontramos diferentes compreensões sobre o "fracasso" da Associação. No primeiro depoimento, o parceleiro procura explicar o descrédito na Associação, alegando que a intenção dos mediadores não encontrou respaldo nos parceleiros, devido à origem nordestina "que não se dedica a trabalhá comunitário". Os dados coletados relativos à região de origem e procedência dos parceleiros indicam que esta assertiva não é correta, pois a região de origem predominante é o sul, sendo o Paraná o estado mais expressivo (ver gráficos em anexo). Através de uma explicação cultural, podem ser definidas diferentes formas de conduta e comportamento, procurando enquadrar a origem etnocultural a um "espírito" determinado:

As tradições associativistas do camponês brasileiro talvez possam até mesmo ser entendidas como um atavismo étnico, oriundo da cultura dos três povos que forjaram a sociedade brasileira. (...) O caldeamento dessas raças desenvolveu, na sociedade brasileira, um forte espírito comunitário na utilização da terra... (16)

A transferência de esquemas culturais descritivos de uma sociedade deve considerar as propriedades de posição que definem concretamente a forma de inserção do grupo social em uma determinada trajetória social(17), caso contrário as explicações culturais passam a ter um papel mistificador.

Neste viés de interpretação podemos compreender que a não-identidade dos parceiros com o processo associativista deve-se, em parte, à forma de atuação dos mediadores que consideram a cultura popular como adaptativa e instrumental, e não como sujeita à interpretação e à explicação e resultante de uma trajetória social que não se reduz a um movimento linear e cronológico de temporalidade(18). Foi com, e através desta experiência de "fracasso" da tentativa associativista de Novo Horizonte que se gerou uma espécie de produção teórica autônoma, que passou a fazer uma crítica local dos saberes "instituídos" uma espécie de

(16) RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **Caminhada e Esperança da Reforma Agrária** - A questão da terra na Constituinte. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. p.138-139.

(17) Ver BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 1974, cap.1, p.3/25.

(18) Ver MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite - Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**, São Paulo, Hucitec, 1989. p.122-130.

"contracultura do possível" que tem uma valoração e um questionamento das relações imediatas "derivadas do desencontro entre as possibilidades e a realidade." Este processo que se produziu é o que se poderia chamar de "insurreição dos saberes dominados", ou seja:

... uma série de saberes que tinham sido desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento ou de cientificidade (...) saber das pessoas e que não é de forma alguma um saber comum, um bom senso mas, ao contrário, um saber particular, regional, local, um saber diferencial incapaz de unanimidade e que só deve sua força à sua dimensão que o opõe a todos aqueles que o circundam. (19)

Esta "insurreição de saberes" fez com que, a partir do "fracasso" da Associação, ocorresse uma nova experiência, que se iniciou com a formação de uma Comissão Interventora tirada em Assembléia em 12 de março de 1988; esta Comissão assumiu a administração da entidade por um prazo de 30 dias e procurou investigar a sua situação financeira. Após um mês de intervenção, a Assembléia Geral Extraordinária da Associação ocorrida em 9 de abril de 1988, destituiu por unanimidade a Diretoria passada, e foi escolhida uma nova Diretoria. Os membros efetivamente associados e quites com a Associação, nesta eleição, eram apenas 65 parceleiros. Com a averiguação contábil da nova Diretoria, apareceu uma série de compras efetuadas, das quais não se sabe o destino; e foi

(19) FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 2ªed., Editora Graal, Rio de Janeiro, 1979, p.170.

através destas denúncias de fraude e desvio de verbas que o ex-presidente da Associação, Walter Benitez, "desapareceu" do assentamento. Esta nova Diretoria procura, atualmente, saldar os débitos com as mercadorias compradas na gestão anterior, e vem gradativamente adquirindo confiabilidade e representação diante dos parceiros, como demonstra a seguinte passagem :

A primeira associação não foi prá frente, tinha cabra sem vergonha, se tivesse hõme tava trabalhando até hoje, falo assim sem medo de apanhá. Eu falei já não sei quantas vezes, desde a semana passada, que eu andei fazendo uns negócios atrás de umas coisa aí... e tem outra associação aí, tem 87 sócio, eu até tô com vontade de associá nessa associação nova agora... e tá indo uma maravilha, bacana mesmo, tô vendo a turma toda conversando numa boca só, tá uma jóia...

"A turma toda conversando numa boca só" representa a expressão metafórica da consonância de idéias e interesses que surgem na constituição de um saber e uma prática que reconhece o "nós" trabalhadores rurais como agentes da construção dessa experiência associativa. Estas práticas sociais não se materializam no assentamento, apenas na experiência da Associação de Novo Horizonte; existem sob diferentes formas grupos comunitários que construíram "carvoeiras" para produção de carvão, também um armazém comunitário do "Grupo dos Treze", que realizam as compras e vendas de produtos alimentares não produzidos para os próprios parceiros sendo o lucro obtido dividido entre os treze membros. Estas e outras experiências de alcance ainda limitado representam a possibilidade de emergência de

diferentes formas de cooperação agrícola, porém, é necessário reavaliar a prática dos mediadores políticos que se concebem como a mediação adequada e permanente dos grupos subalternos, e por meio deste reconhecimento criam situações de dominação, tutela e mistificação onde os sujeitos para e com quem trabalham não se reconhecem. É necessário salientar que estas experiências diversas de cooperação agrícola, que surgem e se reproduzem no Assentamento de Novo Horizonte, não são provenientes de uma organização autônoma e espontânea dos trabalhadores rurais, elas foram proporcionadas pela participação de mediadores políticos que intermediaram projetos de ajuda e financiamento de organizações não governamentais do Brasil e do exterior. Mas, mesmo existindo auxílio econômico e educativo, algumas experiências observadas, ainda que limitadas, transparecem a forma e a compreensão de seus participantes. Como destaca Neusa Zimmermann, na conclusão de sua tese sobre cooperação agrícola:

A adoção de formas coletivas (...) terá de surgir da prática democrática do autofazer-se na diversidade de formas associativas que as especificidades das famílias determinam. Havendo equilíbrio de poder e de reconhecimento político, as contradições que ameaçam o projeto de ser colono poderão ser solucionados. O projeto de autosuficiência e autonomia dos colonos assentados pode ser alcançado enquanto um ser coletivo... (20)

(20) ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Depois da terra, a conquista da cooperação. Tese de mestrado em Sociologia. Universidade de Brasília, 1989. p.197.

3.6. O processo de produção agrícola

A produção agrícola desenvolvida pelos parceleiros do Projeto de Assentamento de Novo Horizonte tem um contexto particular, fruto da trajetória deste grupo, que passou a se reincorporar ao processo produtivo nacional a partir do retorno ao Brasil. A existência de uma heterogeneidade de posições sociais de origem e de posições sociais intermediárias, por parte dos parceleiros, produziu uma série de experiências relativas ao conhecimento dos cultivos utilizados e a adequação agrônômica que devem sofrer em diferentes tipos de solo, clima e região. Esta série de fatores determinantes da produção agrícola e da própria estratégia de reprodução camponesa permitem perceber de que forma ocorre a interiorização da exterioridade em uma determinada trajetória migratória; e de que forma é produzida a exteriorização desta interioridade na prática efetiva de escolha dos cultivos principais, do tipo de manejo do solo e do planejamento que é seguido na prática destes parceleiros. Este processo eletivo, objetivado pela interiorização de diferentes experiências, é estruturado, por vezes, na transmissão oral de provérbios e relatos sobre características produtivas do solo e de diferentes cultivos. Conjuntamente a este "saber" camponês, que é herdado e transmitido por diversas gerações, ocorre o impacto da urbanização, industrialização e modernização tecnológica na

agricultura, que provoca rupturas e descontinuidade no conhecimento herdado pelos antepassados. Por exemplo, o milho "crioulo", antes plantado por um espaçamento determinado pelo passo do agricultor, é substituído, na atualidade, pelo milho híbrido que necessita espaçamento e tratos culturais diferentes. Porém, esta subordinação da agricultura ao processo industrial não é incorporada por um pacote tecnológico fechado, ela é mediatizada por diversidades regionais e descontinuidades qualitativas que modificam o resultado supostamente linear de uma subordinação absoluta.

Para analisar estas diferentes variáveis que incidem no processo de produção agrícola, procuramos avaliar, em um primeiro momento a intervenção do Estado, que ocorre fundamentalmente através da atuação da extensão rural e do crédito rural, no caso do último através do PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária. Num segundo momento, analisamos a organização e a forma de trabalho agrícola dos parceleiros, que se inserem na questão do trabalho familiar camponês.

3.6.1- O crédito rural- PROCERA.

A intervenção direta do Estado no processo de constituição dos assentamentos ocorre, basicamente, através dos instrumentos de crédito e da assistência técnica gerenciada pelo Estado com participação dos Governos estaduais e municipais. A forma de implementação destas intervenções é fundamental para se compreender o processo de produção agrícola desenvolvido nos assentamentos, já que a maioria dos parceleiros, quando foram assentados, não dispunham de recursos produtivos ou monetários para implementar o início das atividades agrícolas. Cabe ressaltar que, no caso de Novo Horizonte, só é possível perceber a atuação da assistência técnica, que no caso do Mato Grosso do Sul é denominada EMPAER - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural, vinculada à concessão do crédito rural (no caso o PROCERA), já que os recursos disponíveis do escritório local da EMPAER, em Ivinhema, não permitem a prestação de assistência técnica aos parceleiros, caso, este, observado nos demais municípios do Estado. Nesta conjuntura, os extensionistas da EMPAER tornam-se apenas meros repassadores de recursos financeiros aos agricultores, sem desempenhar a assistência técnica que deveria estar vinculada ao crédito. Durante o trabalho de campo, pode-se constatar que, para o assentamento de Novo Horizonte, que

possui 758 famílias cadastradas, havia apenas um Engenheiro Agrônomo e dois técnicos agrícolas disponíveis. Estes três profissionais deslocavam-se para Novo Horizonte apenas uma vez por semana para "conceder" o crédito rural a todos parceleiros, individualmente.

Foi através do convênio firmado entre o Ministério de Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que foi criado em 30 de janeiro de 1986, o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA. A principal finalidade do PROCERA é proporcionar assistência creditícia prevista no Plano Nacional de Reforma Agrária- PNRA. Este crédito é voltado, principalmente, para investimentos de implantação da infra-estrutura produtiva e sua operação, sendo que a contratação pode ser individual, em grupos ou por meio de associação de produtores rurais ou cooperativas, cujo quadro social seja composto por beneficiados pela política de Reforma Agrária. Na sua implantação, o PROCERA concedia um limite máximo de crédito equivalente a 1200 OTNs (1) por produtor individual e, no caso da concessão em grupos, o resultante do produto entre

(1) A OTN, Obrigações do Tesouro Nacional, foi criada pelo Decreto Nº 2283 com o chamado Plano Cruzado (1986) em substituição a ORTN - Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. No "Plano Verão" em 1989 a OTN. deixa de existir, sendo feita a criação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), sendo, então, o novo indexador da economia, tendo como base a variação mensal do Índice de Preços ao Consumidor (IPC)

este máximo e o número de famílias associadas. Os encargos financeiros do PROCERA são de juros de 3% ao ano, capitalizados durante o período de carência, que é de 3 anos, com reajuste monetário equivalente a 35% da variação do valor da OTN., podendo-se, excepcionalmente, ampliar os períodos de carência. Devido à natureza deste tipo de crédito, as garantias necessárias para sua obtenção são apenas pessoais ou, no caso de associações ou assemelhadas, garantias pessoais dos associados. A formulação e elaboração do PROCERA é encargo das entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural vinculadas ao Sistema Brasileiro de Extensão Rural- SIBRATER, que no caso do Mato Grosso do Sul é encargo da EMPAER .

No assentamento de Novo Horizonte e outros assentamentos do Mato Grosso do Sul, a intenção por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra era de que, através da constituição de associações, o PROCERA fosse concedido grupalmente, facilitando a capacidade de negociação e organização dos assentados (Ver subcapítulo 3.5.2. A experiência associativa de Novo Horizonte). Este processo acabou não se concretizando em Novo Horizonte, devido a diversos problemas encontrados na constituição da associação. Porém, a nível de representação estadual, a Comissão Estadual de Assentados procurou intervir apresentando propostas de encaminhamento para aplicação do PROCERA. As reivindicações encaminhadas pela Comissão Estadual de Assentados conjuntamente à Federação dos

Trabalhadores na Agricultura- FETAGRI (2) propunham que fossem integrados a Comissão Estadual de Coordenação do PROCERA seis representantes dos trabalhadores rurais, e uma segunda reivindicação era de que fosse estudado um seguro especial para o PROCERA. Em relação ao agente financeiro, que no Mato Grosso do Sul é o Banco do Brasil, a Comissão dos Assentados exigiu que as agências municipais do Banco do Brasil fizessem a alocação dos recursos com maior agilidade, pois, em Novo Horizonte, a agência bancária atendia apenas vinte parceleiros por semana. Na primeira etapa do PROCERA, foram aprovadas para o assentamento de Novo Horizonte 80.002 OTN's (dezembro de 1987 a fevereiro de 1988) e a previsão da segunda etapa (março a junho de 1988), 310.536 OTN's.

Estes recursos do PROCERA, que apresentam algumas facilidades em comparação ao crédito rural comum, não são plenamente entendidos pelos parceleiros, devido a experiências mal sucedidas com o sistema de crédito rural e por falta de informação das condições de funcionamento deste sistema creditício, um dos parceleiros fala o seguinte:

... não devo ao PROCERA... não tenho a mínima obrigação prá EMPAER , não tenho uma vaca prá tirá leite.(...) Isso hoje tô contando, sem dívida e com saúde tô levando... sem madeira prá construí um barraco... porque eu não quero entrar com o banco. Não quero morá em cima do que não é meu, não quero cercá se não

(2) Estas reivindicações estão expostas em um documento resultado das reuniões entre a Comissão Estadual de Assentados e FETAGRI; ver: Da: Comissão Estadual de Assentados e FETAGRI Para: Comissão Estadual de Coordenação do PROCERA. Campo Grande, 10 de junho de 1988.

tem com que pagá... e outra, não tenho terra suficiente."

As declarações deste parceleiro demonstram o desconhecimento das condições e objetivos de funcionamento do PROCERA, fazendo com que os recursos mínimos de infraestrutura não sejam almeçados. Durante a visita a este parceleiro, sua habitação era feita de pau-a-pique, com lona plástica cobrindo as frestas das varas entrecruzadas; a cobertura era feita de telhas de cimento amianto, que foram doadas pelo MIRAD; o interior da casa tinha apenas duas peças, sendo apenas uma pequena cozinha e um quarto com uma cama onde dormiam os três membros da família (um adulto e duas crianças); a sua produção era apenas de subsistência com milho e frutas de diferentes espécies. As condições de vida e trabalho deste parceleiro, que são encontradas em outras partes do assentamento, contrastam com as de outros parceleiros que, recorrendo aos recursos do PROCERA, construíram casas de tijolos com toda a infra-estrutura necessária. O que se constata é que, apesar desta política creditícia não ser implicitamente discriminante, a forma de sua aplicação fez com que ocorresse uma "seleção social" entre os "que sabem" e os que "não sabem" como utilizar os recursos creditícios; aos primeiros fica aberta a possibilidade de uma trajetória ascendente e aos últimos, um provável descenso.

O serviço prestado pela EMPAER em Novo Horizonte, que se limita à aplicação do PROCERA, conjugado a outros

fatores, reforça a diferenciação entre parceleiros, já que não prestam as informações necessárias à aplicação do crédito e não possuem capacitação para trabalhar com assentados que possuem mínimos recursos produtivos. Neste encontro entre técnico e assentado, se o segundo não dispuser de conhecimentos básicos sobre o funcionamento do PROCERA e não possuir um planejamento mínimo de sua atividade produtiva, os recursos empregados acabam não tendo resultados e o parceleiro termina contraindo dívidas com o sistema bancário. Em relação aos bancos, existe uma falta de experiência e operacionalidade para que os recursos cheguem aos beneficiários, sendo comum que o banco licenciado para realizar esta operação desconheça as normas operacionais do PROCERA, dando-lhe tratamento de crédito comum.

O que procuramos ressaltar neste subcapítulo é que, apesar de existir um sistema creditício acessível por parte dos parceleiros, a forma de sua implementação faz com que ocorra uma seleção social, reforçando a diferenciação entre os parceleiros que possuem diferentes capitais culturais. Aliados a este processo de diferenciação e seleção social, os agentes extensionistas não cumprem as atribuições técnicas de acompanhamento e planejamento de alocação de recursos e, por outro lado, os agentes financeiros desinteressados e desinformados destas operações creditícias burocratizam o processo e tornam demoradas as liberações de recursos.

3.6.2. A organização do trabalho e do ciclo agrícola

Um dos fatores principais para a organização do trabalho e do ciclo agrícola é a mão-de-obra, sendo, no caso de Novo Horizonte, a família de parceiros a responsável pela maioria, e em alguns casos pela totalidade da força de trabalho disponível na unidade de produção. Ao analisarmos o processo produtivo de Novo Horizonte, procurando ressaltar a centralidade e importância que tem a família nos limites do volume da atividade econômica, não queremos excluir a interação de outros fatores como o nível tecnológico e o mercado, entre outras variáveis que interatuam no processo produtivo. A abordagem da família já possui uma certa tradição nos estudos sociológicos e antropológicos, principalmente quando são considerados os agrupamentos rurais em que

... o trabalho agrícola foi e é, essencialmente, uma atividade familiar (...) os produtores autônomos (sítiantes, parceiros, posseiros), que não podem pagar assalariados (e antes não podiam pagar escravos), a família foi sempre a unidade produtiva mínima, fora do qual não há vida econômica estável... (3)

Porém, não é possível falar de família rural sem precisarmos os termos que estão envolvidos em sua definição.

(3) DURHAM, Eunice R. *A caminho da cidade-A vida rural e a migração para São Paulo*, Ed. Perspectiva, 1984.

Segundo Lia Fukui (4), existem diferentes tipos de família, que se diferenciam em relação ao parentesco e às regras de filiação, residência e aliança entre os membros, sendo assim, por exemplo, pode ocorrer uma família indivisa que é formada:

... por um grupo de pessoas ligadas pelo sangue: pais, filhos, seus descendentes e colaterais e, freqüentemente, seus criados. Vivem juntos todos os membros de uma mesma geração: filhos e filhas, genros e noras(...) A família indivisa, em geral, é formada por um grande número de pessoas; é ao mesmo tempo, unidade de produção e de consumo. Possui um patrimônio que é a base de sua continuidade, continuidade essa que é garantida por interesses econômicos, convivência social e relações de parentesco.
(5)

A família indivisa é diferente do que se denomina de parentela, onde os indivíduos ligados por elos de sangue não vivem juntos; também é diferente do que se denomina de família grande onde são ignorados os laços de parentesco. A família conjugal, por outro lado, não forma uma unidade de produção e sim de consumo e a sua estrutura formada por pai, mãe e filhos se desagrega com o casamento dos filhos ou com a morte de um dos cônjuges; no caso das sociedades rurais, a família conjugal toma a forma de uma unidade de produção e de consumo e pode se relacionar com uma rede de parentesco extenso. A família-tronco tem semelhanças com a família indivisa, pois ambas têm a mesma relação com o patrimônio,

(4) FUKUI, Lia Freitas Garcia. Sertão e bairro rural-Parentesco e Família entre Sitiantes Tradicionais. São Paulo, Atica, 1979.

(5) FUKUI, Lia Freitas Garcia. Op.cit. p.26.

porém os filhos se afastam após o casamento, ficando apenas um dos filhos e seus descendentes junto aos pais, o que confere à família-tronco características de família indivisa e de família conjugal. (6)

A utilização do conceito de família e seus diferentes tipos é, por vezes, substituída pela utilização do que se denomina grupo doméstico, procurando caracterizar o conjunto de pessoas que trabalham e consomem conjuntamente, constituindo uma unidade de residência e organização da reprodução física e social de seus membros.

A distinção entre família e grupo doméstico é necessária para se dar conta do fato de que nem toda relação familiar é uma relação entre membros de um mesmo grupo doméstico.(...) identificá-los é impedir uma série de distinções conceituais necessárias. A solidariedade familiar, por exemplo, não se esgota na solidariedade entre os membros de um mesmo grupo doméstico. O surgimento de um novo grupo doméstico exige a redefinição das relações de cada um dos cônjuges com o grupo doméstico de origem, o que não é um rompimento. (7)

Em um artigo de Mauro W. B. de Almeida (8), pode-se observar a análise de diferentes trabalhos sobre família rural no campo da antropologia econômica e da sociologia. Almeida considera que, na prática, as pesquisas de produção

(6) Ver: FUKUI, Lia Freitas Garcia. Op.cit. p.26-34.

(7) GARCIA Jr., Afrânio Raul. Terra de trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.p.116.

(8) ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de. Redescobrimo a família rural. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1986. nº1, p.66-83.

agrícola familiar tomam como foco uma unidade doméstica e as pessoas que constituem essa unidade são descritas como família, porém significando duas coisas diferentes.

(I) Numa primeira acepção, família são as pessoas que pertencem a uma unidade doméstica. São as que compartilham uma casa e uma cozinha, e que (como ocorre em áreas rurais) trabalham conjuntamente (grupo doméstico).

(Ia) Pode-se restringir a definição I, exigindo que o grupo doméstico para ser família, constitua-se de parentes. É necessário então definir parentes. Parentes seriam, digamos, pessoas ligadas por uma linguagem de filiação e casamento.

(II) Numa segunda acepção, porém, família é algo intrínseco: refere-se a um determinado conjunto de parentes, que é previamente especificado em sua estrutura interna: tipicamente a família nuclear (um casal e seus filhos, casamento mais filiação numa unidade mínima) e há outros tipos (a idéia subjacente é que a família é uma unidade de produção de novas pessoas).

(IIa) Se acrescentarmos a II a exigência de que a família (no sentido intrínseco) seja também um grupo econômico (unidade de consumo, unidade de trabalho), temos uma acepção mais restrita de II. (9)

Com base nesta caracterização, Almeida utiliza o termo grupo doméstico quando o grupo definido tem as características da acepção definida em (I), e família para o grupo definido na acepção (II). É importante ressaltar que a ênfase na família ou nos grupos domésticos, opondo-se a perspectivas individualizantes, permite compreender os determinantes sociais dos eventos vitais, bem como seus efeitos, ou seja, como os processos estruturais (pressões

(9) ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de. Op.cit. p.48.

macroeconômicas e políticas) podem ser respondidas a nível micro pela adoção de estratégias de curto e de longo prazo, estratégias estas que serão analisadas no decorrer do capítulo.

No Assentamento de Novo Horizonte, foi possível observar a existência de uma quantidade superior de famílias às efetivamente cadastradas (10). E um primeiro momento, a hipótese formulada era de que se constituía de famílias excedentes do acampamento de Mundo Novo, já que o acampamento foi constituído de aproximadamente 900 famílias, e deste total foram assentadas apenas 758; uma segunda hipótese cogitada foi a de que eram famílias que possuíam laços de parentesco com os parceleiros, sendo que estas famílias não haviam abandonado as suas propriedades ou posses no Paraguai, retornando ao Brasil apenas quando se efetivou a desapropriação da área do assentamento (11). A entrevistas efetuadas posteriormente durante o trabalho de campo e o levantamento sócio-econômico realizado não

(10) As informações obtidas com os funcionários do INCRA/MIRAD e com os próprios parceleiros de Novo Horizonte indicavam que existiam, no Assentamento, aproximadamente 1200 famílias, ou seja, 442 famílias excediam as 758 efetivamente cadastradas.

(11) A observação participante conjuntamente com as entrevistas e o levantamento sócio-econômico permitiram observar que esta tendência foi comum, o que nos leva a acreditar que a denominada "migração por alternância ou substituição", faz parte de uma estratégia de reprodução camponesa freqüente. Com relação ao que se denomina de "migração por relevos" ou por "alternância" ver: ARIZPE, Lourdes. La migración por relevos, familia campesina y lá reproducción social del campesinado. In: *Economia campesina y empleo. Santiago, PREALC, 1981.p.121-143*; TOURAINE, Alain. *Palavra e sangue-política e sociedade na América Latina. Campinas, Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1989.p.63.*

conseguiram refutar nenhuma dessas hipóteses. Por um lado, ocorre no assentamento o que se denomina de famílias extensas que "parece estar associada à necessidade de conservação de propriedades economicamente suficientes, quando o solo é valioso ou escasso" (12), por outro lado, existem famílias que mantêm laços de solidariedade com os parceiros, famílias estas oriundas do Paraguai e do acampamento de Mundo Novo. Estes laços de solidariedade fazem com que ocorram relações de trabalho onde o vínculo produzido não é apenas econômico, como demonstra a seguinte passagem do depoimento de um parceiro:

I-Toda a vida a gente gostô do melhor e não do pior, aí formamo um grupo em quatro, compramo uma égua, um cavalo, um arado, uma carrocinha, e sobrô dinheiro e compramo uma porca comunitária, sabe. Isso aí funciona, então esses quatro do grupo comunitário, nós tamo com 35 ha de lavoura entre algodão, mandioca e milho né.

P-E a área é uma parte de cada um ?

I-E uma parte de cada um, ela é comunitária, mais cada um... que nem eu por exemplo, tenho 17 ha. Só quase o dobro da maioria né, mais é assim: o dia que nós precisamos de um serviço junto vem nós quatro e trabalhemo os quatro junto, aí depois eu pago o dia prá eles. Então cada um paga seu leito, como diz... tem o seu, se ele come menos a gente não vai dá o da gente, por que ele plantô menos, também.(...) só que tá tendo um problema, que desse grupo tem pessoas que não têm terra, né. Então eles tão nessa luta agora, nesse movimento prá pegá terra, então meu grupo vai se desfazê.

Procuramos colocar este depoimento em toda sua extensão, pois ele sintetiza uma série de questões

(12) DURHAM, Eunice R. Op.cit. p.62.

importantes de serem analisadas. Porém, é necessário fazer algumas considerações em relação ao funcionamento desse "grupo comunitário". Este grupo foi criado através do incentivo financeiro dado pela MISERIOR e repassados por agentes pastorais ligados a CPT; este empréstimo é pago posteriormente pelo "grupo comunitário" com juros baixos e sem correção monetária. Apesar de existir algumas experiências incipientes no assentamento, os "grupos comunitários" e as relações de trabalho que descrevemos não são passíveis de generalização. É necessário esclarecer também, que a ocorrência desta unidade de trabalho só foi possível por que a mão-de-obra da família do parceleiro, representava um quantum de trabalho disponível familiar insuficiente (com o nível tecnológico empregado) para utilizar a área total da parcela. Outra consideração necessária é que o arado à tração animal utilizado por este "grupo comunitário" é de utilização pouco frequente em outras parcelas, o que caracteriza uma diferenciação técnica (e social) dos demais parceleiros. Observando-se os depoimentos coletados através da história de vida deste parceleiro, conjuntamente ao levantamento sócio-econômico constatou-se que esta parcela tem uma área de 23 ha com onze membros ao total (incluindo as crianças e o "agregado"), sendo que, duas entre estas pessoas são os pais do parceleiro, quatro pessoas são irmãos, mais o "agregado" (13) e seus filhos (ver Quadro 1, Parcela rural - 5). A

(13) A expressão "agregado" foi utilizada como uma categoria empírica, cujo conteúdo e significado é desenvolvido no decorrer do trabalho.

constituição desta unidade de trabalho formou-se apenas quando a família do parceleiro se estabeleceu nesta área, fazendo com que os pais e os irmãos mais novos retornassem do Paraguai; vê-se, neste caso, como o processo migratório desenvolvido pela família deste parceleiro se desenvolve em "alternância" (14) e faz parte de uma estratégia de reprodução social de ciclo longo. Retornando à citação feita pelo parceleiro, um dos aspectos salientes é a relação mantida com o "agregado" em que os vínculos que estruturam esta relação fazem parte de um universo simbólico que se manifesta através de vínculos de solidariedade e ajuda mútua que preservam a possibilidade do "agregado" e os demais membros do "grupo comunitário" estarem "nesse movimento de pega terra", universo este que identifica a posição atual do "agregado" com a sua posição social vivenciada. Ao lado deste conjunto descontínuo de relações de trabalho, ocorre a presença de trabalhadores diaristas ou por empreitada que se deslocam de municípios da região durante a colheita de algodão. Para se entender esta forma de "trabalho alugado" (15) é preciso que se tenha

... em mente as determinações para que aponta o conceito de balanço entre o consumo e o trabalho familiar. Particularmente, fatos como a presença de crianças pequenas,

(14) A expressão migração por relevo utilizado por ARIZPE. L. Op.cit., em espanhol, pode ser traduzida em português como migração por alternância ou substituição que confere um significado mais preciso.

(15) Utilizamos "trabalho alugado" com a mesma conotação de GARCIA, Afrânio Raul. O Sul: caminho do roçado-estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo, Marco Zero, 1989.p.142-145.

consumidores mas não produtores, doentes, pessoas idosas e mesmo ter mais filhos do sexo masculino ou feminino não são questões secundárias, mas centrais para este cálculo. (16)

No Quadro 1 (17), apresentamos a força de trabalho dos grupos domésticos (incluindo os "agregados") em UTH - Unidade de Trabalho Humano, com o seguinte critério:

- Os homens e mulheres foram considerados uma unidade integral de trabalho, bem como os jovens maiores de 14 anos (18).

- As crianças menores de 9 anos foram consideradas 0 UTH e as entre 9 e 14 anos de idade, 0,5 UTH.

(16) GARCIA Jr., Afrânio Raul. Op.cit. p.144.

(17) A montagem do quadro foi inspirada em CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974.p.47-68.; também TAVARES DOS SANTOS, *Colonos do Vinho - Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo, Hucitec, 1978. p.26-30; também TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Matuchos, Le Reve de la Terre, etude sur le processus de colonisation agricole et lutttes des paysans méridionaux au Brésil 1930-1984*. Paris, Université de Paris X - Nanterre, 1987. Tese de doctorat d'état em Sociologia. p.208.

(18) ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de. Op.cit. p.73 nota 6, considera superestimado considerar os rapazes de mais de 14 anos, que estudam, como uma unidade integral de trabalho. Mesmo considerando oportuna esta ressalva de Almeida, mantivemos uma unidade integral de trabalho para esta categoria, pelo fato de que, na constituição do assentamento, não havia escolas em funcionamento, somente foram estabelecidas a partir do início do segundo ano de formação do assentamento, e mesmo quando o sistema escolar passou a funcionar, os rapazes costumavam trabalhar durante os feriados e aos fins de semana, o que representa um quantum expressivo de força de trabalho.

- O critério utilizado para os consumidores foi o de considerar as crianças até nove anos com o valor de 0,5 e as de idade superior como uma unidade de consumidor.

A análise destes dados, em nosso caso empírico, deve sofrer uma alteração, já que o contexto em que foram concebidos presumia que:

la unidad económica familiar que no recurre a fuerza de trabajo contratada, la composición y el tamaño de la familia determinan integralmente el monto de fuerza de trabajo, su composición y el grado de actividad, debemos aceptar que el carácter de la familia es uno de los factores principales en la organización de la unidad económica campesina. (19)

No caso do assentamento de Novo Horizonte, a contratação de força de trabalho é parte integrante da racionalidade econômica de parte destes parceiros, não sendo possível, neste caso, considerar a composição familiar como definidora do volume de atividade econômica. Porém, como havíamos assinalado, a relação de trabalho mantida entre os parceiros e os "agregados" possui elementos que não podem se reduzir a uma análise econômica de racionalidade da produção camponesa, já que, no caso, citado existe um apoio creditício que incentiva atividades comunitárias além da identidade do parceiro com os "agregados" que compõem o "grupo comunitário". Os "trabalhadores alugados" que compõem parte da força de trabalho dos grupos domésticos, particularmente durante a

(19) CHAYANOV, Alexander V. Op.cit. p.47.

fase de colheita do algodão, podem ser entendidos pela necessidade de força de trabalho suplementar durante parte do ciclo agrícola em que a força de trabalho doméstica não pode ser substituída por equipamentos, porém:

... a substituição de trabalhadores domésticos pelos alugados não é algo que é feito de uma vez para sempre. Há uma avaliação constante e renovada a cada ciclo agrícola, entre utilizar a força de trabalho doméstica na agricultura, ou poupá-los destas tarefas utilizando alugados. (20)

No caso do assentamento de Novo Horizonte esta "avaliação constante" ocorre não apenas entre os diferentes ciclos agrícolas, mas também entre parceiros, que possuem diferentes trajetórias e, conseqüentemente, diferentes capitais monetários e culturais.

Os dados do Quadro 1 permitem perceber que as unidades denominadas de pararrurais, com área média de 6 ha (parcelas 1, 3, 12 e 16), são compostas de famílias conjugais e não empregam força de trabalho "alugado" ou agregados. Um dos critérios de seleção dos parceiros para destinação destas áreas foi a composição da família, critério este que de maneira geral, corresponde aos dados apresentados. Na análise conjunta do Quadro 1 e 2 (21) observa-se que estas unidades possuem um valor alto de UTH/ha (três casos de 0,33 e um caso de 0,25, sendo a média de 0,23) o que indica uma grande disponibilidade de força de trabalho por unidade de

(20) GARCIA Jr., Afrânio Raul. 1989. Op.cit. p.143.

(21) Os Quadros 1 e 2 se correspondem em ordem de parcelas rurais, permitindo a análise conjunta de ambos.

área, fazendo com que parte destes parceleiros trabalhem com "arrendamento" de outras áreas. Mas devido a um acordo com o MIRAD, estes "arrendamentos" não são pagos. O índice de consumidores/trabalhadores nas parcelas analisadas é abaixo da média geral (a média foi de 1,37). A comparação dos dados de composição da família e do volume de atividade econômica entre os parceleiros das áreas pararrurais e os demais, deve levar em consideração que os lotes "pararrurais" estão situados junto ao núcleo urbano. Os lotes pararrurais apresentam problemas de produção devido às características físicas do solo e da acidez elevada, necessitando, neste caso, de correção da acidez, o que não é efetuado pela falta de disponibilidade de recursos monetários e/ou creditícios.

Nas parcelas em que ocorrem "agregados" (parcelas rurais 15,18 e 19) a UTH/ha se encontra próxima da média geral encontrada (0,26;0,23 e 0,20, sendo a média geral de 0,23), porém o índice consumidores/trabalhadores tem uma variação mais significativa. Os dados do levantamento sócio-econômico permitem fazer algumas outras observações, por exemplo, as parcelas rurais 4,5 e 11 têm, respectivamente, o valor de UTH/ha de 0,13-0,12 e 0,32 e o índice trabalhadores/consumidores 1,16-1,33 e 1,16, no caso das duas primeiras parcelas o valor da UTH/ha está abaixo da média geral (0,23), o que indica que dentro do nível tecnológico empregado existe uma quantidade de força de trabalho pequena em relação à área disponível, mesmo existindo um excedente de respectivamente 16% e 33% na

relação trabalhadores/consumidores. No caso da terceira propriedade, a relação de UTH/ha é alta, ou seja, ocorre uma força de trabalho que excede a média geral dos casos analisados. Estas três parcelas, que diferem, de forma geral, dos indicadores apontados, declararam nos depoimentos fazerem uso freqüente de "trabalhadores alugados", fato este que parece não corresponder aos valores encontrados. Porém, observando estes dados mais atentamente, outras variáveis indicaram que as parcelas rurais 4 e 5, por possuírem um baixo valor UTH/ha, utilizam força de trabalho externo à propriedade, e a parcela rural 11, apesar de ter um valor de UTH. alta (0,32), foi a parcela em que o trabalho em culturas de mercado era mais expressiva com o algodão, sendo cultivado em 1/3 da área total da parcela. Além disso, a unidade possui 10 fornos de carvão, que possibilitam uma produção de 14 toneladas por "carvoeira" a cada 15 dias, o que fornece uma expressiva entrada de recursos monetários para a contratação de "trabalhadores alugados". Estes dados e a observação de outros fatores relacionados indicam existir uma certa racionalidade econômica que considera e avalia constantemente, conforme o ciclo agrícola, a escolha de cultivos, a disponibilidade de força de trabalho e a tecnologia. Além destes fatores que se conjugam ou se excluem, a diferenciação de trajetórias destes parceleiros permitiu a interiorização de um capital cultural diferenciado que promove, aliado a outros fatores, a ascensão ou descenso dos parceleiros quando submetidos a um

mesmo espaço social, fato este que se tornará mais claro quando observadas as etapas migratórias (subcapítulo 5.3).

QUADRO 1.

TAMANHO E COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO - NOVO HORIZONTE

Parcela rural	Tamanho parcela (ha)	Homem	Mulher	<9 anos	9a14 anos	>14anos.
1	6	1	1	1		
2	27	1	1			3
3	6	1	1	1		
4	24	1	1	1		1
5	25	1	1		2	
6	25	1	1	7	2	
7	25	1	1	1	1	
8	30	1	1		3	5
9	22	1	1			4
10	19	1	1	3		5
11	30	1	1		3	6
12	6	1	1			
13	21	1	1			4
14	22	1	1	2	2	
15	23	3	2	4	2	
16	6	1		1	1	
17	26	1	1	4	2	2
18	28	2	2	1	5	
19	25	3	2	2		
Total	396	24	21	28	23	30

Fonte: Trabalho de campo.

QUADRO 2

UTH.	Total de membros.	UTH/ha.	Índice Consumidores/Trabalhadores.
2	3	0,33	1,25
5	5	0,19	1,00
2	3	0,33	1,25
3	4	0,13	1,16
3	4	0,12	1,33
3	11	0,12	2,50
2,5	4	0,10	1,16
3,5	10	0,12	2,50
6	6	0,27	1,00
7	10	0,37	1,21
9,5	11	0,32	1,16
2	2	0,33	1,00
6	6	0,29	1,00
3	6	0,14	1,66
6	11	0,26	1,50
1,5	3	0,25	1,25
5	10	0,19	1,60
6,5	10	0,23	1,35
5	7	0,20	1,20
<hr/>			
81,5	126		
<hr/>			
	Média:	0,23	1,37
<hr/>			

Fonte: Trabalho de campo.

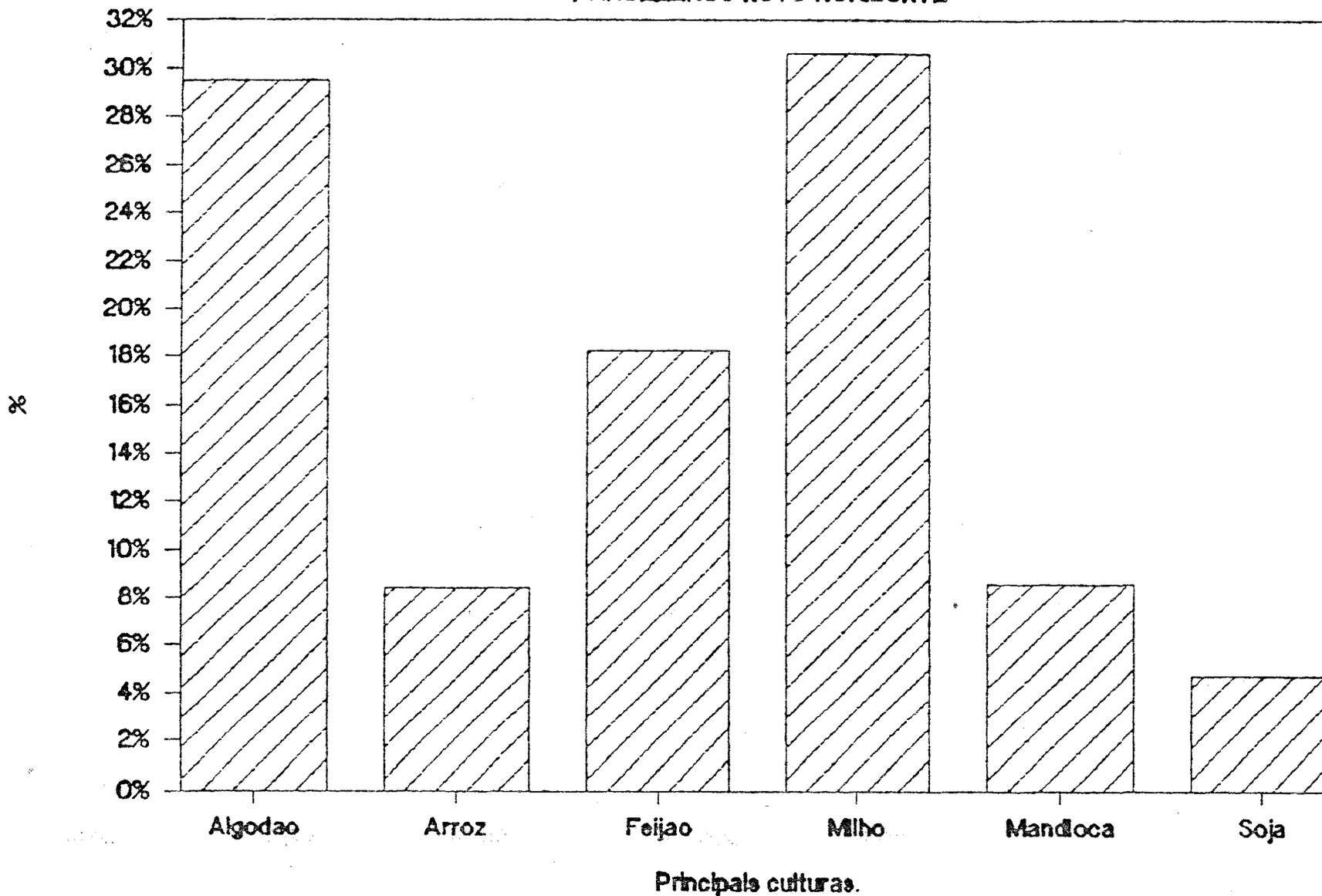
3.6.3. A escolha dos cultivos

Se procurarmos acompanhar a escolha dos cultivos e o tipo de agricultura desempenhada pelos parceleiros do assentamento de Novo Horizonte em um espaço de tempo mais longo, algumas indicações são possíveis. Os dados do Paraguai (22) indicam que, para todos os agricultores, os "cultivos comerciais", de maneira geral, estavam basicamente centrados na soja (44,7%), seguindo em importância o cultivo da menta; os "cultivos de subsistência" mais expressivos eram a mandioca, o milho e o feijão (a utilização dos três cultivos e mais um, ocorria em 41,1% das propriedades). Estes dados, apesar de gerais, indicam, por um lado, a existência de uma articulação entre produtos voltados para o mercado e outros produtos de subsistência. Por outro lado, estes dados podem servir de comparação aos principais cultivos realizados atualmente em Novo Horizonte. Os dados do Gráfico 1 demonstram (percentual de culturas segundo a área cultivada) que não existe uma continuidade de proporcionalidade dos cultivos realizados no Paraguai, em Novo Horizonte, ou seja, a escolha dos cultivos e a proporcionalidade entre "cultivos comerciais" e culturas de subsistência não é mantida pela rotina ou tradição. O

(22) VILADESAU, Tomás Pallau & HEIKEL, Maria Victoria. Los campesinos - el Estado y las empresas en la frontera agrícola. Assunción, PISPAL-BASE/ISEC, 1987. p.241-244.

PRINCIPAIS CULTURAS

PARCELEIROS NOVO HORIZONTE



FONTE: TRABALHO DE CAMPO

gráfico 1 não apresenta todas as culturas desempenhadas por estes parceleiros, já que alguns produtos são quantitativamente pouco relevante, tal como, a mamona, fumo, cana etc. Estas principais culturas, que denominamos de cultivos comerciais e cultivos de subsistência (23), procurando seguir a classificação de Tomás Palau VILADESAU, não podem ser vistos como categorias estanques, pois, com exceção do algodão e soja, os outros cultivos têm a marca da alternatividade.

Alternatividade entre serem consumidos diretamente, e assim atender às necessidades domésticas de consumo, e serem vendidos, quando a renda monetária que proporcionam permite adquirir outros produtos também de consumo doméstico, mas que não podem ser produzidos pelo próprio grupo doméstico, como o sal, o açúcar, o querosene, etc. Com o princípio da alternatividade conseguimos mesmo dar conta dos paradoxos sobre o "excedente camponês". (24)

Esta categoria "alternatividade" é importante de ser caracterizada pois ela faz parte do cálculo da escolha dos cultivos e da forma como estes parceleiros se integram ao mercado. Os dados do gráfico 1 demonstram que o milho é a cultura que tem a maior área cultivada no assentamento. Este cereal caracteriza-se pela alternatividade, pois pode ser

(23) A expressão cultivos de subsistência é identificada ao que se denomina de "economia de subsistência", porém este termo é ambíguo, pois esta expressão é empregada tanto no sentido de "economia natural" ou o que os marxistas denominam de "reprodução simples". Contudo, ambas as denominações não permitem diferenciar uma propriedade com 0% para o mercado, e uma produção 100% comerciável, no entanto miserável. Ver: TEPICHT, Jerzy. *Marxisme et agriculture: Le Paysan Polonais*. Paris, Armand Colin. 1973. p.27.

(24) GARCIA Jr., Afrânio Raul, Op.cit. p.117.

consumido verde, produzir grãos que alternativamente vão para a venda, consumo animal ou em forma de farinha para consumo doméstico ou venda, além de servir ao "autoconsumo intermediário" (25) da propriedade, já que a forragem do milho pode servir para alimentação animal. Outro dado é que, ao contrário de outros grãos que necessitam condições especiais de secagem e armazenagem, o milho é armazenado a campo, através da prática comum entre os agricultores de "quebra do milho", que consiste na dobra das espigas quando o cereal está maduro, possibilitando a secagem do grão no próprio campo, método este que, em condições de baixa umidade, permite que não ocorra a proliferação de pragas. Ademais, as características deste cereal, a forma de seu cultivo em consorciação com feijão ou em rotação com outras culturas permitem diminuir os custos de produção (26).

(25) O "autoconsumo intermediário" consiste no aproveitamento de subprodutos da produção agrícola para alimentação animal ou outro uso. Ver: TEPICHT, Jerzy. Op.cit. p.28.

(26) Em relação à consorciação, GARCIA Jr., Afrânio Raul. Op.cit. p.129-130, demonstra, através de uma série de dados, que a consorciação diminui a produtividade física quando comparada ao cultivo simples, mas a primeira aumenta o valor extraído da terra. Porém, cabe se indagar se as diferenças de produtividade física entre o cultivo simples e o consorciado estão relacionadas a estas variáveis ou a diferença é devida à técnica de produção (adubação, calagem, espaçamento etc.). Esta pergunta é pertinente, pois dados recentes de pesquisa demonstram que a consorciação de culturas, segundo determinadas regras técnicas, permitem uma produtividade igual e em algumas condições superiores ao cultivo isolado, devido a efeitos químicos, físicos e biológicos. Ver: SINGH, Ambika. Utilización de materias orgánicas y abonos verdes como fertilizantes en los países en desarrollo. In: Boletim sobre suelos - Materias orgánicas fertilizantes (Documentos seleccionados del informe de la consulta de expertos FAO/SIDA). Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación. Roma, 1976.

Em relação ao algodão, que representa uma das culturas mais plantadas, o raciocínio não é o mesmo, até poderíamos dizer que é o inverso. O algodão herbáceo, plantado pelos parceleiros de Novo Horizonte, é uma cultura que se limita à comercialização e exige uma série de tratamentos culturais, por sua produção ser sensível a invasoras, suscetível a ataques de pragas e doenças. Exige também adubação e calagem do solo, e seu cultivo normalmente não é consorciado, apesar do consorciamento ser indicado. A colheita em Novo Horizonte é realizada predominantemente por "trabalhadores alugados" que deslocam-se de municípios da região para realizar esta tarefa. Para ilustrar o processo de produção de algodão, tomamos como exemplo o caso empírico de um parceleiro que, durante o trabalho de campo, procurou mostrar a sua lavoura de algodão com muita ênfase e orgulho. J.L.M. tem a sua parcela com 28 ha, sendo que plantou na área 8,75 ha de algodão em cultivo isolado, e sua força de trabalho incluindo um "agregado" é de 6,5 UTH, o que resulta em 0,23 UTH/ha, com um índice consumidores/trabalhadores de 1,35. O levantamento sistemático da produção agrícola do IBGE (27), indica que, para a safra 89/90, o rendimento bruto previsto para região era de 1500 kg/ha, ou seja, tendo-se 8,75 ha de algodão pode-se produzir 13.125 kg de algodão e, sabendo-se que um apanhador colhe 45 kg por dia, ele sozinho levaria cerca de 292 dias para realizar a colheita. Se avaliarmos a

(27) FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Delegacia do IBGE do Mato Grosso do Sul. Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias - CCEA/MS. Levantamento sistemático da produção agrícola. 1989.

força de trabalho apenas da família que possui 6,5 UTH a colheita se reduziria para 45 dias, o que tecnicamente não é recomendável, pois ocorrências anormais na precipitação, como falta de chuvas no verão, e quedas bruscas de temperatura influem diretamente na colheita e na qualidade da fibra. Sendo assim, o "trabalhador alugado" é indispensável para a colheita do algodão, já que se trata de trabalho inadiável do qual depende toda produção que será obtida. Nesse caso, o que está envolvido não é o "trabalho alugado" diminuindo a auto-exploração da força de trabalho do grupo doméstico, e sim a necessidade premente de "trabalhadores alugados" para a colheita do algodão devido à inconstância de demanda de força de trabalho durante o ciclo agrícola. A posição deste parceleiro em relação ao restante do assentamento demonstra uma trajetória ascendente, que lhe possibilita utilizar a força de trabalho externa em função de sua estrutura produtiva, que alia agricultura e negócio, já que este parceleiro possui uma "bodega" agregada a sua casa e fornece mantimentos diversos para o seu grupo territorial.

Assim, o dinheiro com que se compram sementes e adubos, com que se paga trabalhador alugado, frequentemente provém do negócio. Do mesmo modo, a renda obtida com a venda dos produtos do roçado e/ou sítio não necessita esperar o ciclo agrícola seguinte para ser reaplicada, mas pode ser transferida para o negócio. Note-se também que se o negócio proporciona uma renda suficiente para fazer face ao consumo doméstico, a venda dos produtos do sítio e do roçado pode ser adiada para o momento em que se julga dar o melhor

preço, aumentando-se a renda líquida com a agricultura. (28)

A relação entre agricultura e negócio desenvolvida por este parceleiro não é comum entre os parceleiros. Pode-se observar que os agricultores de Novo Horizonte, que possuem uma atividade de negócio, tiveram em sua trajetória migratória uma experiência urbana, o que nos leva a pensar que o significado da migração não se refere simplesmente a um deslocamento geográfico, já que existe, também, uma movimentação entre universos sociais que permitem a interiorização de experiências urbanas que representam, para este parceleiro, a aquisição de um capital cultural que o diferencia dos demais.

A posição social assumida por este parceleiro citado contrasta-se com o depoimento do outro parceleiro, que afirma:

Então qué dizê eu com dois de pasto, eu gostaria aí de formá uns três de mandioca. E a lavoura branca eu só vô prantá pouco. Lavoura branca, não vou interessá prantá prá mim vende. Eu plantando, prá mim coitado... que chega aqui prá mim comê, e a família comê, é quanto basta. Agora vô te que plantá alguma coisa de produção, que é o que já tô vendo, prá mim tê lucro, uma renda prá que a gente podê comprar as coisa que falta...

O cálculo que realiza este parceleiro procura equilibrar a intensidade externa II com a intensidade

(28) GARCIA Jr., Afrânio Raul. Op.cit. p.105.

externa I (29), o que produz uma propriedade polivalente, tornando difícil algum tipo de especialização produtiva em que se estabeleçam relações mais estreitas com o mercado (aumento da intensidade externa I e II). Note que o parceleiro distingue "alguma coisa de produção (...) prá mim tê lucro" e o "que chega prá mim e a família comê", como dois momentos distintos de produção que formam sua simbiose na necessidade de adquirir produtos externos à propriedade, tal como, equipamentos agrícolas, roupas e sal, sendo os demais produtos autoproduzidos. É preciso considerar que o cálculo deste parceleiro está baseado nas condições atuais de produção que possibilitam, através do comércio da madeira de seu lote e da fertilidade natural do solo, uma entrada significativa de recursos monetários; porém estes recursos agora existentes têm o seu limite temporalmente definido. O comércio de madeira no assentamento, com exceção de alguns lotes onde a Colonizadora ex-proprietária da área desmatou (30), é freqüente no assentamento. A madeira de melhor qualidade é vendida a intermediários e parte é fornecida à serraria da Associação para ser cortada e fornecida sob forma de tábuas para construção de habitações, o restante da

(29) O conceito de intensidade externa I e II é a denominação dada por TEPICHT às formas de contato externo que a unidade camponesa realiza, sendo a intensidade externa I a forma de contato do camponês com o exterior através da compra de produtos e a intensidade externa II, as formas de relação com o exterior, composta pelas vendas que o camponês realiza no mercado. Ver: TEPICHT, Jerzy. Op.cit. p.28.

(30) Após a ocupação da área (ver 3.1.1- A travessia do Guiráy) a SOMECO proprietária da área (ver 3.1.2 SOMECO - A Sociedade de Melhoramento e Colonização) procurando evitar nova ocupação e possível desapropriação desmatou parte da área, plantando pastagens.

madeira de pior qualidade é utilizada para produção de carvão. Esta atividade extrativista, conjuntamente ao comércio de carvão, são atividades que possibilitam a entrada de recursos monetários e fazem com que a articulação entre atividades permita dividir o tempo entre agricultura e negócio, onde este último preenche os espaços vazios da sazonalidade agrícola.

Os demais cultivos apresentados no Gráfico 1, com exceção do milho e soja, que representa uma proporção pouco significativa na totalidade de culturas plantadas, são culturas marcadas pela "alternatividade". Foi possível observar que a alimentação básica destes parceleiros se dá em torno do arroz, do feijão e da mandioca, esta última consumida sob forma de farinha ou apenas cozida; eventualmente adicionam carne de galinha ou ovos; a carne de gado, bem como, as verduras são de consumo pouco freqüente(33). Esta dieta e o consumo simples e pouco variado de alimentos relacionam-se com as culturas marcadas pela "alternatividade", por exemplo, a mandioca, que apesar de quantitativamente não ser o cultivo mais expressivo, representa qualitativamente uma cultura importante, sendo que uma das alternativas econômicas apresentada pelos parceleiros é a construção de "farinheiras", que possibilitariam o preparo da farinha de mandioca para a venda e consumo. Aliada à possibilidade de obtenção de farinha, a mandioca é cultivada em áreas de fertilidade do solo menor, devido à adaptabilidade desta planta em solos

pouco férteis e a capacidade de produção (após o 5º mês de plantio) em áreas com a presença de invasoras. A utilização da mandioca é variada e pode servir à alimentação humana cozida, frita, em forma de farinha ou tapioca e fazendo-se ainda o polvilho (fécula de mandioca), além de servir à alimentação animal: para os suínos em sua forma natural, e para o gado bovino e outros animais através da secagem de suas raspas ao sol (33). Conjuntamente a estas características de variabilidade de usos e adaptabilidade, condições de solo e presença de invasoras, existe o aspecto de que se possua uma colheita flexível em termos de época, apesar de existir, tecnicamente, uma recomendação relativa à importância da época de colheita da mandioca, segundo a variedade cultivada, de doze a dezoito meses. Entretanto, os parceleiros realizam a colheita conforme a "precisão" que não corresponde obrigatoriamente à época recomendada agronomicamente de colheita. Estas características certamente tornam esta planta de importância fundamental, e seu uso, que já era associado aos índios guaranis antes da colonização européia na América do Sul, de onde ela é originária, faz com que a mandioca seja o principal alimento energético de milhões de pessoas.

4. MUNDO NOVO - O retorno

Estamos de volta, querido Brasil, com muito prazer e satisfação. Por isso pedimos em uma só voz, protejam nossos irmãos.

Não somos bandidos, nem criminosos, não somos invasores, nem ladrões. Queremos uma pequena área, para trabalhar e ganhar o pão.

Esta homenagem que estamos fazendo, às autoridades e à população, somos brasileiros agricultores, mas não esperávamos esta decepção.

Nós esperamos que esta homenagem, seja profunda em seus corações e nós trabalharemos em nosso cantinho, prá nossos filhinhos, não faltar o pão."(Carta aberta dos brasiguaios a população de Mundo Novo. Junho de 1985)

Mundo Novo, pequeno município localizado no extremo sul do Estado de Mato Grosso do Sul, foi o local onde os primeiros brasiguaios retornados do Paraguai acamparam. O histórico desta cidade está ligado diretamente ao processo de colonização desenvolvida no Período Vargas. Esta região fronteira foi inicialmente ocupada pela Companhia Mate Laranjeira que dominou politicamente o Estado do Mato Grosso. Em 1943, Vargas fundou o Território Federal de Ponta Porã e o Território Federal de Iguaçu, procurando desenvolver estas regiões mediante colonização, no interesse

da segurança nacional (1). Estas áreas de fronteira, frequentemente associadas com o "novo", em que colonizadores provenientes de diferentes Estados na década de 50 e 60 vieram colonizar, voltam a ser ocupadas agora, meados da década de 80, por trabalhadores rurais que formam acampamentos e ressemantizam o significado do novo, procurando na "Nova República" os direitos expressos no I Plano Nacional de Reforma Agrária.

Este retorno de brasileiros do Paraguai não foi iniciado em Mundo Novo, pois no início dos anos 80 um grupo de brasiguaios foi transferido pelo Governo Federal para um programa de colonização em Guarantã do Norte, município localizado no extremo norte do Mato Grosso (2); deste grupo de brasiguaios, alguns receberam, neste município, lotes no Projeto Braço Sul por meio do INCRA, outros acabaram desistindo atemorizados pela malária e pela falta de recursos. Apesar de existirem outros movimentos migratórios de retorno do Paraguai, o primeiro movimento de retorno abrangente e organizado ocorreu em 1985, através do acampamento de Mundo Novo.

Neste capítulo, iremos analisar o processo de constituição deste acampamento, que se inicia com a

(1) Ver: FOWERAKER, Joe. **A Luta pela Terra**-a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. (The Struggle for Land). Trad. Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p.135. A parte relativa à ocupação desta região desenvolveremos no subcapítulo 5.2-A Marcha para o Oeste.

(2) Ver: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 2ªed. São Paulo, Contexto, 1989. p.73.

organização dentro do Paraguai e finaliza com o Projeto de assentamento de Novo Horizonte. Este acampamento, que perdurou seis meses, abrange, de um lado, as expectativas dos acampados e a atuação dos mediadores, e por outro lado, a intervenção do Estado e seus representantes na implementação da reforma agrária.

4.1- A saída do Paraguai.

Para um determinado número de brasiguaios, o retorno ao Brasil não era um fato inusitado, pois parte das famílias que acamparam em Mundo Novo já haviam participado da ocupação da Gleba Santa Idalina (3), o que permitiu que as experiências de organização e negociação interiorizadas anteriormente possibilitassem retomar a luta pela terra. As experiências acumuladas por algumas lideranças nesta primeira ocupação, e a articulação que foi mantida com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e outros mediadores políticos, permitiram a organização da saída do Paraguai. Foi com base nesta primeira experiência e através da mediação do deputado federal Sérgio Cruz, que uma comitiva de trabalhadores rurais residentes no Paraguai

(3) Cerca de 60 famílias que acamparam em Mundo Novo já haviam participado da ocupação da Gleba Santa Idalina em 30 de abril de 1984. Ver: 3.1.1. A Travessia do Guiráy.

conseguiu uma audiência com o Ministro de Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, como descreve um atual parceleiro:

A audiência com o Nelson Ribeiro foi o início da saída nossa lá, como fazer, começou por aí né. Então, através dessa entrevista, ficou claro na ocasião que o Nelson Ribeiro disse claro: Olha vocês têm que pensar como sair; a situação não tá boa. Aqui no Brasil também não tá boa prá vocês. Vocês não vão pensar que vão chegar aqui vão achar terra de mão beijada. A coisa não tá tão fácil assim. Agora o governo brasileiro pode pensar em fazer alguma coisa prá voçeis, mas enquanto vocês estiverem no Paraguai, nada podemos fazer né.

O processo de negociação, lento e demorado, que houve entre o Ministro Nelson Ribeiro e as lideranças dos brasiguaios, reflete o processo de elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, o qual, durante o processo de negociação iniciado nesta audiência em maio de 1985 até o assentamento definitivo, passou por doze versões e culminou com a aprovação final de uma versão retrógrada (4).

O processo de negociação com o Ministro Nelson Ribeiro iniciou-se com a organização desenvolvida no Paraguai, através da atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (5), da Comissão Pastoral da Terra e através da participação do Deputado Sérgio Cruz. A estrutura desta

(4) Ver SILVA, José Gomes da. **Caindo por terra**-crises da Reforma Agrária na Nova República. São Paulo, Busca Vida. 1987.

(5) Ao longo do texto utilizaremos a denominação abreviada, ou seja, Movimento Sem-Terra, que corresponde a organização a nível nacional, que é denominada Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

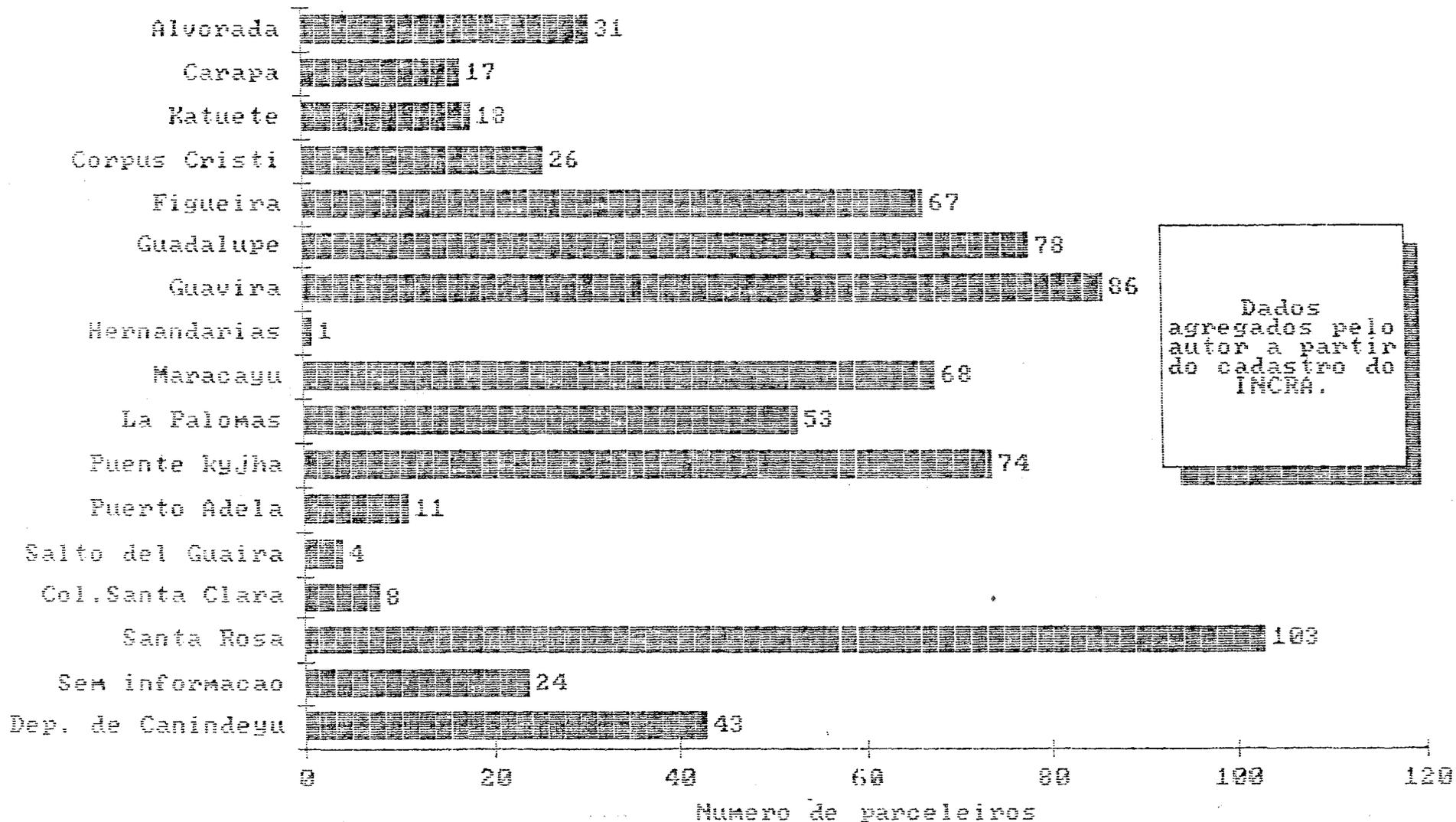
organização funcionava através da atuação de agricultores brasileiros residentes no Paraguai, sendo que alguns já haviam participado da ocupação da Gleba Santa Idalina. No lado brasileiro, na cidade de Mundo Novo, o Movimento Sem-Terra contou com o auxílio de um militante devotado pela causa dos brasileiros residentes no Paraguai, através de João Eleutério, que participou de diversas reuniões no Paraguai e serviu como mediador entre a organização no Paraguai e as reivindicações no Brasil. A nível das negociações com o Governo Federal, houve a participação importante e expressiva do Deputado Sérgio Cruz, que através de suas intervenções, conseguiu diversas audiências com o então Ministro Nelson Ribeiro. Esta estrutura constituída por diferentes mediadores políticos foi imprescindível para a saída do Paraguai e à constituição do acampamento de Mundo Novo. Porém, este cenário acabou sendo constituído, em grande parte, por agricultores que desconheciam a organização que estava sendo efetuada e retornaram sobre o efeito centrípeto das notícias veiculadas e através das relações de vizinhança, como constatamos no seguinte depoimento:

Mas lá todo mundo era vizinho, e tinha cara lá que eu fiquei sabendo pelo rádio que estorou o acampamento de Mundo Novo, o primeiro que pegou fui eu, ali eu fui no mercado comprei uma lona de sete por oito e fizemo um barraco e colocamo onze hôme dentro daquele barraco, tudo vizinho, tudo do Paraguai.

Torna-se necessário caracterizar estas motivações e formas de retorno ao Brasil, para entendermos que o processo de saída do Paraguai não foi efetivado e organizado através de uma estrutura perfeitamente delineada. Ao contrário, a organização desenvolvida no interior do Paraguai foi quantitativamente reduzida, devido aos impedimentos provenientes do sistema político paraguaio que proibia qualquer tipo de organização e manifestação contrária aos interesses da ainda vigente ditadura de Stroessner.

Se observarmos os dados agregados das localidades de procedência dos brasileiros no Paraguai (Gráfico nº 2), constatamos que o efeito difusor da organização de retorno ao Brasil não se limitou à área limítrofe da fronteira política com a cidade de Mundo Novo (MS). Estes dados agregados a partir do cadastro do INCRA não possuem uma grande confiabilidade, pois foram elaborados a partir dos depoimentos das famílias cadastradas no acampamento de Mundo Novo, sendo que, algumas famílias declaravam desconhecer a localidade de onde eram provenientes, citando apenas os proprietários das fazendas onde trabalhavam e/ou o Departamento. Mesmo existindo uma imprecisão destas informações, os dados coletados no trabalho de campo, indicam que a afirmação, descrita anteriormente, comprova que o acampamento foi constituído de agricultores brasileiros provenientes de diversas localidades do Paraguai, principalmente do Departamento de Canindeyu que

LOCALIDADE DE ORIGEM NO PARAGUAI.



representa 81% do total de parceleiros (6). Porém, entre as localidades descritas (Gráfico nº 2), a localidade de Santa Rosa e a Colonia Santa Clara, situam-se no Departamento de Caaguazu que contribuiu com 15,6% do total de parceleiros, sendo a população local, em sua maioria, oriunda do Paraná (7). A família registrada como oriunda de Hernandarias (Dep. Alto Paraná), próxima à fronteira política com a cidade de Foz de Iguazu, constituiu uma exceção, já que consiste em uma cidade distante da área do acampamento. As demais cidades e colônias registradas (gráfico nº 2) fazem parte do Departamento de Canandeyu, que limita-se ao leste com o Mato Grosso do Sul. Salto del Guairá, por exemplo, capital do Departamento de Canandeyu, localiza-se próximo à cidade de Mundo Novo (MS), bem como, La Palomas, Puente Kyjha e Katuete, sendo que estas quatro localidades representam 21 % dos locais de procedência dos parceleiros de Novo Horizonte.

Procuramos desenvolver, nos parágrafos antecedentes, o processo de constituição do acampamento de Mundo Novo a partir da saída do Paraguai. Processo este, que envolveu numa perspectiva temporal primeiramente à ocupação da Gleba Santa Idalina, em abril de 1984 (3.1.1. A Travessia do Guiráy), e, posteriormente, a audiência com o Ministro Nelson Ribeiro em maio de 1986. Anteriormente a este período, os mediadores políticos permaneceram organizando

(6) Ver mapas em anexo.

(7) Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES. **Dinâmica Espacial e setorial da força de trabalho no Paraná.** Curitiba, s.e., 1979. p.191.

grupos de brasileiros no interior do Paraguai, grupos estes que, através do retorno, provocaram um movimento centripeto de retorno de brasileiros dos Departamentos de Canandeyu (81%) e Caaguaçu (15,6 %). Estes dados apresentados limitaram-se a caracterizar, até este momento, fatores ligados à posição social de retorno ao Brasil, onde o Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República e a atuação dos mediadores políticos atuaram como imprescindíveis fatores de motivação para o retorno, e também, para a construção de uma ação reivindicatória para solucionar a crise fundiária vivenciada por este grupo de brasiguaios. Este processo migratório foi objetivado, não apenas, pelos fatores associados à posição social de retorno, já que se observarmos a vida e o trabalho dos brasiguaios no Paraguai verificamos diversos fatores de mudança (8) que acarretaram a saída dos brasileiros.

Observando-se os diferentes depoimentos dos parceleiros em relação ao processo de motivação que os levou a saírem do Paraguai, destacamos:

... Então o sujeito ali, ali ... u... brasileiro naquela terra lá, parece que ele é meio criminoso, por causa que ele trabalha meio escondido... daí eu falei: Aqui prá mim não serve não, eu nunca andei assim... vamo embora...

... Mas eu não sei que parece que até o espírito da gente não se adaptava com aquele

(8) Utilizamos a expressão 'fatores de mudança', com o sentido empregado por Paul Singer, que caracteriza a expansão de relações capitalistas e a expropriação dos camponeses. Ver SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo, Brasiliense, 1973. p.31.

local. Porque, a partir do momento que a gente tava saindo do Paraguai, que vinha pro Brasil, quando a gente sentia que tava dentro da lancha atravessando o rio vindo pro Brasil, parece que se abria o espírito da gente, sabe. Eu sentia tá em casa, depois quando ia pro Paraguai, parece que a gente se abafava sabe?

... eu não gostei daquele lugar assim, não pelo povo que tava lá, o povo era muito boa, bacana. . mas eu não gostei do lugar, eu saia no Brasil prá mim era Brasil, lá não servia.. a terra era boa e tudo, mas o meu coração não aceitava aquilo...

A gente, o que eu senti lá, era a mesma coisa de você tá num lugar e com medo. Por tudo o que você fazia, o meu sintoma era esse. Você andava direitinho, anda direito toda vida eu ando. Mas é o que disse mesmo.. você andando direito você ainda tinha medo...

Nestes depoimentos e em inúmeros outros, os parceleiros de Novo Horizonte procuram transmitir os seus "sintomas" que não são somente expressos em fatos visíveis e claramente identificáveis (9), parte das razões que os levaram a sair do Paraguai são sentimentos tais como o "medo", "o coração que não aceitava aquilo", por fim, "o espírito que não se adaptava". Este medo expresso pelos brasiguaios não é o medo da integridade física ou da segurança econômica; os atos de violência e a sistemática transgressão dos direitos humanos

(9) O propósito de procurarmos entender a subjetividade e os sentimentos expressos pelos brasiguaios, não exclui o fato de existir uma série de arbitrariedades e uma sistemática transgressão dos direitos humanos no Paraguai, haja visto o dossiê entregue pelas lideranças dos brasiguaios, na primeira quinzena de abril de 1986, ao então ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, em Brasília. Este dossiê contém 31 casos comprovados de violência. Ver WAGNER, Carlos. **Brasiguaios- homens sem pátria**. Petrópolis, Vozes, 1990. p.35.

são apenas uma parte daquilo que poderíamos denominar a "cultura do medo" (10).

No basta pues denunciar las violaciones de los derechos humanos y el desquicio que ellas provocam. La cultura del miedo es no sólo el producto del autoritarismo, sino, simultaneamente, la condición de su perpetuación. Al producir lá perdida de los referentes colectivos, la desestructuración de los horizontes de futuro, la erosión de los criterios sociales acerca de lo normal, lo possible y lo deseable, el autoritarismo agudiza la necesidad vital de orden y se apresenta a sí mismo como la única solución. En resumen, lo que planteam los miedos y, particularmente, ese "miedo a los miedos" es, en definitiva, la cuestion del orden y ésta es la cuestion política por excelencia. (11)

Os brasiguaios de Novo Horizonte, em seus depoimentos, procuravam salientar a existência de torturas e maus tratos contra brasileiros no Paraguai, mas nos depoimentos coletados nenhum deles havia sofrido pessoalmente estes atos. Se observarmos estes depoimentos no contexto da "cultura do medo", que recobre as sociedades autoritárias e em especial o Paraguai, podemos entender que o relato da violência faz parte da objetivação da causa do medo, o que produz a aparente percepção de que o processo está sob controle. Esta procura de objetivação, atribuindo a fatos concretos a presença do medo, obscurece o problema da ordem violenta onde os medos silenciados têm uma ação subliminar e vão gradativamente criando uma vida sem sentido, sem raízes, sem futuro.

(10) Ver LECHNER, Norber. *Los patios interiores de la democracia*. Santiago, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 1988. p.95-109.

(11) LECHNER, Norbert. Op.cit. p.98.

O poder autoritário apropria-se dos medos fundamentais criando a idéia de que representa um mal necessário, um mal menor contra o comunismo (12) e o caos, fazendo com que nenhuma fronteira física e nenhum limite social produzam segurança, e, para este medo internalizado, não há necessidade de lavagem cerebral, pois ele toma forma no cotidiano atemorizado da população.

O Paraguai, no contexto da América Latina, deve ser visto à parte, mesmo existindo pontos comuns com o processo político evidenciado em outros países. A longa ditadura do general Stroessner, que tomou o poder em 1954, contou com o apoio do Partido Colorado, que mantém o controle absoluto da população. A política econômica baseia-se em uma longa tradição que se diferencia das ditaduras neoliberais da América do Sul.

Este Estado, todo-poderoso economicamente, controla rigorosamente a vida social, em especial e de forma direta através do Partido Colorado e da polícia. O Paraguai é o único Estado sul-americano que pode ser chamado de totalitário. Nele, o poder é tão mais absoluto e tão menos contestado quanto a abundância das terras disponíveis impediu,

(12) No caso paraguaio, a ação anticomunista é um fato incontestável, haja visto a organização denominada Grupo de Acción Anticomunista. No III Congresso Regional Anticomunista o então, Ministro da Justiça e Trabalho, José Eugênio Jacquet, relatou o problema da infiltração comunista entre a juventude e entre os "sacerdotes marxistas", que comprometem os ideais do Partido Colorado. Ver: Investigaciones Sociales, Educación, Comunicaciones - BASE. Analisis del mes. Assunción, s.e., Ano II - Nº 24-Noviembre de 1987. p.4.

durante muito tempo, a formação de um movimento camponês. (13)

A história social do Paraguai revela a contínua e reiterada subordinação dos camponeses às estruturas públicas e privadas do poder. Neste processo histórico-estrutural é que emerge a problemática que envolve os brasileiros no Paraguai. Estes, em um primeiro momento, viram-se impulsionados pela "fome de terra" a continuarem uma "frente de expansão" em direção ao Paraguai, com a deliberada política de incentivo à imigração brasileira. Juan M. Frutos o presidente do Instituto de Bienestar Rural, órgão responsável pela política agrária do Paraguai, afirma:

La inmigración de extranjeros, especialmente de aquellos que, dotados de cultura y tecnología avanzada, pueden generar con su integración el mejoramiento de las técnicas, organización social y avance del desarrollo paraguayo, está consagrado por la propia Constitución de la Republica, lo cual se cumple por la vía de la colonización, principalmente en los departamentos colidantes con países vecinos, donde se puede apreciar la presencia de varios miles de inmigrantes incorporados a la tarea del desarrollo nacional. Estos inmigrantes contribuyem al progreso del país, con sus aportes cultural y productivo. Los colonos japoneses introdujeron el gusano de seda. Los brasilenos aportaron nuevos rubros agrícolas y ganaderos. (14)

- (13) TOURAINÉ, Alain. *Palavra e sangue : política e sociedade na América Latina* (Tradução Iraci D. Poletti) . São Paulo, Trajetória Cultural; Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989. p.441.
- (14) FRUTOS, Juan Manuel. *De la Reforma Agraria al Bienestar Rural*, Instituto de Bienestar Rural, Assunción, s/d. p.44. Apud: VILADESAU, Tomás Pallau & HEIKEL, Maria Victoria. *Los campesinos el Estado y las empresa - en la frontera agrícola*. Assunción, BASE/PISPAL, 1987. p.25.

Esta citação enquadra claramente este processo migratório, ou seja, os fatores de expulsão existentes no Brasil impulsionaram a "fome de terras" em direção ao território paraguaio, que dispunha de terras de boa qualidade, a baixos preços, e poucos recursos tecnológicos. Após a consolidação deste processo, os imigrantes estrangeiros que não detinham "cultura y tecnologia avanzada" são "excluídos" pois não geram "el desarrollo paraguayano", processo este que retornaremos a analisar.

Quando são analisados os depoimentos dos brasiguaios do Projeto Novo Horizonte, observamos algumas razões recorrentes sobre a motivação da migração de retorno (fatores de expulsão) para o Brasil; entre outros motivos já salientados, destacamos os seguintes: documentação (permissão), comercialização, assistência médica e odontológica, propriedade da terra.

A documentação no Paraguai é um dos motivos apresentados para o retorno, porém a documentação não se refere exclusivamente a ter ou não o documento; é que o fato de não possuir documentos abre o pressuposto de ilegalidade, o que é respondido energeticamente pelos "comissários" que prendem e extorquem subornos dos brasileiros. A documentação a qual se referem os brasiguaios é o "permissão", documento provisório, válido por 90 dias e exigido para pessoas maiores de 16 anos, tem um custo de aproximadamente cinco dólares. Existe também a carteira de migrante com validade de 10 anos, que é emitida em Assunção ao custo de 30

dólares. O trânsito de veículos, carroças e bicicletas só é permitido com a posse da "libreta", com renovação anual a um custo de três dólares (15). A forma que ocorreu a migração para o Paraguai, com migrantes de baixo nível de escolaridade e desinformados dos direitos e deveres da legislação paraguaia, fez com que a grande maioria não se preocupasse em regularizar a sua situação de estrangeiro, acrescentando o fato de que alguns não se sentiam como estrangeiros. A pesquisa realizada por Tomas Pallau et alii. informa o seguinte:

As colônias brasileiras apresentam maior índice de problemas no que se refere à documentação em relação às paraguaias. Das 304 famílias brasileiras entrevistadas, 37,5% tem problemas com a documentação. Os principais problemas apresentados referem-se a: carteira de imigração (12,2%); não se conseguem os documentos na zona, por dificuldades econômicas (10,8%); 8,9% apresentam problemas de falta de documentos ou outros que não especificaram. (16)

Esta pesquisa realizada refere-se a 22 colônias consultadas para o estudo do Departamento de Alto Paraná e Canindeyu, ou seja, não representam dados totais e agregados das localidades de origem dos parceleiros do Projeto Novo Horizonte. Observando-se os dados desagregados por colônias pesquisadas por Tomas Pallau et alii., encontramos que, das famílias brasileiras entrevistadas em La Palomas, 60,5% têm

(15) Ver Centro de Estudos Migratórios. Cadernos de Migração v.4. Brasiguaios. São Paulo, s.e., 1989.

(16) PALLAU, Tomas et alii. *Campeños y agricultura en zona de fronteira agrícola - problemas vinculados a la migración, a la organización productiva y a la acción de la iglesia en el Alto Paraná. Paraguai, Hernandarias, s.e., agosto de 1985. p.65.*

problemas com documentação, Santa Rosa 32,6% e Corpus Cristi 42,5%, sendo que estas três localidades representam 25,56% das localidades de origem dos parceleiros de Novo Horizonte (Vide quadro Nº 3) o que certamente aumentaria a quantidade proporcional de famílias com problemas de documentação.

A exploração econômica através do comércio foi um dos fatores responsáveis pela saída destes brasiguaios. Nos depoimentos, os brasiguaios diziam o seguinte:

... Aí eu convivi ali onze anos, até que era assim.. muito produtivo o lugar, um lugar bom, um interior meio longe prá lutá com as criação, mas sempre que se fosse vendê era massacração...

... Lá no Paraguai era fácil produzi porque a terra ajudava bastante, só que a comercialização dos produtos era instável, não havia segurança nenhuma, então fazia com que, muitas vezes, os produtos ficavam, até se perdiam...

O comércio de produtos e insumos agrícolas tem sua cotação dada conforme o produto por cruzeiro ou guarani, conforme acerto entre comprador e vendedor. Desta forma com a desvalorização do cruzeiro, a inflação e a correção monetária, é favorecido o comércio com uma ou outra moeda, prejudicando, na maioria das vezes, os agricultores que têm que vender a produção de imediato, sem condições de esperar as condições mais favoráveis do mercado financeiro. De maneira geral, os produtos agrícolas vendidos pelos pequenos agricultores no Paraguai ocorre na própria propriedade, através de intermediários. Conforme o agente de comercialização e o local da relação de compra e venda dos

produtos, são modificados os preços pagos aos produtores. Na pesquisa realizada por Tomas Viladesau & Maria V. Heikel foram obtidos os seguintes dados:

Precio unitario por kilo, según lugar de comercialización por producto.				

	Soja	Menta	Maíz	Poroto

En la finca	19.8 (193)	977.4 (69)	11.0 (83)	20.1 ¹ (66) ²
En la colonia	20.4 (111)	914.8 (38)	11.8 (27)	19.2
Otros lugares	20.8 (40)	850.0 (5)	---	---

Total	(344)	(112)	(110)	(91)

¹.Preços pagos aos produtores em guaranis.

².Numero de casos observados.

Fonte: VILADESAU, Tomas Pallau & HEIKEL, Maria Victoria.
Op.cit. p.275.

Estes dados demonstram que a maioria dos produtores (193) vendem seus produtos na própria propriedade, onde os preços pagos por kilo de produto são menores no caso da soja e milho, atingindo o preço máximo em "otros lugares", que são normalmente os preços pagos no lado brasileiro (contrabando). No caso da comercialização da menta, existem algumas particularidades.

...en primeiro lugar, es cultivada principalmente por aparceros y arrendatarios. En estos segmentos el patrón es el dueño de la tierra, no se da el patronazgo en las relaciones de comercialización fundamentalmente porque se trata de un cultivo que en la época en que se recogieron los datos (1979) prescindía de insumos, y los créditos para cosecha eran otorgados por el

alambiqueiro (la menta se comercializa en esencia). Por esos mecanismos, el dueño de la tierra obtiene el 15% y el 20% del producto cosechado respectivamente, y, además, obtiene un margen de ganancia especulando con la oferta tardía del producto. Por sua parte, los campesinos vendem a los mayaorista que entram en la finca con su propio transporte, cuando vendem fuera de la finca lo hacem principalmente a almaceneros y "patrones que presumiblemente son los alambiqueiros que se apropiaron de la producción a través de los credits para cosecha". (17)

O que procuramos enfatizar em relação ao processo de comercialização é que tanto o agente de comercialização quanto à localização de compra e venda dos produtos vão alterar o preço pago; entretanto, as relações que os produtores têm com o mercado não são um processo único e diferem segundo região e tipo de produtor. Neste caso, os dados coletados por VILADESAU & HEIKEL são elucidativos neste sentido:

(17) VILADESAU, Tomas Pallau & HEIKEL, Maria Victoria.
Op.cit. p.276.

 Estructura de la comercialización de
 la producción predial.

	Proporción comercializada de		
	Cultivos subsistencia	Derivados pecuaria	Producción predial total
Dessarraigado	0 (6)	7.53 (7)	9.72 (9)
Aparceros	17.92 (64)	2.80 (68)	65.32 (70)
Arrendatarios	12.38 (19)	2.62 (19)	61.79 (19)
Camp.semiasalariado	8.43 (66)	4.94 (65)	25.92 (67)
Camp.empobrecido	15.44 (19)	13.26 (18)	37.07 (19)
Camp.tradicional	24.17 (3)	2.03 (3)	30.13 (3)
Camp.medio c.asalar.	10.04 (21)	4.73 (21)	38.64 (21)
Campeño medio	16.71 (88)	11.90 (88)	45.05 (88)
Produc.mercantil	15.55 (93)	12.23 (93)	60.52 (64)
Farmer	18.95 (52)	13.95 (53)	63.16 (53)

Total ^a	14.89 (431)	9.07 (435)	50.06 (443)

^a/Se excluyem las fincas que no han tenido producción en el rubro respectivo.

Fonte: VILADESAU, Tomas Pallau & HEIKEL, Maria Victoria.
 Op.cit. Quadro 59; p.282.

Os dados apresentados permitem fazer uma série de injunções em relação à estrutura de comercialização verificada na região do Alto Paraná e Canindeyu. A categorização proposta pelos autores se apóia no que consideram de tipo teórico puro denominado de "camponês tradicional", que resumiria as características

essencialmente camponesas (18), sendo que os pólos de diferenciação são dados pelos "desarraigados", em um extremo, e pelos "farmers" no outro, existindo, no caso, diferentes tipos intermediários na tipologia (7 tipos intermediários). Os autores consideram também que os migrantes de origem brasileira, apesar da diversidade de formas encontradas, se concentram no que denominam "arrendatários" e "unidades familiares campesinas productoras de mercancias", sendo esta última forma caracterizada pela especialização produtiva que chega a ser entre 70 e 80% destinada a "cultivos de renda", segundo superfície total cultivada. Esta categorização proposta pelos autores citados, tem sua virtude em procurar dar conta da diversidade de formas em que se encontram os agricultores nos Departamentos de Alto Paraná e Canandeyu; porém, a tipologia emprega uma série de categorias que limitam a percepção do processo que ocorre e as várias trajetórias possíveis deste mesmo processo. Neste caso, procuramos trazer as informações disponíveis da comercialização do Paraguai sem totalizar o emprego da categorização empregada. Os extratos considerados mais expressivos dos migrantes brasileiros, ou seja, os "arrendatários" e as "unidades familiares campesinas productoras de mercancias" têm a maior parte da sua produção comercializada, segundo os dados apresentados, que correspondem a 61.79 e 60.56%. E necessário fazer uma ressalva oportuna em relação a estes

(18) Para uma caracterização mais sucinta da categorização empregada pelos autores ver: VILADESAU, Tomas Pallau & HEIKEL, Maria Victoria. Op.cit. p.171-176.

dados apresentados, pois a divisão da proporção comercializada em cultivos de subsistência e derivados da pecuária, não concebe a "alternatividade" (19) da produção, que, segundo características do mercado e da unidade de produção, pode ser consumida ou vendida (20). Apesar de existir uma série de problemas relativos aos dados que procuramos apresentar, o que queremos salientar é que os agricultores do Departamento de Alto Paraná e Canandeyu estão inseridos em uma produção que mantém diversos e diferentes laços com o mercado, e este fato produz uma produção mercantil sem necessariamente ser uma produção capitalista. Mas através do sistema de mercado ocorre

... uma contínua pressão para a baixa de preços do produtor, que, por sua vez, tem sido instrumental para manter baixos os preços dos alimentos. Os preços da porteira da fazenda não estão relacionados aos "custos" de produção (nem, certamente, aos custos da fertilidade declinante do solo), e sim às taxas de retorno esperadas do investimento do capital na comercialização e na indústria." (21)

Relativo aos fatores de expulsão salientados pelos parceleiros, destacamos, entre outros, a falta de

(19) Empregamos "alternatividade" no sentido utilizado por GARCIA Jr. Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado-estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo, Marco Zero; Brasília. DF, Editora da Universidade de Brasília, MCT-CNPq, 19889. p.122.

(20) Ver a respeito da divisão entre agricultura de subsistência X agricultura de mercado em GARCIA Jr., Afrânio Raul. **Terra de trabalho.** Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1983. p.15-16.

(21) FOWERAKER, Joe. **A Luta pela Terra.** A economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Trad. Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p.108.

assistência médica e odontológica, e poderíamos agregar a falta de escolas. Esta falta de infra-estrutura social nos Departamentos de Alto Paraná e Canandeyu devem ser vistas no processo de constituição destas regiões que são fruto de um processo de ocupação recente (década de 60 e 70) em que o Estado propiciou apenas o estabelecimento econômico de agroindústrias e empresas colonizadoras, as quais não fornecem a infra-estrutura social necessária aos agricultores.

Como procuramos desenvolver anteriormente, a análise e os fatores relacionados ao processo migratório dos brasiguaios, ocorre conjuntamente em ambos os países. Mesmo sendo os processos constitutivos desta migração analisados enquanto posição social intermediária (Paraguai) e posição social de retorno (Brasil), na realidade, é preciso perceber esta migração como um fluxo que descreveu uma trajetória de longa duração e que englobou vários pontos de origem e destino. A divisão entre origem e destino deve ser percebida como um recurso heurístico, que permitiu o desenvolvimento, nos parágrafos anteriores, da reconstrução sociológica do retorno dos brasiguaios ao Brasil (Mundo Novo). Nesta retomada da luta pela terra foram importantes as diversas articulações com o Movimento Sem-Terra, CPT e políticos, permitindo assim a eficácia do processo de negociação. Desenvolvemos também que o retorno deste expressivo número de famílias não foi apenas determinado pela eficácia das negociações, mesmo que a motivação de retorno tenha contado

com a possibilidade de uma ação reivindicatória, que pressionou o Estado e seus representantes no sentido de solucionar a crise fundiária vivenciada por eles. Por outro lado, foi um movimento centrífugo em relação ao Paraguai, movimento este impulsionado pelas condições de vida e trabalho daquele país, que através de um Estado autoritário desenvolveu uma espécie de "cultura do medo". Também no Paraguai, não estão ausentes uma série de fatores de mudança que acarretaram o progressivo empobrecimento dos agricultores. Este cenário de corrupção e ilegalidade inclui as expropriações ilegais e a total ausência de infraestrutura social.

4.2. O acampamento de Mundo Novo

*A volta ao Brasil
(A grande agitação)*

E para vir para cá, parecia
uma procissão era caminhão,
trazendo um povo para
no Mundo Novo acampar.
Só se via chegar gente
E caminhão cheio de mudança
não havia nada diferente pois,
todos estavam com a mesma esperança
E assim o povo foi chegando
Começou do dia 10 ao 30 de junho
O acampamento ia aumentando
E o primeiro barraco foi se levantando
(22)

Em maio de 1985, o presidente José Sarney e o ministro Nelson Ribeiro comparecem no IV Congresso da CONTAG, em Brasília e lançam a proposta para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República - PNRA. A proposta fazia parte dos compromissos assumidos pela Aliança Democrática e, com esta, as principais reivindicações do movimento sindical dos trabalhadores rurais passam a ser atendidas (23). As repercussões desta proposta logo passam a ser sentidas, as reivindicações dos trabalhadores rurais "sem terra" que haviam ficado em estado latente passam a ser expressas. A expectativa gerada pelo anúncio da Proposta

(22) Do "diário" do brasiguaió José Carlos Rodrigues.

(23) D'INCAO, Maria Conceição. Governo de transição: entre o velho e o novo projeto político de Reforma Agrária. IN: *Lua Nova-Revista de Cultura e Política*. CEDEC, maio de 90, Nº20. p.99.

pelo Pres. José Sarney fez com que, no mês seguinte (junho de 1985), iniciasse o retorno dos brasiguaios. Na verdade, não foi apenas o anúncio da proposta que possibilitou a decisão de retorno, pois durante o mês de maio de 1985 uma Comissão de brasiguaios já tinha conversado com o Ministro Nelson Ribeiro, sendo que o Ministro afirmou que dentro do Paraguai ele não podia fazer nada, mas dentro do Brasil ele tinha possibilidade de viabilizar o assentamento em um período de 30 dias.

Com a expectativa gerada pelo anúncio da proposta e as negociações realizadas anteriormente fizeram com que no dia 10 de junho de 1985 iniciasse o acampamento de Mundo Novo, como relata um dos primeiros a chegar na área do acampamento:

Quando foi de madrugada nós preparemo tudo, o dia clareô e nada de chegá gente. . e nós com medo. Um falava pro outro: Ah! rapaz nós vamo entrá no cacete, só nós... mas não foi nada não, de repente eu sai assim do canto da cerca e olhei assim aquilo escureceu.. aquilo tacô de negada. Era mulhé com mochila na cabeça e hôme, criançada carregando panela e daí outro puxando um cachorro e uns hôme com foice e machado nas costa e aquilo vinha feito militar quando sai prá faze manobra.. e vô dizê, era uma coisa mais linda do mundo.

O acampamento foi montado em um terreno ao lado da Prefeitura de Mundo Novo e, durante o mês de junho, chegavam diariamente cerca de 15 a 20 famílias, resultando, no final de junho, em cerca de 992 famílias. Após a chegada na área do acampamento, começou a organização dos acampados que contou com a assessoria da Comissão Pastoral da Terra. Logo

de início, foi montado, na área, um centro comunitário e escolhidas as lideranças por grupo; também foram hasteadas uma bandeira e duas faixas, a primeira faixa em letras maiores estampava os dizeres: "Brasiguai não há vitória sem luta", na outra faixa menor estava escrito: "Quem cruzar por baixo desta bandeira para promover qualquer agressão entre nós será responsável por todo sangue que correr aqui dentro". A organização interna do acampamento foi estruturada através de Comissões, divididas em: segurança, saúde, higiene, imprensa e alimentação e um Grupo de jovens, cada uma com atribuições específicas. A Comissão de saúde, composta por mulheres, orientava a utilização de remédios caseiros, levantamento dos casos de doença e encaminhamento para atendimento médico, e realizava trabalhos em grupos para prevenir casos de diarreias, gripes etc. A Comissão de higiene fazia reuniões internas para orientar os acampados na limpeza dos barracos, o cuidado com as fossas, esgotos, lixo, etc. A Comissão de imprensa estava encarregada de recepcionar a imprensa e prestar informações sobre as condições do acampamento, bem como os encaminhamentos de reivindicações. A segurança procurava resguardar a segurança interna do acampamento evitando conflitos entre os acampados e a população em geral. Por último, os jovens maiores de dezoito anos também estavam organizados em grupo, discutindo os problemas, não só do acampamento como também da luta pela terra. Também, a organização, a localização interna e a liderança eram divididas segundo a localidade de origem no Paraguai, constituída por onze grupos- Puente Kyjhá, Santa

Rosa, Canindeyu, Guavirá, Santa Clara, Alvorada, Corpus Cristi, Guadalupe, Maracayú, Carapa e Figueira.

Analisando a forma de inserção dos acampados nesta luta social, observou-se, por exemplo, que um brasiguaiio, após permanecer dezoito dias no acampamento de Mundo Novo, retornou a sua área de posse no Paraguai, sendo que sua mulher o substituiu no acampamento. Esta modalidade de "acampar", apesar de não ser a mais freqüente, faz parte de uma estratégia de reprodução familiar, o acampado alega o seguinte:

... eu, com um mundo de criação lá (Paraguai), minha família tudo lá e eu comecei ponhá aquilo na idéia, eu já tinha sido despejado daqui de dentro, tinha perdido um ano de serviço, eu passo aqui um ano de novo eu perdo isso de novo e daí vai dá uma dificuldade no nosso dinheirinho que nós pouco tem.. (24)

A modalidade desenvolvida de migração deste acampado que participou de dois acampamentos, mantendo sua família no Paraguai, "sugere que o mecanismo que está em jogo é uma distribuição especial de trabalho para cada um dos membros do grupo doméstico, com o fim de resistir, precisamente, a sua debilidade econômica", fazendo com que membros do grupo doméstico fizessem uma migração por substituição ou alternância (25). A possibilidade deste acampado recorrer a esta estratégia foi dada pelas condições de localização de

(24) O despejo a que se refere o depoimento é desenvolvido no subcapítulo 3. 1. 1-A Travessia do Guiráy.

(25) ARIZPE, Lourdes. "La migración por relevos, familia campesina y la reproducción social del campesinado." In: *Economía campesina y empleo*, Santiago, PREALC, 1981. p.130.

sua área de posse no Paraguai, localizada em Salto del Guairá, junto à fronteira com Mundo Novo, localização esta que possibilitava o "ir e vir" entre o Brasil e o Paraguai; também, foi dado pela necessidade do seu grupo doméstico, já que sua família era constituída por dez membros, perfazendo 6 UTH - Unidade de Trabalho Humano (26) e com o índice consumidores/trabalhadores de 1.21, ou seja, com um excedente de 21% entre consumidores e trabalhadores. Observando a trajetória migratória deste grupo doméstico que veio a se incorporar ao Assentamento de Novo Horizonte em 1986, foi possível observar que as dificuldades em manter a família permaneceram, já que a área de terra do lote recebido tem apenas 19 Ha, quantidade insuficiente para o sustento da família, esta situação fez com que os filhos maiores começassem a participar da organização dos "sem-terra" existente no Assentamento de Novo Horizonte.

A maior parte dos acampados em Mundo Novo retornou ao Brasil com poucos recursos - "trazendo só as tralha"-; devido a esta situação as lideranças dos acampados passaram a negociar com os Governos Federal e Estadual, a liberação de recursos para o sustento e medicação das famílias acampadas. Em 14 de junho, foi celebrado um Convênio/INCRA/Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, objetivando o fornecimento de gêneros alimentícios, medicamentos, agasalhos, lonas para barracas e artigos de higiene. Após as

(26) Em relação aos critérios de composição desta unidade - UTH e Índice consumidores/trabalhadores, ver subcapítulo 3.6.2-A organização do trabalho e do ciclo agrícola.

providências emergenciais do Convênio, o Ministro Nelson Ribeiro foi a Campo Grande-MS em 21 de junho e determinou que uma Comissão especial fizesse o levantamento e cadastramento das famílias e providenciasse áreas para assentamento (27). A alimentação dos acampados ficou sob encargo do Cel. Soares da Defesa Civil do Mato Grosso do Sul, que distribuía, para um período de dez dias, arroz, sal, feijão, farinha, leite em pó, carne seca, biscoitos, açúcar e macarrão; um brasiguaiio descrevendo a distribuição da alimentação escreveu:

No dia da alimentação, o povão fazia aquela fulia, o povo levando o seu sacão. Com pouco dinheiro para passar 10 dias, chegavam dois de caminhão, carregado de alimento. Na mesa ficava o capitão, circulando ficava o sargento. Logo de início, eles faziam a distribuição, para o povo passarem dez dias, eles viam depois de quinze dias cheios de razão e as nossas barrigas no fundo faliu...

Através dos critérios de cadastramento do INCRA, 178 famílias foram desclassificadas como agricultores. Neste caso, a Defesa Civil, responsável pela distribuição dos alimentos, impediu a entrega de alimentos para as famílias "desclassificadas", o resultado desta desclassificação fez com que diversas famílias ficassem revoltadas, como escreve um brasiguaiio:

Então houve uma manifestação, dentro de alguns momentos, juntou-se todo povão, então chegou o capitão o tenente e sargento. O povão ficaram de frente o caminhão, o cabo ficou nervoso, nunca tanta confusão entre a polícia e um povo corajoso. As mulheradas

(27) Ver: Jornal dos Sem Terra. 07, Nº45, ANO IV. p.7

fazendo pressão, as crianças chorando xingaram até o capitão. As mulheres gritando vocês são ladrões, eles falavam no microfone, este povo está com fome, queremos comida, não bala de canhão...

O conflito que descreve este brasiguaió estava relacionado também, à acusação de que soldados da Defesa Civil haviam saqueado mais de mil quilos de alimentos (28); este fato, conjuntamente com a "desclassificação" de 178 famílias e a falta de alimentos, fez com o clima do acampamento ficasse tenso. Procurando solucionar estas questões, uma Comissão dos acampados foi a Campo Grande pedir o recadastramento das 178 famílias, assistência médica, alimentação para todos, e lonas plásticas. Uma das reclamações freqüentes dos acampados era em relação ao calor, que era sentido nos barracos, pois a lona preta utilizada como cobertura produzia um aumento da temperatura devido à absorção dos raios solares; em consequência do calor a desidratação infantil e a diarréia eram freqüentes, produzindo a morte de cerca de 20 crianças durante o acampamento, como diz um acampado:

... E tem família aqui dentro que perdeu um, não é um perdeu dois filhos. . perdeu sofrendo debaixo da lona, aquelas caloriam sem assistência...

As diferenças que são salientadas por diferentes sociólogos entre o mundo rural e o urbano (29), atualmente são pouco perceptíveis, devido, principalmente, às intensas

(28) Ver: Jornal dos Sem Terra. Nº 47 Ano IV, São Paulo, setembro de 1985.

(29) SOROKIN, Pitirim A. et alii. Op.cit. p 1988-224.

transformações ocorridas na estrutura de produção agrícola e na mobilidade populacional, sendo comum que em uma trajetória migratória ocorram experiências urbanas e rurais. Porém, apesar da diversidade de experiências inscritas em uma migração, o acampamento, por vezes, é visto em uma perspectiva contrastiva, em que a interiorização da posição social de origem é colocada em contraste com a posição atual; neste sentido um acampado tece as seguintes considerações:

... geralmente era muito apavorado, porque quando o pessoal tá aretirado da alguma morte, de alguma mulher ou criança já não.. mas no acampamento quando surge um troço desses já apavora as outra família. Olha pessoal tá morrendo no acampamento, sofrendo, então a família vivem apavorada...

Observando os depoimentos dos acampados é possível registrar a existência de uma série de características diferenciais entre as condições de trabalho e vida no meio rural em relação ao acampamento. Estas características podem ser agrupadas em cinco categorias, a saber: Relações interpessoais, ocupacionais, emocionais, temporais e espaciais.

As diferenças interpessoais ocorrem pelo grau e número de relações que os atuais acampados tinham na sua posição social de origem em contraste com a posição de retorno (acampamento). A natureza da atividade agrícola faz com que os produtores tenham relações constantes e periódicas com a sua família ou grupo doméstico, o que é denominado de

socialização primária, onde são internalizados diferentes aspectos decorrentes da inserção da família em um determinado grupo social (30). Em um nível menos intenso, ocorre a socialização secundária que decorre da própria complexidade das relações de produção, internalizando as instituições, as subdivisões do mundo concreto e as representações da sociedade (31). No acampamento, as relações pessoais são intensas, fazendo com que o cotidiano de suas vidas sejam compartilhadas com membros de outras famílias, mediadores e instituições impessoais que podem ser os representantes do Estado, agentes de comunicação social e a população em geral (32). DURHAM, considerando a importância das relações pessoais para o imigrante rural, salienta que:

E a inadequação do seu equipamento cultural para utilizar instituições impessoais que torna o imigrante rural tão completamente dependente dos contatos pessoais, que são os

(30) É necessário observar que este processo que estamos procurando sistematizar, possui uma série de variáveis que podem complexificar a presente tipificação. Neste caso, este "modelo" de representação da realidade cumpre uma finalidade heurística, onde são averiguadas as características diferenciais entre uma unidade de produção familiar (no local de procedência) e o acampamento (posição social atual).

(31) Sobre os conceitos de socialização primária e socialização secundária ver: BERGER, Peter & LUCKMANN. A Construção Social da Realidade. Petrópolis, Vozes, 2ª ed, 1974. Parte IV. p.173-215.

(32) No caso do acampamento de Mundo Novo, que se localizou em um centro urbano, as relações com a população em geral foram intensas. Tendo, até mesmo, ocorrido o fato de que, durante a entrada dos brasiguaios em Mundo Novo, os comerciantes e a população, atemorizados com a chegada de inúmeras famílias fecharam portas e janelas dos domicílios e das lojas em geral.

intermediários naturais entre a pessoa e a sociedade mais ampla. (33)

Não é possível averiguar, com os dados coletados, se foi esta necessidade de relações pessoais que tornou os brasiguaios tão dependentes dos diferentes mediadores que existiram durante o conflito (34). Porém, é certo que em diferentes momentos foi possível observar que as suas reivindicações eram explicitadas pelo "falar dos outros", sendo mais visível em relação ao discurso político-religioso das diversas Cartas abertas à população ou, como já salientamos (3.1.1-Travessia do Guiráy), esta dependência pode estar relacionada ao fato de que as "vítimas e perseguidos não tinham e não têm outra alternativa" (35).

As diferenças ocupacionais são dadas pelo tipo de atividade física que, aliado a outros fatores, provoca constrangimentos, como declara um brasiguai:

... Eu me senti muito feroz. Na hora eu não senti nada, só senti aquela alegria, mas depois que eu tava acampado eu virei um lobisomem, eu não virei um homem, eu virei um bicho, eu não aguento, eu fiquei dezoito dias. O cabra amanhece o dia 500, 600 homens tudo conversando, só entra no barraco, ir

(33) DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**-A vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1979. p.185.

(34) São importantes, neste sentido, as análises que consideram que o campesinato se encontra dentro de sistemas sociais mais amplos, que geram sentimentos de superioridade e inferioridade mantendo relações de influência. Ver: GALESKY, Boguslaw. **Sociologia del campesinado**. Barcelona, Península, 1977. p.13.

(35) Em relação à mediação da Igreja ver 3. 1.1-Travessia do Guiráy In: MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**- emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo, HUCITEC, 1989. p.87.

comê e sentá na sombra, mas aquilo, eu me senti envergonhado, prá desgraça rapaz...

Este depoimento ilustra a existência de diversas características diferenciais que estamos procurando desenvolver. As diferenças ocupacionais estão dadas no estado de "inércia" em que se inserem os acampados: "tudo conversando, só entrá no barraco, ir comê e sentá na sombra", sendo esta atividade contrastante com o trabalho exercido na atividade agrícola, que envolve a atividade física durante a maior parte do tempo; além disso, existem estímulos econômicos e ideológicos na motivação do trabalho (36). Estas características aparecem como contrastantes às atividades desenvolvidas durante o acampamento em que até mesmo a alimentação é oriunda do trabalho de outros produtores e não da produção de autoconsumo geralmente desenvolvida pelo trabalho familiar. O tipo e a intensidade das atividades desenvolvidas em um acampamento produzem um estado de ansiedade por parte dos acampados, como diz um brasiguaió - "eu virei um lobisomem"; estas alterações emocionais que estão relacionadas a diferentes fatores, muitos dos quais fogem do escopo deste trabalho, podem estar associadas ao fato de que o acampamento estava situado junto a um centro urbano, onde os acampados estavam cotidianamente expostos aos "olhares" do público em geral. Esta "região de

(36) Os estímulos ideológicos são aqueles oriundos da compreensão de que o trabalho representa a fé em uma missão e das satisfações de um trabalho bem feito etc. Ver: GALESKY, Boguslaw. Op.cit. p.91.

fachada" (37), onde os acampados mantinham e incorporavam certos padrões necessários à legitimação de suas reivindicações, continha uma série de requisitos morais para simular a imagem de que "não somos bandidos nem criminosos, não somos invasores, nem ladrões. Queremos uma pequena área, para trabalhar e ganhar o pão" (38). Porém, como diz GOFFMAN, existe uma "região de fundo" ou dos "bastidores" onde os fatos suprimidos aparecem. Um brasiguaiio relatando a vida no acampamento declarou que quando retornou ao Brasil, trazia algumas economias oriundas da venda de alguns produtos agrícolas no Paraguai. Durante o acampamento, ouvindo a declaração dos mediadores e das lideranças de que a terra reivindicada era apenas para os que não dispunham de recursos, fez com que este agricultor gastasse os seus recursos monetários em jantas na churrascaria local, saindo do acampamento sem ser percebido, durante a noite. Após algumas jantas, tendo seus recursos findado, considerou-se de consciência tranqüila com os requisitos salientados pelas lideranças. Também as diferenças étnicas e culturais entre as famílias dos acampados provocou animosidade entre eles, como se constata no depoimento:

... aquela correria de gente que nem formiga e eu mesmo confuso, comecei a falá besteira, quase me expulsaram de lá, comecei a falá a verdade e, a gente não podia falá... daí eu falei, sô obrigado a falá as coisa, eu falei

(37) Este termo é utilizado segundo: GOFFMANN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 1985. p.102.

(38) Ver Carta aberta dos brasiguaiios à população de Mundo Novo, no início do capítulo 4-MUNDO NOVO-O retorno.

que tinha muito vagabundo, tinha muita gente boa, mas tinha muito vagabundo...

O que consideramos por diferenças temporais ocorrem da maneira como a sucessão do tempo é ordenada no meio rural e durante o acampamento. Neste último, a sucessão de eventos estavam demarcados pelas situações de necessidade de encaminhamento de suas reivindicações e do cotidiano do acampamento, concepção esta diferente do tempo repetitivo do meio rural, que utiliza como modelo a natureza, onde os intervalos separam o dia e a noite e se definem pelas épocas de plantio, que são repetidos indefinidamente (ano após ano).

Enquanto na "roça" existia uma dependência entre a atividade produtiva e os fenômenos da natureza, na cidade rompe-se inteiramente este tipo de relação: o migrante passa a manipular apenas elementos culturais, sem que haja em sua atividade nenhuma limitação ocasionada pela sucessão temporal de dias e noites. (39)

As diferenças espaciais são decorrentes da distribuição e de densidade diferencial entre a posição social de origem e o acampamento. Durante o acampamento estavam localizadas cerca de mil famílias em um espaço exíguo, dificultando a privacidade e o deslocamento dos acampados. Estas diferenças são marcantes em relação ao meio rural onde os agricultores mantêm um íntimo contato com a natureza, fator este que molda a própria personalidade (40) e o tipo de relação com

(39) MENEZES, Cláudia. **A mudança**—análise da ideologia de um grupo de migrantes. Rio de Janeiro, Imago; Brasília, INL, 1976. p.24

(40) GALESKY, Boguslaw. Op.cit. p.138.

os membros da comunidade. Estas distinções presentes nos depoimentos dos brasiguaios são percebidas, também, nas diferenças salientadas entre o acampamento e o assentamento (Ver 3.2-A instalação dos parceleiros).

Estas características diferenciais, que procuramos sistematizar e analisar, formam um conjunto de fatores que perfazem a interiorização dos elementos presentes na ação reivindicatória desenvolvida por este grupo. Estes contrastes permitem perceber de que forma os elementos desta luta são concebidos pelos acampados, pois existem na verdade duas dimensões. Estas dimensões, aparentemente antagônicas, de um lado, percebem o acampamento como o cerceamento de suas atividades produtivas e de relações entre os membros da família e, de outro, como um espaço necessário para o retorno ao Brasil e a um "Novo Horizonte".

4.3. O papel do novo

No Brasil, a Nova Esperança dos Brasileiros. Nova República, Nova Reforma Agrária, Novo Sonho. Diante das dificuldades encontradas em Nossa Pátria, buscamos uma Nova Terra, mais uma vez fomos enganados com promessas que só nos empobreceram cada vez mais. (41)

Essa transfiguração revela o novo que está oculto no que é velho, o universal escondido no particular, a humanidade no desumanizado (42)

(41) Início da "Carta aberta a população", escrita durante o acampamento de Mundo Novo.

(42) MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**-Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo, Hucitec, 1989. p.122.

Não é possível deixar de observar que existe uma presença constante da palavra *novo* ou *nova* em diversos momentos da luta social dos brasiguaios. Porém, o significado do novo perpassa uma construção simbólica que reproduz um determinado conjunto de representações e envolve uma temporalidade ampla, que perpassa a denominação de áreas colonizadas no Período Vargas até os momentos mais recentes com a consolidação da "Nova República". A carta aberta à população que abre este subcapítulo é bastante significativa neste sentido. Porém, por um lado, é preciso considerar que o significado do *novo* (a) não é uma categoria com sentido único, pois existe uma construção social que expressa diferentes necessidades de legitimação e aceitação social e que se encontra distanciada no plano temporal. Por outro lado, existem elementos comuns que se reconstróem ao longo do tempo; poderíamos dizer que ocorre uma re-semantização, como veremos a seguir.

Tomando como base a carta aberta à população, exposta anteriormente, nos defrontamos com cinco repetições de novo(a). O que se denominou de "Nova República" apresenta um conteúdo contraditório, já que foi produto de um pacto político que traiu os interesses dos trabalhadores que participaram da campanha "Diretas, já!"; e o governo oriundo desta transição, "com exceção de algumas figuras públicas mais liberais e mais comprometidas com reformas sociais, é

uma composição conservadora" (43). Em relação ao que é denominado de "Nova Reforma Agrária", também tem um sentido similar à "Nova República" pois os limites de sua implementação estavam expressos na composição de forças da "Aliança Democrática", que "não tinha nenhuma condição de sustentar qualquer política democratizante e que, na verdade, esta transição se fazia mantendo no poder os mesmos homens que o detiveram durante o regime militar" (44). Nesse sentido sustenta LENHARO:

E constrangedor, em plena época do exercício democrático da "nova república", deparar e conviver com aspectos moleculares tipicamente fascistas, uma demonstração de que eles permanecem, transmutam-se, remontam-se no interior da máquina em se engendrando. (45)

Acompanhando os passos seguidos por Alcir Lenharo, pode-se observar que durante o Estado Novo existiu uma série de dispositivos discursivos para gerar uma carga emotiva e sensorial, provocando respostas emotivas que "significassem, politicamente, estados de aceitação, contentamento satisfação - reações passivas e não críticas" (46), estando presente um contrabando do "discurso litúrgico católico para a "liturgia política". Estas relações transparecem o elo

(43) MARTINS, José de Souza. *A Reforma Agrária e os limites da democracia da "Nova República"*. São Paulo, Hucitec, 1986. p.30.

(44) D'INCAO, Maria Conceição. *Governo de transição: entre o velho e o novo projeto político de Reforma Agrária*. IN: *Lua Nova-Revista de Cultura e Política*. CEDEC, maio de 90, Nº20. p.101.

(45) LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas-2.ª ed. São Paulo, Papyrus, 1986. p.12.

(46) LENHARO, Alcir. *Op.cit.* p.16. *Desenvolveremos a política desenvolvida pelo Estado Novo no subcapítulo 5.2-A Marcha para o Oeste*.

comum por onde o imaginário da propaganda política e o imaginário religioso se encontram interligados. No sentido desenvolvido por LENHARO existe uma continuidade que se reproduz nos "meandros do poder" reproduzindo modelos de dominação social, às quais denomina de fascismo(s) e não se transfiguram apenas em aspectos negativos.

O(s) fascismo(s) é dinâmico e apresenta sempre caras novas: pode, evidentemente, mostrar-se de maneira clássica, quando assassina impunemente líderes camponeses, ou exige a pena de morte como medida de solução para os problemas sociais; mas pode-se travestir-se do "novo" do "moderno", unir forças sociais díspares, apresentar-se como "salvador de todos", com força de sedução a ponto de associar forças tradicionalmente conservadoras ao "sindicalismo de resultados"; ou então, viver do passado, e como na ditadura do Estado Novo (...) matrizes fascistas apoiadas no preconceito, na intolerância na violência, na irracionalidade, não se confinam a pessoas, partidos ou instituições; podem estar presentes em qualquer lugar na sociedade, formulando idéias, desejos, iniciativas voltadas contra os interesses da liberdade e de democracia. (47)

Retomando a carta aberta da população, através da qual penetramos no conteúdo simbólico do novo(a), observamos que o "fecho" da carta apresenta os seguintes dizeres:

Somos o povo que caminha no deserto como outrora, mais esperamos andar sempre unidos pelos laços de amor, da fraternidade e justiça. Os Brasiguaios - Brasileiros Paraguaiois.

Através desta citação é possível observar que na carta aberta existe uma impregnação do discurso religioso, onde os

(47) LENHARO, Alcir. Op.cit. p.208.

autores (Brasiguaios) falam por e através da Igreja. O conteúdo desta "impregnação" está presente em outras lutas sociais, como demonstra GAIGER:

Observamos, além disso, o desenvolvimento de uma seqüência utópica em torno da "Terra Prometida": a luta atual é identificada com a marcha do povo hebreu em direção à terra prometida por Deus, à qual esse povo finalmente chegou após vencer inúmeros obstáculos. (48)

As relações existentes entre as concepções camponesas de "terra prometida" (49) e, no pólo oposto, o "cativeiro", são expressões freqüentes entre os camponeses (50), inclusive entre os brasiguaios que costumavam se referir ao Paraguai como cativeiro. Neste sentido, a referência feita por Otávio Velho (51) em relação ao cativeiro se enquadra no caso dos brasiguaios que têm uma atitude negativa em relação ao passado e uma satisfação com a sua posição atual, estando o passado associado com o cativeiro, que representa um trabalho pouco remunerado, e a falta de liberdade sendo a

(48) GAIGER, Luís Inácio Germany. **Agentes religiosos e camponeses sem terra no sul do Brasil**- Quadro de interpretação sociológica. Petrópolis, Vozes, 1987. p.38.

(49) No diário do brasiguai José Carlos Rodrigues aparece a seguinte citação: "Arriscando nossa vida, nosso paradeiro foi em Mundo Novo, atrás de uma terra prometida.." (Grifos nossos)

(50) Ver: VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**- Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo, DIFEL, 1979. p.235-238; MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**- As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2ªed. Petrópolis, Vozes, 1983. p.132.

(51) VELHO, Otávio Guilherme. Op.cit. p.235.

posição atual mais favorável (52), como expressa um brasiguaió:

Eu venho de longe, eu sou do sertão, sou Pedro, sou Carlos, sou a nação. Eu faço a cidade, mas sou estrangeiro. Lutei pela pátria e ganhei cativo. Vivemos num país de guerra, sendo ameaçado pelo patrão, onde poucos têm um mundão de terra, e a pobreza sem ter um pedaço de chão. Já chega de tanto sofrer, já chega de tanto esperar. Essa luta foi tão difícil. Que foi na lei, foi na marra, até que nós chegamos a triunfar. (53)

Nesse sentido, a relação do novo, para os brasiguaios, pode representar que:

A injustiça, ao se instaurar, na exploração e na dominação, abre o segredo da sociedade, liberta o novo contido no que é velho, abre o espaço e o tempo do retorno do libertador. Nessa esperança libertadora, o novo tempo é o tempo em que ganham sentido e consistência, tornam-se reais, coerentes e significativos os elementos polares da ordem anterior, os que representavam a humanização do homem contra sua coisificação, o justo contra o iníquo, o generoso contra o mesquinho, a fartura contra a carência, o altruísmo contra o egoísmo, o social contra o individual, a universalidade contra a particularidade. (54)

Esta relação de se remeter ao passado para construir o futuro, reaparece em diversos momentos das lutas camponesas, constituindo, por vezes, o que se chamou de utopia camponesa: expressa por uma determinada visão de mundo e sociedade, o que implica outro arranjo de vida e trabalho,

(52) Ver subcapítulo 3.2-A instalação dos parceleiros, onde é traçado um quadro de oposições referentes ao Paraguai e o Brasil.

(53) Versos do brasiguaió José Carlos Rodrigues.

(54) MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*-Emancipação política e libertação dos movimentos sociais do campo. São Paulo, Hucitec, 1989. p.128.

com práticas, valores e ideais que se opõem aos princípios do mercado, ao predomínio da mercadoria, lucro, podendo ser a invenção do passado ou a fabulação do futuro (55). Esta utopia de vida e sociedade é expressa por um brasiguaió da seguinte forma:

Eu estava sentado e comecei a pensar:
 tão pouca gente com tanta terra e eu sem ter um pedacinho para plantar. Então vi que, na realidade, este tipo de sociedade tem mesmo que mudar (...) Já chega o momento de todos unirem e lutar por um pedaço de chão, cujos habitantes são os animais, tanta terra que nunca fora plantada e os fazendeiros conquistando mais os latifúndios, fazendo conflitos, não deixando nós compartilhar (...) para que tanta terra com um só dono a governar. Eles mesmos fazem a guerra não deixando-nos trabalhar. (...) Vamos juntos, lutando, fazendo do mato cidade, o povo todo trabalhando, construindo uma nova sociedade. Uma sociedade bonita, construída pelo próprio lavrador de uma luta, parece infinita do próprio lavrador. (56)

(55) IANNI, Otavio. Utopia camponesa. In: IX Encontro Anual da ANPOCS - GT - "Estado e Agricultura". Aguas de São Pedro, 22 a 25 de out., 1985

(56) Versos do brasiguaió José Carlos Rodrigues. Estes versos se enquadram na assertiva de WOLF que diz: "Os movimentos simples de protesto entre os camponeses freqüentemente se centralizam num mito de uma ordem social mais justa e igualitária do que no presente que ora é hierarquizada. Estes mitos voltam-se para o passado, para a recriação de uma idade de ouro e justiça, igualdade, ou no futuro ao estabelecimento de uma nova ordem na terra...". Ver: WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. 2ªed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. p.142.

4.4. O fim do acampamento e o Novo Horizonte

Resplandecendo nossos caminhos um brilho de um novo ânimo, uma nova alegria, nosso coração transbordou de felicidade, de entusiasmo, onde nasceu um gênero, um romance que foi uma das grandes representações do nosso tempo. Até hoje e para sempre, regozijaremos a nossa alegria na esperança de termos conquistado uma terra. Aquilo que já vimos lutando desde o Ano de 1964... (57)

Do dia 14 de junho de 1985 ao dia 9 de dezembro, em um total de aproximadamente seis meses, os brasiguaios permaneceram acampados na cidade de Mundo Novo. Este período de espera fez com que algumas famílias abandonassem o acampamento, enquanto outras, apesar das dificuldades, persistiram no intento de lutarem pela terra. No final de novembro já havia o registro de 21 mortes no acampamento (58), principalmente crianças que não resistiram ao calor e à desidratação. Neste tempo todo, houve inúmeras negociações com o Governo Estadual, Federal, INCRA/MIRAD, sendo, durante este entre-ato, que a "proposta" de Reforma Agrária torna-se o PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária, marcado pela intervenção da burguesia agrária organizada. Apesar dos retrocessos que marcaram este processo de transição

(57) Do diário do brasiguaió José Carlos Rodrigues.

(58) Ver: Jornal dos Sem-Terra. São Paulo, out/nov. IV, Nº48. 1985.

política, o mês de dezembro foi de comemoração para os brasiguaios acampados em Mundo Novo.

Durante o mês de novembro (1985), uma Comissão dos acampados percorreu algumas áreas passíveis de desapropriação, entre elas, a Fazenda Horizonte e Escondido, de propriedade da SOMECO - Sociedade de Melhoramento e Colonização, localizada no interior do município de Ivinhema (MS). Estas áreas já haviam sofrido uma "ocupação" em abril de 1984 (59), porém foi conseguida a reintegração de posse pela Colonizadora, ocasionando o despejo das famílias acampadas no local. Após ocorrer esta ocupação a Colonizadora procurou tornar a área produtiva, temendo uma futura desapropriação. Deste modo, após a derrubada e queima de parte da cobertura vegetal, que recobria a maior parte da área, a Colonizadora implantou capim colônia em cerca de 7.000 ha e 500 ha de milho, além de desenvolver o comércio da madeira proveniente da área de implantação das culturas mencionadas. Apesar de existir uma "pretensa" legitimidade da SOMECO no município de Ivinhema, e de terem sido desenvolvidas algumas benfeitorias na área, a desapropriação foi efetivada: com os recursos do Decreto nº 91.792, de 17 de outubro de 1985, as áreas de propriedade da SOMECO foram desapropriadas por interesse social em 2 de dezembro de 1985. Mesmo com a emissão de posse em poder do INCRA, a SOMECO recorreu junto ao Tribunal Federal de Recursos

(59) Ver: 3.1.1. A Travessia do Guiráy.

pedindo reintegração de posse, porém o julgamento acabou favorecendo o INCRA.

No acampamento de Mundo Novo, em 5 de dezembro, em reunião com o Secretário de Assuntos Fundiários do Mato Grosso do Sul, foi informado que a desapropriação já havia sido encaminhada junto aos órgãos legais e dentro em breve seria feita a transferência das famílias para Ivinhema. No mesmo dia, à noite, foi feito o sorteio dos grupos, procurando organizar a ordem e a transferência das famílias a serem assentadas. Nesta Assembléia, de sorteio dos grupos, foram escolhidos cinco locais para onde seriam transferidas as famílias no Assentamento de Novo Horizonte. Um brasiguaió, recordando os dias que antecederam a transferência das famílias para Novo Horizonte, declara:

A maior alegria do mundo foi o dia que nós pegamo na TV, que saiu a terra pros brasiguaió. Fazenda Santa Idalina, que era que nós queria mesmo. E deu um alarme foi tanto négo bêbado lá de alegria.. que vô te conta uma coisa!.. o povo ficaram loco, era muiá, era hôme, era criança, tudo pulava e dançava.. e o nosso direito veio.. e veio e foi a maior alegria pro povo.

No dia 9 de dezembro, chegaram em Mundo Novo, dois ônibus e onze caminhões para o transporte dos acampados; os ônibus levavam as mulheres, velhos e crianças e nos caminhões só homens. No dia seguinte, 10 de dezembro, já se inicia a chegada dos acampados em Ivinhema, e assim, a consolidação do Projeto de Assentamento Novo Horizonte. Relatando a partida de Mundo Novo, um brasiguaió escreveu:

As 19:40 partimos com um objetivo de ver as terras, e nelas ficar. Viver para o resto da vida, plantando colhendo, trabalhando para nós mesmos, na nossa roça, então teremos o nosso pão de cada dia, fazendo de sonho uma realidade. A nossa safra foi feliz, e cheia de animação. A televisão lá estava presente filmando os caminhões carregando os seus bagulhos, entrevistando famílias. A gente nunca pensou que desta luta tremenda fosse conseguir, Deus nos provou, numa prova muito difícil, só nos restamos a dizer, dá um Adeus e nos despedir. ADEUS MUNDO NOVO.

4.5. A Reforma Agrária da "Nova República"

A ação reivindicatória desenvolvida pelos brasiguaios se concretizou através da parte básica da Reforma Agrária: o assentamento. Todo este processo transcorreu durante um período tenso e conflitivo que envolveu as diversas "versões" das "Propostas" do Plano Nacional de Reforma Agrária. Observando estes fatos, sem nos remeter ao desenvolvimento deste cenário, cometeremos o equívoco de acreditar que qualquer ação reivindicatória pode, através da sua organização e capacidade de articulação a nível federal, conquistar a terra, mesmo sendo em áreas mais antigas, onde o processo de ocupação já ocorreu. Como explicar a concretização do Assentamento de Novo Horizonte durante este período, em uma região antiga de ocupação e durante uma conjuntura em que diz que a Reforma Agrária "é uma coisa que

não existe" (60)? Para desenvolvermos o processo de constituição do Assentamento de Novo Horizonte é necessário reconstituir a ação dos protagonistas deste cenário a nível nacional, regional e local.

Os debates a respeito da Reforma Agrária, na transição política, passaram a ocorrer durante a formação da Aliança Democrática. O PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), maior partido da Aliança Democrática, procurou operacionalizar as principais "diretrizes" com relação à Reforma Agrária durante o Simpósio Nacional do PMDB sobre Agricultura e Meio Ambiente, realizado em Curitiba de 15 a 17 de outubro de 1984, quando passam a aparecer propostas consideradas avançadas no campo institucional e programático (61). Porém, paralela à campanha de Tancredo Neves, passou a existir a COPAG - Comissão do Plano de Ação do Governo, formada principalmente por economistas, onde já estava presente uma série de contradições (62). Todas estas contradições estavam dadas na composição Aliança Democrática, que contava com o PMDB em aliança com o Partido da Frente Liberal, "que reúne desde setores da burguesia industrial e financeira, até os representantes mais modernos

(60) LORENA, Carlos. A Nova República e a Reforma Agrária: uma avaliação crítica. In: Reforma Agrária, ano 17, nº 1, abril/julho 1987. p.70. A "indignação" de LORENA são baseadas nos dados que mostram que em dois anos e dois meses do PNRA, foram assentadas 9.300 famílias, 6,6% da meta estabelecida para o primeiro ano.

(61) Ver: SILVA, José Gomes da. Op.cit. p.28.

(62) Ver: VEIGA, José Eli Savóia da. A Nova República e a Reforma Agrária: uma avaliação crítica. In: Reforma Agrária, ano 17, nº 1, abril/julho 1987. p.72.

das oligarquias do Nordeste" (63). Mesmo existindo uma composição conservadora e contraditória na consolidação da Aliança Democrática e, conseqüentemente, na eleição por via indireta de Tancredo Neves, no Paraguai as expectativas já começavam a aparecer, como afirma um brasiguaião:

... Você sabe que nós começemo lá a se organiza, né. O negócio seguinte: lá a turma começaram com essa conversa né. . antes do Tancredo Nevis se né.. entra lá dentro. Agora dispois que o Tancredo Nevis entra ele vai aprova a Reforma Agrária e nós vamo desocupa o Paraguai. E aí nós conversa um cum outro.. aquela conversa com a vizinhança.. será que vai dá certo.. um encorajava o outro.. aí como de fato se organizô.

Após a eleição de Tancredo Neves e a posse de José Sarney, as expectativas geradas pela Reforma Agrária apresentavam alguns pontos de otimismo. José Sarney, por exemplo, discursando perante o túmulo de Tancredo Neves, enfatizou a importância da questão agrária. Outro fato favorável no desenvolvimento dos acontecimentos foi a escolha de Nelson de Figueiredo Ribeiro para Ministro de Assuntos Fundiários, um advogado de 55 anos, católico praticante e nomeado através da mediação da Igreja Católica (64). Não é possível deixar de destacar, também, a nomeação de José Gomes da Silva para presidência do INCRA, o que

(63) MARTINS, José de Souza. *A Reforma Agrária e os limites da democracia da "Nova República"*. São Paulo, Hucitec, 1986. p.29.

(64) GOMES, José Gomes da. *Op.cit.* p.44; também D'INCAO, Maria Conceição. *Governo de transição: entre o velho e o novo projeto político de Reforma Agrária*. In: *Lua Nova-Revista de Cultura e Política*. nº 20. Maio 90. p.90.

parecia indicar que a Reforma Agrária iria realmente ser efetivada.

Após a criação do MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e a formação da equipe responsável pela elaboração do Plano, se sucederam diferentes "Propostas" (65). Assim, em 23 de março de 1985, foi entregue ao Ministro Nelson Ribeiro uma 1ª Versão, com os prazos, metas e constituição dos grupos que deveriam trabalhar na elaboração da versão final. Após a contribuição a este documento por Grupos dentro e fora do MIRAD/INCRA, foi apresentada a "Proposta", em 26 de maio de 1985, no IV Congresso da CONTAG, em Brasília, pelo Ministro Nelson Ribeiro. Esta "proposta" foi entregue igualmente para o Congresso Nacional, partidos políticos e confederações de trabalhadores e empregadores rurais. Logo após o anúncio da "Proposta", as repercussões passam a ser sentidas, de um lado, diferentes entidades passam a apoiar a "proposta", como a CONTAG, ABRA, a CNRA e a CNBB (através do CIMI e da CPT); entre os partidos políticos, o apoio à Proposta foi frágil (66). Por outro lado, diferentes setores combatem a "Proposta": alguns setores da esquerda a consideram como sendo a forma da burguesia financeira obter sua hegemonia no

(65) Utilizamos a distinção entre "Proposta" e "Plano" seguindo as observações de José Gomes, que considera a "proposta" como o documento preparado pelo Grupo coordenado por ele, e o Plano, como sendo o Dec. 91.766 que foi aprovado e redigido numa sala do Conselho de Segurança Nacional, por um advogado dos terratenentes. Ver: GOMES, José Gomes da. Op.cit. p.50.

(66) Ver: PANINI, Carmela. Reforma Agrária-dentro e fora da lei. São Paulo, Paulinas, 1990. p.184,

processo de acumulação e de poder do Estado (67); com uma crítica fundamentalmente diferente, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) e posteriormente a UDR, criticam a "Proposta" e defendem o direito sagrado e inalienável da propriedade privada, sendo seguidas pela CNA - Confederação Nacional da Agricultura, SRB - Sociedade Rural Brasileira, OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras, entre outras. Estas organizações, em sua maioria patronais, acabaram organizando o Congresso Brasileiro de Reforma Agrária, em junho de 1985, com o objetivo de reunir as propostas elaboradas nos encontros regionais numa contraproposta ao referido "Projeto".

O cronograma inicial de elaboração do Plano previa o mês de julho para debates, revisão e contribuições, sendo a aprovação final no mês de agosto. Porém, em 20 de junho, o Governo aceita prorrogar a "proposta" diante pressões das entidades patronais; no dia 3 de setembro, foi anunciado o prazo de 10 de setembro para incorporação de modificações e 20 do mesmo mês, para aprovação do Plano pelo Presidente da República. Mas, com a viagem de José Sarney para os Estados Unidos, a aprovação é adiada, sendo que apenas em 27 de setembro Sarney recebe o Plano, sendo assinado e divulgado em 10 de outubro (68). Neste período a "proposta" passou por

(67) Clemilda M. Oliveira de Souza. **Comentário à Proposta da Reforma Agrária da Nova República: do 1º PNRA ao Decreto 91.766. Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA)**, Botucatu-SP, 1986, pp.600-616. APUD: SILVA, José Gomes da. Op.cit. p.75.

(68) SILVA, José Gomes da. Op.cit. p.120.

doze versões e o Plano na versão final, que foi assinado pelo Presidente, pouco ou nada tinha a ver com a "proposta" original, tendo sido esta elaborada através do advogado paulista Flavio Luchesi, que, sozinho, ocupou uma sala da CSN-Conselho de Segurança Nacional e trabalhou na mudança do projeto durante trinta horas de trabalho. A aprovação do PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária por ocasião do Decreto Nº 91.766, de 10 de outubro de 1985, fez com que o então Presidente do INCRA, José Gomes da Silva pedisse demissão do cargo, percebendo o tamanho recuo do PNRA (69). Na trajetória desenvolvida pelas diferentes "propostas" até o Plano, o processo "caminhou das mãos dos intelectuais comprometidos com os trabalhadores rurais, para as mãos dos representantes dos interesses do empresariado rural do Governo Federal" (70). Avaliando o processo que se sucedeu em relação às demandas da Reforma Agrária, D'INCAO procura explicar com a hipótese de que:

... a derrota do projeto de Reforma Agrária no governo de transição, pela forma perversa através da qual os trabalhadores rurais - principais sujeitos da luta pela terra e, conseqüentemente, pela reforma agrária - "participaram" das negociações políticas que caracterizaram esse período: de um lado, estiveram ausentes do discurso e das práticas das instituições que, portadoras do "projeto dos trabalhadores", deveriam representá-los. De outro lado, estiveram presentes o tempo todo, pela via indireta da participação do empresariado rural organizado. Isto é, enquanto ameaça concreta às causas contra-

(69) Não pretendemos desenvolver todas as características e diferenças entre a "Proposta" e o Plano, que já foram suficientemente esclarecidas. Com relação ao tamanho do recuo Ver: SILVA, José Gomes da. Op.cit. p.144.

(70) D'INCAO, Maria Conceição. Op.cit. p.100.

reformistas dos grandes proprietários de terra (71)

Durante estes acontecimentos e desconhecendo as "teias" de relação que estavam ocorrendo no bloco do poder, os brasiguaios acampados em Mundo Novo aguardavam uma solução. O prazo dado pelo Ministro Nelson Ribeiro durante audiência com a Comissão dos brasiguaios, em 14 de maio de 1985, era de 30 dias, como descreve um acampado:

Quando a gente acampô acreditando naquilo e no começo a proposta dos cumpanheiro e a que a gente acreditava é que em 30 dias ia sai... a terra (...) e acabamo acreditando. E aquilo que a gente entrô com aquela coragem, aquele sofrimento todo. E né o sofrimento foi demais, mais a gente acreditando que a partir de qualqué momento sairia daquela situação... chegava uma hora que falava: gente não dá prá aguentá mais...

No dia 21 de junho de 85, um dia após a prorrogação do prazo para a discussão da "proposta" pela pressão das entidades patronais, uma Comissão dos brasiguaios vai à Brasília e, em entrevista com Nelson Ribeiro pede auxílio. Em resposta, o Ministro falou que iria mandar dois técnicos para estudar a situação do acampamento e fazer um levantamento das áreas na região. Novamente, em 24 de junho de 85, uma Comissão de trabalhadores rurais "sem terra" vai à Brasília e pede, entre outros assuntos, a solução do caso dos brasiguaios, e o Ministro se prontifica a procurar áreas e ver soluções de emergência para o caso. Durante as diversas viagens à Brasília, a Comissão dos acampados teve

(71) idem. p.91. Esta hipótese é desenvolvida também por VEIGA, José Eli Savóia da. Op.cit. p.76.

como mediador o até então Deputado Federal Sérgio Cruz, um ex-bóia fria e devotado participante da causa dos "sem-terra".

A nível estadual, os contatos que procuraram ser mantidos com o Governador Wilson Barbosa Martins, eram infrutíferos. Nos diversos contatos mantidos pela Comissão dos acampados com diferentes repartições públicas do Governo Estadual, era alegada a falta de recursos e conseqüentemente a impossibilidade de auxílio. No município de Mundo Novo a situação não era muito diferente: o Prefeito José C. Silva, que de início liberou a área ao lado da Prefeitura para o acampamento, passou a recuar vendo a magnitude e o tempo que perdurava o acampamento; por parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mundo Novo o apoio foi tímido, pois, na verdade, o Sindicato achava necessário privilegiar os "sem-terra" que estavam cadastrados naquele Sindicato. Uma mediação importante encontrada em Mundo Novo foi a de João Eleutério que participava do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Mato Grosso do Sul e participou de todo processo organizativo e reivindicativo dos acampados. A atuação de Eleutério durante o acampamento provocou represálias aos que condenavam sua forma de atuação, sendo que o Presidente da Comissão Especial de Assuntos Fundiários do Mato Grosso do Sul, Aparício Rodrigues, recebeu

informações que Eleutério era considerado um homem perigoso e deveria ser assassinado (72).

Observando o cenário em que se desenvolveu o acampamento e a atuação dos seus atores e mediadores, constata-se que houve um conjunto de circunstâncias que propiciaram a ação reivindicatória deste grupo. Por outro lado, a nível federal e estadual, a Reforma Agrária tinha pouca sustentação política e os entraves jurídicos e institucionais não demonstravam perspectivas de otimismo. Os brasiguaios procurando explicar a "conquista da terra" declaram:

... Eu tenho uma visão assim da minha pessoa, modo de pensá né. E eu acho que valeu muito foi nossa organização né. A união do povo na época né, mas a coisa que eu mais penso e acredito: que isso aqui não foi tanto a nossa organização, nem foi o apoio das autoridade, isso aqui foi uma graça de Deus...

... é uma questão política aparentemente do governo e o povo aí.. parece que ele sentiu a necessidade de politicamente desapropriar essa área porque era uma área que já tinha sido ocupada, tinha ficado claro que era uma área sem cultivo, uma área isolada, uma área que estava aí para ser explorada...

... que se nós levasse nome de brasiguaião nós também não conseguia essa gleba. Bastava nós levá o nome de bóia-fria e nós não tinha o apoio do governo igual temos as condições humanas também. Porque já tá provado que até um sindicato bate por aí nos bóia-fria. Lutá prá vê se consegue uma área prá assentá e eles não consegue uma área prá assentá... Já demonstrô que o nome brasiguaião teve vitória né...

(72) Parte dos conflitos que ocorreram em Mundo Novo estão descritos em: WAGNER, Carlos. **Brasiguaios: Homens sem pátria**. Petrópolis, Vozes, 1990. p.32.

Estes vários depoimentos apresentam diferentes visões da "vitória" dos brasiguaios. De um lado, a conquista é vista em um contexto "místico-religioso", sem esquecer de afirmar a importância da união e das autoridades. De outro lado, ela é vista como uma questão política e também de identidade. Observando os dados do MIRAD/INCRA, sabe-se que em relação às metas propostas pelo PNRA, muito pouco foi feito (73), porém, após a criação de um Ministério, a apresentação da "proposta" no Congresso da CONTAG e as expectativas geradas por parte dos defensores da Reforma Agrária, não seria possível dizer que "foi um equívoco, fica para outra vez, não vou fazer nada" (74). Neste sentido, as prioridades atribuídas pelo Governo Federal foram as de assentar os acampamentos que tinham maior significação perante a opinião pública (75): neste caso, os brasiguaios tinham um trunfo, já que a construção simbólica do termo brasiguaião tem uma conotação não apenas de trabalhador "sem terra" mas de "sem pátria", como procura demonstrar o

(73) LORENA mostra que em dois anos e dois meses, foram assentadas 9.300 famílias, 6,6% da meta estabelecida para o primeiro ano. LORENA, Carlos. Op.cit. p.72.

(74) VEIGA, José Eli Savóia da. Op.cit. p.75.

(75) Este fato é comprovado pelas inúmeras reportagens realizadas com os brasiguaios, durante o acampamento. Simbólico, neste sentido, é a reportagem de RIBEIRO, Luís Salgado. A volta dos "brasiguaios", exilados pelo desemprego rural In: Folha de São Paulo, 3º Caderno Economia. 22 de setembro de 1985. O início da reportagem diz o seguinte: "Estão voltando os últimos exilados. Ao contrário dos primeiros, eles não são esperados nos aeroportos com aplausos, bandas de música e faixas de boas-vindas. Eles voltam de caminhões, carroças e até mesmo a pé. São os "brasiguaios"... "Também, existem dois livros referente aos brasiguaios: WAGNER, Carlos. **Brasiguaios: Homens sem pátria**. Petrópolis, Vozes, 1990; ALVES, José Luís. **Brasiguaios: destino incerto**. São Paulo, Global, 1990.

sugestivo livro de WAGNER - "Brasiguaios: Homens sem pátria" (76). Porém, este caráter distintivo, que procura denominar os brasiguaios como homens sem pátria, ou seja, marginalizados do processo produtivo e da nação, não é diferente dos demais trabalhadores rurais "sem terra", que foram excluídos do processo de modernização pelo qual passou a agricultura do país e que resultou na impossibilidade de reprodução social de um setor de pequenos agricultores familiares. Nesse sentido, a ação que os símbolos desenvolvem é um fator importante na promoção da coesão e solidariedade do grupo, mas, por outro lado, cria uma linha demarcatória e uma ação diferenciadora, onde o outro que não possui o poder simbólico é relegado a uma posição inferior. Neste sentido, e percebendo o poder simbólico da identidade de brasiguaião, é que o atual parceleiro afirma que "se nós não levasse o nome de brasiguaião, nós também não conseguia essa gleba. (...) Por que já tá provado que até um sindicato bate por aí nos bóia-fria. É claro que este fator deve ser observado num sentido processual e temporal, já que o acampamento de Mundo Novo representava o retorno dos primeiros brasiguaios e, que conseqüentemente tiveram maior notoriedade pública.

No desenvolvimento deste capítulo, procuramos analisar os fatores constitutivos da trajetória de retorno ao Brasil dos acampados de Mundo Novo. Os dados indicam que a saída do Paraguai e a conseqüente constituição do acampamento de

(76) WAGNER, Carlos. *Brasiguaios: Homens sem pátria*. Petrópolis, Vozes, 1990.

Mundo Novo foi propiciada por fatores existentes no Brasil e no Paraguai. No Paraguai o medo internalizado pela "cultura do medo" e as dificuldades existentes em relação à documentação, comercialização, assistência médica e odontológica, além dos freqüentes problemas existentes na legalização da propriedade da terra, fizeram com que o retorno para o Brasil fosse uma estratégia de reprodução social. Para este fluxo migratório se constituir, foi necessário que existissem mediadores no lado brasileiro, os quais intervíram em diferentes níveis, possibilitando que a ação reivindicatória deste grupo fosse sentida pelo membros do Estado e seus representantes.

Este processo teve uma cronologia que se relaciona com os diferentes acontecimentos que ocorreram a nível nacional e local. O período de espera dos acampados em Mundo Novo e as tentativas de negociação a nível federal, correspondem à cronologia do anúncio da "proposta" do Plano Nacional de Reforma Agrária frente ao IV Congresso da CONTAG e, das diferentes versões do Plano Nacional de Reforma Agrária. Foi através deste acampamento em Mundo Novo que uma série de características foram internalizadas e se fizeram presentes na ação reivindicatória desenvolvida por este grupo, sendo que a construção deste processo é compreendido pelas características diferenciais entre a posição social anterior ao acampamento e a posição social do acampamento. Através destas características de transição é que se constituem as diferenças ocupacionais, emocionais, temporais e espaciais

dos acampados. Nesta mudança/transição de espaços sociais emerge a construção simbólica do "novo (a)" onde estão presentes de forma conjunta construções simbólicas heterogêneas, que, ao mesmo tempo em que reproduzem aspectos moleculares de uma "velha ordem", expressam o prender-se ao passado para se lançar ao futuro.

O desenvolvimento deste cenário de inúmeras personagens teve seu "desfecho" no Assentamento de Novo Horizonte, onde a maioria das famílias acampadas foram efetivamente assentadas. Neste sentido, com os diferentes empecilhos existentes na concretização prática do Plano Nacional de Reforma Agrária, consideramos que a desapropriação da área para concretização do Assentamento foi decorrente, entre outros fatores, da necessidade, por parte do Estado, de buscar legitimidade frente à opinião pública.

5. PARA ALEM DA FRONTEIRA.

Percorrendo analiticamente a trajetória desenvolvida pelos brasiguaios, observamos que as categorias utilizadas usualmente para caracterizar deslocamentos populacionais, tais como, migração rural, migração urbana, migração interna, entre outras denominações, não se ajustam completamente ao tratamento deste caso empírico: ele envolve tanto migrações sucessivas, com posições intermediárias rurais e urbanas, quanto se trata, ao mesmo tempo de uma migração interna e "externa", já que envolve um país vizinho - o Paraguai. Neste sentido os limites impostos pela fronteira política, agrícola e conceitual, tornam-se tênues e sem poder explicativo sobre os objetos que se pretende elucidar.

Na tentativa de recordar e examinar nosso objeto empírico, com suas diferentes arestas à análise, iniciamos este capítulo problematizando o significado de "fronteira" considerando seus limites, validade e poder explicativo no

caso em estudo. Abrindo os caminhos desta análise desenvolvemos, neste capítulo, a "Marcha para o Oeste" que historicamente propicia os primeiros passos da trajetória desenvolvida pelos brasiguaios em direção ao Oeste do Paraná, que se tornou ponto convergente de diferentes destinos migratórios. Em direção oposta, proveniente do Paraguai, ocorre a "Marcha para o Leste", que se encontra com a "Marcha do Oeste", criando as condições histórico-estruturais de ocupação e povoamento do oeste brasileiro e do leste paraguaio.

5.1. Aproximação conceitual do significado de fronteira.

A expressão fronteira tem sido utilizada em grande número de estudos relativos a áreas de ocupação recente, procurando, assim, destacar aspectos particulares e específicos de um determinado espaço. A fronteira que possuía um significado limitado referindo-se a um limite, uma extremidade, passou a ter um significado mais amplo, podendo-se afirmar que existe uma sociologia da fronteira ou uma sociologia a partir da fronteira (1).

Nesse sentido, torna-se essencial a revisão de alguns conceitos e expressões empregados, bem como a adequação que estes apresentam para a análise da problemática em questão.

(1) VELHO, Otavio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, DIFEL, 1976. p.6.

"Frederick Jackson Turner foi o mais importante teórico e historiador da fronteira americana" (2). A "Tese de Turner" procura explicar a relação existente entre o povoamento americano em direção ao Oeste e o desenvolvimento americano. Através de sua tese, o individualismo, a morte do localismo e a democracia americana, entre outras, são decorrentes da forma de ocupação da fronteira, estabelecendo uma identidade social e cultural de indivíduos e mesmo da sociedade americana como um todo. Apesar de Turner salientar em sua análise a fronteira norte-americana, sua "tese" não se restringe a uma abordagem local, já que indicou que o significado da fronteira deveria ser investigado no desenvolvimento de outros países.

No caso brasileiro, diversos autores procuraram investigar e descrever o significado da fronteira, Viana Moog, em seu trabalho clássico, *Bandeirantes e Pioneiros*, procurava destacar o processo cultural como determinante principal da colonização.

Segundo Otavio Velho, as abordagens de Turner e Viana Moog acabam formando um ciclo vicioso.

Aqueles que partem de um ponto de vista turneriano recorrem a explicações culturalistas, quando as comparações são postas na ordem do dia. E aqueles como Moog, que partem de diferenças culturais numa perspectiva comparativa, são apanhados pelo problema de avaliar os efeitos da fronteira quando tendem a dar conta da dinâmica interna da sociedade e a sua diferenciação em tipos

(2) VELHO, Otavio Guilherme. Op.cit. p.16

sociais distintos e mesmo opostos, apesar de seu fundo cultural basicamente comum. (3)

O que se destaca é que Turner como Moog conseguiram salientar certas características da fronteira até então inobservadas. Porém, deve-se desvendar as características que formam esta construção ideológica, com fortes conotações de um mito.

Leonarda Mussumeci, referindo-se a construção de mitos referentes à fronteira, considera:

O que nos faz pensar, seguindo as observações de Leach a respeito da elaboração mítica, que se trate de uma mesma matriz simbólica para expressar/legitimar distintos "desejos sociais" (Lovisoló 1982:12). Em suma que se trate de diferentes versões de um mesmo mito, cujo elemento invariante seria, no caso, associação entre a terra liberta, enquanto espaço vago, liminar, marginal, e a possibilidade de gestação de formas sociais puras, novas e radicais, com um poder de irradiação sobre a sociedade como um todo.
(4)

O geógrafo alemão Leo Waibel, estudando a agrogeografia e a colonização do Brasil, considera:

A expressão pioneira é originária da terminologia militar e significa "escoteiro", "batedor". Nos Estados Unidos, entretanto, esta palavra foi empregada num sentido econômico, referindo-se ao homem que é o primeiro ao penetrar na mata, ajudando a torná-la acessível à civilização, e que com isso promove o deslocamento da "frontier"

(3) VELHO, Otavio Guilherme. Op.cit. p.26.

(4) MUSSUMECI, Leonarda. O mito da terra liberta. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais/ANPOCS, 1988. p.51.

sertão a dentro. (...). Na Europa a palavra "frontier" significa o limite político que separa dois países vizinhos. Nos Estados Unidos entretanto, o termo recebeu, além disso, um sentido econômico: passou a significar o limite da zona povoada. E, enquanto a fronteira como limite político representa uma linha nitidamente demarcada, a fronteira no sentido econômico é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada (5).

A partir destes pressupostos, Waibel se utiliza do conceito de zona pioneira para indicar o espaço onde ocorre a rápida expansão da agricultura. Nesta perspectiva, o pioneiro é aquele que expande o povoamento espacialmente, e, também, intensifica e cria novos padrões de vida. A ocupação desta zona é vista através de estágios, que Waibel classifica como:

- estágio "pré-pioneiro": caracterizado pela existência de latifundiários com finalidades especulativas, caboclos e grileiros.

- estágio "post-pioneiro": quando a terra foi ocupada e a mata praticamente já desapareceu.

- estágio civilizado: quando se destaca a urbanização com o conseqüente asfaltamento e calçamento das ruas.

Esta análise de Leo Waibel considera alguns critérios que interessam apenas a uma caracterização geográfica, ficando preso a uma concepção dualista e evolucionista de

(5) WAIBEL, Léo. As zonas pioneiras no Brasil. IN: REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. ANO XVIII, N.4, OUT./DEZ. de 1955. p.3.

interpretação da realidade social (6). A partir desta crítica ao modelo de Leo Waibel, José de Souza Martins observa que:

O "novo", que é uma das dimensões do conceito de zona pioneira, é novo apenas na ocupação de espaço social. Por essa razão, é preferível na Sociologia, utilizar "frente pioneira", igualmente utilizado pelos geógrafos com a conotação de mobilidade espacial. (7).

O proposta de análise de Martins destaca uma distinção entre frente pioneira e frente de expansão.

O que caracteriza a frente de expansão é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadorias. Por isso, a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro. (8)

Nesse sentido, a economia que se estabelece, não é uma economia natural, mas sim uma economia de excedente, uma vez que dali saem produtos que assumem valor de troca. Desse modo, a frente de expansão está integrada à formação capitalista, mas as relações sociais não são ainda determinadas pela produção de mercadorias.

A frente pioneira, por outro lado, é caracterizada pela implantação da propriedade privada da terra.

(6) MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo** - estudos sobre as contradições da sociedade agrária. São Paulo, Pioneira, 1975. p.43.

(7) MARTINS, José de Souza. Op.cit. p.44.

(8) MARTINS, José de Souza. Op.cit. p.46.

Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada. Desse modo, a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. (9)

As distinções entre frente de expansão e frente pioneira estabelecem uma dicotomia, que envolve outros elementos contrapostos.

Esta abordagem permaneceu como posição de determinado consenso na análise do campesinato em regiões de fronteira. De maneira geral, esta orientação imprime determinadas características, como destaca Mussumeci (10):

- A terra para o camponês da fronteira é apenas um meio de produção.

- Na lógica de ocupação da terra, o camponês não dá sentido à propriedade privada da terra.

- O predomínio de culturas temporárias e a rotação de terras faz com que a posse tenha caráter transitório.

- Apenas o investimento de trabalho na terra está sujeito à apropriação privada, não à terra "em si mesma".

- A forma de apropriação da terra destes camponeses se opõe à do sistema dominante.

Estas características que compõem a unidade de explicação de Martins, encontram sua ruptura quando se

(9) MARTINS, José de Souza. Op.cit. p.47.

(10) MUSSUMECI, Leonarda. Op.cit. p.30-42.

propõem a explicar as reações do campesinato à expropriação. As diversas reações que o campesinato utiliza para resistir à expropriação não podem ser explicadas por uma "adaptação defensiva", já que em muitos casos ocorre a incorporação das regras dominantes, onde o posseiro luta pela condição de proprietário da terra e, por vezes, contra as formas ilegais como a propriedade da terra é instituída, e não contra a propriedade privada da terra, o que nada tem a ver com uma "lógica camponesa" espontânea. (11)

Estas críticas à proposta de análise dicotômica tendem a salientar a descontinuidade das formas que regem a apropriação e a expropriação, pois, mesmo ela sendo esclarecedora de aspectos relevantes da dinâmica, é parcial.

As análises dicotômicas mais rígidas tendem a simplificar, homogeneizar e estereotipar cada um dos pólos que definem como representativos da contradição fundamental. Eliminam ou minimizam, assim, junto com os pontos de contato que possam haver entre um e outro, as diversidades, contradições e conflitos no interior dos mesmos. Reificam as "regras" e as "lógicas" dos grupos sociais, como se eles pensassem e agissem sempre em "bloco", teleguiados cada qual por sua orientação unívoca, diretamente derivada de sua posição econômica e expressa, de forma transparente em seu discurso mais imediato. (12)

Otavio Velho procura destacar que o caráter quase intermitente do conceito de fronteira tem feito, inclusive, alguns autores substituírem a noção de fronteira pela de frentes pioneiras, ou até mesmo denominarem de frente de

(11) MUSSUMECI, Leonarda. Op.cit. p.38.

(12) MUSSUMECI, Leonarda. Op.cit. p.41.

expansão, procurando, nesta última denominação, suprimir a noção de pioneira, o que poderia implicar uma idéia de passos sucessivos numa cadeia de desenvolvimentos necessariamente positivos (13). Nesta diversidade de tipologias, Otavio Velho procura denominar os diferentes tipos de emprego da categoria fronteira :

- fronteira aberta: compreende a existência de "espaços vazios" que produzem um determinado efeito sobre seus participantes e sobre a sociedade como um todo,

- fronteira fechada: é um traço de um sistema de repressão da força de trabalho e, quando ocorre um capitalismo autoritário, a fronteira utilizada torna-se importante, sendo denominada de fronteira aberta, porém controlada.

- fronteira em movimento: refere-se à ocupação dos EUA. Tem expressões próximas, tais como fronteira interna e fronteira econômica.

Para Otavio Velho, a fronteira exerce funções. No caso brasileiro, o discurso do Estado Novo salientava a importância da fronteira como justificativa para : manter o mercado da borracha; deslocar excedentes populacionais; substituir a imigração estrangeira (com suas ideologias exóticas) pela colonização nacional e evitar a ameaça de um excessivo acúmulo de mão-de-obra nas grandes cidades. Mas a fronteira não exerce apenas funções, não é apenas um espaço

(13) VELHO, Otavio Guilherme. Op.cit. p.115.

de contradições decorrentes das transformações capitalistas. Ela se expressa, também, como matéria-prima para a elaboração de mitos e representações ideológicas.

Segundo Foweraker (14), os estudos de Martins e Otavio Velho procuram desenvolver tipologias da fronteira, classificando-as como fenômenos diferentes que negam a unidade do processo. A análise de Foweraker procura insistir no que existe em comum entre as fronteiras, observando as generalidades, mas também as especificidades. Esta perspectiva consegue perceber a dinâmica das relações sociais, políticas e econômicas em sua continuidade e descontinuidade. Porém o modelo de três estágios de inspiração evolucionista (estágios não-capitalista, pré-capitalista, capitalista), limita a percepção de unidade do processo.

Otavio Ianni, estudando a história social das terras numa área da Amazônia, não utiliza como categoria explicativa nenhuma das tipologias anteriormente citadas. Através de uma análise histórica, emprega o conceito de acumulação primitiva estrutural, como demonstra o autor:

Estava em curso uma espécie de "acumulação primitiva", transformando a terra em propriedade privada e legalizada e

(14) FOWERAKER, Joe. A luta pela terra (The Struggle for Land). Trad. Maria Julia Goldwasser, Rio de Janeiro : Zahar, 1981. p.32.

concentrada nas mãos dos empresários;...
(15).

A dimensão da fronteira, pode ser vista de formas diferentes, a partir de um observador colocado em determinado ponto. Não há como se determinar de forma precisa sua "largura" e sua "profundidade". Os critérios demográficos que determinam a ocupação de uma região, a partir da quantidade de habitantes por unidade de área, e caracterizam circunstâncias dimensionais não elucidativas do processo social que ocorrem. As transformações que acontecem em determinado espaço, não são provenientes de uma ação unidirecional de algum fator interveniente, e sim, resultantes de um campo de força social que pode produzir resultados diferenciados, segundo o momento em que ocorrem. Neste sentido Otávio Velho salienta:

 Todavia, o que em geral ocorre é que o preço a pagar pelo esforço de rigor tem sido o de se criar distinções que simplificam excessivamente a complexidade das realidades estudadas, provocando por vezes outras distorções. Talvez por isso é que a noção, imprecisa de *fronteira* continua bastante presente na literatura. Quaisquer que sejam as expressões utilizadas, nas atuais circunstâncias do avanço do conhecimento parece importante que sejam tomadas como *imagens*, e não como conceitos, para não criar a falsa impressão de resolução teórica de questões em aberto. (16)

(15) IANNI, Otávio. *A luta pela terra - história social da terra e da luta pela terra na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1981. p.233.

(16) VELHO, Otávio Guilherme. *Fronteiras no Brasil*. In: *Ciência Hoje*, 3 (16), jan./fev., p.69. Rio de Janeiro: SBPC, 1985.

Na análise das questões pertinentes à problemática que envolve a categoria fronteira, é importante "datar" as diferentes análises realizadas a seu respeito. Na citação anterior, Otávio Velho apresenta a categoria fronteira como imprecisa e simplificadora, considerando-a como imagem e não conceito, características estas não perceptíveis em análise anterior do mesmo autor, onde a categoria fronteira emerge com outra conotação (17).

Observando a gênese e o desenvolvimento da categoria fronteira, percebemos que existe uma luta pela legitimação das divisões do mundo social, criando e desfazendo determinadas matrizes de constituição de grupos sociais e de visões do mundo, dividindo o exterior e o interior (18).

5.2. A Marcha para o Oeste.

(17) A diferença temporal entre esta citação e as demais do mesmo subcapítulo é de aproximadamente dez anos. Ver: VELHO, Otávio Guilherme. Op.cit., 1976 e 1985.

(18) "A fronteira nunca é mais do que um produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na realidade segundo os elementos que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes (...). Cada um está de acordo em notar que as *regiões* delimitadas em função de diferentes critérios concebíveis (língua, habitat, tamanho da terra, etc.) nunca coincidem perfeitamente. Mas não é tudo: a *realidade*, neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais *naturais* apóiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima." BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad.. Fernando Tomáz. Lisboa, Difel, 1989. p.115.

Assim é compreensível que a atenção de todo mundo esteja atualmente voltada para o Brasil. Representa ele a última grande reserva de terras disponíveis do mundo ocidental, e assume do ponto de vista puramente espacial uma posição semelhante à que tinha os Estados Unidos da América do Norte há 150 anos atrás. Por estes motivos tanto no interior do país quanto no exterior, tem sido manifestada a opinião de que o Brasil promete ser um segundo Estados Unidos. O lema da "marcha para o oeste", levantado durante o governo de Vargas, contribuiu muito para o desenvolvimento desta suposição. (19)

Para compreendermos o processo de ocupação do oeste brasileiro, é necessário que se entenda a construção mítica da Marcha para o Oeste, que possibilitou a construção de imagens de grande eficácia simbólica. A trajetória desenvolvida pelos brasiguaios se insere nesta construção, que possibilitou a interiorização e incorporação das áreas "novas" do oeste do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Pretendemos desenvolver esta construção mítica partindo da política desenvolvida durante o período do Estado Novo, para, num segundo momento, analisarmos o conteúdo mítico da Marcha para o Oeste.

Durante a década de 30, surgiu a idéia, por parte do Governo Federal, de criar os territórios federais de Iguazu e Ponta Porã, na região denominada de fronteira guarani, que compreendia os estados do Paraná, Santa Catarina e sul do Mato Grosso.

A idéia de criar os territórios federais do Iguazu e Ponta Porã na região da fronteira guarani, não estava ligada somente ao

(19) WAIBEL, Leo H. Op.cit. p.3

problema da *nacionalização das fronteiras*. Esta era indiscutivelmente a justificativa oficial para a criação deste territórios federais. O objetivo principal não confessado, era abrir caminho para a expansão do capital e da colonização gaúcha. Esta colonização seria, tudo indica, muito bem recebida pelos estados do Paraná e Santa Catarina. Mas, o objetivo do grupo que controlava o governo federal, chefiado pelo gaúcho Getúlio Vargas, era subtrair o controle destes estados a sua parte oeste, para que melhor se atendessem aos interesses dos capitalistas e em consequência das companhias colonizadoras gaúchas. (20)

Segundo Wachowicz, os interesses desta política de criação dos Territórios Federais estava ligada, também, à tentativa de Getúlio Vargas contrapor-se à hegemonia conquistada por São Paulo durante a República Velha, através do café e do início da industrialização, ou seja, com a criação dos Territórios Federais, estas unidades políticas inevitavelmente cairiam sob influência do Rio Grande do Sul contrabalançando a influência política e econômica de São Paulo. Porém, devido à atuação do interventor federal do Estado do Paraná, general Mario Tourinho, Getúlio Vargas, na época implantou uma política mais cautelosa na consecução dos seus objetivos. Desta forma, o Governo Federal, durante o período seguinte, apenas procurou nacionalizar a mão de

(20) WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensos e colonos - Histórico do oeste paranaense*. 2ªed. Curitiba, Ed. Vicentina, 1987. p.147. Este argumento apresentado pelo autor deve ser mediatizado, existindo, neste caso, pontos de vista diferenciados, ver: ESTERCI, Neide. *O mito da democracia no país das bandeiras - Análise dos discursos sobre a colonização e migração no Estado Novo*. Pesquisa Antropológica. Nº18, Divisão de Antropologia, Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1972.

obra nas "obrages" (21) do Rio Paraná que eram propriedade da Companhia Mate Laranjeira. Esta Companhia teve um amplo significado econômico e político do desenvolvimento da chamada fronteira guarani. O seu surgimento data de 1883, fundada por Tomás Laranjeira, um português que tinha residido em Buenos Aires e que havia participado da expedição enviada ao sul do Mato Grosso para demarcar as fronteiras internacionais entre Brasil e Paraguai. Tomas Laranjeira averiguando o potencial produtivo da região conseguiu, através do Governo do Estado do Mato Grosso, um arrendamento de terras para explorar o mate nas terras públicas ao longo da fronteira com o Paraguai. Através deste arrendamento a Companhia Mate Laranjeiras incorporou amplas áreas de terras, dizimando índios e importando mão-de-obra do Paraguai (22). A Mate Laranjeiras dominou política e economicamente o estado do Mato Grosso através do seu contrato, que possibilitou à Companhia ocupar cerca de 1 milhão de hectares nos estados do sul: para avaliar o significado econômico da Companhia, basta dizer que o orçamento da Companhia era seis vezes superior ao orçamento

(21) As obrage surgiram no Brasil no fim do século passado, início do século XX, sendo gigantescas concessões por parte do governo para a exploração da erva-mate. Esta terminologia foi oriunda por extensão da denominação utilizada em território argentino. Significa originalmente o local onde se trabalha manualmente. A respeito do funcionamento das obrages ver: WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op.cit.

(22) A respeito da criação e atuação da Companhia Mate Laranjeira ver: Instituto Euvaldo Lodi. **Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande-MS, 1986; FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra** - a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p.133-137; WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op.cit.

do estado do Mato Grosso em 1924 (23). Devido ao controle privado e estrangeiro da Mate Laranjeira em uma região de fronteira política, o Governo Vargas rescindiu o contrato com a Companhia. Na Constituição Federal de 1937, durante o Estado Novo, Getúlio Vargas fez inserir o Art. 165, que criava o Território Federal de Iguaçú com territórios subtraídos do Paraná e Santa Catarina e o Território Federal de Ponta Porã (localizado no atual estado do Mato Grosso do Sul). Através do artigo 165, dentro de uma faixa de 150 km ao longo das fronteiras, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação poderia se efetivar sem audiência do Conselho de Segurança Nacional e as indústrias situadas no interior da referida faixa deveriam ter capitais e trabalhadores de origem nacional.

No Paraná, pouco progresso foi feito por causa do isolamento do Território; em Mato Grosso, a história foi quase a mesma de modo geral, com a significativa exceção da colônia federal de Dourados. No Paraná, o Território tocou apenas levemente na complexidade da história legal da região; em Mato Grosso, o resultado principal da intervenção federal foi liberar as terras já havia tanto tempo arrendadas para a companhia de mate Laranjeiras, e assim prenunciar a corrida pela terra no Sul. (24)

Estes territórios foram reincorporados com a queda de Getúlio e principalmente durante o governo do General Dutra. A reconquista dos territórios para os respectivos Estados foi implantada através de uma emenda na parte das disposições transitórias da Constituição Federal, em 1947.

(23) FOWERAKER, Joe. Op.cit. p.134.

(24) FOWERAKER, Joe. Op.cit. p.135.

Apesar de diferentes suposições, parece possível afirmar que a política desenvolvida por Vargas procurava viabilizar o desenvolvimento da pequena propriedade em áreas novas, o que, conseqüentemente, possibilitava uma produção de excedentes alimentares para a emergente industrialização e, ao mesmo tempo, canalizava para longe as tensões do sistema fundiário estabelecido (25).

A política desenvolvida durante o Estado Novo não se resumiu à criação de medidas que possibilitassem a ocupação de áreas novas, viabilizando a pequena propriedade e a produção de excedentes alimentares para amparar a industrialização emergente. Uma das características importantes do período é o seu conteúdo mítico, como afirma Otavio Velho:

Acreditamos que *Marcha para Oeste* encantaria qualquer especialista em mitos. Na verdade parece possuir a maioria dos elementos de um mito e muitas subestruturas de mito podem ser distinguidas. (26)

Uma das mais importantes obras relativas à construção mítica durante o Estado Novo foi a obra de Cassiano Ricardo,

(25) A este respeito FOWERAKER, Joe. Op.cit. p.98 afirma que o crescimento bem-sucedido da agricultura em resposta à demanda interna crescente, deve-se às fronteiras. A respeito da "fronteira" desocupada como um locus de desenvolvimento da pequena propriedade Ver: VELHO, Otávio. 1976.Op.cit. p.150.

(26) VELHO, Otávio Guilherme. Op.cit. p.145

intitulada *Marcha para Oeste* (27). A força desenvolvida por essa construção mítica é perceptível, por exemplo, no trabalho escrito por Leo H. Waibel (28), em 1955, onde o autor destaca como significativo que " a atenção de todo mundo esteja atualmente voltada para o Brasil" já que ele representa "a última reserva de terras disponíveis do mundo ocidental, e assume do ponto de vista puramente espacial uma posição semelhante à que tinham os Estados Unidos da América do Norte há 150 anos atrás"; com isso, "tem sido manifestada a opinião de que o Brasil promete ser um segundo Estados Unidos". Durante o período foram freqüentes as comparações desenvolvidas entre o Brasil e os Estados Unidos, sendo, inclusive, possível fazer analogias entre o trabalho de Cassiano Ricardo e o de Frederick Jackson Turner, onde o último desenvolve relações entre a *fronteira* e a democracia americana (29). A utilização de imagens como dispositivos discursivos só foi possível com a utilização de

Um grupo selecionado de teóricos (que) operava diretamente junto ao ditador e cuidava da "verdade doutrinária" do regime. Ao procurar fidelidade às diretrizes oficiais, intentavam facilitar o escoamento ideológico por meio de dispositivos culturais que ampliassem o consumo dos conteúdos doutrinários do regime. Esses intelectuais agiam como autênticos mediadores simbólicos

(27) É interessante observar como aponta VELHO, Otávio Guilherme. Op. cit. p.141 que a obra principal de Cassiano Ricardo - *Marcha para o Oeste* - "surgiu em 1940 e foi muito bem recebida pelo regime. Em 1970, quando a construção da Rodovia Transamazônica foi anunciada, veio a público a sua quarta edição brasileira".

(28) WAIBEL, Leo H. Op.cit.

(29) Para uma análise dos pontos comuns entre o trabalho de Cassiano Ricardo com o de Frederick Jackson Turner, Ver: VELHO, Otávio Guilherme. 1976. p.145.

entre o estado e o social; tratavam-no de modo a decompô-lo em partes iguais e harmônicas, confeccionando, a partir desta operação, um todo único e compreensível. (30)

Cassiano Ricardo, como havíamos salientado, foi o intelectual que mais se destacou no período (31), sua principal obra, *Marcha para o Oeste*, estabelecia uma relação dicotômica entre o Leste (costa) e o Oeste (sertão). Nesse sentido, o Leste é visto como atrelado com a matriz cultural européia (principalmente Portugal), e o Oeste assume o sentido da verdadeira história do Brasil, onde aparece, na construção destas imagens, o "espírito bandeirante". A crença de que o sentido de brasilidade é construído através da interiorização do país é expresso pelo próprio Getúlio Vargas, que coloca a brasilidade em parâmetros geográficos e econômicos, utilizando-se da metáfora do corpo, que é rica em implicações políticas, pois a nação é associada a uma totalidade orgânica, com um corpo uno e indivisível; "o território nacional, por sua vez, é apresentado como um corpo que cresce, expande, amadurece; as classes sociais mais parecem órgãos necessários uns aos outros para que funcionem homogeneamente, sem conflitos" (32); como podemos observar na seguinte passagem:

(30) LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas. 2ªed. Papyrus, 1986. p.54.

(31) Os livros de VELHO, Otavio G. e de LENHARO, Alcir. Op.cit. destacam a importância assumida pela obra de Cassiano Ricardo. Alcir Lenharo considera que foi através da obra de Ricardo que a imagem plástica da nação em movimento recebeu a interpretação mais acabada e radical. (p.61) e VELHO considera Cassiano como uma figura intelectual de destaque.

(32) LENHARO, Alcir. Op.cit. p.17.

Após a reforma de 10 de Novembro de 1937, incluímos essa cruzada no programa do Estado Novo, dizendo que o *verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao oeste*. Para bem esclarecer a idéia, devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa do seu território. Considerando-a uma unidade indivisível, nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido de terra, que é o sangue e a carne do seu corpo. Mas se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob este aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico e industrial e as suas fronteiras políticas coincidem com as fronteiras econômicas. Continuam entretanto, os vastos espaços despovoados que não atingiram o necessário clima renovador. (33)

Na análise de Cassiano Ricardo, o fio condutor da sua construção de imagens é o "espírito bandeirante", pois segundo o autor, foi o responsável pela interiorização do Brasil e o precursor do início da autêntica história do Brasil. A imagem do bandeirante assumiu diferentes funções na construção de um universo simbólico: no início a sua utilização restringia-se ao sentido de um substantivo que esgotava em si, o seu sentido; mais tarde passou, a ser empregado como adjetivo (34). No caso da obra de Ricardo, o "espírito bandeirante" procura criar um sentido de coesão entre os membros da sociedade brasileira, indo de encontro

(33) VARGAS, Getulio. *As Diretrizes da Nova Política do Brasil*. Ed. José Olympo. s.d. p.284-85. Apud: VELHO, Otávio Guilherme. 1976. Op.cit. p.147.

(34) Ver: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário*. IN: 46º Congresso Internacional de Americanistas. Amsterdã (Holanda), mimeo., 4 a 6 de julho de 1988.

ao interior (o sertão), onde existe o verdadeiro sentido de sua identidade. O "espírito bandeirante", na obra de Ricardo, criou o "mito de origem do autoritarismo", pois o autor considerava que só uma autoridade forte como a do bandeirante poderia despertar a sociedade brasileira do sono letárgico em que vivia.

O perfil mítico do bandeirante que Ricardo constrói passa de um ser movido pela sabedoria intuitiva para o saboreador de emoções, poeticamente redescobertas na ciranda de suas andanças. A invenção bandeirante cinge-se no domínio do destino; sem a bandeira o Brasil não teria existido. Instintivamente, ela engendrou as marcas condicionadoras do poder moderno - o poder forte e a fraterna solidariedade dos indivíduos entre si. (...) O fundamental destas observações reside não apenas na propriedade geradora de mitos que a bandeira era dotada; a ênfase ancora no poder de "fixação psicológica" e de embasamento do "substrato da nacionalidade", matéria-prima constante do subconsciente coletivo, que é, por sua vez, propriedade do mito. (35)

A *Marcha para Oeste*, com sua construção mítica e sua apropriação política, criou um universo simbólico que legitimou e direcionou os "excedentes populacionais" a marchar em uma direção. A marcha dos cafezais paulistas, que reeditavam a "saga bandeirante", incorporaram "novas" terras alastrando sua marcha até o noroeste do Paraná, nesta "fome de terras" migrantes gaúchos deslocaram-se em direção ao Vale do Rio dos Peixes em Santa Catarina e, posteriormente, ao Sudoeste do Paraná. Seguindo a rota, novas áreas vieram a se incorporar ao processo produtivo nacional, tais como;

(35) LENHARO, Alcir. Op.cit. p.69.

Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia. Nestes caminhos e direções, uma variante utilizada pelos migrantes foi o Paraguai, fazendo com que os movimentos populacionais rompessem as fronteiras políticas. Aqueles que marcharam para o Oeste, como os brasiguaios, acabaram sendo incorporados a um outro país, que direcionava sua *Marcha para Leste*, e através deste movimento de aparentes oposições, as marchas entraram em colisão, tomando outra direção, que traçou os caminhos percorridos pela trajetória social dos brasiguaios.

5.3. Oeste do Paraná - A convergência de diferentes posições.

Tudo isto me leva à conclusão de que o oeste do Brasil não é uma terra da promessa (36).

As condições histórico-estruturais de ocupação do Oeste brasileiro foram dadas pela construção mítica e político-econômica da *Marcha para o Oeste*. É preciso ressaltar que este processo esteve condicionado pelas transformações, a nível mundial, ocorridas durante a década de 30, destacando-se o "crack" da Bolsa de Valores de Nova Iorque, que afetou as economias dependentes como a brasileira. No Brasil, a partir de 1930, com a quebra de hegemonia da burguesia agrária centrada na produção de café, houve a dispersão de

(36) WAIBEL, Leo H. As Zonas Pioneiras no Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Ano XVII, Nº 4, outubro-dezembro de 1955. p.415.

grandes contingentes populacionais. Por um lado, ocorreu um movimento migratório centrífugo, que se direcionou principalmente para o Oeste de São Paulo e, na década seguinte, para o Norte e Oeste do Paraná e Santa Catarina. Conjuntamente a este movimento, ocorreu uma migração de caráter centrípeto em direção às grandes cidades, movimento este desencadeado pelo emergente processo de industrialização (37). As migrações internas entre 1950 e 1965 seguem de maneira geral as características que são averiguadas do período anterior, e o Paraná começa a viver o seu processo mais intenso de ocupação, enquanto a faixa central do País começava a ser ocupada.

O processo de ocupação do Paraná pode ser dividido em três grandes regiões, que possuem traços comuns em relação à época e às características de ocupação do espaço físico, a saber: Paraná Antigo, Grande Norte e Oeste-Sudoeste (38). O Paraná Antigo compreende as terras por onde se iniciou a ocupação do Estado, sendo esta região marcada pela ocupação de latifúndios oriundos do antigo regime de sesmarias e por algumas áreas de "colônias" de imigrantes; gerando o desenvolvimento das três principais atividades da região : o extrativismo, a pecuária extensiva e a agricultura de

(37) Ver: MARTINE, George. **Migrações internas no Brasil-Tendências e Perspectivas**. Texto para Discussão Nº 17. Instituto do Planejamento - IPLAN. Agosto de 1989. mimeo.

(38) Para a caracterização da divisão atribuída ao Paraná ver: FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da Agricultura - Contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba, Livraria Chain, 1988. p.44.

subsistência. Devido às características de ocupação da região, o setor agropecuário teve pouco desenvolvimento e diversificação.

Na região denominada de Grande Norte, a ocupação foi iniciada em 1862, com a chegada de cafeicultores paulistas e mineiros incentivados pela cotação do café no mercado internacional; esta ocupação que, de início, se deu em áreas esparsas foi posteriormente efetivada em 1929 com a então denominada Paraná Plantation Limited. * Esta Companhia, formada por capitais ingleses, adquiriu do governo estadual uma área de 515 mil alqueires paulistas que abrangiam a melhor porção do norte do estado.

Embora tenha visado principalmente o aproveitamento da terra roxa para a formação dos cafezais, o tipo de povoamento promovido pela Companhia de Terras do Norte do Paraná difere essencialmente do que caracteriza as zonas cafeicultoras de São Paulo (...). De fato, visou a Companhia não a criação de grandes fazendas monocultoras, mas o estabelecimento de um regime de pequenas e médias propriedades menos susceptíveis de se abalar com o advento de uma crise do café e mais capazes de originar uma vida regional intensa (39).

Esta forma de ocupação planejada deu origem a relações de produção como o colonato e, posteriormente, a parceria; também no interior do domínio da Companhia de Terras do

(39) Ver: BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. *O problema das "frentes pioneiras" no estado do Paraná*. Revista Brasileira de Geografia. XV, Nº 3, julho-setembro de 1953. p.32.

Norte do Paraná, encontravam-se vales habitados unicamente por ucranianos, romenos ou japoneses (40).

A região Oeste e Sudoeste do Paraná foi ocupada, inicialmente, por uma população cabocla oriunda de três pontos distintos. Uma parte deles era de antigos "agregados" de fazendas de gado dos Campos de Palmas; outra parte destes era proveniente do Rio Grande do Sul e outros expulsos das zonas de colonização do Vale do Rio do Peixe durante a Revolta do Contestado. Esta população cabocla tinha sua alimentação baseada na caça, na pesca e na coleta, dando um papel relativamente secundário às atividades agrícolas. A partir do final da década de 40, a região foi ocupada por descendentes de italianos, alemães e poloneses provenientes de Santa Catarina e sobretudo do Rio Grande do Sul (41), sendo que, entre 1952 e 1955, ocorriam 30 a 40 mudanças por dia (42). Após a ocupação espontânea, houve a colonização, dirigida e organizada pelo Estado e por companhias colonizadoras, onde se destaca, a Industrial Madeireira Colonizadora do Paraná S. A. - MARIPA, que adquiriu 124 mil alqueires de terras na região, desenvolvendo, assim, a venda

(40) Ver: MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, HUCITEC, 1984. p.162.

(41) "Os descendentes de italianos vieram sobretudo de Erechim, Getúlio Vargas, Passo Fundo. Lagoa Vermelha e Sananduva, e, em menor número da colonização antiga. São também numerosos aqueles que vieram de Santa Catarina, procedentes de Concórdia, Araranguá, Criciúma, Uruçanga, etc" Ver: BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. *O problema das "frentes pioneiras" no estado do Paraná*. *Revista Brasileira de Geografia*. XV, Nº 3, julho-setembro de 1953. p.16. nota 26.

(42) ABRAMOVAY, Ricardo. *As transformações na vida camponesa- O Sudoeste Paranaense*. USP, São Paulo, 1981. (Tese de mestrado). p.38.

de pequenas parcelas aos migrantes gaúchos e catarinenses, que desenvolveram a policultura e a criação animal (43). Neste processo de povoamento do Oeste-Sudoeste podem-se distinguir fases distintas da ocupação do espaço físico. De início, houve uma fase extrativa baseada nas "obrages" que eram "gigantescas concessões por parte do governo paranaense para a exploração da erva mate", sendo desenvolvida conjuntamente à atividade madeireira (44). Posteriormente houve a ocupação "espontânea" de migrantes sulinos que adquiriam as terras dos posseiros sem a devida legalização o que provocou, posteriormente, durante a colonização, inúmeros conflitos na região como a Revolta de 1957 (45).

Os distintos processos de ocupação do Paraná estão relacionados às diferentes formas de apropriação produtiva do solo e a diferentes capacidades de reprodução social dos produtores nela localizados, o que implicou, durante a década 70, os fluxos migratórios que se dirigiram ao Paraguai. Em relação às três regiões do Paraná, interessa a nossa análise a Grande Região Norte e, de forma mais marcante, o Oeste e Sudoeste, regiões estas que contribuíram com o maior número de migrantes que foram para o Paraguai. Esta migração que possui o seu ponto de origem em diversos estados do Brasil, teve sua convergência no Paraná, onde o ciclo de ocupação-estagnação-migração perdurou

(43) FLEISCHFRESSER, Vanessa. Op.cit. p.48.

(44) Com relação a este processo ver: WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensos e colonos- história do oeste paranaense*. 2ª ed. Curitiba, Ed. Vicentina, 1987.

(45) Ver: GOMES, Iria Zanoni. *1957-A Revolta dos Posseiros*. Criar, Curitiba, 1986.

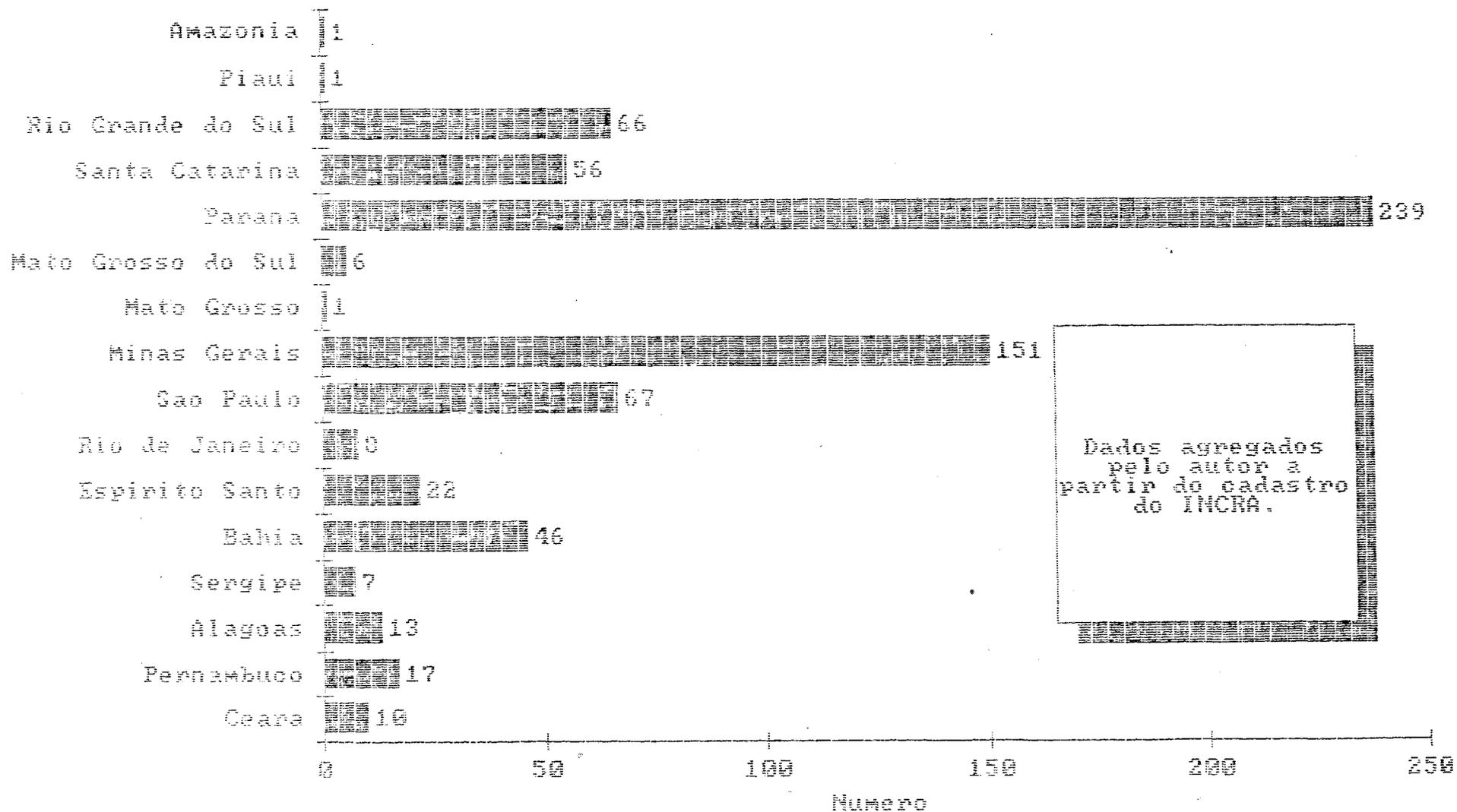
aproximadamente vinte anos, tendo, este ciclo, sido marcado por diferentes etapas migratórias.

5.3.1. As etapas migratórias

Os dados disponíveis em relação aos estados de origem (ver tabela 2.) dos parceleiros de Novo Horizonte indicam que o Paraná representa quantitativamente o maior número (239), seguido por Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Os dados agregados em termos de regiões de origem (ver tabela 3) demonstram a participação expressiva da Região Sul seguida pela Região Sudeste. Os dados referentes às regiões e aos estados de origem não traduzem o que denominamos de etapas migratórias ou trajetórias migratórias, que apresentam a dimensão dos diferentes espaços sociais em que se inseriram estes migrantes (46). Através dos dados das trajetórias migratórias (Ver Diagrama.1.) pode-se observar, no plano horizontal, os estados de origem dos parceleiros de Novo Horizonte, na vertical, os anos que correspondem aos deslocamentos efetuados e, no interior do diagrama, observam-se os estados que foram posições sociais

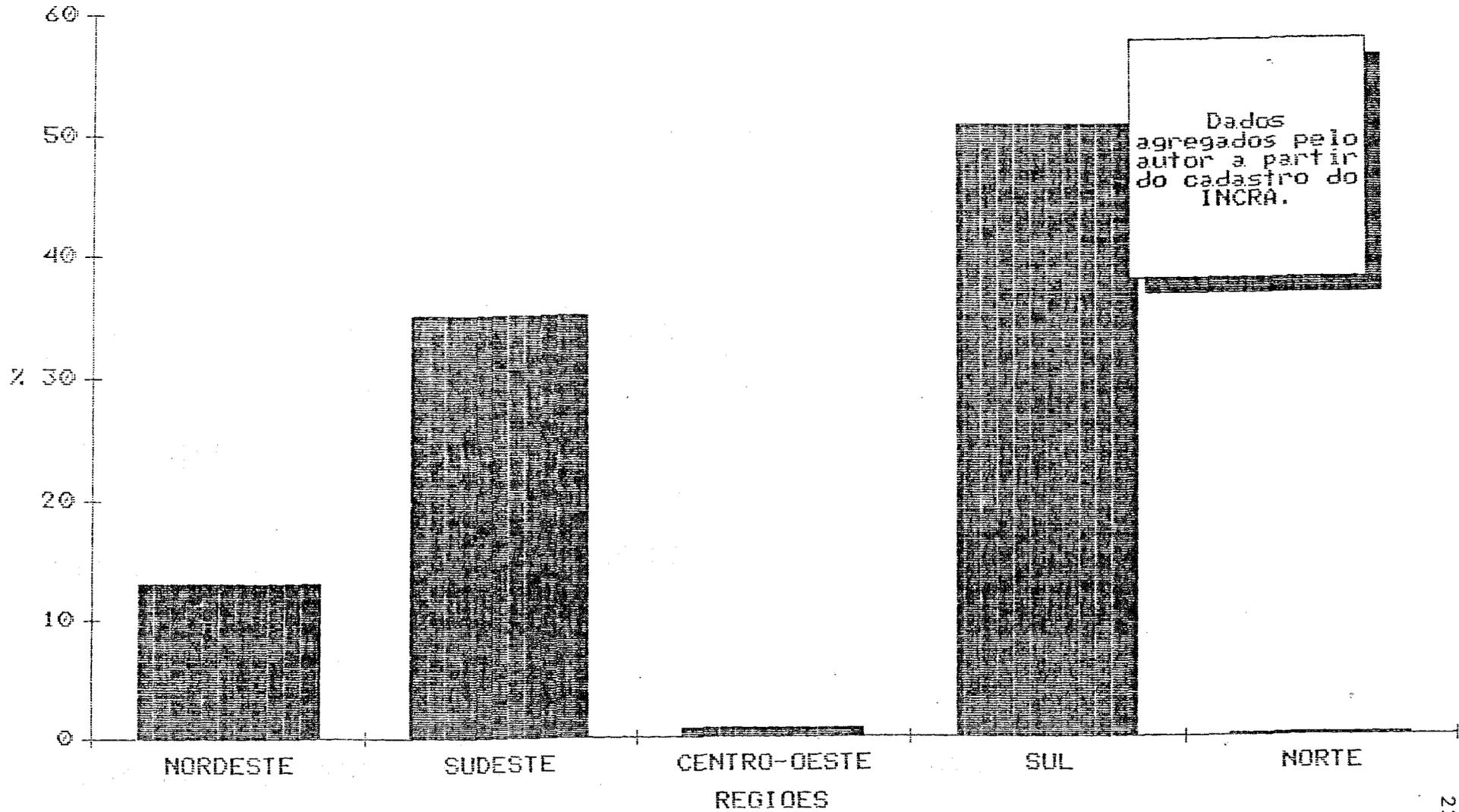
(46) O que denominamos de *trajetória migratória* relaciona duas dimensões presentes nesta migração, por um lado a transição do indivíduo no espaço social e, por outro, o deslocamento espacial. Em relação à definição de trajetória ver: BOURDIEU, Pierre. *La distinction - Critique social de judgement*". Paris, Les Editions de Minut, 1979, p.119

ESTADO DE ORIGEM DOS PARCELEIROS.



Dados agregados
 pelo autor a
 partir do cadastro
 do INCRA.

REGIAO DE ORIGEM DOS PARCELEIROS (%).



intermediárias (47). A concentração dos pontos em determinado espaço-tempo do diagrama, impede a observação detalhada das trajetórias individuais, sendo, porém, elucidativas do caráter sincrônico do processo migratório desenvolvido por este grupo. Tomamos como ponto inicial deste processo o ano de 1935; pois a data de nascimento mais antiga entre os parceleiros observados no trabalho foi 1931, entretanto, este parceleiro não havia feito nenhum movimento migratório antes de 1935; o ano extremo superior indica o ano do acampamento de Mundo Novo. A concentração dos pontos, no Paraná, inicia em 1955, indicando o começo do período de atração exercido por este estado, período que se estende até a década de 70, onde tem início o processo de emigração para o Paraguai. Na trajetória migracional deste grupo, é possível observar também que os migrantes provenientes do Rio Grande do Sul apresentam, com frequência, o estado de Santa Catarina como posição social intermediária, e os provenientes do estado de Alagoas e Sergipe têm sua posição intermediária no estado de São Paulo. De maneira geral, a observação dos pontos indicados no diagrama, que ilustram a frequência dos movimentos migratórios, demonstra que, a partir da década de 50, o número de movimentos migratórios desenvolvidos por estes parceleiros aumenta, seja a nível estadual ou interestadual.

(47) É importante salientar que o tracejado das linhas não indica obrigatoriamente que a trajetória migratória tenha incluído os estados nela incluídos. Na realidade, apenas os pontos do tracejado são os indicadores das posições de origem, intermediárias e de destino.

No processo migratório desenvolvido por este grupo, é possível distinguir duas trajetórias migratórias que, em um movimento inicialmente centrífugo, convergem para o Paraná, e após, para regiões distintas.

A parte Norte do Estado recebeu os migrantes procedentes das regiões Nordeste e Sudeste do país; com destaque para os Estados de Minas Gerais e São Paulo; o sudoeste foi ocupado por um fluxo migratório proveniente do Sul do país (Rio Grande do Sul e Santa Catarina). (48)

Estes dois movimentos migratórios, que possuem características diferenciais em termos dos fatores histórico-estruturais envolvidos na atração e evasão, são caracterizados pelos parceleiros como decorrentes "da ilusão do povo do Norte" e pela "esperança do povo do Sul", trajetórias que desenvolveremos a seguir.

5.3.2. A ilusão do povo do Norte

... a ilusão do povo do Norte, sempre é ir para o Paraná, né. . São Paulo, Paraná. E naquele tempo todo mundo querendo sair como hoje. . Verdadeiramente a luta do Norte é difícil, né... até hoje a mesma luta é difícil no Norte prá se vivê.. o ganho é muito barato, né.. então o pessoal sai, a ilusão da gente era sair.

O que genericamente é denominado pelo parceleiro como migração do "povo do Norte" corresponde, na realidade, às

(48) Centro de Estudos Migratórios. *Brasiguaios*. Cadernos de Migração. V.4. São Paulo, s.e., 1989. p.5.

regiões Nordeste e Sudeste (49), sendo esta última região composta basicamente pelo estado de Minas Gerais, que representa o segundo estado mais significativo em termos de local de origem dos parceleiros. Observando os dados disponíveis, pode-se afirmar que existe um padrão geral de migração entre os parceleiros provenientes do Norte, ou seja, esta migração costuma incluir o estado de São Paulo e a Região Grande Norte do Paraná como posições sociais intermediárias (50).

A saída destes parceleiros do Nordeste e Minas Gerais ocorre basicamente durante a década de 50, apesar de ocorrer esta migração já nos anos 40, como explicita GARCIA:

Ir para o Sul tornou-se uma possibilidade para os agricultores desde o final dos anos 40: o deslocamento dos homens da unidade doméstica permitia reequilibrar o orçamento doméstico em ano de inverno ruim ou quando houvesse necessidade de dinheiro particularmente grande, como doença na família ou dívida a saldar. (...) os deslocamentos para o Sul se generalizaram a partir dos anos 50 abrangendo mesmo os moradores sujeitos. (51)

(49) Com as ressalvas expostas, empregaremos a expressão *Norte* com esta conotação.

(50) Este padrão migratório foi observado também na migração dos parceleiros do Projeto Iguatemi, localizado ao sul do Mato Grosso do Sul. Ver: MOLINA, Maria Ignez Guerra. **Migração rural-rural** - Análise sociológica da migração dos parceleiros do Projeto Iguatemi. Tese de doutoramento. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo, 1970. p.124.

(51) GARCIA Jr, Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado** - Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo, Marco Zero; Brasília, Editora Universidade de Brasília; MCT-CNPq, 1989. p.150.

As características das unidades domésticas e as condições histórico-estruturais do *Norte* formaram um conjunto de motivações de ir para o Sul, porém a decisão de migrar parece estar associada a um conjunto de elementos diferenciais ; neste caso, ir para o Sul envolve um conjunto de expectativas que o *Norte* não apresentava . Com as informações obtidas dos parceleiros de Novo Horizonte é difícil reconstituir esta fase inicial de saída do *Norte*, já que, durante este período, a maior parte dos parceleiros eram jovens ou crianças, conhecendo a história de vida da família apenas pela transmissão oral de pais e avós. O motivo freqüentemente alegado como motivação para a migração para o Sul é a seca, como declara um parceleiro:

Ai nós tinha aquela bruta responsabilidade que não tinha condições de na época né, produzi pro sustento da família, pela falta das própria chuva que não existia na época, né. Até naquele ano a gente tinha feito um pouco duma roçada, derrubô aquele mato com sacrifício, e quando chegô a época de prantá, tava com a terra preparada prá plantá e faltô chuva...

Outros motivos explicitados pelos parceleiros para explicar a saída do Nordeste se referem constantemente à composição da família, à falta de condições de produção ou à doença de um membro da família (52). Esta série de motivações que estão relacionadas às condições de vida e

(52) A dificuldade em apreender as percepções do motivo da migração é salientada por DURHAM : "a percepção que o trabalhador possui da situação na qual se encontra é difusa e pouco articulada". Ver: DURHAM, Eunice R. *A caminho da cidade - A vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo, Perspectiva, 1984. p.112.

trabalho na unidade de produção não contemplam as modificações ocorridas nas áreas de destino, razões estas que podem explicar a correlação entre as motivações da migração com o respectivo período de ocorrência, haja visto que a série de motivações declaradas pelos parceleiros já eram freqüentes em outros momentos e não haviam produzido um êxodo tão expressivo; neste sentido, indaga MARTINE, por que:

... o Nordeste de repente começou a se esvaziar para o Centro-Sul ? A seca não era a pior já enfrentada pelo Nordeste. A concentração da propriedade na região sempre havia sido elevada. O êxodo maior dessa época foi o reflexo dos processos anteriormente citados, de crescimento populacional e de modernização, assim como de construção de estradas e de desenvolvimento dos meios de comunicação. (53)

No período entre 1950 e 1965, com o processo de industrialização concentrado no eixo Rio-São Paulo-Belo Horizonte e a conseqüente construção de estradas para escoamento da produção, fez com que os grandes contingentes populacionais se dirigissem para estes centros urbanos em um movimento centrípeto. Conjuntamente a este processo houve também um movimento centrífugo em direção às áreas interioranas do Brasil, onde já existiam algumas facilidades de expansão e integração do mercado nacional.

(53) MARTINE, George. *Migrações internas no Brasil-Tendências e Perspectivas*. In: *Texto para discussão. IPEA/IPLAN*. Brasília, s.e. Agosto de 1989. p.13.

A direção tomada pelo *povo do Norte* não foi apenas uma; alguns se integraram ao mercado de trabalho urbano de São Paulo, e outros rumaram em direção ao Oeste de São Paulo e à região Grande Norte do Paraná. Um dos atuais parceleiros de Novo Horizonte que, após sair de Sergipe, foi para São Paulo, descreve desta forma sua vida em São Paulo:

A gente em São Paulo... primeiramente, eu catei papel na rua.. intão comecei a catá papel um ano e pouco.. só catava papel, alumínio catava metal, né.. Depois tinha um emprego de trabalhá de cozinheiro lá perto do campo de aviação de Congonhas, eu fiquei quatro meis.. mais aquilo lá prá mim não servia eu trabalhava à noite, eu era preso, eu queria cata papel mesmo.

É possível caracterizar que o tipo de atividade desenvolvida por este parceleiro em sua inserção no mercado de trabalho urbano, procurava preservar as características do trabalho rural, ou seja, sem estar "preso em quatro paredes"; o desejo de recriar em parte as condições da sua posição social de origem pode ser tomado como mais um fator que explica a forma de inserção dos migrantes no mercado de trabalho e, em bairros afastados, onde é possível verificar que, freqüentemente, se reproduz parte das relações de compadrio e vizinhança, bem como as hortas domésticas e a criação de pequenos animais (54). Os novos padrões de sociabilidade e as normas objetivas que se estabelecem no mercado de trabalho urbano, produzem, por parte do migrante, uma mudança dos horizontes do mundo social, que repercute de

(54) MENEZES, Cláudia. *A mudança*- análise da ideologia de um grupo de migrantes. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1976. p.72.

forma marcante na trajetória do indivíduo e do grupo social, onde é possível verificar também uma mudança nos padrões de dominação personalizada no campo (55). Dessa forma os elementos de comparação que se estabelecem para explicar a migração, distinguindo entre o mundo rural e o urbano, não são categorias estáticas e fazem parte de uma série de representações mentais que os migrantes elaboram em sua trajetória, em que, aliado aos processos estruturais de rearranjo espacial das atividades econômicas, atua no processo decisório o campo dos possíveis, objetivamente oferecido a um agente determinado (56).

Como salientamos, a conjugação dos movimento centrípeto em direção ao eixo Rio-São Paulo e o movimento centrífugo direcionado a áreas interioranas, produziu ao lado da inserção de migrantes no trabalho urbano, a migração do Norte para áreas interioranas dos estados de São Paulo e Paraná. Apesar da fronteira geopolítica definida entre estes estados, o processo de ocupação e as atividades econômicas apresentam semelhanças, já que a região Grande Norte do Paraná e parte da região oeste de São Paulo apresentaram, durante o período, o café como cultura principal, sendo que a colonização do Norte do Paraná ocorreu face à colonização do Oeste de São Paulo. A ocupação destas regiões ocorreu inicialmente pela imigração estrangeira, sendo substituída

(55) GARCIA Jr. Afrânio Raul. **A industrialização e transformações sociais no campo**. Rio de Janeiro, Museu Nacional, s.d., mimeo. p.15.

(56) BOURDIEU, Pierre. **La distinction - Critique social de judgement**. Paris, Les Editions de Minut, 1979. p.119.

posteriormente pela migração interna, onde a maioria dos migrantes era oriunda dos estados do Nordeste: a Bahia era o principal centro de emigração, seguido por Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Sergipe entre outros, sendo freqüente a denominação de "nortista" ou "baiano" aos migrantes desta região (57). Analisando o processo de imigração para esta região, MONBEIG relata:

Triste migração essas das famílias que seguiam, freqüentemente a pé, do sertão até Juazeiro, à beira do rio São Francisco. Subiam o rio em vapores mal arranjados, numa interminável viagem até Pirapora, ponto terminal da rede ferroviária. Outros que vinham do sul da Bahia ou de Minas Gerais, atingiam igualmente a pé, a estrada de ferro em Montes Claros. Desta estação ou de Pirapora, inconfortável é a viagem de trem até São Paulo. (58)

A denominação dada por MONBEIG a esta migração é "imigração da miséria", sendo estes migrantes estigmatizados pelos paulistas já que era uma imigração de indivíduos isolados, celibatários ou pais de família que deixavam os demais membros do grupo familiar no local de origem. Assim, após obterem algumas economias, retornavam ao local de origem, provocando o "êxodo dos capitais paulistas"; porém, no período de 1935 a 1939, na maioria dos casos, a imigração passa a ser do grupo familiar.

O colonato foi a forma típica de relação de trabalho existente nas lavouras de café de São Paulo e do Paraná. O

(57) Ver: MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo, HUCITEC, 1984. p.150.

(58) MONBEIG, Pierre. Op.cit. p.151.

Estado de São Paulo, com a reivindicação permanente dos fazendeiros, constituiu um aparelho permanente de imigração de trabalhadores livres, construindo, em 1888,

"um edifício, destinado a hospitalizar gratuitamente os imigrantes e suas famílias, e facilitar os encontros com os fazendeiros. Dotada de serviços médicos, incessantemente ampliada e modernizada, prestou esta Hospedaria dos Imigrantes os maiores serviços, já como hotel, já como mercado dos colonos" (59).

O colono nas fazendas de café era uma forma de campesinato que, através do contrato de serviço, válido por um ano, assumia a atribuição de cuidar da lavoura de café, obtendo, além do salário, o direito de fazer culturas intercalares de viveres (60). Procurando explicar a forma de trabalho realizado no café, um parceleiro de Novo Horizonte declara:

O trabalho do colono é bem explicado o seguinte... inclusive era na lavoura de café, então se a gente tocava vamo suponha 10 mil pé de café tinha uma.. um total de cruzado por 1000 pé por ano, prá gente tocá aquele café. Então a gente tinha aquele pagamento pro vamo suponha 10 mil pé de café, dava um total de cruzado. Aquilo era dividido por 12, por 12 e 1/2 mês por ano que saía aquele pagamento. Então a produção que a gente colhia no meio da lavoura de café... aquilo era o lucro que o colono tinha.

O colonato, que de início era desenvolvido entre fazendeiros e imigrantes estrangeiros, passou, a partir do

(59) MONBEIG, Pierre. Op.cit. p.155.

(60) MARTINS, José de Souza. O Cativo da terra. 3a ed. São Paulo, Hucitec, 1985. Parte 1.

final da Segunda Guerra Mundial, a ser estabelecido com migrantes nacionais, principalmente com migrantes do Norte. Uma das modalidades de migração desenvolvida por um parceleiro de Novo Horizonte, originário de Minas Gerais, compreendeu o trabalho de colono em uma fazenda de café na região de Assis (SP) e, posteriormente, com a queda na produção de café, devido a geadas, migrou para Toledo, no Paraná, onde comprou uma área de terra, como ele descreve:

Mais por ali (Toledo) tinha umas terra nacional que era do Estado, do Governo Nacional. Eu comprei, aquelas terra larguei aquelas colheita lá como se diz. E comprei umas.. uma parcela lá com o cara. Comecei a trabalha ali.. ai quando veio as medição.. veio uma firma atropelava os colono que tivesse em cima.. num tá no gibi a quantia que eles mataram lá. Eu inclusive sai das terra. eu quando vi que tava morrendo muito lá me fui ...

Durante o final dos anos 40 e durante a década de 50, o conflito típico ocorrido no Paraná foi entre lavradores sem títulos considerados legais e fazendeiros ou empresas colonizadoras, voltadas para a exploração comercial da terra e para sua apropriação como investimento de capital. A região Grande Norte do Paraná, a partir do "êxito" de colonização realizado pela Companhia de Terras Norte do Paraná, suscitou uma grande procura pelas terras que ainda permaneciam inproveitadas, sendo que o avanço do povoamento e a luta pela terra se concentraram no processo de colonização desenvolvido na região. O relato dado por BERNARDES em 1953, a respeito da colonização do Norte do Paraná registra:

Em consequência da colonização promovida nos últimos vinte anos, por particulares, como também, recentemente, pelo estado, o Norte do Paraná que até então não passava de um vasto sertão desabitado é, atualmente, uma das zonas mais prósperas do estado. (...) Encontramos assim, no norte do Paraná, uma zona pioneira cujo avanço se fez pela continuidade, numa expansão regular, e também, junto ao Paranapanema várias frentes locais que tendem a alcançar a zona já povoada do grande divisor. (61)

Dessa maneira, observa-se que o rápido povoamento característico da ocupação do Norte do Paraná, fez com que a instauração da propriedade privada, por meio de fazendeiros e empresas colonizadoras, produzisse uma série de conflitos com os lavradores sem títulos considerados legais. Assim, ao lado das relações de colonato estabelecidas pelo povo do Norte, esteve aberta a possibilidade de ocupação de pequenas áreas de posse em áreas marginais a cafeicultura. Porém, os inúmeros conflitos pela terra ocorridos nas diferentes fases de ocupação da região, fizeram com que a capacidade de reprodução destes lavradores se tornasse dificultosa, muitos recorrendo a migrações sucessivas para permanecerem como agricultores. É necessário esclarecer, que esta fase de ocupação da região, não compreende um dos fatores precursores da forte evasão populacional ocorrida na região. Este processo de modernização agrícola que ocorreu,

(61) BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das "frentes pioneiras" no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XV. Nº3. Julho-setembro de 1953.

temporalmente, a partir da década de 70, será analisado adiante.

5.3.2. A esperança do povo do Sul

Da mesma forma que a "ilusão do povo do Norte", as transformações ocorridas na agricultura brasileira fizeram com que, através, muitas vezes, de migrações sucessivas, agricultores gaúchos e catarinenses tomassem o rumo do Paraná. Como salientamos anteriormente, o processo de ocupação do Paraná por "sulistas" ocorreu basicamente na região Oeste-Sudoeste do Paraná, e pode ser dividido em duas fases:

A primeira, antes de 1940, de ocupação extensiva da terra, que se caracteriza por uma "economia cabocla", voltada basicamente à exploração da erva-mate, madeira e criação de suínos; a segunda de ocupação intensiva, se refere ao efetivo processo de ocupação da região. (62)

Esta ocupação extensiva era baseada em uma população cabocla oriunda de três pontos distintos. Uma parte deles era de antigos "agregados" de fazendas de gado dos Campos das Palmas; outra parte destes era proveniente do Rio Grande do Sul e outros expulsos das zonas de colonização do Vale do Rio dos Peixes durante a Revolta do Contestado. Esta

(62) GOMES, Iria Zanoni. 1957-A Revolta dos posseiros. 2ªed. Curitiba, Criar, 1987. p.15.

população cabocla tinha sua alimentação baseada na caça, pesca e coleta, dando um papel relativamente secundário às atividades agrícolas (63).

A fase de ocupação intensiva ocorreu, sobretudo a partir do final da década de 40. Segundo WACHOWICZ, esta ocupação intensiva ocorre em "frentes". A primeira é oriunda do Paraná Tradicional onde imigrantes europeus oriundos do terceiro planalto paranaense irão fixar-se nas terras de Guaraniaçu, Catanduvas, Cascavél e Foz de Iguaçu. A segunda "frente" origina-se nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (64). A migração proveniente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina foi gradualmente avançando através do estado do Paraná, iniciando a partir de Pato Branco (PR); à medida que os colonos gaúchos e catarinenses avançavam em direção a áreas interioranas do Estado do Paraná, os caboclos seguiam adiante procurando novas áreas de posse a serem estabelecidas. A população da região é, em sua maior parte, originária das zonas coloniais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, destacando-se indivíduos de origem italiana; os principais municípios de emigração foram Erexim, Getúlio Vargas, Passo Fundo, Lagoa Vermelha e Sananduva, e os do estado de Santa Catarina são procedentes

(63) ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa- O Sudoeste Paranaense*. USP, São Paulo, 1981. (Tese de mestrado). p.38.

(64) WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensos e colonos- história do oeste paranaense*. 2ª ed. Curitiba, Ed. Vicentina, 1987. p. 183. Desconsideramos a terceira frente oriunda do Norte do Paraná por ser menos expressiva e de menor importância na análise presente.

dos municípios de Concórdia, Araranguá, Criciúma e Uruçanga.

Neste sentido relata Bernardes:

Em 1940, o limite ocidental da zona efetivamente ocupada era ainda Pato Branco: mais adiante havia apenas algumas propriedades e caboclos semi-nômades dispersos na floresta, sempre na vanguarda da colonização. Com a criação, em 1943 da Colônia Agrícola Nacional General Osório, avançou o povoamento até a zona conhecida pela denominação de Marrecas onde, em fins de 1948 a população já era de 4.621 pessoas. (65)

A Colônia Agrícola Nacional General Osório - CANGO teve uma importância decisiva na colonização da região, pois a criação da mesma foi viabilizada pela estratégia de ocupação do espaço desenvolvida por Getúlio Vargas na "Marcha para o Oeste"; também no mesmo ano de criação da CANGO - 1943 o Decreto-Lei Nº 5.812 cria o Território Federal de Iguaçu. Estes dois acontecimentos marcam todo o processo de ocupação do Sudoeste do Paraná e demonstram, por outro lado, a

(65) BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das "frentes pioneiras" no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XV. Nº3. Julho-setembro de 1953. p.17.

intervenção do Estado direcionando os fluxos migratórios provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (66).

A criação da CANGO e os fatos que se sucederam com a Revolta dos Posseiros em 1957 retratam parte da conflituosa história de ocupação da região do Sudoeste Paranaense. A origem do conflito tem sua origem durante o Império com a política de concessões de áreas de terras para as companhias construtoras de ferrovias. Em 1899, D. Pedro II concede ao Eng^o João Teixeira Soares (Decreto nº 10432 de 9/11/1889) uma área de terras devolutas e nacionais equivalentes a 9 km para cada lado da linha (67), na extensão total das estradas construídas, em troca da construção de uma ferrovia de Itararé(SP) a Santa Maria da Boca do Monte (RS), compreendendo um ramal que, descendo de Guarapuava (PR) até o Rio Iguaçu, fosse por ele até a sua foz, no Rio Paraná (68). Após algumas alterações desta concessão, em 6 de maio de 1893, ela foi transferida para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do grupo norte-americano Brasil-

(66) Este fluxo migratório em direção ao Sudoeste Paranaense não ocorreu espontaneamente, haja visto a intensa propaganda realizada pela CANGO. Por exemplo, "na época de criação das colônias agrícolas intensa propaganda era feita nos programas sertanejos das rádios, de grande penetração no meio rural. No caso da CANGO, mais do que este programa, a notícia era espalhada de "boca a boca", pelos que vinham pela região e voltavam para buscar a família. Além disso, os reservistas do Rio Grande do Sul, quando davam baixa do quartel, recebiam, junto com seus certificados, um boletim: Procure a CANGO no Estado do Paraná, onde o governo lhe dá terra, lhe dá assistência médica, lhe dá sementes, etc." GOMES, Iria Zanoni. **1957-A Revolta dos posseiros**. 2ªed. Curitiba, Criar, 1987. p.19. nota 16.

(67) GOMES, Iria Zanoni. Op.cit. p. 29.

(68) ABRAMOVAY, Ricardo. Op.cit. p.38.

Railway Company, companhia esta que recebeu parte das terras em 1913 e, posteriormente, em 1920, foram tituladas as glebas Chopim (715.080.142 m²) e Missões (4.257.100.000 m²), sendo que estas titulações correspondiam a boa parte do território do Sudoeste Paranaense. Em 1930, com o Decreto Nº300 de 3/11/1930, o Interventor do Governo do Paraná, Gal. Mario Tourinho, determinou a rescisão do contrato e o conseqüente cancelamento e nulidade dos títulos concedidos à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e à Braviaco sua concessionária. Estes atos geram uma série de dúvidas em relação às concessões de terra, especialmente a Gleba Missões, e dá início a uma disputa entre o Estado do Paraná e o Governo Federal em torno da posse de áreas concedidas à Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, principalmente com a promulgação dos Decretos-Leis Nº 2073 de 8/3/40 e Nº 2436 de 22/7/40, que incorpora ao patrimônio da União à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, devido a sonegações e recebimentos indébitos realizados pela Companhia, criando, para este fim, a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (SEIPN).

Apesar da disputa da terra estar subjúdice, o Governo Federal, pelo Decreto-Lei nº 12.417 de 12 de maio de 1943, criou a Colônia Agrícola Nacional General Osório - CANGO na área pertencente à Gleba Missões, que não tinha os limites definidos no Decreto. A este emaranhado judicial de disputa pelas concessões de terra se acrescenta o contrato de arrendamento de terras devolutas realizado no final do

século XIX a José Rupp, porém estas terras já pertenciam a Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande. No litígio judicial entre José Rupp e a Companhia, Rupp em 1920 perdeu em primeira instância, tendo sido embargados seus depósitos de erva-mate e madeira. Durante a apelação, em 1925, Rupp teve reconhecida sua posse sobre aquelas terras, o que veio a ser confirmado durante o recurso perante o Supremo Tribunal Federal em 1938. Diante dos prejuízos, Rupp exigiu da justiça uma indenização, sendo este o seu crédito junto ao Patrimônio Nacional - SEIPN, já que a Companhia havia sido nacionalizada em 1940. Após várias tentativas frustradas de acordo, José Rupp vendeu seus direitos à Clevelândia, Industrial e Territorial Ltda. - CITLA, que conseguiu, junto à SEIPN, a titulação das Glebas Missões e parte da Gleba Chopim como pagamento, em 17 de novembro de 1950 (69). A área concedida a CITLA abrangeu uma área de 198.000 alqueires, que incluía a CANGO, diversas propriedades particulares e as sedes distritais e dos municípios de Francisco Beltrão, Santo Antonio e Capanema. Devido ao não cumprimento de requisitos legais, o Tribunal de Contas da União negou o registro à escritura de doação para a CITLA, mas, mesmo assim, esta Companhia se instalou na região e passou a exigir a venda dos lotes aos posseiros da Cango e das áreas circunvizinhas, usando, para este fim, agressões e ameaças aos posseiros. Devido ao esgotamento dos

(69) A indenização conseguida junto a SEIPN pela CITLA é em parte explicada pela presença de Moisés Lupion, sócio da CITLA e governador do Paraná, que esteve frente ao executivo de 1946 a 1950 e entre 1955 e 1960. Ver: ABRAMOVAY, Ricardo. Op.cit. p.43.

recursos legais, os colonos, em 10 de outubro de 1950, passaram a reagir ocupando várias cidades do Sudoeste: Capanema, Barracão, Santo Antônio, Pato Branco e Francisco Beltrão. Nesta reação dos colonos, os escritórios da CITLA foram invadidos e as promissórias e contratos assinados foram queimados e, após a tomada destas cidades, foi firmado um acordo onde as companhias deveriam ser retiradas imediatamente da região. A situação de posse foi legalizada somente em 1961, quando o Presidente Jânio Quadros desapropriou a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim (Decreto nº 50.379 de 27/3/1961) e, em 1962, foi criado o Grupo Executivo para Terras do Sudoeste do Paraná - GETSOP, que expediu inúmeros títulos aos posseiros (70).

A formação da CANGO e as lutas sociais que se sucederam, marcam, por um lado, o conflituoso processo de ocupação do Sudoeste Paranaense, sendo possível:

... perceber elementos de formação de uma memória camponesa, de lutas sociais vividas em tempos e espaços diferentes: a evocação de acontecimentos passados- como no caso das Ligas Camponesas, do MASTER, da Revolta do Sudoeste... (71).

(70) Procuramos sintetizar apenas os principais acontecimentos que desencadearam a Revolta dos Posseiros, para maiores informações a respeito ver: REGO, Rubem M. L. **Terra de violência** - estudo sobre a luta pela terra no Sudoeste do Paraná. São Paulo, 1979. 138p. (Dissertação de mestrado) Universidade de São Paulo. GOMES, Iria Zanoni. **1957-A Revolta dos posseiros**. 2ªed. Curitiba, Criar, 1987. ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa - O Sudoeste Paranaense**. USP, São Paulo, 1981. (Tese de mestrado).

(71) TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Lutas agrárias e cidadania**. In: *Crise política, movimentos sociais e cidadania*. E. J. Viola, I. Scherer-Warren, P. Krischke, organizadores. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1989. p.84.

Neste sentido um dos atuais parceleiros de Novo Horizonte que participou ativamente da Revolta do Sudoeste e do acampamento de Mundo Novo relata:

... Então até o presente momento começou a dar greve, até aconteceu no município de Francisco Beltrão, Pato Branco, aquela região do sul ali na divisa de Santo Antonio, Frei Chico foi de 55 a 57... lá deu umas companhia dizendo que era companhia e ali pegava o colono na marra, surrava, foram massacrando, já passavam uma grande parte prá este sertão que existia pertencendo a Comarca de Casca Velha, Três Barras esta região ali (...) quando foi um tempo apareceu uns aficionado, com a mesma atitude de massacração dos colono, ai muita gente foi massacrada por ai e ficou aquela perseguição que houve e a policia teve um tempo lá que se o camarada visse um ronco de um Jeep ia ao cisco, é a policia, sabia que a policia e os jagunço ia massacrar...

A forma de ocupação e apropriação produtiva do solo na região Sudoeste-Oeste Paranaense permitiu que durante o período de 1950 a 1970 se estabelecesse na região um grande número de pequenas propriedades baseadas na policultura-criação, com colonos de origem européia e mão-de-obra predominantemente familiar. Este sistema estabelecido na região obteve estabilidade e prosperidade para grande parte destes agricultores devido, entre outros fatores, à fertilidade natural das terras da região, além da:

... presença de agricultores marcados por uma forte tradição de economia mercantil e tecnicamente preparados para a mecanização agrícola com base no trabalho animal... (72).

(72) ABRAMOVAY, Ricardo. Op.cit. p.76.

A estabilidade deste sistema e a sua relativa homogeneidade passaram por uma gradativa transformação durante a década de 70, quando ocorreu a alteração de base técnica de produção, induzida pela modernização da agricultura.

5.3.4. O "avanço capitalista" e as diferentes faces da modernização

Nos subcapítulos anteriores (5.3.2 e 5.3.3) procuramos retratar as diferentes formas de ocupação e apropriação produtiva ocorridas no Paraná, principalmente nas regiões Grande Norte e Sudoeste-Oeste. As diferentes épocas e formas de ocupação do espaço físico destas regiões, fizeram com que as transformações ocorridas através da modernização tecnológica da agricultura tivessem resultados e impactos diferenciados, apesar do período de ocorrência apresentar uma maior sincronia. Nos dados que apresentamos em relação às trajetórias migratórias das famílias de Novo Horizonte (Diagrama. Nº 1, p.) observamos que o período em que se concentrou o maior número de saídas do Paraná em direção ao Paraguai foi no intervalo entre 1970 a 1980. George Martine considera que a modernização da agricultura pode ser dividida em três fases:

O período de modernização conservadora (1965-79) em que o governo induziu a modernização

via crédito subsidiado, o período de crise (1980-85), que encontrou a agricultura num estágio de relativa maturidade, e o período pós-1985, marcado pela colheita de várias supersafras. (73).

Foi durante esta primeira fase da modernização que se destacou o momento mais significativo de saídas do Paraná em direção ao Paraguai e a outras regiões do Brasil. Os motivos da emigração do Paraná diferem em relação à região de procedência e ao tipo de atividade agrícola, o que, conseqüentemente, interfere no ritmo e na intensidade do fluxo migratório. De forma agregada, o estado do Paraná teve, entre 1940-70, um crescimento de população de 460%, sendo este basicamente devido ao aumento da população rural que cresceu 374 %; porém, na década seguinte entre 1970-80, houve uma regressão do crescimento, apresentando queda de mais de um quarto do seu contingente, sendo que este esvaziamento populacional se deve, em grande parte, às mudanças estruturais na economia que afetaram o setor agrícola (74). A Região Grande Norte apresentou, em 1970, a redução em termos absolutos da população ocupada na agricultura, sobretudo entre parceiros e trabalhadores permanentes, enquanto a região Sudoeste Oeste registrou um acréscimo no total da população agrícola ocupada. Porém, nos anos seguintes, esta região passa também a sofrer emigrações (75). A partir destas características diferenciais,

(73) MARTINE, George. *Fases e fases da modernização agrícola brasileira*. Texto para discussão Nº 15. IPLAN. s.d.

(74) IPARDES. Fundação Edison Vieira. *Nova configuração espacial do Paraná*. Curitiba, 1983. p.6.

(75) IPARDES - *Dinâmica espacial e setorial da força de trabalho no Paraná*. Curitiba, 1979. p.24.

analisaremos o processo migratório e os fatores de mudança ocorridos, primeiramente, na região Grande Norte e posteriormente no Sudoeste Oeste do Paraná.

A região Grande Norte, que teve seu desenvolvimento baseado nas lavouras cafeeiras, sofre sua primeira mudança a partir dos anos 60, com a redução nas áreas de lavouras permanentes (à exceção de Norte Novissimo de Umuarama), aumento nas áreas de pastagem e expansão de lavouras mecanizadas.

O problema do êxodo da população no campo na região Norte do Estado, hoje, ainda está muito ligado à extinção das formas de parceria e colonato, fundadas sobretudo na atividade cafeeira, e que ainda persistem e se reproduzem principalmente para cuidar dos cafezais muito atingidos pela geada, cuja recuperação às vezes é até duvidosa. Sua duração vai até a primeira colheita e só alcança a do ano seguinte se a florada estiver muito fraca. Entretanto, o número desta categoria de trabalhadores vem diminuindo num ritmo muito rápido. (76)

A região Grande Norte, que teve no "ciclo de café" sua fase de maior desenvolvimento e crescimento populacional, durante os anos 60, começou a se modificar com a erradicação de cafezais e com os campos sendo tomados pela soja e pastagens; estas culturas representavam alto valor e retorno rápido e, através do sistema de crédito os tratores passaram a substituir os "braços" na lavoura. A história de vida de um parceleiro de Novo Horizonte, de origem mineira, retrata bem as transformações ocorridas na região Grande Norte:

(76) IPARDES. CURITIBA, 1979, Op.cit. p.68.

A gente chegou no Paraná, na época.. e aí a gente foi trabalhá em fazenda de café, volante como o pessoal falava (...) depois a gente viu também que aquela vida não dava certo, a gente se mudô prá outras regiões da volta que oferecia condições de planta lavora.. e aí fui trabaiá arrendado, naquele tempo as renda era barata e depois ficô bastante difícil né (...) daí os fazendeiro começaram a não arrendá mais a terra, por que depois o arrendatário ia tomá conta das propriedade. Depois na época foi fundado um sindicato rural e, na época, dava muito direito, os fazendeiro se assustô, aí começô a mecanizá as terra e recolhê as terra arrendada...

Os dados disponíveis concernentes à distribuição relativa do número de estabelecimentos comparados ao pessoal ocupado na região Grande Norte, indicam que os arrendatários, que em 1970 representavam 58,8, na década seguinte foram 41,8; os parceiros que, em 1970, eram 84,7 na distribuição relativa, em 1980 representaram apenas 61,4 e os ocupantes em 1970 recebem o valor de 37,9 na década de 80 representam apenas 29,4 (77). Com base nestes dados e com o depoimento do parceleiro, é possível perceber que houve, na região Grande Norte, uma diminuição na estrutura do emprego agrícola devido, em grande parte, à utilização da mecanização, poupadora de mão-de-obra. Como salienta também o parceleiro, a vigência da legislação trabalhista criada pelo Estatuto do Trabalhador Rural, estabelece um conjunto de direitos objetivos, onde os proprietários tendem a mudar suas:

(77) Fonte dos dados: MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho (org.). **Os impactos sociais da modernização**. São Paulo, Editora Caetés, 1987. p.142. Tab.6.9.

... estratégias de recrutamento: em lugar de imobilizá-los no interior das propriedades vão tender fazê-los sair da propriedade, ou, ao menos, acabar com suas responsabilidades tradicionais... (78).

Este fato demonstra que a propagação dos sindicatos rurais municipais produziu um efeito paradoxal, pois na busca do cumprimento das obrigações legais, como a indenização em caso de dispensa, repouso semanal remunerado, horas extras e noturnas, férias etc., produziu uma retração no mercado de contratação de mão-de-obra, onde parte dos proprietários com o recurso da tecnologia poupadora de mão-de-obra passaram a ser, eles próprios, agentes de produção. Com o processo de mecanização, que alterou as relações de trabalho e a base técnica de produção (79), os produtores sem terra passaram a migrar para regiões vizinhas, onde, devido à restrição da utilização da mecanização, era possível obter arrendamentos, como relata um parceleiro:

... no Paraná nós não tinha mais jeito, e depois a exploração dos fazendeiros foi tão grande qui a gente não tinha mais terreno bom prá gente trabaiá, todos os pedaços de terra que a gente adquiria prá trabaiá já não tinha mais condição... di... porque aonde entrava maquinário, já tinha tudo sido mecanizado e adubado e... trabaiava só com máquina, e aonde em nessas terra de pedreira mais ruim

(78) GARCIA Jr, Afrânio Raul. **Industrialização e transformações sociais no campo**. mimeo. p.23.

(79) "a análise da tecnificação da agricultura paranaense pode se centrar basicamente no aspecto da mecanização, já que se constitui um dos processos que mais concorreram para alterar a base técnica de produção e as relações de trabalho na atividade agrícola." Ver: MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho (org.). Op.cit. p.125.

que tinha, era aonde tinha uns pedaço que a gente podia arrendá e nós tivemo qui se mudá pro Paraguai, porque lá tinha terreno bom.

As condições restritivas à reprodução dos produtores sem terra ou com pouca terra na região Grande Norte, apresentam, de maneira geral, as mesmas características encontradas no Sudoeste Oeste paranaense. Entretanto, a forma característica de ocupação do Sudoeste Oeste propiciou o estabelecimento de pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar (59% no Extremo-Oeste e 82% no Sudoeste), sendo que, o pessoal ocupado sob forma de arrendatário, parceiro e ocupante apresentou uma intensidade menor. Também na região Grande Norte houve claramente um processo de substituição de culturas, onde, através da erradicação de cafezais, as áreas passaram a ser ocupadas por pastagens e soja, diferentemente do Sudoeste Oeste, onde houve incremento na produção da soja pelo aumento do número e da área dos estabelecimentos nesse período. Devido a estas características, o processo de emigração do Sudoeste Oeste apresenta como traço básico a incapacidade de reprodução de pequenas propriedades, além de uma evasão populacional menor do que na região Grande Norte (80).

A região Sudoeste Oeste concentra 35% das lavouras temporárias do Estado e detém a maior concentração da

(80) A região Grande Norte foi responsável por 89% (1.000.000) da evasão rural paranaense, enquanto o Sudoeste Oeste 11% (130.000 pessoas). FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Modernização tecnológica da Agricultura - Contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70*. Curitiba, Livraria Chain, 1988. p.68.

população rural (81), sendo a principal região produtora de milho, feijão e soja. A cultura da soja teve entre as décadas de 1970 a 1980 uma evolução acelerada, em 1980 só a MRH do Extremo-Oeste respondia por 27 % da área colhida e o Sudoeste por 10 %. Estes valores inexistiam durante a década de 70, passando a ser significativos apenas em 1975. O incremento na produção da soja produziu uma série de modificações na dinâmica de produção das pequenas propriedades. Mesmo existindo, na região Sudoeste Oeste, produtores com características mercantis, o cultivo do milho e do feijão apresentam a característica de alternatividade (82), o que não ocorre com a soja, que tem o seu destino voltado para o mercado. Neste sentido, o desenvolvimento da soja fez com que o pequeno produtor se articulasse mais intensamente com o mercado. No Paraná, em 1977, aproximadamente metade da capacidade industrial de esmagamento da soja era controlada por três empresas: Clayton, Cargill e a Sanbra (83). Desta forma, o incremento desta cultura cria uma das pré-condições básicas da implantação de agroindústrias de processamento da soja e o desenvolvimento de cooperativas, bem como, a elevação do consumo de insumos industriais. A mudança na pauta dos produtos alterou a atividade produtiva, fazendo com que o aumento dos custos monetários implicasse necessariamente o

(81) IPARDES. Fundação Edison Vieira. *As migrações e a transformação da estrutura fundiária no Paraná*. Curitiba, 1983. p.37.

(82) GARCIA Jr., Afrânio Raul. 1989. p.117.

(83) IPARDES. 1979. Op.cit. p.101.

aumento das receitas monetárias, para viabilizar a produção e reprodução do processo produtivo.

Para o estabelecimento deste processo, não é possível deixar de salientar a política de financiamento rural, onde o crédito teve um crescimento geométrico no período de 1969-76, de 23,8% a.a., superior ao crescimento do produto agrícola, situado em torno de 5% a.a (84). O volume de crédito concedido por finalidade e as taxas de juros reais negativas propiciaram a modernização de alguns setores de produtores, já que o crédito se apresentou concentrado segundo extratos por área, região e produto (85).

Este processo de evasão populacional do Sudoeste Oeste não pode ser explicado por um fator único, já que conjuntamente aos fatores associados à modernização e conseqüente mudança na atividade produtiva e estrutura fundiária, houve fatores associados às regiões de destino, onde o Paraguai durante o período apresentava características "aparentemente" mais positivas de reprodução social dos pequenos e médios produtores. Paralelo, a este processo é necessário agregar o grande número propriedades desapropriadas por indenização durante a construção de

(84) DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo, Icone Editora; Editora da UNICAMP, 1985. p.79.

(85) Ver: PINTO, Luís Carlos Guedes. **Notas sobre a política agrícola e crédito rural**. Campinas, São Paulo, 1980.

Itaipu (86), onde os expropriados encontrando limites financeiros para compra de novas áreas no Paraná (devido o valor das indenizações) recorreram à migração para o Paraguai ou outras regiões, como se constata no depoimento do parceleiro de Novo Horizonte:

... Depois o Governo invento aquele açude que é Itaipu... invento aquela barragem e daí indenizô nós. Terrinha até que era boa, pouquinho, mas era boa. Eu ainda fui um dos primeiro que peguei indenização. 69 eu despidi dali, primeiro recebi 217 mil, mais não era lá grande coisa, mais com tudo né.. Indenizaram eu, aí vendi a casa que podia vende as casa, fui querê comprá uma terra alí perto de novo, por ali o cara já pediu 150 a 200 o alqueire no mato sem moradia em cima. Daí eu fiquei lascado."

De forma sintética, é possível afirmar que o esvaziamento populacional ocorrido no Sudoeste Oeste, que apresentou uma menor intensidade em comparação à Região Grande Norte, ocorreu pelas possibilidades, ainda que limitadas, de reprodução das unidades de produção. Este conjunto de possibilidades, foram dados de forma diferente na região do Grande Norte e no Sudoeste Oeste paranaense, onde um dos fatores intervenientes neste processo foi o ritmo e incorporação tecnológica produzida nas diferentes MRH. Também é possível constatar que o fluxo migratório em direção ao Paraguai ocorreu primeiramente com os produtores sem terra ou com pouca terra e, posteriormente, com os

(86) A construção da hidrelétrica de Itaipu provocou a expropriação de um contingente de 42.000 pessoas, em sua maioria pequenos produtores rurais. Ver: GERMANI, Guiomar. Os expropriados de Itaipu-O conflito Itaipu X colonos. *Cadernos do PROPUR* Nº3. UFRGS, PROPUR, 1982.

pequenos proprietários. No caso do primeiro grupo, proveniente principalmente da região Grande Norte, a ida para o Paraguai foi mediada pela contratação das colonizadoras ou fazendeiros que necessitavam de mão-de-obra para abertura de novas áreas (87). No segundo grupo, formado principalmente de pequenos proprietários, a imigração para o Paraguai foi motivada pela ação de colonizadoras, principalmente brasileiras, que apresentavam aos futuros compradores, a disponibilidade de terras de boa qualidade a preços baixos (em relação ao Brasil), sendo possível, assim, com a venda de suas propriedades no Paraná comprar uma área bem maior no Paraguai. Para analisar este processo de imigração do Paraná em direção ao Paraguai, é necessário observar o processo de desenvolvimento em curso no Paraguai, onde ocorria por intermédio do Estado paraguaio a "Marcha para o Leste".

(87) Segundo o jornalista Carlos Wagner, existia uma intenção por parte de Stroessner que o início da colonização fosse realizada pela mão-de-obra sem tradição de proprietário, aceitando o papel de agregado de grandes colonizadoras. Apesar de mediatizarmos a explicação dada por Wagner, por não considerarmos que a migração tenha tido uma seleção social como presume a assertiva, acreditamos que a migração foi seletiva no sentido que o processo de migração ocorreu em dois momentos, sendo neste primeiro momento houve a evasão de produtores sem terra, que não encontraram possibilidades de reprodução social com o ritmo de transformações ocorridas na agricultura paranaense. Ver: WAGNER, Carlos. Zero Hora. Porto Alegre, 04/05/86.

5.4. A Marcha para o Leste-a ocupação do Paraguai

O processo de migração de brasileiros para o Paraguai não pode ser compreendido apenas pelas transformações ocorridas na agricultura brasileira. Na realidade, existe um processo sincrónico em termos das estratégias de ocupação do espaço desenvolvidas no Brasil e no Paraguai, principalmente durante a década de 50, período este em que as relações entre ambos os países passaram a se tornar mais intensas. Neste sentido, é necessário observar, conjuntamente ao processo histórico de desenvolvimento do Paraguai, os meandros do poder, onde a concepção de "prisioneiro geopolítico" já se fazia presente na obra de intelectuais comprometidos com o Regime autoritário-militar estabelecido no Brasil pós-64 (1).

Na perspectiva do processo histórico do Paraguai é possível assinalar a vigência de quatro ciclos históricos:

- a) o da República autárquica e o projeto de crescimento para dentro fundamentado em um tipo singular e autoritário de capitalismo de Estado, característico do governo de Dr. José Gaspar R. de Francia; b) o da Guerra da Tríplice Aliança e o projeto de colonização do Paraguai, fundamentado na conformação de um sistema de latifúndios florestais e sustentado na hegemonia anglo-argentina; c) o

(1) Analisamos com maior profundidade este assunto em 5.4.1-A dimensão geopolítica.

da Guerra do Chaco e os diversos projetos de reconstituição nacional ou de redefinição dos componentes geográficos, econômicos e culturais da nação paraguaia; e d) o da moderna abertura capitalista e de articulação de um projeto de crescimento para fora e integração física do território uma vez modificado o equilíbrio geopolítico da região do Prata, instaurada a hegemonia brasileira e substituída a via tradicional de acesso paraguaio a um porto marítimo no Atlântico. (2).

Este último ciclo histórico, que compreende o período de Stroessner na presidência do Paraguai, é marcado pela presença da hegemonia brasileira. É possível afirmar que o processo político que levou Stroessner ao poder foi marcado pela disputada entre facções do Partido Colorado, que discordavam em relação ao aliado econômico a ser estabelecido. Durante a presidência de Frederico Chaves, antecessor de Stroessner, a economia do Paraguai enfrentava grandes problemas, principalmente, em consequência da queda da economia argentina, a qual o Paraguai estava demasiadamente ligado. Na tentativa de resolver o problema econômico, em agosto de 1953 foi assinado um acordo com a administração de Juan Perón para criar uma união econômica entre o Paraguai e a Argentina. Este acordo estabelecia uma zona de comércio livre, investimentos industriais, unificação da marinha mercante e o uso de recursos minerais de um outro país por ambas nações. Sendo a economia argentina mais forte, aquela união representava a dominação

(2) Tradução livre. GARCIA, Antônio. *El minifúndio en el proceso agrário del Paraguay*. -Hacia un nuevo proyecto de desarrollo rural. Revista *Paraguaya de Sociologia*. Ano 18, Nº52. Set./dic., 1981. p.111.

da economia paraguaia pela Argentina. A política econômica estabelecida não foi de agrado de algumas facções do Partido Colorado, o que provocou a demissão de Mendez Fleita, presidente do Banco Central. No dia 4 de maio de 1954, quatro dias antes de uma visita oficial de Perón ao Paraguai para concretizar a união econômica entre os dois países, ocorreu o golpe que leva Stroessner ao poder. Após o golpe, no dia 14 de junho, a convenção do Partido Colorado indicou Stroessner como candidato a presidente. No dia 11 de junho, sem candidato opositor, Stroessner ganhou a eleição e tomou posse no dia 15 de agosto de 1954, nove dias antes da morte de Getúlio Vargas no Brasil (3).

Recém assumido, o governo de Stroessner lança, em 1956, a chamada "Marcha hacia el este" com o objetivo de integração física, exploração de novas terras e deslocamento da população para o interior do país; para este fim conta com a participação de várias repartições públicas, entre as quais o Instituto de Reforma Agrária (IRA), posteriormente transformado em Instituto de Bienestar Rural (IBR).

Este hecho tiene a su vez un transfondo político, ya que permitiría reducir las tensiones sociales de vastos segmentos campesinos, evitando, o al menos paliando la migración masiva a Assunción (cuya periferia crece a una tasa anual de 8.73% para el período 62-72 mientras el resto del país lo hacía a una tasa de 4.7%. A la vez, permitiría encarar la expansión de la frontera agrícola a bajo costo con la fuerza de trabajo excedente de las zonas

(3) Ver: MENEZES, Alfredo da Mota. **A herança de Stroessner - Brasil - Paraguai, 1955-1980.** Campinas, Papyrus, 1987.

minifundiarias. En este sentido, es posible decir que la colonización del Eje Este no es tanto el resultado de una prioridad en la planificación de las acciones del Estado, como de la presión por la tierra y su canalización política. (4)

A maior concentração populacional no Paraguai, na década de 60, ocorreu na Zona Central (que compreende a área metropolitana de Assunción) que, com apenas 7,1% da superfície total do país, em 1968 concentrava 61,2% da população total. A estrutura latifúndio-minifúndio da Zona Central, conjuntamente com a "Marcha para o Leste", fez com que viesse a ocorrer, durante a década de 70, um lento crescimento demográfico na Zona Central e um acelerado crescimento nos Departamentos do Eixo Leste (5). As alterações demográficas ocorridas no leste paraguaio foram marcadas, principalmente, pelos efeitos da Construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e pelo processo de colonização pública e privada desenvolvida na região.

Na construção de Itaipu, a liberação orçamentária para os estudos do aproveitamento do Rio Paraná, ocorreram inicialmente durante a presidência de Juscelino Kubitschek, onde, entre outros acordos, foi acertada a construção da Ponte da Amizade (Foz de Iguaçu-Puerto Stroessner)(6).

-
- (4) VILADESAU, Tomás Pallau & HEIKEL, María Victoria. **Los campesinos el Estado y las Empresas** - en la frontera agrícola. Assunción (Paraguay), BASE-PISPAL, 1987. p.18.
- (5) O Eixo Leste de colonização compreende os Departamentos de Alto Paraná, Caaguazú, Canindeyu, Itapúa, Caazapa.
- (6) Após a queda da Ditadura de Stroessner em 1989 a cidade de Puerto Stroessner passou a se chamar Ciudad del Este.

Porém, as dotações orçamentárias foram efetivamente apresentadas apenas na presidência de João Goulart, onde este e Stroessner combinaram não estabelecer qualquer utilização das águas do Rio Paraná sem mútuo entendimento.

Mas havia sérias restrições para que este 'mútuo entendimento' se realizasse: estava sendo iniciado, no Brasil, por um governo de 'esquerda' que sem dúvida, se resultados positivos fossem alcançados seria fortalecido. (7)

Assim, também, parte da imprensa - refletindo a posição de setores da sociedade contrários à proposta do governo de João Goulart - não lhe dava o apoio para a realização deste empreendimento. Sob o título 'Utopia e Demagogia', o Jornal Do Brasil, de 22.01.64, publica o seguinte: cabe perguntar o que espera o Sr. João Goulart com esta idéia transloucada de lançar o país, agora, ao aproveitamento de Sete Quedas (8).

A idéia transloucada de João Goulart, passa a ser obra imprescindível e prioritária nos governos militares que o sucederam. Assim, em 26/04/73, é assinado o Tratado de Itaipu e, em março de 1979, é publicado o Decreto de Desapropriação, que abrangia uma área de 1.350 km² de terras, sendo 780 km² do lado brasileiro e 570 km² do lado paraguaio. Estimativas não oficiais indicam em 4.000 o número de famílias que foram desalojadas de terras dedicadas à agricultura no lado paraguaio. Em meados de 1982, inicia a demissão dos empregados absorvidos na etapa inicial de construção da Usina de Itaipu, onde cerca de 15.000 trabalhadores ficam sem emprego definitivo e apenas 20%

(7) MENEZES, Alfredo da Mota. Op.cit p.46.

(8) GERMANI, Guiomar Inês. Os expropriados de Itaipu. Tese de mestrado. PROPUR/UFRGS. Porto Alegre, 1982. p.19.

retornam ao local de origem. O destino dos expropriados e demitidos com a construção da obra, provocaram um excedente de mão-de-obra na região, onde parte se incorporou ao mercado de trabalho urbano regional, enquanto outros procuraram estabelecer áreas de posse nas regiões próximas (9).

Um dos aspectos relevantes na ocupação do Eixo Leste foi o das deliberações da política rural desenvolvida durante o início do governo Stroessner, onde o Estado interviu procurando direcionar fluxos migratórios e ocupar áreas de ocupação recente. Durante o "Primeiro Seminário Nacional sobre Reforma Agrária en el Paraguay", de 24 de junho a 24 de julho de 1958, realizado em Assunción por iniciativa do governo paraguaio e com a colaboração da FAO, foram formulados os objetivos de uma nova política rural, baseada no Estatuto Agrário de 1940. Com as idéias formuladas no Seminário, em Agosto de 1960 surgem duas leis, a "Ley de Colonizaciones y Urbanizaciones de Hecho" (Ley Nº 622) e a "Ley de Parcelación Proporcional de Propiedades Mayores" (Ley Nº 662). Três anos mais tarde, foi criado o Estatuto Agrário (Ley Nº 29/3/1963) e o Instituto de Bienstar Rural - IBR (Ley Nº 852 de 29/3/1963) em substituição ao antigo Instituto de Reforma Agrária-(IRA) (10). Este conjunto de dispositivos legais possibilitava ao

(9) VILADESAU, Tomás Pallau & HEIKEL, Maria Victoria. Op.cit. p.20.

(10) KLEINPENNING, J. M. G. *Man and Land in Paraguay. Latin America Studies* Nº 41. Amsterdam (Netherlands), CEDLA Publication, 1987. p.123.

Estado, entre outras coisas, desapropriar áreas de latifúndios, bem como a taxaçaõ progressiva dos mesmos, sendo o latifúndio definido como uma exploraçaõ não racional maior do que 10.000 ha na Região Oriental ou maior do que 20.000 ha na Região do Chaco. Porém, de acordo com os indicadores de "Reforma Agrária", observa-se que foi expropriada, de 1956 a 1983, uma superfície de 403.000 ha (11), quantidade insignificante em relação à área total do Paraguai, sendo que parte das terras expropriadas foram em decorrência de conflitos sociais. Por outro lado, se considerarmos a superfície em hectares de lotes oriundos de colonizaçaõ oficial e privada, no período de 1950 a 1977, temos um total de 4.446.816 ha (12), quantidade que ultrapassa dez vezes o número de hectares expropriados, dados estes que comprovam que o mais efetivo instrumento de ocupaçaõ de novos espaços e de direcionamento dos fluxos migrat6rios internos foi a colonizaçaõ pública e privada.

(11) Ver: Quadro 11. Indicadores de la reforma Agraria In: CEPAL - Estudio Economico de America Latina y el Caribe. Naciones Unidas. 1984.p.520.

(12) FOGEL, Ramón. Colonizacion Agraria y Distribuci6n Espacial de la Poblaci6n - Características del Proceso. IN: *Revista Paraguaya de Sociologia*. Nº 44- Año 16. Assunci6n, Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos, en./abr., 1979. p.119.

5.4.1. A colonização pública e privada

O processo de colonização ocorrido no Paraguai apresenta diferentes fases. No período anterior à década de 60 ocorrem movimentos espontâneos de população, os quais ocupam de forma desordenada áreas próximas às principais rodovias. Neste período, as tentativas de ordenar a ocupação do espaço social não têm efeitos significativos, devido à inexistência de instrumentos jurídicos e institucionais. Já, em 1963, com o Estatuto Agrário e a criação do Instituto de Bienestar Rural - IBR, se implementam normas jurídicas e uma instituição pública para fazer cumprir o processo de colonização, desencadeando um processo migratório para as zonas de "Nueva Colonización" nos Departamentos de Amanbay, San Pedro, Alto Paraná e Caaguazú, ocorrendo, com maior intensidade, o Programa de Colonização do Eixo Leste nos Departamentos de Caaguazú e Alto Paraná, áreas de ação privilegiada para o processo de colonização. Em 1966, com os "Proyectos Integrados de Desarrollo Rural", se desenvolve o denominado "Eje Norte de Colonización" direcionado principalmente para o Departamento de San Pedro. A fase mais recente ocorre entre 1973-1977, onde se intensifica o processo de "Nueva Colonización" direcionado, principalmente, ao Nordeste do Departamento de Itapúa,

gerando um dos mais importantes pólos de atração para os "Proyectos Integrados de Desarrollo Rural" (13).

De forma geral e sintética, é possível considerar que ocorreram três eixos básicos de colonização na Região Oriental do Paraguai. O primeiro eixo consiste nos Departamentos da Bacia (cuena) do Rio Paraná, que compreende os Departamentos de Alto Paraná, Caaguazú, Itapúa e Caazapá e, a partir de 1973, o Departamento de Canindeyú, formado por desagregação dos Departamentos de Caaguazú e Alto Paraná. Este eixo teve o impacto mais significativo no processo de colonização, com o maior número de hectares e lotes habilitados. O segundo, que compreende a Area Norte, é compreendido pelos Departamentos de San Pedro, Concepción y Amanbay, onde houve o maior número de colônias criadas, porém a quantidade de lotes e hectares habilitados possuem pouca significação. O último eixo compreende a Região Central e Sul, onde se inclui o maior número de Departamentos, como aqueles com características predominantemente minifundiárias e de antigos assentamentos, como os Departamentos de Cordillera, Guairá, Paraguari e Central; também os Departamentos de produção agrícola e pecuária, como Misiones e Neebucu. Esta região que possui a maior concentração populacional tem um grande número de

(13) DUARTE, R., Genara Maria. *Algunas características de la migración interna en el Paraguay - periodo: 1977-1982*. Seminario sobre Divulgacion de Resultados de Analisis del Censo de 1982. Assunción (Paraguay), Dirección General de Estadística y Censos - DGEy C - Fondo de las Naciones Unidas para Actividades en Materia de Pobacion - UNFPA. 24 a 26 de marzo de 1987. p.11-12.

colônias, porém possui pouca representatividade em termos de hectares e lotes habilitados. A distribuição por Região em termos de colônias, percentagem em hectares e lotes pode ser observada no quadro seguinte:

IMPACTO DA COLONIZAÇÃO OFICIAL- POR REGIAO, NUMERO DE COLONIAS, PERCENTAGEM EM HECTARES E LOTES HABILITADOS.

PERIODO 1950-1977

REGIAO	NUMERO DE COLONIAS	PERCENTAGEM DE HECTARES	PERCENTAGEM DE LOTES
Região do Rio Paraná.	118	53.8%	47.9%
Area Norte	125	33.0%	31.7%
Area Central e Sul	118	13.1%	20.2%
TOTAL	361	99.9%	99.8%

FONTE: DUARTE R., Genara Maria. **Algunas características de la migración interna en el Paraguay - período: 1977-1982.** Seminario sobre Divulgación de Resultados de Analisis del Censo de 1982. Assunción (Paraguay), Dirección General de Estadística y Censos - DGEy C - Fondo de las Naciones Unidas para Actividades en Materia de Probación - UNFPA. 24 a 26 de marzo de 1987. p.14.

O processo de colonização, que se desenvolveu entre os anos 1950-1977, envolveu cerca de 415.000 pessoas, sendo que deste total populacional, aproximadamente 48% (200.000 pessoas) são das colônias da Região do Rio Paraná. Nesta

Região, o Departamento de Itapúa representa em termos de percentagem de hectares de colônias, 17.9% e o Departamento de Alto Paraná, 14.3% sobre o total de 53.8%. Sendo estes, os Departamentos que sofreram de forma mais intensa o impacto da colonização. O Departamento de Canindeyu, região esta em que a maioria dos parceleiros de Novo Horizonte teve sua posição social intermediária, possui um significado menor em relação ao impacto da colonização oficial, já que neste Departamento apenas sete colônias foram formadas, e representa em termos de percentagem de hectares, 1.8% (em 53.8%)

Para compreendermos o processo de colonização efetuado no Paraguai, é necessário que algumas distinções sejam feitas em relação as modalidades de colonização desenvolvidas. Neste caso, é preciso diferenciar a colonização pública, privada e a ocupação espontânea, sendo que estas modalidades podem sofrer subdivisões em relação aos grupos beneficiados (grupos nativos e/ou de migrantes estrangeiros), bem como, as etapas de desenvolvimento das diferentes colônias. Esta ressalva é oportuna para distinguir a forma de intervenção do Estado e dos diferentes agentes colonizadores na ocupação do espaço e seleção social dos grupos beneficiados. Pela representatividade e interesse do processo analítico, aqui considerado, procuramos desenvolver, com maior relevância, a colonização dos Departamentos da Região do Rio Paraná, que sofreram o maior

impacto da colonização e da migração de brasileiros, principalmente os Departamentos de Alto Paraná e Canindeyu.

Na tabela abaixo é possível observar as ações da colonização oficial e privada em três diferentes Departamentos do Paraguai, segundo o período.

NUMERO DE COLONIAS OFICIAS E PRIVADAS POR PERIODOS E
DEPARTAMENTOS.

DEPARTAMENTO.	ANOS							
	60/73		73/81		82		83	
	OF*	PR*	OF.	PR.	OF.	PR.	OF.	PR.
ALTO PARANA	16	2	13	10	6		2	
CANINDEYU	16	4	14	7				
CAAGUAZU	25	22	12	8	1		6	2

* OF. indica colônia oficial e PR. colônia privada. Fonte: VILADESAU, Tomás Pallau & HEIKEL, María Victoria. Op.cit. p.24.

Nos Departamentos de Alto Paraná e Canindeyu a colonização de forma conjunta (oficial e privada), apresenta seu maior dinamismo durante a década de 70, período este em que se torna mais expressiva a presença de brasileiros nestes Departamentos. No Departamento de Caaguazú, que apresenta um povoamento mais antigo, a ação colonizadora é mais significativa no período anterior (60 a 73). Através da tabela é possível observar, também, que, no espaço entre os dois períodos, para o Departamento de Alto Paraná e Canindeyu, à medida que diminui o número de colônias oficiais, aumenta o número de colônias privadas.

As colônias oficiais tiveram como agentes executores o IBR e o Ministério do Interior, e foram criadas com o objetivo de assentar camponeses paraguaios. Porém, em muitas

colônias existe grande número de brasileiros. Desta forma, um atual parceleiro de Novo Horizonte declara:

No Paraguai tudo o que a gente produzia e levava uma vida.. sob controle, mais os próprio paraguaio lá prevalecia bastante sabe? E pegasse as pessoas de com tudo mesmo com documentos, eles prevalecia e queria recebe permissio.. duas veiz essa posse que a gente tinha lá a gente pagava um direito no IBR lá, que era o INCRA de lá, então todo ano pagava e não era dono de nada...

Apesar da venda de lotes das colônias oficiais ser ilegal, muitos brasileiros compram o direito de posse dos agricultores paraguayos e passam a pagar o direito ao IBR, que ilicitamente se apropria deste pagamento e, freqüentemente, cobra novamente o valor já pago. Na perspectiva dos agricultores paraguayos um informante da Colonia Itaipu no Departamento de Alto Paraná testemunha:

Esta iba a ser uma colonia exclusivamente de paraguayos, a quienes deberían ser distribuidas 20 hectáreas, a cada uno. Lo que se passa es que algunas veces no se cumple estrictamente lo que está en el reglamento agrario. Así, vienem extranjeros queriendo ocupar las tierras, y le dan sus derechos de ocupación. De esta forma vienem entrando muchos brasileiros aquí. Inclusive pagando ya el precio de la tierra al IBR y quedando sólo como ocupantes...

Outro agricultor paraguaio afirma:

Así es: vienem junto a los paraguayos, y les ofrecen mucha plata. El brasileiro, desde luego, viene con mucha plata y el paraguayo es pobre e necesitado. Este le vende y se va a buscar tierra a otro lado, para agarrar

nuevamente, o si no se rebusca por el pueblo de Hernandarias (14).

Nestes depoimentos, do parceleiro de Novo Horizonte e dos agricultores paraguaios, se percebe que a questão que está envolvida no controle do espaço e dos homens é a dominação de classe, seja por meio do Estado e seus representantes, ou pelos diferentes agentes sociais em conflitos. Porém, esta dominação de classe é compreendida, segundo os depoimentos, pela diferenciação étnica, que na verdade não representa o eixo de diferenciação básica entre os diferentes grupos sociais em conflito. Nesta produção social da exclusão, os agentes do Estado, principalmente o IBR, possibilitaram a seleção social e controle do espaço, sendo que, em algumas colônias, os agricultores brasileiros detêm uma área média de 69 hectares e os paraguaios 23 hectares (15). Neste sentido, Juan M. Frutos, presidente do IBR, declara:

La inmigración de extranjeros, especialmente de aquellos que, dotados de cultura y tecnología avanzada, pueden generar con su integración el mejoramiento de las técnicas, organización social y avance del desarrollo paraguayo, está consagrado por la propia Constitución de la República, lo cual se cumple por vía de la colonización principalmente en los departamentos colidantes con países vecinos, donde se puede apreciar la presencia de varios miles de

-
- (14) Os dois depoimentos foram extraídos de GALEANO, Luis A. **Ensayos sobre cultura campesina**. Assunción (Paraguay), Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1984. p.110.
- (15) VILADESAU, Tomás Pallau & HEIKEL, Maria Victoria. Op.cit. p.28.

inmigrantes incorporados a la tarea del desarrollo nacional. (16)

A presença do Estado acentuou as diferenças existentes entre os migrantes brasileiros e os "campesinos" paraguaios, estes últimos desprovidos de capital econômico acabavam vendendo seus lotes para os brasileiros, haja visto que, no início da ocupação do Eixo Leste, o preço diferencial da terra entre o Paraná e o Paraguai era bastante acentuado. Como salientamos anteriormente, a colonização particular se acentuou durante a década de 70, momento este em que a colonização oficial diminuiu sua atuação, devido, principalmente, ao aumento do preço da terra na região, que passou a ser valorizada no processo de ocupação (17).

A colonização particular é expressiva nos Departamentos de Alto Paraná e Canindeyu, sendo este processo desenvolvido por três tipos de agentes: o primeiro grupo, é composto por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras que compram grandes áreas de terras do Estado paraguaio ou de outras firmas e desenvolvem, inicialmente, o comércio da madeira para, posteriormente, subdividir a área e vender lotes (18); outro grupo é composto por agentes colonizadores paraguaios, sejam estes latifundiários, chefes políticos ou militares que agem

(16) FRUTOS, Juan Manuel. *De la Reforma Agrária al Bienestar Rural*, IBR, Assunción. s/fp. 44. Apud: VILADESAU, Tomás Pallau & HEIKEL, Maria Victoria. Op.cit. p.25. nota 12.

(17) FOGEL considera que o Estado pode adquirir terras a um baixo custo, inclusive a menos de US\$ 4 o hectare. Ver: FOGEL Ramon. Op.cit. p.120.

(18) Esta modalidade de colonização desenvolvemos em 5.4.3.1-Os primeiros passos.

da mesma forma que o grupo anterior; o último grupo é composto por agentes colonizadores mistos compreendendo investidores brasileiros associados com paraguaios (19). A forma de atuação destes agentes colonizadores é declarada, desta forma, no depoimento de um administrador de uma Colônia no Paraguai:

En frente nuestro por exemplo ahora se va a armar un aserradero grande y se va a construir 60 viviendas que es de un brasileiro que compró de La Industrial y va a trabajar en chacra grande. Tiene ahí 5000 hectareas, él vive en el Brasil, en el estado de Minas y se llama Antonio Valdi. Ahora ya se está trabajando ya hay gente.. Allí también hay otro aserradero que ya funciona y una laminadora por funcionar y que va a ser también muy grande. Tiene ya muchas casas y viviendas en construcción. esas tierras eran también de La Industrial y su dueño es Waldir Vargas. El era sólo vendedor pero se aprovechó mucho y el revendió a Waldemar Alberg. El comprava de La Industrial a Gs. 11.000 hectárea y vendía a Gs. 20.000 (20).

Através dos "aserraderos" a riqueza florestal composta por árvores de alto valor comercial, como o pinheiro (*Araucária angustifolia*) e a peroba (*Aspidosperma*), que são retiradas da mata e comercializadas. A colonização privada desenvolvida por colonizadoras brasileiras, reproduz o mesmo modelo que foi aplicado em algumas regiões brasileiras. As colônias se desenvolvem em volta de um núcleo urbano, que possui a maioria dos serviços públicos, e em volta deste

(19) VILADESAU, Tomás Pallau & HEIKEL, Maria Victoria. Op.cit. p.40-41.

(20) COMITE DE IGLESIAS-Formas de organización productiva campesina - El caso de la migración brasilena al Alto Paraná y su impacto económico y social. Cuadernos de investigación N° 7. Assunción - Paraguay. Nov., 1981. p.31.

núcleo a área é dividida em lotes, segundo a topografia do terreno. Para este processo de colonização privada se consolidar, foi necessário que os agentes colonizadores produzissem um controle do espaço e dos homens, através da produção de terras "esvaziadas" e da seleção social dos futuros colonos (21).

Ao lado do processo de colonizações pública e privada, existem, também, ocupações espontâneas. Neste caso, os posseiros demarcam uma pequena área de terra e desenvolvem cultivos de subsistência; a regulação do acesso a estas áreas de posse ocorre, por vezes, através da mediação de uma autoridade local. Esta modalidade de ocupação, frequente entre os atuais parceleiros de Novo Horizonte, é normalmente sucedida pela expropriação da terra, quando avança o processo de ocupação e valorização territorial. Em entrevista com um posseiro de Gral. Díaz (Departamento de Alto Paraná), observa-se o seguinte depoimento:

Yo vine aquí en Gral. Díaz porque no tenía tierra (en el Brasil) en qué trabajar y entonces yo pedí para entrar a trabajar a X (líder político local) y me dijo que podía entrar a trabajar, pero cuando venga el dueño a exigir la salida tienen que salir, me dijo. Y yo estoy dispuesto después a comprar la tierra si el dueño quiere vender, pero so no puedo comprar, entonces me voy a ir nuevamente al Brasil (22)

(21) TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. O Processo de Colonização Agrícola no Brasil Contemporâneo. Revista *SOCIEDADE E ESTADO*. vol. IV. nº 2-Brasília(DF), julho/dezembro 1989. p.103- 117.

(22) VILADESAU, Tomás Pallau & HEIKEL, Maria Victoria. Op.cit. p.54.

Neste processo de ocupação do Paraguai é possível observar diferentes modalidades de ocupação do espaço, seja através da colonização pública e privada ou por meio das ocupações espontâneas. Neste espaço social se configuram diferentes frações de classe, que compreendem desde a burguesia agrária até posseiros e colonos expropriados. As trajetórias possíveis entre estes diferentes grupos, pode ser analisada através da diferenciação social vertical e horizontal e pelo período em que se inserem na região (23). Este processo, que pode ser observado em diferentes regiões do Brasil, no caso do Paraguai, possui uma característica adicional, devido à ação de expropriação realizada pelo Estado e líderes políticos e militares, que agem fora de qualquer norma legal.

5.4.2. A dimensão geopolítica

O processo de ocupação do território paraguaio por agricultores brasileiros tem presente uma dimensão geopolítica. Durante o governo militar do Brasil houve uma insistência no conceito de fronteiras sensíveis e fronteiras vivas e uma estratégia global de marcha rumo ao Oeste.

(23) TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Terra para a Liberdade-Relações sociais em regiões de colonização. Porto Alegre, UFRGS, Agosto de 1989. mimeo. p.12-13.

Domingos Laino (24) aponta duas correntes teóricas como as inspiradoras de uma estratégia geopolítica. A primeira é a do tenente-coronel Mário Travassos e a segunda do seu seguidor, general Golbery do Couto e Silva. Segundo LAINO, na obra de Travassos "Projeção Continental do Brasil", publicada em 1931, é analisada a problemática geopolítica do Brasil na América Latina, com ênfase ao antagonismo entre as bacias do Amazonas e do Prata. A oposição entre ambas as bacias resolver-se-ia em torno do controle e da atração do triângulo econômico "Cochabamba-Sucre-Santa Cruz". Segundo Travassos:

... o Brasil da Bacia do Prata, apesar de requerer meios artificiais para unir-se ao oceano, dispõe de portos com suficiente capacidade de atração na costa e dos estímulos de dois países mediterrâneos, que naturalmente reagem contra a força centrípeta do Prata : o sul do Mato Grosso, prolongando os territórios de São Paulo e Paraná, representa a sua força de penetração. (25)

Nessa estratégia geopolítica, a construção de um eixo viário unindo Paranaguá-Foz de Iguaçu-Assunção e a construção da Trans-Chaco (Villa Hayes, Fortin, Nueva Assunción), que a partir de Camiri se enlaça com os caminhos para Sucre e Santa Cruz, são de significativa importância,

A história e os acontecimentos que ocorrem conjuntamente entre Brasil e Paraguai, são marcantes em diversos momentos, principalmente após o golpe de Estado em

(24) LAINO, Domingos. **Paraguai: fronteiras e penetração brasileira**. São Paulo, Global, 1979. p.12.

(25) TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. s.e, 1931. APUD: LAINO, Domingos. Op.cit. p.12

que Stroessner assumiu o poder, em 15 de agosto de 1954. A sucessão dos fatos ocorridos mantem relação com a biografia do general Golbery do Couto e Silva que em março de 1947 foi nomeado membro da Missão Militar Brasileira de Instrução no Exército do Paraguai, onde permaneceu durante três anos (26), sendo que, durante esta época, manteve relações com Alfredo Stroessner que, em 1946, havia sido nomeado membro do alto comando do Exército (27).

A partir da eleição de Alfredo Stroessner em 1954, as ligações entre Brasil e Paraguai passaram a se fortalecer. Esta previsão de possíveis "acordos" já era manifesta pelo general Golbery do Couto e Silva :

Mais ou menos tributários da Argentina, oscilando entre a desconfiança, o ressentimento e a admiração e jungidos pela dependência econômica indiscutível - o Paraguai e a Bolívia, "prisioneiros geopolíticos", muito mais o primeiro que o segundo, valem muito pela sua posição geográfica no franco aberto e vulnerável no Brasil meridional e central e constituem, sobretudo por sua instabilidade política e econômica, indisfarçáveis zonas de fricção externas onde podem vir a contender, que queiram quer não, os interesses brasileiros e argentinos. (28)

"Quer queiram quer não" o Paraguai passou a corresponder aos interesses brasileiros, sendo que algumas

(26) A respeito da biografia do General Golbery do Couto e Silva ver: COUTO E SILVA, Golbery do. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympo, 1967. p. IX-X.

(27) Ver: MENEZES, Alfredo da Mota. **A herança de Stroessner - Brasil - Paraguai, 1955-1980**. Campinas, Papyrus, 1987. p.50-51.

(28) COUTO E SILVA, Golbery do. *Op.cit.* p.57.

obras foram de fundamental importância, tais como a construção da Ponte da Amizade sobre o rio Paraná (1956) ligando Foz de Iguaçu a Puerto Stroessner (atual Ciudad del Este) e o Tratado de Itaipu.

Na construção de Itaipu, o que interessava ao Brasil não era apenas o potencial hidrelétrico do rio, mas sim, o que está do outro lado do rio, isto é, o Paraguai, caracterizando uma nítida disputa entre Argentina e Brasil pelo domínio do Paraguai, antiga questão ligada à hegemonia do cone sul. O Tratado de Itaipu se consolidou na presidência, no Brasil, do general Ernesto Geisel.

Stroessner teve seis encontros com Geisel durante a presidência deste último. Ambos eram descendentes de alemães de primeira geração, militares de carreira, chefes do Estado contra o comunismo, a favor da ordem e progresso, capital estrangeiro e livre iniciativa. A carta de Stroessner convidando Geisel para visitar o Paraguai reforça estes aspectos quando diz que "existe uma coincidência clara entre a política dos dois governos no aspecto interno e externo.(29)

"Coincidentemente", o general Golbery do Couto e Silva tinha todos estes pontos em comum com os presidentes Stroessner e Geisel, com exceção da descendência alemã. Durante a presidência de Geisel, o general Golbery foi chefe do gabinete civil e assistiu direta e indiretamente ao presidente da República no desempenho de suas atribuições.

(29) MENEZES, Alfredo da Mota. Op.cit. p.103.

Através desta dimensão geopolítica, o Paraguai, após a II Guerra Mundial, passou a se incorporar a um processo de abertura capitalista e crescimento "hacia afuera":

... impulsado tanto por las fuerzas internas que han promovido la integración física del territorio, la colonización y ocupación económica de las fértiles tierras del Este y del Sur de la Region Oriental, como por las fuerzas externas que han acelerado la integración al nuevo tipo de mercado mundial, han modificado las relaciones geopolíticas en la región del Rio da Prata, han sustituido el acceso fluvial al mar vía Buenos Aires por otro terrestre vía Brasil y han asegurado la consolidación regional de la hegemonía brasileña. (30)

5.4.3. Os Ybiyará e os Ysupó estão chegando (31)

Já no século XIX se encontram os primeiros registros de ocupação brasileira no Paraguai. Porém, esta ocupação inicial é insignificante em relação à população paraguaia existente durante o período. Na realidade, o início da ocupação da região fronteira com o Brasil, através das

(30) GARCIA, Antonio. El minifundismo en el proceso agrario del Paraguay hacia un nuevo proyecto de desarrollo rural. IN: *Revista Paraguaya de Sociologia*. Ano 18, nº 62

(31) "Estes são nomes em Guarany. Ybiyará possui dois significados; primeiro os colonos brasileiros são donos da terra que eles trabalham e segundo, os paraguaios consideram os brasileiros como donos da fronteira paraguaia com o Brasil. Ysupó que as selvas paraguais estão cheias de brasileiros, in *ABC-Color*, Assunção, 29 de setembro de 1973. "Ver: MENEZES, Alfredo da Mota. *A Herança de Stroessner- Brasil-Paraguai, 1955-1980*. Campinas, Papyrus, 1987. p.133 . nota 1.

obrages, faz com que parte da história do Extremo-Oeste paranaense fosse comum à do Paraguai. Os relatos das expedições que percorreram a região, no início do século XX, registram, que os esparsos habitantes do Extremo-Oeste paranaense, utilizavam o espanhol como idioma predominante (32). Esta situação se transformara gradativamente, através das "Marchas" para o Oeste e Leste, sendo ambas produzidas com o sentido de impulsionar e legitimar a ocupação, e conseqüente valorização de novos espaços. Este processo transformou a fisionomia de todo o Eixo Leste paraguaio, sendo a presença brasileira percebida nos nomes de localidades, no idioma e em diferentes formas de expressão cultural.

O cruzeiro substituiu o guarani; ensina-se português nas escolas; fala-se português com predominância até 100 quilômetros dentro do Paraguai. Agricultores brasileiros reuniram-se e fundaram escolas para seus filhos. (33)

Esta ocupação brasileira é difícil de ser reconhecida através dos dados oficiais, que registram apenas os migrantes que possuem registro na "Dirección General de Migraciones". As estimativas apresentadas por LAINO indicam, por exemplo, que o Departamento de Canindeyu tem 43% da sua população constituída por brasileiros (34). Outras informações indicam valores que vão de 200.000 a 800.000

(32) WACHOWICZ relata o fato, que em uma das expedições brasileiras ao Extremo-Oeste paranaense foi encontrada uma mulher na região que disse: "Soy brasilena, gracias a Dios". WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op.cit. p.128.

(33) CHIAVENATO, Julio José. Stroessner - Retrato de uma ditadura. São Paulo, Brasiliense, 1980. p.98.

(34) LAINO, Domingos. Op.cit. p.57.

brasileiros no Paraguai. Considerando-se o valor extremo superior, pode-se afirmar que trata-se da maior migração relativa da América Latina; já que, pelo Censo de 1982, a população total do Paraguai era de 3.023.092 habitantes, sendo hipoteticamente 800.000 brasileiros, teríamos aproximadamente 27% da população paraguaia composta por brasileiros.

Em síntese o regime do Paraguai exerce uma política de dependência do Brasil e de fato o país perdeu o controle de sua soberania na fronteira. Mais do que isto à dependência econômica deve-se somar a brasileirização cultural que também avança com agressividade, despojando deste grande e rico território até o menor traço do ser paraguaio. (35)

A questão de soberania do Paraguai passou a ser uma das preocupações dos líderes oposicionistas. Em 19 de junho de 1989, o Senado aprovou o Projeto de Lei do Senador Rodolfo González Garabelli do Partido Liberal Radical Autêntico. Este projeto de lei estabelece uma "Zona de seguridad" de 50 km nas fronteiras territoriais do Paraguai, destinado exclusivamente à colonização oficial com beneficiários do Estatuto Agrário. Neste caso, os estrangeiros e as pessoas jurídicas de outras nacionalidades não podem ser proprietários de imóveis rurais dentro desta "Zona de Seguridad". O Projeto prevê, também, a criação do Imposto Imobiliário, dirigido pelo IBR - Instituto de Bienestar Rural. Esta lei acabou sendo vetada pelo Presidente Andrés Rodríguez, do Partido Colorado, com maioria do Congresso.

(35) LAINO, Domingos. Op.cit. p.245.

Porém, sabe-se que a existência deste Projeto de Lei, fez com que, numa extensão de 300 quilômetros entre Mundo Novo e Ponta Porã, todas as atividades urbanas ficassem atingidas, seja pela diminuição das atividades ou pela emigração massiva para os municípios da fronteira territorial (36).

5.4.3.1. Os primeiros passos

Os primeiros registros de ocupação brasileira no Paraguai são do final do século XIX, onde brasileiros de origem alemã provenientes do Rio Grande do Sul estabelecem algumas colônias no Departamento de Itapúa, principalmente Honehau em 1899 e Obligado, fundado em 1912 (37). Este início de ocupação esparsa e fragmentada permaneceu durante longo tempo, até a década de 50, onde empresários rurais brasileiros passam a ter um crescente interesse pelos Departamentos de Amanbay e Canendeyú, por apresentarem áreas potencias para o estabelecimento das lavouras cafeeiras.

Geremias Lunardelli, por exemplo, "o rei do café":

que começou sua carreira de fazendeiro em Ribeirão Preto. Já em 1916 comprou terras em Olímpia, depois em Catanduva. Em 1924, tornou-se possuidor de fazendas em Guarantã e, na mesma região, perto de Bauru, adquiriu

(36) ALVES, José Luis. *Brasiguaios - destino incerto*. São Paulo, Global, 1990.

(37) KLEINPENNING, J. M. G. *Man and Land in Paraguay*. *Latin America Studies* Nº 41. Amsterdam (Netherlands), CEDLA Publication, 1987. p.176.

outra plantação. Abriu a região de Aguapeí ainda em 1924 e, nesse momento, comprou reservas de terras no norte do Paraná, onde umas décadas atrás seus cafeeiros estavam em plena produção. (38).

Seguindo sua trajetória de cafeicultor e colonizador, Lunardelli comprou meio milhão de hectares nos distritos de Amanbay, Canendeyú e Alto Paraná. As fazendas denominadas Estrela, Cerro Cuatiá, Yermal Arroyo Guazú, Gleba Cerro Guazú, Campos y Montes de Aguará Vevé, Pera-y e Oculito foram todas originariamente de propriedade dos Lunardelli. No início da compra de terras, com receio de problemas no Paraguai, Lunardelli indagou a opinião do governo brasileiro. Através de uma carta, o Ministro do Interior e Justiça, Francisco Negrão de Lima (durante a presidência de Getúlio Vargas), louvou a iniciativa (39). Por volta de 1958, Lunardelli havia plantado cerca de 1 milhão de pés de café no Paraguai ou o equivalente a 30.000 sacas de 60 quilos. Antes desta data o café não era plantado no Paraguai, sendo que o único produto de exportação do Departamento de Amanbay era a erva-mate, cuja exportação, na década de 1950, começou a declinar, pela diminuição da importação pela Argentina. Para iniciar a plantação e a exploração do produto, Lunardelli levou colonos brasileiros para trabalharem no Paraguai, onde recebiam um salário e

(38) MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo, HUCITEC, 1984. p.163. nota 27.
(39) MENEZES, Alfredo da Mota. Op.cit. p.133.

pequenas porções de terras (40). Em princípios de 1960, a geada matou milhares de pés de café: de 1 milhão de pés de café de propriedade de Lunardelli, ficaram somente 20.000, fazendo com que o mesmo, dividisse parte de suas fazendas com terceiros. Por volta de 1974, suas propriedades tinham uma superfície de 70.000 hectares.

Na região do Departamento de Alto Paraná, em que o processo de ocupação brasileira foi mais intenso, a população estrangeira aumentou em 35% no período de 20 anos (1962-1982), e representou, no último Censo (1982), 92.2% do total de estrangeiros (41). Estas características demográficas são representativas do intenso processo de ocupação estrangeira, predominantemente brasileira, que ocorre nesta área de fronteira territorial. A falta de informações mais precisas deste processo de ocupação territorial, principalmente no enfoque das complexas relações sociais que se estabelecem, faz com que as principais análises efetuadas desta ocupação remetam as explicações ao papel desempenhado pelo Estado. Certamente que, durante o período de Stroessner na Presidência da República, a prioridade política foi de estimular o crescimento econômico desta região através das diferentes

(40) No subcapítulo 5.3.4. salientamos que o início da ocupação de colonos brasileiros no Paraguai foi através de produtores sem terra, provenientes principalmente da região Grande Norte paranaense. Apesar dos dados disponíveis não evidenciaram esta hipótese, acreditamos que os colonos brasileiros levados para o Paraguai por Lunardelli, sejam provenientes desta região, onde o mesmo possuía diversas fazendas.

(41) VILADESAU, Tomás Pallau & HEIKEL, Maria Victoria. Op. cit. p.179.

normas jurídicas e legais que possibilitaram um rápido incremento da produção agrícola do País. O antigo domínio de madeira e carne na economia paraguaia, que representava cerca de 50% das exportações até inícios de 1970, foi totalmente sobrepujado pela produção de soja e algodão. Entre 1972-77 a área média de cultivo aumentou a uma taxa média de 16% ao ano, sendo que, deste montante, 25% foram dedicados à soja e 30% ao algodão. O incremento destas culturas alterou o processo técnico de produção, produzindo uma estrutura polarizada em termos sociais, onde, de um lado, produtores tecnificados tiveram aberta a possibilidade de uma trajetória ascendente, enquanto os pequenos produtores e posseiros brasileiros tiveram que recorrer à migração como estratégia de reprodução social.

Sinteticamente, é possível afirmar que o início da ocupação brasileira no Paraguai ocorre através de grandes latifúndios, predominantemente de cafeicultores brasileiros. O Departamento de Alto Paraná, principalmente, oferecia uma série de condições propícias a estes investimentos, devido ao preço da terra, proximidade do Brasil e características do solo e da flora da região. Os recursos naturais das florestas paraguaias, após a abertura, pôde compensar os investimentos da infra-estrutura básica. Para este processo se desenvolver, foi necessária, também, a contratação de mão-de-obra, a qual foi realizada predominantemente no Brasil. Após esta ocupação pioneira, se sucederam as atividades colonizadoras pública e privada, sendo a última a

que maior repercussão atingiu. Estas colonizadoras privadas brasileiras acentuaram o processo de migração já em curso e atraíram diferentes tipos de produtores. Com o incremento demográfico e a mudança na pauta dos produtos cultivados, produziu-se a polarização entre os diferentes grupos sociais. Houve, também, uma produção social da exclusão através de agentes colonizadores ou por meio do Estado e seus representantes.

A diferencia de otros regímenes autoritarios, con fuerte apoyo militar, en el caso paraguayo el partido que presta su base legitimadora al gobierno (...) el partido tanto através de las unidades burocráticas estatales centralizadas, como de instituciones locales, regula el pacto de dominación y maneja la actividad estatal. Las funciones de este partido de patronazgo comprenden, además de legitimar el ejercicio del poder, la desmovilización de clases y grupos subalternos, basicamente, a través de la represión ideológica. (...) Esta función desmovilizadora, que se fortalece a finales de los años setenta, se ve reforzada por la corrupción de los funcionarios locales ligada a la ausencia de control en el manejo de lo público. (42)

Não é possível deixar de registrar o papel fundamental, desempenhado historicamente pela dominação política, através do Partido Colorado. O regime autoritário sustentado por Stroessner possui sua base de sustentação na estrutura partidária, que garante, através da repressão ideológica e também por formas de coerção violenta, a estabilidade e permanência do sistema político. E através da violência e

(42) FOGEL, Ramón B. Movimientos Campesinos en el Paraguay. Assunción, Centro Paraguayo de Estudios sociológicos, 1985. p.55.

da ilegalidade que se estabelece a seleção e exclusão social das classes dominadas, brasileiras e paraguaias.

5.4.3.2. "Cativos" na terra liberta

Para compreendermos o processo de ocupação e exclusão social desenvolvido no Paraguai, é necessário perceber os fatores que compõem a "cultura do medo". Salientamos, no decorrer deste trabalho (43), que parte das razões que levaram os parceleiros de Novo Horizonte a sair do Paraguai, são sentimentos tais como o "medo", ou "o coração que não aceitava aquilo". Este conjunto de sintomas são produtos do autoritarismo, que leva à perda dos referenciais coletivos e à desestruturação dos horizontes de futuro (44). Ao lado deste processo de interiorização dos medos, existem inúmeros registros do não cumprimento dos direitos humanos no Paraguai. Em audiência com o, então, Ministro Nelson Ribeiro, em abril de 1988, uma comissão de brasiguaios entregou um dossiê contendo 31 casos comprovados de violência contra os brasiguaios. O número total de mortos pela repressão, calculado pelos organismos internacionais dos Direitos Humanos, é em torno de 10 a 12 mil entre os anos 1958-1975 (45).

(43) Ver 4.1.-A saída do Paraguai.

(44) LECHNER, Norbert. Los patios interiores de la democracia. Santiago, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 1988. p.95-109.

(45) CHIAVENATO, Julio José. Op.cit. p.149.

Parte dos conflitos e da violência que ocorrem no Paraguai é produto da modernização tecnológica ocorrida na agricultura. Um dos mais importantes movimentos camponeses da história social do Paraguai, foi formado neste processo. Em 1963, no Departamento de Misiones é formada a Liga Agraria Cristiana, através de uma assembléia geral que reuniu cerca de 200 camponeses; em pouco tempo as Ligas se estendem por outros distritos. O processo que esteve na raiz da formação desta Liga Agraria foi o cercamento dos "campos comunales", devido ao desenvolvimento de modernas empresas agropecuárias de soja e de trigo. Os mediadores deste processo foram a Igreja e os sindicalistas urbanos da capital. Através desta organização, iniciou-se uma série de atividades coletivas, como a construção de estradas, um hospital, um salão paroquial, trabalhos coletivos sob a forma de "minga", construção de escolas de educação popular (baseadas no método Paulo Freire) e operações de comercialização e abastecimento conjuntas. As Ligas foram reunidas em uma federação de regionais FERELAC (Federación Regional de Ligas Agrarias Cristianas), unidas à Federación Nacional de Ligas Agrarias nos Departamentos de Caaguazú, Concepción, Paraguari, Cordilleras e Misiones. Esta série de ações coletivas, com fins cristãos e pacíficos, passou a ser orientada, a partir de 1972, pela reivindicação da terra. A relativa indiferença do partido oficialista, gradativamente foi se alterando, e os comerciantes foram os que primeiro colaboraram na repressão policial, já que o

comércio estava sendo alterado pelas práticas de comercialização e abastecimento comunitário.

El Estado, que acusa a la Iglesia de interferir en el ejercicio de las facultades legales del poder civil, de perturbar la paz, y de favorecer la infiltración del extremismo marxista expulsa del país, desde 1972, a cinco sacerdotes que trabajaban estrechamente con las Ligas de Misiones. (...) Ya en 1970, las reuniones de las Ligas misioneras fueron prohibidas y fueron detenidos los campesinos en cuyas casa se realizaban estas reuniones. (46)

Durante a fase inicial de repressão, a solidariedade entre os membros das Ligas aumentou e, houve, a partir de 1973, a ocupação de terras, fundamentada na teoria que "tomando cosas de los ricos sólo se recuberaba lo que había quitado de los pobres". Com a radicalização das lutas sociais desenvolvidas pelas Ligas, a repressão por parte do Estado passa a ser violenta e sangrenta. Um dos líderes das Ligas, Constantino Coronel, foi preso e torturado e, após libertado, voltou para Misiones onde sofreu um atentado. Mesmo ferido, foi recolhido pelos vizinhos e, apesar de ser vítima, foi novamente preso e acusado de invasão de domicílio, formação de quadrilha e tentativa de violação de uma menor (47).

Existe uma quantidade inúmera de casos documentados da repressão desenvolvida no Paraguai. Porém, grande parte das denúncias acaba sendo supérflua, devido ao descaso das autoridades jurídicas e policiais. No caso dos brasileiros,

(46) FOGEL, Ramón B. Op.cit. p.115.

(47) CHIAVENATO, Julio José. Op.cit. p.103.

este processo é ainda mais grave, já que a grande maioria não dispõe da necessária documentação de estrangeiros. Descrevendo um conflito com as autoridades policiais, um parceleiro de Novo Horizonte declara:

Trinta brasileiros companheiros nossos foram lá no Departamento de Guadallup, 14 km da fronteira com Mundo Novo. Então a polícia prendeu os lavradores.. Eles alegaram que era falta de documentos. Veja só nossos documentos é naquele país não vale. . Então levaram todos para cadeia publica debaixo de cacetadas e na ponta de baionetas e colocaram 27 deles em uma cela que só cabia 12...

O depoimento deste parceleiro ilustra bem a desinformação de muitos brasiguaios, que não possuem a dimensão do que representa a fronteira política e quais são as disposições legais de entrada de estrangeiros no Paraguai. Desta forma é que o mesmo exclama, indignado: "Veja só nossos documentos naquele país não vale". Devido a esta desinformação, que é generalizada, uma das atividades do Programa de Ayuda Cristiana em Hernandarias foi a de publicar a "Cartilla para el migrante", a qual descreve a Lei Nº 470, que rege o processo de imigração e emigração do Paraguai.

Sinteticamente, podemos dizer que a "Marcha para o Leste" teve a mesma intencionalidade que a "Marcha para o Oeste". Através desta política de direcionamento de fluxos migratórios, foi possível ao Paraguai ocupar o Eixo Leste. As medidas desenvolvidas para a concretização destes objetivos foram de criar medidas de política agrária, bem

como, institucionais e jurídicas. Um dos principais eixos destas políticas, viabilizadas através do IBR, foi o de desenvolver a colonização pública, a qual teve um incremento significativo durante a fase pioneira de ocupação. Posteriormente, as colonizadoras privadas, algumas brasileiras, tiveram um crescimento mais acentuado do que as públicas.

A migração de brasileiros para os Departamentos fronteiriços (principalmente Alto Paraná e Canindeyu), teve como incentivo a ação destas colonizadoras privadas, que atuavam, também, em território brasileiro. As vantagens oferecidas se mostravam proveitosas, devido à qualidade dos solos e ao preço diferencial da terra em relação ao Brasil. O desenvolvimento deste processo teve um componente geopolítico, onde o Paraguai, devido à sua posição mediterrânea, tornou-se um "prisioneiro geopolítico", vindo a contender e se subordinar aos interesses brasileiros.

A presença brasileira no Paraguai, ainda no século passado, foi inicialmente fragmentada e pouco expressiva. Com o passar do tempo, a "marcha dos cafezais" rompeu a fronteira política, onde tradicionais cafeicultores paulistas vieram a se incorporar. A mão-de-obra para estes investimentos produziu o incremento da população brasileira em que, momentos mais tarde, pelo efeito centrífugo do Brasil, produziu a construção da categoria brasiguai. Não é possível deixar de salientar, que o Paraguai, sob a Ditadura de Stroessner, criou uma espécie de "cultura do medo", bem

como a contínua e reiterada transgressão dos Direitos Humanos, que gerou a produção social da exclusão, seletivamente, sobre grupos dominados brasileiros e paraguaios. O que nos leva a afirmar que a questão fundiária, que aflige os trabalhadores rurais brasileiros, se encontra "além da fronteira".

6. CONCLUSÃO

Ao longo desta pesquisa, procuramos reconstruir sociologicamente a trajetória social dos brasiguaios do Projeto de Assentamento de Novo Horizonte. A construção social da categoria brasiguai envolve uma identidade contrastiva, que implica a afirmação do "nós" (brasileiros que vivem no Paraguai) diante dos "outros" (brasileiros que vivem no Brasil). Este processo aparece definido no tempo e espaço, a partir da estratégia de luta pela terra desenvolvida no Brasil com o advento da "Nova República". A tarefa de recortar e examinar a formação deste processo envolveu o acompanhamento - através do objeto empírico atualmente constituído - de um fluxo migratório de longa duração.

Com o desenvolvimento do Projeto de Assentamento de Novo Horizonte, foi possível observar a forma como se desenvolveu a luta social deste grupo. A formação deste Assentamento contou, em um primeiro momento, com a Travessia do Guiráy, onde cerca de 60 famílias de brasiguaios, entre

outros "sem terra" da região, ocuparam uma propriedade da SOMECO - Sociedade de Melhoramento e Colonização, situada no interior do município de Ivinhema - MS. Neste momento, apesar da frustração da estratégia de luta posta em prática, houve a interiorização, por parte destes brasiguaios, da experiência de organização e de negociação necessárias para a eficácia da luta pela terra. Por outro lado, neste momento, se tornaram manifestos a polarização e os antagonismos entre o Governo Federal, Estadual, Colonizadora e Administração Municipal de Ivinhema. Ainda no conflito desenvolvido pela Travessia do Guiráy, foi possível observar a forma de legitimação que a SOMECO procurou criar, junto aos órgãos federais, estaduais e municipais, onde está presente uma determinada representação ideológica, referente ao passado, mas que conserva, no presente, um valor explicativo para a preservação da sua legitimidade como proprietária. O desenvolvimento da Travessia do Guiráy teve em um nível mais geral, um processo conjuntural em que as tensões acumuladas pela concentração fundiária desencadearam a retomada da luta pela terra. Assim, com as lutas desenvolvidas em Ronda Alta-RS, Campo Erê-SC, Andradina-SP, Itaipú - PR, entre outras, surge o início de uma organização a nível nacional, denominada de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que passa a atuar na organização e na articulação destas lutas. O surgimento desta organização, bem como, a participação de outros mediadores, não produz estes acontecimentos, porém dão forma ao cenário do campo de conflitos agrários do Brasil.

No Projeto de Assentamento de Novo Horizonte está presente uma série de categorias construídas na trajetória migratória deste grupo. A constituição deste espaço social gerou, por parte dos parceleiros, uma série de representações diferenciais entre a posição social intermediária (Paraguai) e a posição social atual (Assentamento), em que está presente uma dimensão negativa em relação ao passado e positiva, ao presente, num movimento de categorização da realidade, que se alterna no decorrer do tempo. Também, neste caso, "estar" em Novo Horizonte representou obter a "largueza", que o acampamento não produzia, e a liberdade do estigma, que a população de Ivinhema procurou imputar a este grupo. Nesta produção de significados da categoria brasiguaiio aparece, por um lado, este estigma atribuído na procura de legitimação dos seus opositores, porém ocorre paralelamente à construção da identidade de brasiguaiio como "sem-pátria", criando um símbolo de legitimidade e de solidariedade do grupo. A capacidade de representação de interesses destes parceleiros é limitada pela forma de atuação dos Administradores do Projeto que exercem uma dominação por clientela, fornecendo a infra-estrutura social de forma hierárquica e centralizada. Nos limites desta dominação, é possível verificar a pouca representatividade política destes parceleiros a nível de município, porém houve, a partir da constituição deste Assentamento, uma mudança no discurso político das autoridades locais, devida à representatividade dos brasiguaios no processo eleitoral.

A organização destes Assentados e as formas de cooperação agrícola observadas permitem a distinção de dois momentos: a Associação formada no início do Assentamento, foi constituída de forma pouco participativa, onde os integrantes da mesma não possuíam a conscientização necessária da importância desta organização como viabilidade econômica e política. O fracasso desta experiência inicial produziu, posteriormente, um processo de reflexão dos objetivos e limites desta experiência, fazendo com que fosse reformulada a formação desta Associação,* que atualmente, apesar de incipiente, já demonstra os primeiros resultados. De forma paralela, ocorrem diversos grupos de trabalhos comunitários, que atuam a nível de comercialização e produção e têm o incentivo financeiro de entidades não-governamentais. Na emergência destes grupos ocorrem relações de trabalho, que não se limitam aos aspectos econômicos, demonstrando formas de solidariedade grupal e de estratégia de reprodução social.

A necessidade de incentivos creditícios fez com que o Governo Federal, através da pressão dos mediadores, criasse o PROCERA - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária. Esta linha de crédito especial possui uma série de vantagens em relação a garantias, prazos e metas, porém estes recursos não são alocados de forma satisfatória. A falta de experiência na utilização destes recursos produz o aguçamento das diferenças sociais e econômicas dos parceiros, acrescentando a isto a falta de conhecimento

das normas operacionais por parte dos bancos licenciados para realizar esta operação. A extensão rural responsável pelo encaminhamento destes projetos de crédito não possui infra-estrutura para realizar estas operações com o nível técnico e econômico necessário.

Neste processo de produção agrícola existe um comportamento diferenciado entre os diferentes parceleiros que compõem este Assentamento. Um dos elementos diferenciais entre os parceleiros é dado pela dimensão dos lotes, que são divididos em rurais e pararrurais. Os primeiros, com uma dimensão média de 25 ha, possuem maior capacidade de desenvolvimento produtivo. Os pararrurais, que têm uma área média de 7ha, se localizam em uma área de baixa fertilidade do solo e, devido às dimensões, possuem dificuldade em manter qualquer criação animal. Estes últimos, possuem um alto valor de UTH/ha, ou seja, uma grande disponibilidade de força de trabalho por unidade de área. A distribuição entre os diferentes cultivos faz com que parte dos lotes rurais contratem mão-de-obra de diaristas, os quais denominamos de "trabalho alugado"; a existência da contratação desta força de trabalho externa à unidade de produção possui uma racionalidade, avaliada constantemente pelo ciclo agrícola, escolha dos cultivos e disponibilidade de força de trabalho disponível na família. A capacidade econômica para contratação de força de trabalho externa ocorre, também, através da entrada de recursos monetários sob a forma do comércio ("bodega"), carvão e madeira, sendo que a

disponibilidade destes recursos últimos é temporalmente limitada. Na pauta da escolha dos cultivos, com exceção do algodão e da soja (pouco plantada), a maior parte dos produtos tem a marca da alternatividade; com o algodão, essencialmente comercial, ocorrem relações mais intensas com o mercado, bem como com a contratação de "trabalho alugado". De forma geral, a produção agrícola entre os parceleiros é bastante heterogênea, sendo estas diferenças indicativas de possíveis trajetórias de ascensão ou descenso.

A concretização das diferenças observadas no presente são parte constitutivas do processo migratório desenvolvido. O acampamento de Mundo Novo foi realizado através de uma espécie de movimento centrípeto, onde as expectativas depositadas na "transição política" brasileira, e na atuação dos mediadores, precipitou a saída destes brasiguaios. Do outro lado da fronteira política, no Paraguai, se gastavam os elementos precursores da saída, onde atuava uma espécie de "cultura do medo", como produto do autoritarismo vigente, e das arbitrariedades geradas pelas autoridades policiais e políticas. O Paraguai é o único estado latino-americano que pode ser denominado de totalitário, onde o Partido Colorado, através de diferentes agentes, controla rigorosamente a vida social. Apesar de, num primeiro momento, o Paraguai ter incentivado a ocupação estrangeira, logo passou a exercer uma seleção social dos grupos dominados presentes naquele país. Os brasileiros, neste caso, sofreram diferentes arbitrariedades com relação à documentação, à

comercialização e à propriedade da terra cuja titulação esteve condicionada ao "livre arbítrio" dos grupos dominantes presentes na região.

Devido a estas circunstâncias presentes no Paraguai e a "transição política" em curso no Brasil, famílias, principalmente do Departamento de Canindeyu, retornaram ao Brasil. Algumas destas famílias, com a experiência obtida na Travessia do Guiráy, organizaram o acampamento de Mundo Novo com o auxílio dos mediadores. Assim, no dia 10 de junho de 1985, retornavam ao Brasil, inicialmente, cerca de 1000 famílias que acamparam ao lado da Prefeitura de Mundo Novo. Através dos depoimentos dos atuais parceleiros, observou-se que parte dos acampados retornaram ao Brasil mantendo parte dos membros do grupo familiar no Paraguai, o que implicou uma distribuição de trabalho entre os componentes da família com a finalidade de resistir à debilidade econômica do grupo. O acampamento foi visto, por estes brasiguaios, de uma forma contrativa, que, por um lado, percebiam o acampamento como o cerceamento de suas atividades produtivas e, de outro, como espaço necessário para o retorno e de um "novo horizonte".

Durante o acampamento de Mundo Novo houve uma recorrência à expressão novo(a), que é perceptível, também, na denominação de municípios que tiveram um processo de ocupação relativamente recente, como por exemplo, Mundo Novo. As "cartas abertas" distribuídas para imprensa e para a população local durante o acampamento, tinham uma

repetição constante deste adjetivo, que, por parte destes brasiguaios, transparece a construção de um novo contido no que é velho, o que ressemantiza os significados atribuídos pelo "novo" da "Nova República". A expectativa do "novo" por parte da "Nova Republica" foi, ao longo do tempo, sendo desconstruído pela falta de sustentação política da Reforma Agrária durante a transição. Os acampados acreditavam que o acampamento iria se consolidar no prazo de 30 dias de estada, segundo informações do Ministro Nelson Ribeiro. Porém, o percurso da Reforma Agrária passou por onze versões, tendo sido aprovada uma versão retrógrada. A concretização do Assentamento de Novo Horizonte só foi possível, devido à maior significação obtida por este grupo perante a opinião pública.

Este retorno dos brasiguaios para o acampamento de Mundo Novo tem sua matriz histórico-estrutural para além da fronteira, onde foram gestadas as trajetórias sociais deste grupo. A fronteira política, nitidamente demarcada, se contrasta com as outras denominações, tais como, fronteira agrícola, demográfica, entre outras. A dimensão destas outras atribuições simplifica excessivamente a complexidade das realidades estudadas. As transformações que ocorrem em determinado espaço social, são resultantes de um campo de força social, que pode produzir resultados diferenciados, segundo o momento em que ocorrem. Trata-se mais de imagens e não de conceitos, onde está presente uma luta pela legitimação das divisões do mundo, que nada têm de natural.

Partindo dos pressupostos tomados como problematização deste objeto empírico, consideramos que, historicamente, o deslocamento dos contingentes populacionais do Brasil e do Paraguai estão demarcados através da construção mítica e simbólica da Marcha para o Oeste e da Marcha para o Leste, que, em movimentos de aparente antagonismo, produziram a direção tomada por este grupo de brasiguaios. A Marcha para o Oeste, com sua construção mítica e sua apropriação política, criou um universo simbólico que legitimou e direcionou os "excedentes populacionais" a marcharem em uma direção. A marcha dos cafezais paulistas que reeditava a "saga bandeirante" incorporou "novas terras" alastrando sua marcha até o noroeste do Paraná. Nesta "fome de terras", migrantes gaúchos deslocaram-se em direção ao Vale do Rio dos Peixes em Santa Catarina e, posteriormente, ao Sudoeste do Paraná. Seguindo a rota, novos caminhos foram traçados, tais como Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia. Nestes caminhos e direções, uma variante utilizada pelos migrantes foi o Paraguai, fazendo com que movimentos populacionais rompessem a fronteira política. O esvaziamento populacional ocorrido no Sudoeste Oeste do Paraná, apresentou uma menor intensidade em comparação à Região Grande Norte paranaense, devido à possível multiplicação das unidades de produção nesta primeira região. Este conjunto de possibilidades foram dadas de forma diferente na região do Grande Norte e no Sudoeste Oeste paranaense, onde um dos fatores intervenientes, neste processo, foi o ritmo de incorporação tecnológica produzida nas diferentes microrregiões

homogêneas - MRH. Também é possível constatar, que o fluxo migratório em direção ao Paraguai ocorreu primeiramente com os produtores "sem terra" ou com pouca terra e, posteriormente, com os pequenos proprietários. No caso do primeiro grupo, proveniente principalmente da região Grande Norte, a ida para o Paraguai foi mediada pela contratação das colonizadoras ou fazendeiros, que necessitavam de mão-de-obra para abertura de novas áreas. Para o segundo grupo, formado basicamente por pequenos proprietários, a imigração para o Paraguai foi motivada pela ação das colonizadoras, principalmente brasileiras, que apresentavam, aos futuros compradores, a disponibilidade de terras de boa qualidade a preços baixos (em relação ao Brasil), sendo possível, assim, com a venda de suas propriedades no Paraná, comprar uma área bem maior no Paraguai.

A "Marcha para o Leste" e a "Marcha para o Oeste", produziram o direcionamento dos fluxos migratórios, tornando possível ao Paraguai ocupar o Eixo Leste. As áreas "vazias" do Leste paraguaio foram alvo da política agrária e de medidas institucionais e jurídicas. Um dos principais eixos destas políticas, viabilizadas através do IBR, foi o de desenvolver a colonização pública, que teve um incremento significativo durante a fase pioneira de ocupação, e, posteriormente, as colonizadoras privadas, algumas brasileiras, tiveram um crescimento mais acentuado do que as públicas.

A trajetória migratória dos brasiguaios para os Departamentos fronteiriços (principalmente Alto Paraná e Canindeyu), foi incentivado pela ação das colonizadoras privadas, que atuavam, também, em território brasileiro. A qualidade dos solos existentes no Paraguai e o preço diferencial da terra em relação ao Brasil, foram fatores precursores neste destino migratório. A posição mediterrânea do Paraguai e sua condição de "prisioneiro geopolítico", produziu a subordinação aos interesses brasileiros, tornando as fronteiras políticas permeáveis à ocupação do espaço social por migrantes brasileiros.

Históricamente a presença brasileira no Paraguai, ainda no século passado, foi inicialmente fragmentada e pouco expressiva. Com o passar do tempo, a "marcha dos cafezais" rompeu a fronteira política, onde tradicionais cafeicultores paulistas vieram a se incorporar. A mão-de-obra para estes investimentos produziu o incremento da população brasileira em que, momentos mais tarde, pelo efeito centrífugo da migração de brasileiros, produziu a construção da categoria brasiguai. A produção social da exclusão, foi gerada pelos elementos constitutivos da Ditadura de Stroessner que criou uma espécie de "cultura do medo", bem como, a contínua e reiterada transgressão dos Direitos Humanos. A repressão e a violência foi exercida, seletivamente, sobre grupos dominados brasileiros e paraguaios.

Observando a trajetória social dos brasiguaios do Projeto Novo Horizonte na perspectiva do desenvolvimento

agrícola e agrário brasileiro, constatamos que o Brasil é um país que exporta conflitos fundiários. Ao lado deste grupo existem ainda cerca de 60.000 mil garimpeiros, trabalhadores rurais e seringueiros de toda Amazônia Legal, que atravessaram a fronteira do país, nos últimos anos. São os brasivianos em direção a Bolívia; os brazuelanos na Venezuela; e aproximadamente 20 mil outros que se deslocam em direção à Colômbia e à República Corporativista da Guiana (48). A discussão da Integração Latino-Americana deve passar pela problematização destas emigrações, já que não se trata de produtos comercializáveis, mas sim de produtos de desenvolvimento excludente encontrado no Brasil, que antes da Integração já passou a "exportar" brasileiros.

(48) Estes dados foram apresentados pelo antropólogo Alfredo Wagner no seminário Terra e Meio Ambiente-promovido pelo Centro de Estudos e Pesquisas do Pantanal, Amazônia e Cerrado da UFMT. Ver: LIBOS, Hilton. Emigração gera conflito continental. In: Diário de Cuiabá, 02 de junho de 1991.; CENTRO DE ESTUDOS E DE PASTORAL DOS MIGRANTES. *Realidade dos seringueiros na Bolívia*. Ji-Paraná (Rondônia), s.e., junho de 1991.

7. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: O Sudoeste Paranaense*. São Paulo: Univ. de São Paulo, 1981. Dissertação (mestrado...).
- ALVES, José Luis. *Brasiguaios-destino incerto*. São Paulo: Global, 1990.
- BACHELARD, Gaston. *O Novo Espírito Científico* (Le Nouvel esprit scientifique). Trad. Antonio José Pinto Ribeiro. Lisboa, Edições 70, s/d. 124p. Tradução de: Le Nouvel esprit scientifique.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinction - Critique social de jugement*. Paris: Les Editions de Minut, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *Le Sens Pratique*. Paris: Edition de Minut, 1980.

- BOURDIEU, Pierre. **O Desencantamento do Mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais.** São Paulo: Perspectiva, 1979. Tradução de: Travail et Travailleur en Algérie.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Trad. Fernando Tomáz. Lisboa: DIFEL, 1989.
- CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CHIAVENATO, Julio José. **Stroessner-Retrato de duma ditadura.** São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967.
- DELGADO, Guilherme da Costa. **Capitalismo financeiro e agricultura no Brasil.** São Paulo: Icone Editora; Editora da UNICAMP, 1985.
- DURHAN, Eunice R. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo.** São Paulo: Perspectiva, 1984.
- ESTERCI, Neide et alii. **Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da "Igreja Popular" no Brasil.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da Agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70.** Curitiba: Livraria Chain, 1988.
- FOGEL, Ramón. **Movimientos Campesinos en el Paraguay.** Assunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir, história da violência nas prisões.** Trad. Ligia M. Pondé Vassallo. 5.ed. Petrópolis, Vozes, 1987. Tradução de: Surveilleur et Punir.

- FOWERAKER, Joe. **A Luta pela Terra**, a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Trad. Maria Julia Goldwasser. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Tradução de: *The Struggle for Land*.
- FUKUI, Lia Freitas Garcia. **Sertão e bairro rural: parentesco e família entre sítiantes tradicionais**. São Paulo: Atica, 1979.
- GAIGER, Luis Inácio Germany. **Agentes religiosos e camponeses Sem Terra no sul do Brasil: quadro de interpretação sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GALEANO, Luis A. **Ensayos sobre cultura campesina**. Assunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1984.
- GARCIA Jr., Afrânio Raul. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GARCIA Jr., Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT-CNPq, 1989.
- GEHLEN, Ivaldo. **Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o estado: o caso da Fazenda Sarandi**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação (mestrado), 1983.
- GERMANI, Guiomar. **Os expropriados de Itaipu. O conflito: Itaipu X Colonos**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação (mestrado). 1982.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Trad. Maria L. Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Tradução de: *Mythes et mythologies politiques*.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. Tradução de: *Stigma-Notes on the Management of Spoiled Identity*.
- GOMES, Iria Zanoni. **1957: A Revolta dos Possesores**. Curitiba: Criar, 1986.

- GRZYBOWSKY, Candido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo.** Petropólis: Vozes, 1987.
- IANNI, Octavio. **A luta pela terra :história social da terra e da luta pela terra na Amazônia.** Petropólis: Vozes, 1981.
- IANNI, Octavio. **A Formação do Estado Populista na América Latina.** 2.ed. São Paulo: Atica, 1989.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Areas de atração e evasão populacional no Brasil no período 1960-1970,** Rio de Janeiro, 1979.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. **Nova configuração espacial do Paraná,** Curitiba, 1983. 140 P.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. **Dinâmica espacial e setorial da força de trabalho no Paraná.** Curitiba, 1979.
- KLAINPENNING, J. M. G. **Man and Land in Paraguay.** Amsterdam, CEDLA Publication, 1987. (Latina America Studies, N. 41)
- LAINO, Domingos. **Paraguai: fronteiras e penetração brasileira.** São Paulo: Global, 1979.
- LECHNER, Norbert. **Los patios interiores de la democracia.** Santiago: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 1988.
- LENHARO, Alcir. **A sacralização da política.** 2.ed. Campinas: Papyrus, 1986.
- MARTINE, George, GARCIA, Ronaldo Coutinho (org.). **Os impactos sociais da modernização.** São Paulo: Editora Catés, 1987.
- MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário.** São Paulo: Pioneira, 1973.

- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária.** São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra.** 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1985.
- MARTINS, José de Souza. **A Reforma Agrária e os limites da democracia na "Nova República".** São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão, o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político no campo.** Petrópolis: Vozes, 1986.
- MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite, emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo.** São Paulo: Hucitec, 1989.
- MARX, Karl, ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã.** Lisboa: Avante, 1981.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MENEZES, Alfredo da Mota. **A herança de Stroessner-Brasil-Paraguai 1955-1980.** Campinas, Papirus, 1987.
- MENEZES, Cláudia. **A Mudança: análise da ideologia de um grupo de migrantes.** Rio de Janeiro: Imagi Editora, 1978.
- MOLINA, Maria I. Guerra. **Migração rural-rural, Análise sociológica da migração dos parceleiros do projeto Iguatemi.** Piracicaba, 1970. Tese (Pós-Graduação) Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz. Universidade de São Paulo.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.** Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec, 1984. Tradução de: Pionniers et Planteurs de São Paulo.

- MOTTA, Sergio H. Allemand. **Estudo do perfil epeidemiológico em Garantã do Norte/Mato Grosso.** Dissertação (mestrado). Salvador-BA: Universidade Federal da Bahia, 1990.
- MUSSUMECI, Leonarda. **O Mito da terra liberta.** São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais/ANPOCS, 1988.
- NERUDA, Pablo. **Ainda.** 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympo, 1978.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 1989.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade, etnia e estrutura social.** São Paulo: Pioneira, 1976.
- PANINI, Carmela. **Reforma Agrária: dentro e fora da lei.** São Paulo: Paulinas, 1990.
- RIBEIRO, Nelsom de Figueiredo. **Caminhada e Esperança da Reforma Agrária: a questão da terra na Constituinte.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- SHANIN, Theodor. **Naturaleza y lógica de la economia campesina.** Trad. Horacio González Trejo. Barcelona: Editorial Anagrama, 1973. Tradução de: *The Nature and Logic of the Peasant Economy.*
- SILVA, José Gomes da. **Caindo por terra: crises da Reforma Agrária na Nova República.** São Paulo: Busca Vida, 1987.
- SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização.** São Paulo: Brasiliense, 1973.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Matuchos, Le Reve de la Terre: etude sur le processus de colonisation agricole et les lutttes des paysans méridionaux au Brésil 1930-1984.** Paris: Université de Paris X- Nanterre, 1987, 2v. Tese (doctorat d'etat, em Sociologia) - Université de Paris X- Nanterre.
- TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et agriculture: Le Paysan Polonais.** Paris: Armand Colin, 1973.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina**; Trad. Iraci D. Poletti. São Paulo: Trajetória Cultural; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

VELHO, Otavio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**, Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. 2.ed. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VILADESLAU, Tomás Palau, HEIKEL, Maria Victoria. **Los campesinos: el Estado y las Empresas en la frontera agrícola**. Assunción, PISPAL-BASE/ISEC. 1987.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageros, mensus e colonos-história do oeste paranaense**. 2.ed. Curitiba, Ed. Vicentina, 1987.

WAIBEL, Léo. **As zonas pioneiras no Brasil**. Revista Brasileira de Geografia, v.18, n.4, out./dez., 1985.

WAGNER, Carlos. **Brasiguaios: homens sem pátria**. Petropólis: Vozes, 1990.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. **Depois da terra a conquista da cooperação**. Brasília: Universidade de Brasília, 1989. Dissertação (Mestrado) Universidade de Brasília, 1989.

7.1. DOCUMENTOS

CORTEZ, Cácia et alii. **A Travessia do Rio dos Pássaros: ocupação da Gleba Santa Idalina em Ivinhema-MS**. s.l. : s.n. , 1985.

CRUZ, Sergio. **Conflito de Ivinhema: violência contra os trabalhadores sem terra.** Documentos transcritos dos Anais da Câmara. Brasília, 1984.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA. **Projeto de assentamento Novo Horizonte.** Campo Grande, março de 1986.

MINISTERIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO (Delegacia regional do MIRAD/MS). **Projeto de assentamento Novo Horizonte.** Dourados, 1988.

7.2. ARTIGOS.

ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de. *Redescobrimo a família rural.* **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1985.

ARIZPE, Lourdes. *La migración por relevos, familia campesina y lá reproducción social del campesinado.* In: **Economia campesina y Empleo.** Santiago: PREALC, 1981.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. *O Problema das "Frentes Pioneiras" no estado do Paraná.* **Revista Brasileira de Geografia.** v.15, n.3, jul.\set., 1953.

DUARTE R., Genara Maria. *Algunas características de la migración interna en el Paraguay.* IN: **SEMINARIO SOBRE DIVULGACION DE RESULTADOS DE ANALISIS DEL CENSO DE 1982,** Assunción, 24-26 mar., 1987. Anais... Assunción, Dirección General de Estadística y Censos-DGEy C- Fondo de las Naciones Unidas para Actividades en Materia de Población-UNFPA,. 1987.

FOGEL, Ramón. *Colonización Agraria y Distribución Espacial de la Poblacion- Características del Processo.* **Revista Paraguaya de Sociologia.** Assunción, Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, v.16, n.44, ene./abr., 1979.

GARCIA, Antônio. *El minifundio en el proceso agrário del Paraguay: Hacia un nuevo proyecto de desarrollo rural.* *Revista Paraguaya de Sociologia*, v.18, n.52, set./dec., 1981.

MARTINE, George. *Faces e fases da modernização agrícola.* Texto para Discussão. n.15. IPLAM. 198- .

MARTINE, George. *Migrações internas no Brasil: tendências e perspectivas; texto para Discussão; n.17. IPLAM, 1989.* mimeo.

MORAIS, Clodomir Santos de. *Elementos sobre a Teoria De Organização no Campo. Cadernos de Formação* São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, n.11, 1985.

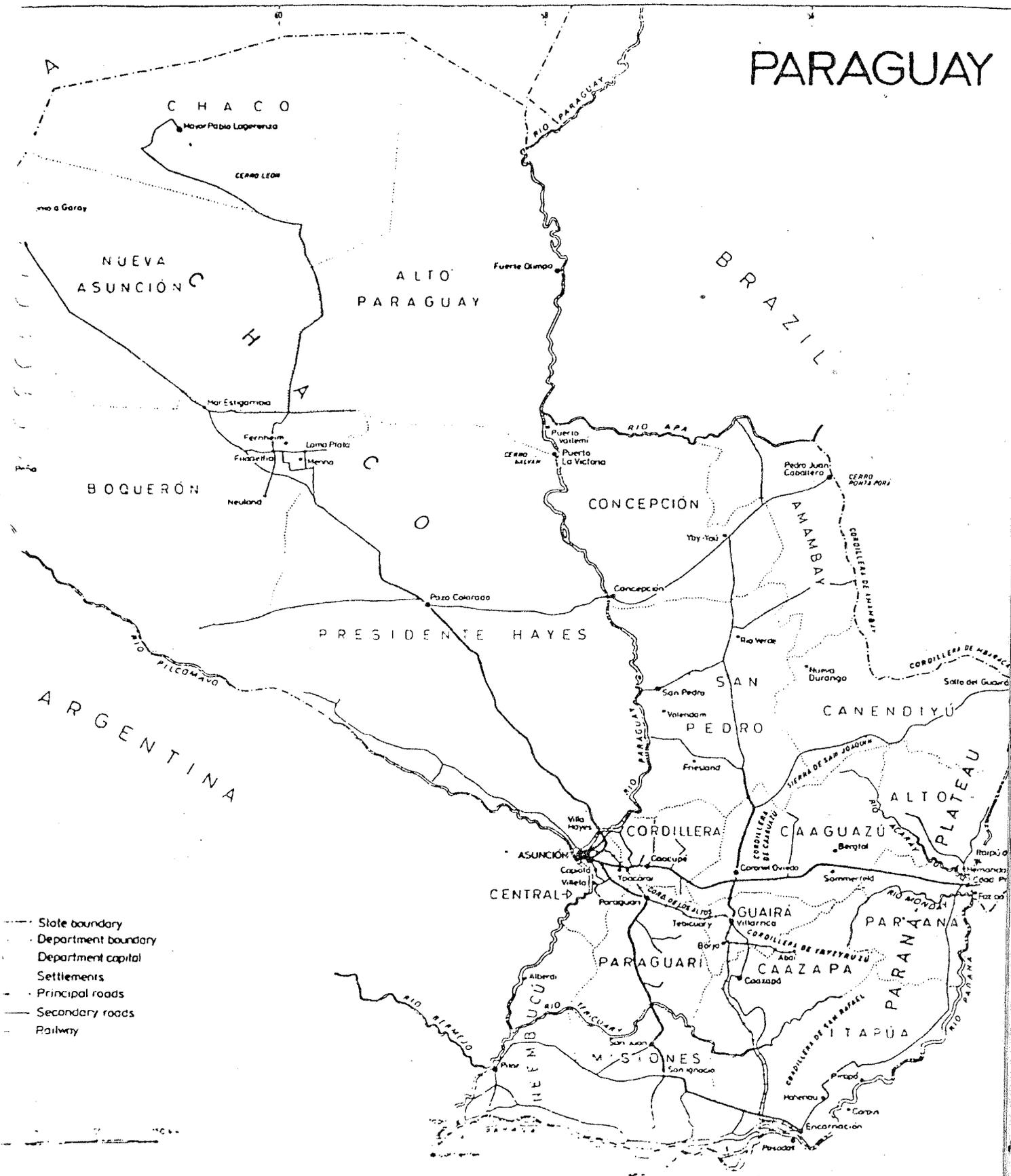
TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Dominação e Modos de Organização Rural no Brasil.* IN: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE CIENCIAS SOCIAIS. 10, Coimbra, 2-5 jul., 1990. Anais... Coimbra, 1990.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Lutas Agrária e Cidadania.* In: Viola, E.J.; Scherer-Warren, I.; Krischke, P. (org.) *Crise política, Movimentos Sociais e Cidadania.* Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *O Processo de Colonização Agrária no Brasil Contemporâneo.* In: *Revista Sociedade e Estado.* v.4, n.2, jul./dez., 1989.

ANEXOS

PARAGUAY

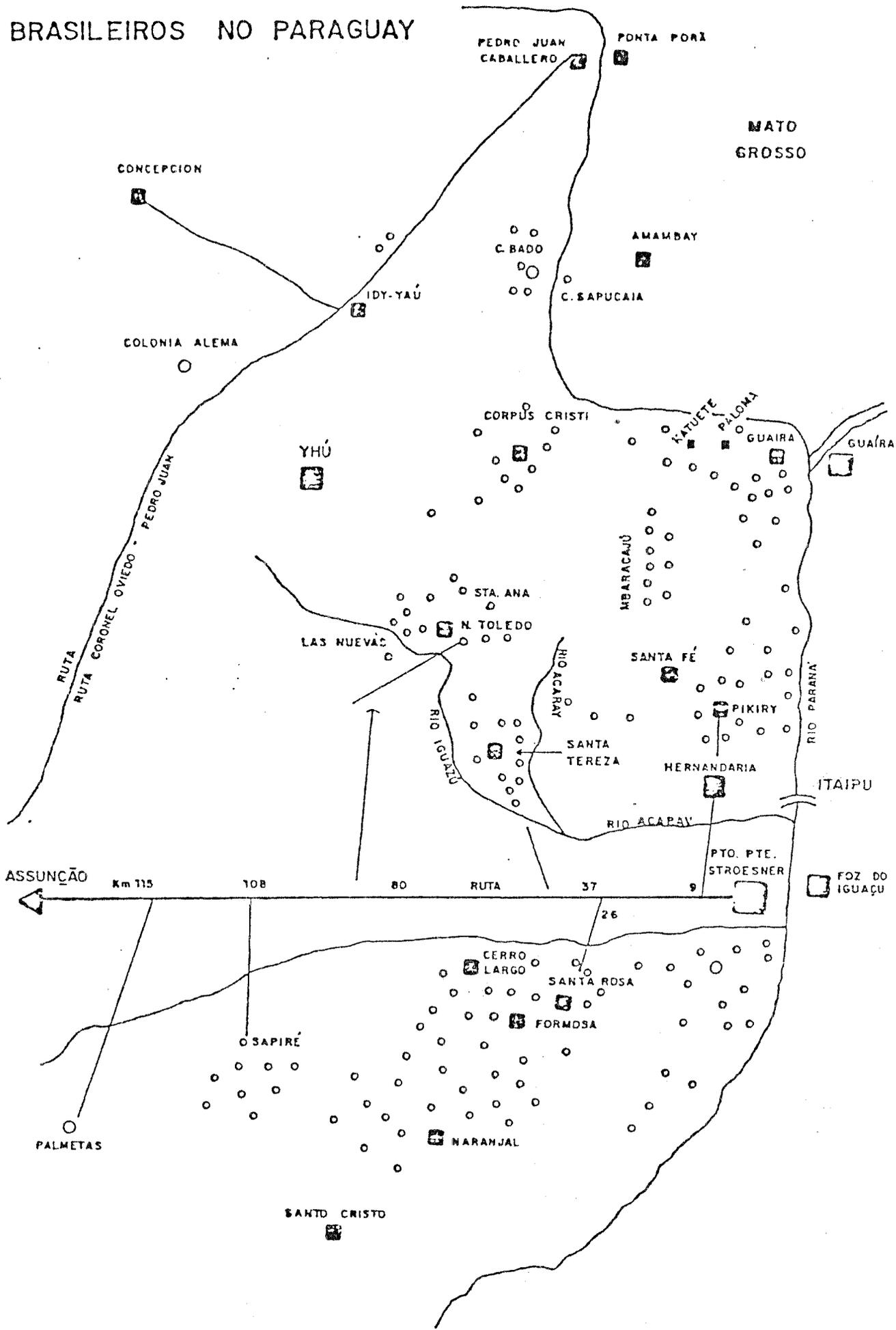


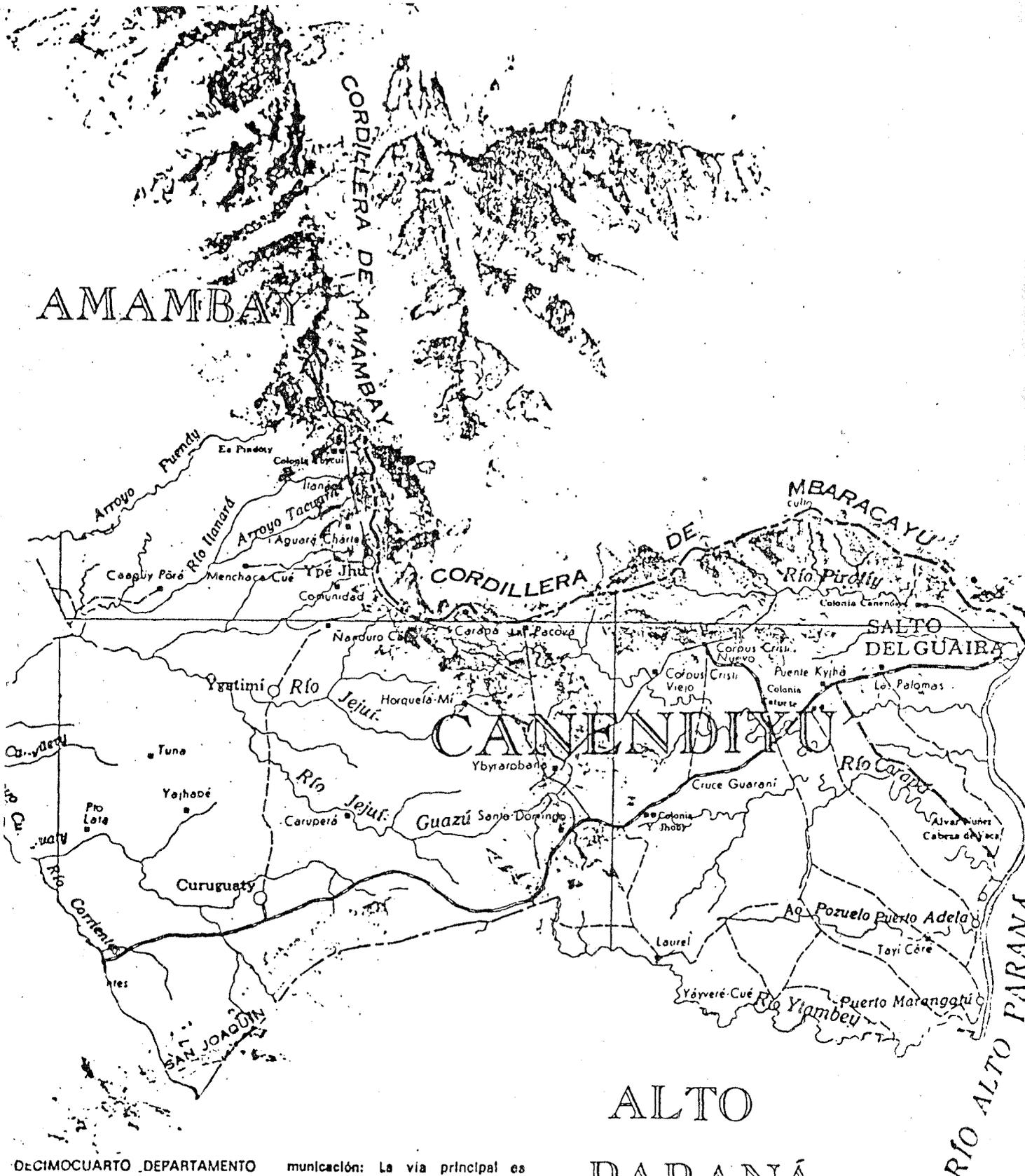
- State boundary
- Department boundary
- Department capital
- Settlements
- Principal roads
- Secondary roads
- Railway

Scale bar and north-south axis.

COMUNIDADES DE EMIGRANTES

BRASILEIROS NO PARAGUAY





DECIMOCUARTO DEPARTAMENTO
CANENDIYU

Superficie: 13.953 Kms2. Población: 27.054 habitantes. Límites: Al Norte: el XIII Dpto. de Amambay; al Este: Rca. Federativa del Brasil; al Sur: los Dptos. X y V de Alto Paraná y Caaguazú; al Oeste: el Dpto. de San Pedro. Orografía: Sierras de Amambay y Mbaracayú. Hidrografía: Vortientes de los Ríos Paraguay y Paraná. Vías de co-

municación: La vía principal es el Río Paraná y ruta X (Residenta). Producción: Explotación de maderas, palmitos, yerbamate.

Agricultura: Soja, trigo, poroto, arroz, café, maíz, tomate, tabaco, yerbamate, menta. Ganadería: Ganado vacuno. Industria: Fábrica de palmito, esencia de menta, aserraderos. Ciudades: Salto del Guairá (capital), San Isidro Labrador de Curuguaty, Villa Ygatimi, Ypohú, Corpus-Cristi; Canndiyu

ALTO
PARANÁ